

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO

ANA PAULA FRANCHI

EM BUSCA DA UNIDADE: AS RELAÇÕES ENTRE O *IMPERIUM* E A GÁLIA NO
MUNDO ROMANO TARDIO (284-305 D.C.)

GOIÂNIA

2015

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):		Ana Paula Franchi			
E-mail:		apfbra@gmail.com			
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não					
Vínculo empregatício do autor		Estudante			
Agência de fomento:		Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior		Sigla:	CAPES
País:	Brasil	UF: GO	CNPJ:	33.654.831/0001-36	
Título:	Em busca da unidade: as relações entre o imperium e a Gália no mundo romano tardio (284-305 d.C.)				
Palavras-chave:	Tetrarquia, imperium, Gália				
Título em outra língua:	Looking for the unity: the relationship between the imperium and Gaul in the Later Roman Empire (284-305 d.C.)				
Palavras-chave em outra língua:	Tetrarchy, imperium, Gaul.				
Área de concentração:	História, Memória e Imaginários Sociais				
Data defesa: (03/06/2015)					
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-Graduação em História				
Orientador (a):	Ana Teresa Marques Gonçalves				
E-mail:	anateresamarquesgoncalves@gmail.com				
Co-orientador (a): *	Não há				
E-mail:					

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Assinatura do (a) autor (a)

Data: ____ / ____ / ____

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO

ANA PAULA FRANCHI

EM BUSCA DA UNIDADE: AS RELAÇÕES ENTRE O *IMPERIUM* E A GÁLIA NO
MUNDO ROMANO TARDIO (284-305 D.C.)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História.

Área de concentração: Cultura, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves.

GOIÂNIA
2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Franchi, Ana Paula

Em busca da unidade [manuscrito] : As relações entre o imperium e a
Gália no mundo romano tardio (284-305 d.C.) / Ana Paula Franchi. -
2015.

202 f.: il.

Orientador: Prof. Ana Teresa Marques Gonçalves.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
História (FH) , Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2015.

Bibliografia. Anexos.

Inclui mapas, abreviaturas, lista de figuras.

1. Tetrarquia. 2. imperium. 3. Gália. I. Marques Gonçalves, Ana
Teresa, orient. II. Título.

ANA PAULA FRANCHI

EM BUSCA DA UNIDADE: AS RELAÇÕES ENTRE O *IMPERIUM* E A GÁLIA NO
MUNDO ROMANO TARDIO (284-305 D.C.)

Tese defendida e aprovada no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás em _____ de _____ de _____ pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof.^a Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves (UFG)
Orientadora

Prof. Dr. Dominique Vieira Coelho dos Santos (FURB)
Membro

Prof.^a Dra. Dulce Oliveira Amarante dos Santos (UFG)
Membro

Prof.^a. Dra. Luciane Munhoz de Omena (UFG)
Membro

Prof. Dr. Renan Frighetto (UFPR)
Membro

Prof.^a. Dra. Adriana Vidotte (UFG)
Suplente

Prof.^a Dra. Margarida Maria de Carvalho (UNESP- Franca)
Suplente

GOIÂNIA

2015

À minha querida tia Conce (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

São várias as pessoas que estiveram presentes em minha vida e contribuíram para minha formação pessoal e profissional. Outras estiveram mais próximas durante estes quatro anos de trabalho. Seria impossível listar cada uma delas, bem como suas contribuições diretas e indiretas para a realização desta pesquisa. Deixo meu agradecimento aos professores, pesquisadores e amigos que me auxiliaram enviando textos e referências, lendo e debatendo meu trabalho. Entretanto, gostaria de citar alguns nomes que foram particularmente importantes para a conclusão desta tese. Agradeço em especial:

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

À professora e orientadora, Ana Teresa Marques Gonçalves, pela colaboração, acompanhamento, leituras e discussões que foram imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço também sua compreensão e auxílio frente às adversidades que ocorreram durante estes anos.

Ao professor Renan Frighetto, que me acompanha intelectualmente desde o mestrado, cuja preciosas contribuições na qualificação foram indispensáveis para a finalização da tese.

À professora Luciane Munhoz de Omena, pelas observações e sugestões valiosas durante o exame de qualificação e pelas relevantes indicações bibliográficas.

Aos colegas de orientação Mariana Carrijo, Alice de Souza, Thiago Mota e Rodrigo Oliveira pelas discussões, auxílio e conversas. À Gianna Saes, amiga de longa data, pelo auxílio na produção do abstract desta tese.

À minha mãe Regina, meu pai José Valdo (*in memoriam*), e meus irmãos Henrique e André, que compreenderam minha ausência e me incentivaram. Sem a ajuda e apoio de vocês nos momentos mais críticos, teria sido impossível concluir este trabalho.

Aos amigos preciosos que Goiânia me apresentou: Tarsilla de Couto Brito e Lyanna Carvalho, pelo carinho, amizade, longos debates e inestimável auxílio na

revisão final desta pesquisa; Aline do Carmo, pela solicitude, companheirismo e gostosas risadas; Luiz Mundim, pela atenção e conversas noite a dentro.

Ao Tales dos Santos Pinto, grande amigo desde a graduação, pelos debates, camaradagem e apoio nas ocasiões mais diversas. À Paula Hisatugo, amiga do coração, que, mesmo distante, acompanhou toda essa minha caminhada e me acolheu quando precisei. À Flora Milito, pela amizade duradoura. À Veridiana e Elis, pela recente, porém sincera amizade.

Ao Rodrigo, meu querido companheiro. Seu apoio, sua dedicação, seu carinho e sua força foram imprescindíveis durante estes anos. Meu parceiro de todos os momentos, que com atenção e paciência me auxiliou na superação de cada obstáculo, de cada desafio. Obrigada por compartilhar comigo os momentos mais importantes de minha vida.

RESUMO

Ao direcionarmos nosso olhar para o mundo romano do final do século III d.C., verificamos um movimento interessante acerca estrutura política imperial. Foi a partir deste período que se intensificaram as guerras civis e as usurpações do poder e, ao mesmo tempo, que se estabeleceram uma série de transformações, englobando desde reformas administrativas, até a redefinição teórico-ideológica do poder imperial com a instauração do *Dominato*. O governo do Imperador Diocleciano foi um dos marcos deste processo, principalmente porque este soberano conseguiu empreender reformas de princípios autocráticos concernentes à administração, fiscalização e questão militar. Em tal contexto, a legitimação do soberano era um eixo importante para a manutenção da unidade. Este trabalho propõe analisar as relações de poder que movimentaram a política imperial durante a consolidação da Tetrarquia (284-305 d.C.), bem como os vínculos que se estabeleciam entre o governo imperial e as províncias, com foco no processo de legitimação do poder. Para tal, selecionamos como fonte os discursos panegirísticos produzidos no século III d.C., de autoria de Mamertino, Eumênio e anônima, o *Breviarium Historiæ Romanæ*, de autoria de Eutrópio, e *Liber de Caesaribus*, de Aurélio Victor, produzidos no século IV d.C. Mesmo que tais obras não tenham o objetivo de discutir sobre as relações de integração, ao promover um elogio ao Imperador, no caso dos panegíricos, e uma narrativa sobre a história do Império, no caso dos breviários, o autor é impelido a tratar estes elementos da sociedade e da política imperial, o que acaba por desvelar estas relações. Ao abordar a formação da Tetrarquia sob a ótica dos panegiristas e breviaristas, procura-se identificar o procedimento de estruturação desta forma de organização política. Para além da formulação de uma imagem idealizada dos governantes, a construção da legitimação dos soberanos que estavam à frente deste processo de reorganização era parte constituinte da construção de uma unidade imperial no século III d.C.

Palavras-chave: Tetrarquia, *imperium*, Gália.

ABSTRACT

When focusing our vision of the Roman world the end of the third century AD, we find an interesting move about imperial political structure. It was from this period that intensified civil wars and usurpations of power and at the same time, we settled a series of transformations, covering from administrative reforms, to the ideological theoretical redefinition of imperial power with the introduction of Dominato. The Emperor Diocletian government was one of the landmarks of this process, mainly because this sovereign could undertake reforms of autocratic principles concerning the administration, supervision and military subject. In this context, the legitimacy of the ruler was an important hub for maintaining unity. This work aims to analyze the relations of power that moved the imperial policy during the consolidation of the Tetrarchy (284-305 AD), and the links that were established between the imperial government and the provinces, focusing on the power of legitimation process. For such, we selected as the source panegyric discourses produced in the third century AD, authored Mamertino, Eumênio and anonymous, the *Breviarium Historiæ Romanae* of Eutropius, and *Liber de Caesaribus* of Aurelius Victor, produced in the fourth century AD. Even if such works do not on purpose of discuss the relations of integration by promoting a praise to the Emperor, in the case of panegyrics, and a narrative about the history of the Empire, in the case of breviaries, the author is compelled to treat these elements society and the imperial politics, which ultimately reveal these relations. When approaching the formation of the Tetrarchy from the perspective of panegyrist and breviarist, attempt to identify the structure of the procedures in this form of political organization. In addition to the formulation of an idealized image of the rulers, the construction of the legitimacy of sovereigns who were in charge of this reorganization was a constituent part of building an imperial unit in the third century AD.

Keywords: Tetrarchy, *imperium*, Gaul.

LISTA DE IMAGENS

Quadro 1 - Quadro com período de governo dos Imperadores da Anarquia Militar (235-284 d.C.).....	84
Mapa 1 - Gália e arredores no século 1 a.C.....	196
Mapa 2 - Gália Cisalpina, Transalpina, Céltica, Aquitânia e Bélgica.....	197
Mapa 3 - Império Gálico e Império de Palmira..	198
Mapa 4 - Lucânia.....	199
Mapa 5 - Divisão administrativa e territorial da Tetrarquia.....	200
Mapa 6 - <i>Augusta Treverorum</i> e <i>Gesoriacum</i>	201
Imagem 1 - Exemplo de moeda cunhada por Caráusio durante ocupação do norte da Gália e Britânia.....	202

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Amm. Marc. Res Gestæ	Ammianus Marcellinus, <i>Res Gestæ</i>
Aur. Vict., Cæs.	Aurelius Victor, <i>Liber de Cæsaribus</i>
Cæs. BG.	Cæsar, <i>de Bello Gallico</i>
Eutrop.	Eutropius, <i>Breviarium Historiæ Romanæ</i>
Lact., de mort.	Lactantius, <i>De mortibus Persecutorum</i>
Pan. Lat. II (10)	Mamertini <i>panegyricus Maximiano Augusto dictus</i>
Pan. Lat. III (11)	Mamertini <i>panegyricus genethliacus Maximiano Augusto dictus</i>
Pan. Lat. IV (8)	Incerti <i>panegyricus Constantio Caesari dictus</i>
Pan. Lat. V (9)	Eumenii <i>pro instaurandis sholis oratio</i>
Pan. Lat. VI (7)	Incerti <i>panegyricus Maximiano et Constantino dictus</i>
Pan. Lat. VII (6)	Incerti <i>panegyricus Constantino Augusto dictus</i>
Pan. Lat. VIII (5)	Incerti <i>gratiarum actio Constantino Augusto</i>
Pan. Lat. IX (12)	Incerti <i>panegyricus Constantino Augusto dictus</i>
Pan. Lat. X (4)	Nazarii <i>panegyricus Constantino Augusto dictus</i>
Pan. Lat. XI (3)	Claudii Mamertini <i>gratiarum actio de consulatu suo Juliano Imp.</i>
Pan. Lat. XII (2)	Latini Pacati <i>Drepanii panegyricus Theodosio Augusto dictus</i>
PLRE	<i>The Prosopography of the Later Roman Empire</i>
Zós. HN	Zósimo. <i>História Nova</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 01 - ESCRITA E PODER NA ANTIGUIDADE TARDIA	32
1.1 Retórica, oratória e a comunicação política no século III d.C.....	33
1.1.1 As escolas de retórica.. ..	37
1.2 Discursos panegirísticos e o louvor aos Imperadores.....	44
1.2.1 Os panegiristas do século III d.C. e a relação com o poder imperial.....	51
1.2.2 Os panegiristas e a Gália.. ..	60
1.3 Aurélio Victor e Eutrópio: a produção dos breviários.....	68
CAPÍTULO 02 - O SÉCULO III D.C. E A REORGANIZAÇÃO TETRÁRQUICA DO PODER IMPERIAL	76
2.1 Da Anarquia Militar à ascensão de Diocleciano.....	78
2.1.1 Relação entre o poder imperial e as províncias.....	88
2.1.2 Vulnerabilidade do Império.....	101
2.1.3 O Império Gálico e o Império de Palmira.....	110
2.2 A Tetrarquia e a divisão do poder.....	114
2.2.1 Constituição da Tetrarquia e os panegíricos.....	115
CAPÍTULO 03 - AUTORIDADE IMPERIAL E LEGITIMAÇÃO DO PODER NO SÉCULO III D.C.	128
3.1 Usurpadores e Imperadores.....	128

3.1.1 O princípio da associação, <i>adoptio</i> e hereditariedade na sucessão imperial..	129
3.1.2 Usurpação do poder na Tetrarquia: Caráusio e Alecto..	136
3.2 A Tetrarquia e as virtudes: constituição da autoridade do Imperador.....	148
3.2.1 A legitimação do poder e a <i>auctoritas</i>	151
3.2.2 Os Panegíricos Latinos e as virtudes..	155
3.2.2.1 <i>Concordia</i>	161
3.2.2.2 <i>Victoria</i>	167
3.2.2.3 <i>Pietas</i> ..	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	180
ANEXOS	196

INTRODUÇÃO

Durante a segunda metade do século XX, pesquisadores¹ dedicados ao estudo do Império Romano começaram a demonstrar maior interesse sobre a análise dos séculos III e IV d.C. O diálogo com as diversas disciplinas e os avanços da ciência histórica e da arqueologia possibilitaram aos historiadores expandir o debate sobre o “fim do mundo antigo” e novos trabalhos começaram a ser publicados, questionando as perspectivas históricas predominantes até então sob o viés de conceitos como crise, decadência, romanização e imperialismo. O contato com esta pluralidade de trabalhos propiciou o entendimento geral de que os últimos séculos do Império Romano foram tão complexos quanto seus precedentes, inaugurando então um abundante campo de estudos.

Em contato com estas produções e novos questionamentos, nosso interesse particular sobre o período originou-se a partir de uma inquietação acerca do Imperador Romano que, em um mundo aparentemente fragmentado, buscou estabelecer uma concentração cada vez mais efetiva do poder. Procurando compreender os meandros da construção da imagem do Imperador nos séculos finais do mundo romano, tivemos contato com os Panegíricos Latinos. Verificamos que sua característica principal era o louvor aos Imperadores, e que eram proclamados em sucessivas celebrações oficiais. Também percebemos que a concentração de poder no Imperador se efetivou a partir de uma ampla reformulação das estruturas imperiais. Essas percepções suscitaram questionamentos: qual seria o papel da exaltação em torno do Imperador na reestruturação da política imperial? Qual a relação desta reestruturação nos séculos III e IV d.C. e a fragmentação do mundo romano?

Em vista disso, durante os anos de 2007 a 2009, desenvolvemos uma dissertação de mestrado², que tinha como objetivo principal analisar a legitimação do poder imperial no decorrer do século IV d.C., utilizando como eixo a ascensão do Imperador Constantino (306-337 d.C.), e, como fonte, o *Incerti panegyricus*

¹ Exemplos clássicos de estudos são as obras de Henri-Irénée Marrou (*Décadence romaine ou antiquité tardive?*) e Peter Brown (*The World of Late Antiquity: AD 150-750*).

² *Poder Imperial e Legitimação no século IV d.C.: o caso do “Panegírico de Constantino”* (FRANCHI, 2009), sob a orientação do prof. Dr. Renan Frighetto.

Constantino Augusto dictus, proclamado no ano de 310 d.C. Procuramos nesse trabalho centrar nossa abordagem em um dos suportes utilizados pelo sistema imperial de Constantino para promover sua legitimidade, o discurso panegirístico. Os panegíricos foram responsáveis por formular novas fundamentações e justificativas para o poder do Imperador que fossem capazes de se adaptarem às transformações e conflitos sociais, gerados, entre outros fatores, pela pressão nas fronteiras e a busca de inserção política das elites provinciais.

O percurso trilhado no desenvolvimento da dissertação trouxe novas inquietações, ao percebermos que o Império Romano buscou inúmeras formas de garantir sua manutenção e continuidade, sofrendo, portanto, abundantes transformações, que englobaram desde reformas administrativas, até culminar em uma redefinição teórico-ideológica acerca do poder imperial.

M^a R. Valverde Castro, em seu estudo sobre a monarquia visigoda, aponta algumas particularidades referentes a nova configuração do conceito de poder durante a Antiguidade Tardia. Para a autora, neste período de transição entre a antiguidade e o medievo (dentro da divisão tradicional da História), no qual presenciamos transformações em todas as ordens de existência, se delimita e consolida uma teoria político-religiosa do exercício do poder de forma paralela às condições materiais novas, que tem como base a assimilação da concepção de governo imperial e de ideias cristãs de poder (VALVERDE CASTRO, 2000, p. 179-180).

E foi este movimento que conduziu ao tema atualmente trabalhado nesta tese de doutoramento. Dedicar-se ao estudo dos séculos III e IV d.C. inevitavelmente levou-nos ao questionamento das relações de poder que movimentaram a política imperial, e este questionamento, por sua vez, impulsionou o debate sobre os vínculos e relações de poder que se estabeleciam entre o governo imperial e as províncias, pois percebemos, com o avanço das leituras sobre o período, que essas relações poderiam ser entendidas enquanto um dos pilares que sustentaram até então a unidade no vasto mundo romano.

Estes elementos relacionados ao processo de legitimação do poder, disputas imperiais e integração das diversas regiões imperiais ficaram ainda mais evidentes quando analisamos não só o conjunto dos panegíricos latinos produzidos nos séculos III e IV d. C., mas também outras produções, como o *Breviarium Historiæ*

Romanæ de autoria de Eutrópio e *Liber de Cæsaribus*, de Aurélio Victor, produzidos no século IV d.C. Um trabalho mais acurado acerca da tipologia e características destas fontes é apresentado logo no primeiro capítulo desta tese. Entretanto, convém salientar neste momento que, embora os discursos panegirísticos ou os breviários não tenham por objetivo discorrer sobre as relações de integração, ao promover um elogio ao Imperador no caso dos panegíricos, e uma narrativa sobre a história do Império no caso dos breviários, o seu autor é impelido a tratar estes elementos da sociedade e da política imperial, o que acaba por desvelar essas relações.

A descrição da trajetória política dos Imperadores homenageados nos panegíricos é uma das características que permite a este tipo de discurso ser compreendido como uma relevante fonte histórica, ultrapassando os limites de uma simples literatura laudatória. Encontramos nos panegíricos um processo de reconstrução da imagem do soberano que se vale de uma seleção de memórias justificadoras da ascensão daquele a quem dirige seu discurso e à política imperial empreendida pelo soberano homenageado.

No entanto, como os panegíricos são discursos proclamados em cerimônias diversas, entre elas, as que visam celebrar as vitórias militares ou ascensão ao poder, o orador era impelido a trabalhar com acontecimentos recentes, muitas vezes ainda vivo na memória do público a quem este discurso era direcionado. Sua habilidade era também comprovada ao desenvolver assuntos delicados, como as usurpações ao poder, sem que isso prejudicasse o argumento que tentava sustentar. Por essas circunstâncias, muitas vezes, os panegiristas dissertavam de modo sumário sobre determinados fatos ao invés de deturpá-los.

Acreditamos ser necessário enfatizar mais um elemento característico dos panegíricos: não raro eles foram proclamados fora de Roma. Se o contexto de disputas entre aspirantes à púrpura e a pressão nas fronteiras requeria que o Imperador estivesse presente nas áreas de conflito, eram nas cidades mais influentes, próximas destas regiões que eles eram proclamados. Temos conhecimento, por exemplo, de discursos pronunciados em *Augusta Treverorum* (Tréveris – alemão – Trier – francês. Cituada à margem do rio Mosela), que tinha se tornado sede imperial com Maximiano (286-305 d.C.), e em *Augustodonum* (Autun, atual região administrativa da Borgonha, na França) importante centro educativo, ao

concentrar diversas escolas de retórica (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 28). Estas características permitem a investigação dos panegíricos como: 1) instrumentos de legitimação do poder imperial por meio da propagação dos ideais e práticas políticas dos soberanos que homenageiam, e igualmente, 2) enquanto eficientes meios de comunicação que estabeleceriam os vínculos entre o poder imperial e os grupos sociais que viviam nestas regiões onde os panegíricos eram pronunciados.

A investigação desta hipótese conduziu o recorte cronológico de nossa pesquisa para o século III d.C., por entendermos que durante o processo de constituição da Tetrarquia Imperial com o governo de Diocleciano (284-305 d.C.), essas relações entre as disputas pelo poder e a influência das regiões provinciais na participação política ficam mais evidentes. Assim, procuramos selecionar dentre os panegíricos aqueles que estavam cronologicamente vinculados ao ordenamento do colégio tetrárquico, período que Gilvan Ventura da Silva (1995, p. 73) denominou como Ciclo de formação da Tetrarquia. São eles: *Mamertini panegiricus Maximiano Augusto dictus* (289 d.C.), *Mamertini panegiryicus genethliacus Maximiano Augusto dictus* (291 d.C.), *Incerti paneryricus Constantio Cæsari dictus* (297 d.C.), *Eumenii pro instaurandis sholis oratio* (298 d.C.)³.

Procurar decifrar as relações que criavam o vínculo entre os panegiristas e seus discursos com o poder imperial nos orientou para a reflexão sobre a conservação da memória e a interpretação deste passado. Assim, nossa preocupação foi de perscrutar como esta reestruturação do poder foi construída e registrada em outros gêneros literários da Antiguidade que não tinham como característica principal a oração laudatória, mas que também estavam vinculados à propagação da política imperial.

Defrontamo-nos então com as obras de Eutrópio e Aurélio Victor, *Breviarium Historiæ Romanæ* e *Liber de Cæsaribus*, respectivamente. Embora caracterizadas como resumos históricos – o que pressupunha em princípio uma maior liberdade de escrita se comparados com os panegíricos – e terem sido produzidos durante o século IV d.C., ao retratar a biografia dos Imperadores que promoveram a reestruturação do poder imperial durante o século III d.C., viabilizam a verificação do processo de formação do colégio imperial tetrárquico e as relações estabelecidas

³ Panegírico em Honra de Maximiano Augusto (Mamertino, 289 d.C.), Discurso de Aniversário em Honra de Maximiano Augusto (Mamertino, 291 d.C.), Panegírico de Constâncio César (Anônimo, 297 d.C.), Discurso em prol da Restauração das Escolas de *Augustodonum* (Eumênio, 298 d.C.)

pelos Imperadores para a sua conformação e aceitação.

Interessante notar que o *corpus* documental que selecionamos foi considerado por alguns pesquisadores como obras menores, qualitativamente inferiores em relação às obras produzidas no período republicano. Victor José Herrero Llorente, por exemplo, entende que a concentração de poder nas mãos dos governantes durante o Império (Principado) ocasionava que os assuntos concernentes à política, economia e sociedade romana fossem tratados no âmbito das relações pessoais que se estabeleciam entre os grupos que circundavam o soberano, e por estas razões, aqueles que tentavam escrever durante este período e a respeito do governo tinham como fontes “escassos documentos que o despotismo imperial não foi capaz de ocultar” (HERRERO LLORENTE, 1969, p. 19). Maria Luisa Harto Trujillo, tradutora para o espanhol da obra *Res Gestæ* de Amiano Marcelino (325/330 - 391 d.C.) afirma que o ambiente que precedia o autor por ela estudado, era caracterizado pela abundância de narrativas anedóticas, nas quais eram demasiados o tom retórico, o exagero, a falta de objetividade, o relato biográfico e o elogio à figura do Imperador (HARTO-TRUJILLO, 2002, p. 33).

Acreditamos que tal perspectiva pode ser entendida como uma reverberação da tradição historiográfica que entendia os séculos finais do Império Romano através dos conceitos de decadência e declínio. Sob este viés, se as estruturas do Império estavam em colapso, a produção literária também seguiria o mesmo caminho. Assim sendo, ao trabalhar com esta documentação, o pesquisador precisa ponderar sobre os olhares da produção historiográfica relativo ao contexto de elaboração destas obras. No que concerne ao pesquisador, é notório que ao escrever sobre o passado, ele procura delimitar os parâmetros sobre o qual irá se debruçar. A divisão da história em grandes períodos é nada mais que o fruto de uma reflexão sobre as questões que os historiadores, em um determinado contexto, consideram relevantes para a compreensão do passado (OLIVEIRA, 2007/2008, p. 125). Nesse sentido, Hilário Franco Júnior afirma que os períodos da história são divididos e nomeados a partir de um balanceamento feito entre a cronologia e os processos em curso (FRANCO JÚNIOR, apud: ANDRADE FILHO, 2005, p. 233-234).

O fato é que este tipo de divisão, necessária para o desenvolvimento das pesquisas, é somente uma referência para o trabalho do historiador, que não tem propriamente a obrigação de segui-la fielmente (FRIGHETTO, 2012, p. 20). Quando

observamos a classificação historiográfica tradicional em longos períodos (Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea), percebemos que existe certa fragilidade diante da necessidade de se trabalhar os momentos de mediação que indicam a transição de uma idade à outra. Normalmente, estes períodos de transição são caracterizados por uma síntese entre as permanências de um passado tradicional (manutenção de hábitos, práticas e valores) e a constituição de novos elementos que se tornariam as características fundamentais de uma nova sociedade. Um contexto em movimento, de reestruturação, que oportuniza, como no caso do final do século III d.C., a produção de mecanismos que estabeleça estes vínculos entre o passado e o presente. O panegírico produzido nestas circunstâncias é capaz de reproduzir retoricamente este elo.

A compreensão da riqueza do período viabilizou que, na segunda metade do século XX, os últimos séculos do Império Romano se sobressaíssem enquanto um novo campo de pesquisa, distinto da Antiguidade Clássica e ao mesmo tempo do medievo feudal. Logo, conforme já havia sinalizado em nossa dissertação de mestrado (FRANCHI, 2009, p. 15), várias denominações surgiram para explicar a transição da Antiguidade para a Idade Média, como por exemplo, “Fim do mundo clássico”, “Antiguidade Tardia”, “Alta Idade Média” ou até mesmo “Primeira Idade Média”. Uma vez que essas denominações são utilizadas a partir da delimitação temática e cronológica feita por cada pesquisador ou por correntes historiográficas, não é possível afirmar que existe um consenso em relação ao seu recorte cronológico. No entanto, reconhecemos que no geral os novos trabalhos desenvolvidos a partir de então tinham como foco confrontar uma interpretação depreciativa do período (decadência, declínio) em busca da compreensão das transformações fundamentais das sociedades antigas que possibilitaram o desenvolvimento da sociedade feudal. A ideia era a de um processo, e por isso, a necessidade de se fixar os limites que demarcam a transição entre a Antiguidade e o Medievo aceita um recorte cronológico amplo, abarcando desde o século III d.C. ao VIII d.C.

É neste ponto de intersecção que o debate sobre o conceito da Antiguidade Tardia se estabelece.

Júlio César Magalhães de Oliveira (2007/2008, p. 126-127) afirma que esse conceito foi originalmente formulado para os campos de história das artes e história

das religiões, no final do século XIX e início do XX. Seria o caso de entendê-lo em oposição à ideia renascentista e iluminista de uma decadência multissecular da civilização romana, mas que apenas na segunda metade do século XX se consolidou na historiografia com os trabalhos de Henri-Irénée Marrou, Santo Mazzarino e Arnold Jones. Esses autores procuraram demonstrar como o Império Romano não sucumbiu à crise do século III d.C., mas sim conseguiu se renovar a partir da Tetrarquia, originando uma civilização distinta e extremamente rica.

Em sua obra *Decadência Romana ou Antiguidade Tardia*, Marrou defendia a importância deste momento de mediação entre a Idade Antiga e a Idade Média, e o caracterizava não apenas enquanto a última fase de um desenvolvimento contínuo, mas como “[...] uma outra civilização, que temos de reconhecer na sua originalidade e julgar por si própria e não através de cânones de épocas anteriores” (MARROU, 1979, p. 15). Desta forma, propunha uma reavaliação do período, identificando-o não como uma dissolução definitiva do sistema estrutural do Império Romano, mas sim um tempo de transição, no qual um novo espírito se manifestava nos mais variados domínios da vida e na relação dos homens deste tempo com o mundo (MARROU, 1979, p. 15). O autor também apresentava as vinculações existentes entre o paganismo e o cristianismo, o que fez com que a Antiguidade Tardia também fosse entendida como uma síntese gerada pela fusão da cultura pagã clássica com os valores cristãos.

Esta perspectiva ficou mais evidente com Peter Brown, a partir da publicação em 1971 da obra *The World of Late Antiquity*⁴. Esta obra defendia que o último período do Mundo Antigo (200-700 d.C.) passou por grandes transformações determinantes da evolução da Europa no Ocidente, sendo marcado por tensões que delimitavam as mudanças e continuidades em relação a Antiguidade Clássica, mas que mostrava-se extraordinariamente criativo (BROWN, 1972, p. 7-9). Se o mérito desta vertente foi oferecer uma importante contribuição à compreensão dos elementos culturais do período, até então relegados a um segundo plano enquanto objetos de estudos, ela pouco aprofundava os debates em relação ao âmbito político e social.

Oliveira (2007/2008, p. 129) afirma que um dos relevantes trabalhos que

⁴ Em português a obra recebeu o título *O fim do Mundo Clássico: de Marco Aurélio a Maomé*.

questionou este campo de pesquisa foi o artigo de Andrea Giardina (1999) *Esplosione di Tardoantico*, no qual o autor criticava a valorização excessiva dos aspectos positivos da Antiguidade Tardia que conduzia à recusa de qualquer mudança considerada negativa. A abordagem do autor evidencia que ao se denominar “Antiguidade Tardia”, a própria expressão “Tardia” era capaz de reconhecer, mesmo que implicitamente, uma descaracterização deste período em relação à Antiguidade Clássica (GIARDINA apud: OLIVEIRA, 2007/2008, p. 129). Acreditamos que tal descaracterização estaria relacionada aos recorrentes e manifestos problemas referentes à manutenção da unidade imperial (integração das províncias, instabilidade do poder imperial, pressões nas fronteiras, entre outros) que tornaram imprescindíveis a reconfiguração política e ideológica das estruturas do Império.

Sobre a particularidade da Antiguidade Tardia, Renan Frighetto considera que:

(...) novas concepções ideológicas, representadas pelo pensamento neoplatônico e cristão, acabaram por transformar as ideias características e oriundas dos tempos clássicos e helenísticos. Assim, podemos dizer que se tratava de uma tradição transformada que mantinha a sua característica legitimadora, agregando as novas criações provenientes do pensamento tardo antigo, inclusive sob o ponto de vista político. (FRIGHETTO, 2012, p. 23)

A ideia de transformação do período da Antiguidade Tardia relacionada aos aspectos políticos pode ser evidenciada a partir da paulatina falência destas instituições tradicionais que asseguravam a integração e a unidade do mundo romano. Gerava-se assim a necessidade de se reorganizar as estruturas de poder que, cada vez mais, ficavam distantes da tradição republicana clássica, sem, no entanto, perder o vínculo com ela. Logo, do ponto de vista político-institucional, ficou evidente a desestruturação política do Império Romano. Por estas razões, a Antiguidade Tardia pode ser entendida como profundamente vinculada ao seu passado clássico e helenístico, ao mesmo tempo em que apresenta uma mudança em relação à estrutura política. Por isso, elementos próprios do mundo tardo antigo apresentam em sua maioria vínculos com uma tradição anterior sem estabelecer uma relação acentuada de ruptura.

Diante de tais considerações, procuramos entender que o conceito de

Antiguidade Tardia abarca o âmbito político e se expressa sob a forma de um governo próprio. Assim, concebemos em seu recorte cronológico o final do século III d.C., por identificarmos nos panegíricos latinos produzidos neste período elementos que procuravam dar fundamentos a uma nova prática do poder imperial que se estabelecia, e, em busca de garantir a legitimidade do soberano e sua política, resultava na produção de uma teorização sobre o poder imperial por meio da construção da imagem deste governante. Assim, os panegíricos assumiam o papel de discursos voltados a uma constituição ideológica ao mesmo tempo que estabeleciam vínculos entre o poder imperial e demais regiões do Império.

Para Marilena Chauí, no debate sobre a ideologia, uma das possibilidades de compreensão do conceito, é entendê-lo enquanto um conjunto de ideias independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais ideias expliquem a realidade (CHAUÍ, 1980, p. 5). No entanto, a autora problematiza esta visão afirmando que, de fato, seria a própria realidade que torna compreensível as ideias elaboradas sobre ela, e não o contrário. Assim, ao pensar a produção panegirística do final do século III e IV d.C., verificamos que este tipo de obra laudatória encontra sua razão de ser no próprio contexto do final do mundo romano, que, em meio a circunstâncias instáveis, vale-se de elementos distintos em busca da manutenção de sua unidade. Em seu trabalho sobre a monarquia visigoda, Valverde Castro reforça a ideologia como uma das bases para o exercício do poder. Para a autora, a teoria política visigoda está inscrita em um marco ideológico que se delimita e consolida de forma paralela as novas condições materiais (VALVERDE CASTRO, p. 179). Partilhando desta argumentação, ao pensar na ideologia expressa nos panegíricos, entendemos que ela não se restringe a um conjunto de ideias de uma época que serviria para a explicação do real. Ao fazer referência ao caráter ideológico dos panegíricos, ressaltamos seu papel como propagador de uma prática ligada a determinados interesses, no caso, a promoção imperial.

Trabalhando com a formação da ideologia imperial no período do Principado de Augusto, John A. Lobur explica que a transformação operada por ele enquanto soberano englobou uma reestruturação real e completa do poder político, e que isto exigia mudanças na ideologia imperial (LOBUR, 2008, p. 4). Vemos movimentação semelhante na reformulação do poder imperial durante a Antiguidade Tardia. Sendo um período de transição, caracterizava-se por uma nova conjuntura política,

econômica e social, decorrente de uma adaptação da estrutura imperial clássica⁵ frente à necessidade de contornar os conflitos internos e externos sofridos pelo Império. Tal realidade demandava mudanças na forma de se conceber o poder imperial.

Para Clifford Ando (2000, p. XIII), a ideologia imperial surge de um diálogo complexo entre o centro e a periferia. Nesse processo, o autor entende que a anexação das regiões por Roma e o reconhecimento do exercício do poder do Imperador nestas localidades dependia do compartilhamento de um conjunto de crenças e práticas que sancionavam uma noção romana de ordenamento social, sendo as relações entre as províncias, cidades, pessoas e Imperadores orientada por mecanismos que tornavam a repartição de riquezas e poder moralmente aceitáveis para aqueles que estavam aparentemente em desvantagem (ANDO, 2000, p. 5).

Assim, a construção da ideologia imperial estava relacionada à articulação de valores que orientavam os residentes do Império como membros de uma comunidade universal. Por este motivo, percebemos que as transformações da política imperial no século III d.C. foram resultantes de uma necessidade prática devido à fragmentação de um poder unitário, de um processo de mudança em diversos outros setores do mundo romano, e assim sendo, a formação da Tetrarquia e o processo de legitimação do poder imperial permitem compreender alguns desses elementos característicos do final do século III d.C.

A desestruturação da relação do poder central com as províncias e de difusão das relações pessoais ao invés da promoção por meio das instituições - fatores que, no seu extremo, levavam ao enfraquecimento da autoridade imperial - possibilitou o desenvolvimento de uma reestruturação prática dos limites e funções do Imperador. Conseqüentemente, em um mesmo movimento, em uma reformulação teórica e ideológica acerca de seu poder e de sua legitimidade, culminando na formulação do *Dominato*.

Entendido enquanto uma modalidade específica do sistema político-ideológico

⁵ Os romanos não tinham necessidade de defender a validade da tradição, ou derrubá-la e reconstruir as bases imperiais do zero, por isso as transformações remontavam e articulavam aspectos que oferecessem soluções para os problemas expostos (LOBUR, 2008, p. 2).

que vigorou entre os séculos III e IV d.C., um dos marcos adotado pelos historiadores para datar a emergência do *Dominato*, grosso modo, foi o período de governo do Imperador Diocleciano (SILVA; MENDES, 2006, p. 193). Principalmente porque este soberano conseguiu empreender reformas de princípios autocráticos, que não se restringiram somente à incorporação de novos símbolos de poder – através da regulamentação da simbologia dos cerimoniais e rituais –, mas também em aspectos efetivos do Estado, concernentes à administração, fiscalização e questão militar, o que acabou propiciando um maior controle do poder imperial sobre a vida pública. Por sua vez, o Imperador Constantino (306-337 d.C.) é considerado como o legatário dessa política, ao conseguir dar continuidade a estas reformas consolidando assim o *Dominato*, que afirmamos em síntese, como:

(...) uma entidade política fundada numa dinâmica particular de interação entre o Estado e a sociedade que se desenvolveu como uma estratégia reguladora diante de uma grave situação de instabilidade política com a finalidade de gerir as pressões externas e as disseções internas. (SILVA; MENDES, 2006, p.197)

No que diz respeito à restauração da instituição imperial em crise, a proposta do *Dominato* apresentava a incorporação progressiva de novos símbolos de poder que orientariam a política imperial para a centralização de poder nas bases da monarquia de tipo oriental. Isso se manifestou através da incorporação de rituais cerimoniais oriundos desta região, a exemplo da *proskynésés*⁶ que tinha como o modelo o Grande Rei da monarquia sassânida (TAVEIRA, 2002, p. 47).

Ao que tudo indica, esta nova organização do poder no Império Romano

⁶ O ritual da *proskynésés* também encontra exemplo em prática ritual dos império Aquemênida (persas) que alude a prática aristocrática de curvar-se diante de alguém com o status mais alto, o que não tinha uma relação com a sacralidade. Esta vinculação possivelmente foi uma concepção dada pelos gregos, quando da sua importação por Alexandre. Mais especificamente sobre a relação do ritual da *proskynésés* com o culto imperial encontramos um artigo de Gonzalo Bravo, publicado em 1997. Neste texto, o pesquisador argumenta sobre a existência de um processo evolutivo de concentração gradativa de poder nas mãos do *Princeps*, uma vez que a busca pela unidade imperial necessitava de um princípio de coesão entre os habitantes, e, esta centrava-se na divinização do regente. Entretanto, afirma que este ritual tornou-se parte integrante do culto imperial romano após sofrer transformações em sua natureza, que o conduziu a uma função política implícita na sua prática (BRAVO, 1997, p. 177-191). Para Silvia Acerbi, a *proskynesis-adoratio* (gesto de inclinação com a cabeça até o solo) era prática obrigatória na corte bizantina, na qual estabelecia que além do ato de reverência, ninguém podia tocar o Imperador, nem sentar diante dele ou mesmo falar, que tudo poderia ser considerado sacrilégio: era o cume da sacralização do Imperador (ACERBI, 2007, p. 212).

culminou na própria redefinição dos parâmetros da relação do homem com o sagrado, cujo limite seria a concepção do poder do Imperador sob um viés eminentemente religioso. Nesse sentido, cada vez mais o soberano passaria a ser revestido com atributos de salvador e restaurador, considerado um modelo de virtude para seus súditos, simbolizado pela divinização do Imperador ainda em vida (SILVA; MENDES, 2006, p. 201), o que ocasionou com que tudo o que lhe dizia respeito também se elevasse ao âmbito do sagrado.

Durante o final do século III d.C. não verificamos esta prática com a proeminência que observamos por exemplo no governo de Constâncio II (337-361 d.C.). No entanto, entendemos que os reveses motivados pelas seguidas usurpações do poder imperial no século III d.C. foram um dos elementos que impulsionaram a consolidação do sistema político-ideológico do *Dominato*, na medida em que os sucessivos abalos da autoridade imperial compeliram à transformação na forma de se conceber teoricamente o poder:

Para nós, as relações que ocorrem no final do século III com relação ao culto imperial não atestam de modo algum um enfraquecimento ou um esvaziamento, mas, pelo contrário, uma expressiva mudança *qualitativa* do próprio culto, a partir da sua exteriorização em símbolos e rituais que reforçam agudamente os poderes místicos do soberano, sendo imprescindível para esse fenômeno a contribuição Cristã a partir de Constantino. (SILVA, 2003, p. 26)

Sob estas perspectivas, os panegíricos latinos se expressam como um instrumento de renovação ao propor como ideal a prática política centrada no soberano. Não encontramos nesses discursos uma crítica substancial à reestruturação imperial, ao contrário, notamos que ela centra-se nas usurpações do poder e na tentativa de reverenciar o soberano homenageado enquanto salvador e restaurador. Ao estabelecermos o *Dominato* na qualidade de um sistema político-ideológico, entendemos que a utilização da tradição enquanto fonte legitimadora é base da nova estrutura política. Essa compreensão reporta ao fato de que um dos elementos utilizados nessa reestruturação teórica acerca da concepção de poder se amparou no conceito da *Basileia*. A origem da *Basileia* remete ao mundo grego, e tinha em sua teorização a preocupação em desenvolver uma clara distinção entre a realeza e a tirania, e em tal distinção, a *Basileia* era considerada como a melhor

forma de exercício político, ou seja, como a melhor *Politeia* (HIDALGO DE LA VEGA, 1995, p. 29).

A fusão do ideal da *Basileia* com as influências das monarquias orientais de natureza religiosa consolidou durante os séculos III e IV d.C. uma íntima associação entre o sagrado e o profano, conforme consideramos acima, e, conseqüentemente, essa associação norteou o reconhecimento da natureza superior e transcendente do Imperador, na qual o poder do soberano seria designado diretamente por um deus, identificado pela devoção e adoção do nome deste deus pelo Imperador (SILVA; MENDES, 2006, p. 201). Todavia, a concepção mística da *Basileia*, na qual ficava consagrado o caráter sacro e inviolável do *Dominus*, teve apogeu somente no governo de Constâncio II (a partir de 337 d.C.), herdeiro de Constantino. Celso Taveira assevera ainda que esta característica foi explicitamente manifestada quando os documentos de ordem pública e privada dos séculos IV ao VI d.C. passaram a utilizar a expressão *basileus* ao fazer referências aos soberanos (TAVEIRA, 2002, p. 60-66).

A partir da análise dos panegíricos latinos produzidos durante a Tetrarquia já conseguimos identificar alguns elementos sobre certo caráter sagrado do Imperador, e a ênfase dada tanto pelos panegiristas, quanto por Aurélio Víctor e Eutrópio em seus breviários, nas características positivas e virtude dos Imperadores, permite identificar que os autores procuram construir a ideia de um governo dos melhores e mais aptos, legitimada a partir da seleção de memórias de um passado glorioso.

Evidenciando uma assistência direta dos deuses relacionada às práticas virtuosas do governante, o conjunto das virtudes imperiais também era utilizada para fundamentar a imagem do soberano ideal. A *pietas*, *felicitas*, *victoria*, *virtus*, simbolizariam a reprodução sobre a terra da ordem divina (SILVA; MENDES, 2006, p. 201). O bom Príncipe era, portanto, o portador de boas virtudes que contribuíam para ampliar o consenso universal (FRIGHETTO, 2012, p. 25).

O reforço dessas características intensificava a crença na legitimidade do poder do *Princeps* entre os governados, que era a premissa para o exercício do poder político. Assim, a representação do poder deveria se estruturar de forma precisa e calculada, aliando-se a divulgação da política imperial, tanto no sentido de ser socialmente compartilhada, como de ser reforçada e perpetuada (LOBUR, 2008, p. 4).

A somatória desses múltiplos elementos caracterizam a preocupação com a construção da imagem do Imperador Romano no século III d.C., processo que seria responsável direto pelo triunfo ou malogro da legitimação do poder. A construção da imagem do bom soberano desvela que só o poderio bélico não era suficiente para assegurar a continuidade do poder. Sendo assim, reconhecemos que o poder imperial só se conservaria através de múltiplos fatores, os quais George Balandier entende como produção de imagens, manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial, em que o passado coletivo, elaborado em uma tradição, em um costume, seria a origem da legitimação (BALANDIER, 1980, apud: GONÇALVES, 2002, p. 21). Com estas considerações, acreditamos ser necessário compreender a ação das legiões e seus generais enquanto um dos recursos componentes do processo que se constitui com a ascensão, manutenção e legitimação do poder imperial.

O processo de reconhecimento e aceitação do governante no amplo território imperial, caracterizado por um momento de situação política instável, somado à impossibilidade de o Imperador se fazer presente em todas as partes do Império, tornavam a necessidade de representação imperiosa (ALENCAR, 2007, p. 61).

Em relação às representações imperiais nos discursos panegirísticos e breviários, entendemos que ela está intimamente relacionada ao conturbado contexto de final do século III d.C. Assim como Peter Burke (1994, p. 15) afirma, em seu estudo sobre Luís XIV, que a imagem do rei estava sob constante revisão, os panegiristas latinos também adequaram o elogio prestado ao soberano aos acontecimentos que os circundavam; já os breviaristas, procuravam salientar os acontecimentos que contribuiriam para a afirmação positiva da prática política de que participam. Uma vez que Burke argumenta que essa imagem construída era considerada uma produção coletiva amparada em modelos e rituais precedentes (BURKE, 1994, p. 60), percebemos que os panegiristas e breviaristas também se preocupavam em estabelecer e justificar a exaltação da imagem do soberano em revisão relacionada com o passado tradicional, prosseguindo com a estrutura argumentativa fundamentada nos princípios do *Dominato*.

Quando abordamos então a formação da Tetrarquia sob a ótica dos panegiristas e breviaristas, estamos procurando identificar o procedimento de estruturação dessa forma de organização política. Para além da formulação de uma

imagem idealizada dos soberanos, a construção da legitimação dos soberanos que estavam à frente deste processo de reorganização era parte constituinte da construção de uma unidade imperial no século III d.C. Ana Teresa Marques Gonçalves (2002, p. 69) realça que para conseguir a legitimidade e autoridade, o soberano precisava criar e divulgar suas imagens, processo que define como propaganda⁷. Ainda segundo a autora, as formas de propaganda estavam relacionadas ao contexto social, econômico, político e cultural onde se constituem, sendo um complemento ao braço armado, à distribuição de benesses e à formulação de alianças por parte dos Imperadores (GONÇALVES, 2001, p. 66). Foram esses vínculos que procuramos identificar ao questionar a exaltação em torno dos soberanos presente nos documentos estudados.

Justamente devido a essas questões que relacionam a propaganda com as demais políticas de legitimação que foi possível perceber a preocupação do poder imperial com a imagem do Imperador, não só em Roma ou na Itália, mas também na Gália, onde grande parte dos panegíricos foram produzidos e pronunciados. Burke (1994, p. 108) afirma que os últimos Estados incorporados por um governo central eram aqueles que mais requeriam atenção, por preservarem mais a independência em relação ao novo centro de poder, ou seja, o governo tinha a consciência de que era preciso cultivar a opinião pública nas províncias.

Assim, a imagem do Imperador passava a ser constituída a partir dos vínculos tradicionais, resgatando elementos da memória da sociedade romana na tentativa de estabelecer um elo com o presente: “[...] como se a lembrança fosse um ponto de referência que nos permitisse situar em meio à variação contínua dos quadros sociais e da experiência coletiva histórica” (DUVIGNAUD, 1990, apud: HALBWACHS, 1990, p. 14). Jean Duvignaud segue a afirmativa acima enunciando que esta pode ser uma explicação para que nos períodos de calma ou rigidez momentânea das estruturas sociais a lembrança coletiva tenha menos importância que nos períodos de tensão e crise – fato que se relaciona diretamente ao contexto de produção dos panegíricos, o que pode ser então uma das explicações para a

⁷ Em sua tese de doutoramento, ao trabalhar com a construção da imagem imperial no governo de Septímio Severo e Caracala, Gonçalves (2002) procurou desenvolver o conceito de propaganda. De uma forma geral, é possível dizer que a propaganda consistia em um dos mecanismos de procurar uma coesão social mínima, a qual auxiliaria na comunicação do soberano com seus súditos, na produção da figura do Príncipe e na influência social junto aos governados, sendo assim indissociável ao estudo do poder na sociedade romana.

utilização deste recurso pelos oradores.

A construção de uma memória positiva do soberano e de sua prática política é objetivo dos autores dos documentos que trabalhamos, pois estabelecem uma relação de vínculos entre o grupo social que produz essas obras e o poder imperial, pois a memória, sempre carregada por grupos vivos, está em evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento e, assim, vulnerável a todos os usos (NORA, 1981, p. 09). Destarte, entendemos o processo de construção e propagação da memória como parte das lutas das diferentes forças sociais pelo poder. Fato observável a partir da análise dos panegíricos latinos e do *Breviarium Historiæ Romanæ* de Eutrópio, e *Liber de Cæsaribus* de Aurélio Victor, já que a mudança na situação política à época de sua elaboração tornava necessário aos oradores suprimir ou mesmo corrigir informações anteriormente referenciadas para que a idealização dos soberanos fosse efetivada: “Onde um interesse vital era afetado, tornava-se imperativo que se fizessem correções” (FINLEY, 1989, p. 22).

As considerações aqui discutidas implicam estruturar esse trabalho a partir de eixos que problematizassem os discursos panegíricos como vínculos de relação entre as províncias, em particular a Gália, e a autoridade imperial, questionando a correlação entre a comunicação e produção oficial como mecanismos de legitimação do poder e propaganda da prática política durante a constituição da Tetrarquia imperial.

Procuramos então desenvolver esta pesquisa em três capítulos. No primeiro, tivemos por objetivo trabalhar as relações entre o poder e a escrita na Antiguidade Tardia. Para isso procuramos discutir sobre as escolas retóricas e a comunicação política no século III d.C., por entender que para garantir a legitimidade do soberano, a política imperial potencializou mecanismos de comunicação, como os discursos panegíricos. Essas obras se mostraram como um importante elo entre a autoridade imperial e as diversas regiões que integravam o mundo romano. O foco particular estudado foi a Gália, renomado centro de estudos, onde foram produzidos os panegíricos que trabalhamos.

Assim, pretendemos discorrer sobre o poder da palavra e da escrita no mundo antigo ao trabalhar com a utilização dos diversos tipos discursivos como mecanismos utilizados para a manutenção da unidade política e de gestão do Império. Entendemos que a oratória pública adquiria significativa relevância na

propaganda da política imperial e isto acarretava na necessidade de controle desse tipo de produção, sendo os oradores designados a desempenhar com eficiência essa função de propagação.

Seguimos com a explicação do gênero panegirístico e a estrutura utilizada pelos oradores dos discursos. Procuramos relacionar as ocasiões de proclamação desses discursos com os demais instrumentos de legitimação do poder e também tratar sobre a ascensão do orador e sua colaboração direta com o poder imperial.

A compreensão do poder da palavra e o debate sobre a integração entre o poder imperial e as províncias conduziram nossa compreensão para a existência de um processo de configuração do poder que dependia de uma rede forte de comunicação. Por esta razão, procuramos trabalhar com a produção de narrativas que tinham como propósito a conservação da memória do passado em resposta às mudanças de ideias sobre a estrutura de poder e autoridade política. Para este fim, utilizamos as compilações produzidas por Aurélio Victor e Eutrópio, *Liber de Cæsaribus* e *Breviarium Historiæ Romanæ* respectivamente. Procuramos discutir sobre a caracterização desses gêneros literários e a preocupação do breviarista com a construção de uma história que fortalecesse a política imperial vigente, feita a partir de uma seleção de memórias que contribuíssem para a exaltação de personagens e de um passado tido como glorioso.

O segundo capítulo tem por objetivo analisar o contexto de reorganização política através da implementação da Tetrarquia Imperial por Diocleciano. Assim, procuramos problematizar que a proposta apresentada por este Imperador estava relacionada com as disputas imperiais ocorridas durante os anos de 235 e 284 d.C., período no qual verificou-se uma constante disputa e negociação entre o Senado e as tropas por ocasião da escolha do novo soberano, que, em quase sua totalidade, foi decidida por conflitos armados. Foram inúmeros Imperadores que ascenderam ao poder nestas circunstâncias (pelo menos 20), o que impossibilitava o estabelecimento de uma política consistente para a superação dos problemas que atingiam o mundo romano. Como exemplo, as diversas guerras nas fronteiras, a questão econômica, as incessantes disputas pelo poder e as querelas religiosas.

Assim, buscamos analisar a relação entre o poder imperial e as províncias a partir da constituição do *Imperium* e a sua integração com as regiões anexadas, observando como os panegiristas e breviaristas trabalharam a necessidade de

retratar os conflitos ao mesmo tempo em que promoviam a ideia de unidade. Desta forma, como fecho deste capítulo, trabalhamos com a constituição da Tetrarquia sob a ótica dos panegiristas latinos.

O terceiro capítulo tem como escopo a discussão sobre a constituição da autoridade imperial e a legitimação do soberano relacionada à configuração e manutenção da unidade do Império Romano em finais do século III d.C. Percebemos que a reestruturação imperial e a redefinição da imagem e autoridade do governante apresentaram-se como consequências da multiplicação das usurpações do poder, e assim, procuramos trabalhar com os episódios de usurpação do poder que são apresentados pelos panegiristas: Caráusio e Aleto, que tomaram o poder no norte da Gália e Britânia entre final de 286 d.C. e início de 287 d.C. até o ano de 293 d.C.

Empreendemos o debate sobre o conceito de usurpação buscando a compreensão dos acontecimentos que poderiam caracterizar um aspirante ao poder enquanto um usurpador, e assim, trabalhamos com o estabelecimento da oposição do Imperador legítimo ao usurpador. Verificamos que tal debate estava relacionado à falta de regras sucessórias consistentes para garantir a transição do soberano. Assim, procuramos nos panegíricos latinos e nos breviários de Eutrópio e Aurélio Victor referências sobre a problemática da indicação de um sucessor e dos grupos que se encontravam nesta disputa para a nomeação do soberano subsequente. Com esses dados, procuramos relacionar este processo com a legitimação do poder do Imperador e seu reconhecimento enquanto governante, contribuindo assim para a manutenção da unidade no mundo romano.

Por fim, encerramos este capítulo com uma discussão sobre a utilização das virtudes imperiais no desenvolvimento e na construção da imagem do bom soberano, a partir do qual tentamos evidenciar a contribuição do uso de determinadas virtudes – como a *concordia*, *victoria*, e *pietas* – nos discursos imperiais para o processo de constituição e, conseqüentemente, de estabelecimento da autoridade do Imperador.

CAPÍTULO 01

ESCRITA E PODER NA ANTIGUIDADE TARDIA

As fontes documentais escritas foram, por muito tempo, o principal suporte para o estudo da Antiguidade. Era através dos documentos escritos que sobreviveram ao longo dos séculos que o historiador procurava reconstruir um passado distante. Com o aprimoramento do conhecimento histórico, a predileção deste tipo de documento deixou de ser unívoca e a utilização dos vestígios materiais como fonte de estudos viabilizou a expansão do campo de pesquisa. Mas, longe de rejeitar estes antigos documentos, o hodierno contexto de produção histórica explora-o, revisita os textos e discursos produzidos na Antiguidade e viabiliza a compreensão da literatura latina como correspondente ao panorama sociocultural e político do Império Romano. Nas palavras de Zélia de Almeida Cardoso, a literatura latina apresenta características marcantes nos diferentes gêneros em que se expressa e que correspondem aos momentos distintos da própria civilização romana (CARDOSO, 2003, p. XII-XIII).

Ao escolher tanto os breviários quanto os panegíricos produzidos nos séculos III e IV d.C. como material básico de pesquisa, procuramos compreender que tanto o contexto histórico, quanto a vida do autor, e até mesmo a linguagem e estrutura utilizada nos discursos fornecem elementos importantes para a compreensão do desenvolvimento das relações de poder que culminaram na consolidação da Tetrarquia imperial, relacionado às múltiplas formas com que o poder do soberano foi conformado e representado.

Tanto os panegíricos latinos, quanto os breviários, apresentam em seu conteúdo elementos políticos e culturais que possibilitaram sua compreensão enquanto um instrumento de construção ideológica e de propaganda política, tanto de personagens, quanto de localidades que se destacaram pela importância administrativa e econômica, principalmente durante os últimos séculos do Império Romano. Destarte, iniciamos nosso trabalho com a investigação do papel político adquirido pela retórica enquanto instrumento da comunicação política imperial para posteriormente analisarmos as particularidades dos panegíricos e breviários à luz do

contexto de sua produção no século III d.C e IV d.C.

1.1 Retórica, oratória e a comunicação política no século III d.C.

Estudar documentos produzidos durante os séculos III e IV d.C. nos remete novamente à discussão sobre a caracterização da Antiguidade Tardia. Isto porque a perspectiva de que o Império estava decadente durante este período não pode deixar de influenciar as análises a respeito deste tema. Assim, ponderava-se que a concentração de poder nas mãos dos soberanos seria um fator que cercearia a produção de narrativas fidedignas sobre a história do povo romano (HERRERO LLORENTE, 1969, p. 19), fazendo com que as obras do período fossem consideradas inferiores, porque o que prevaleceu foi a produção de subgêneros, como biografias, epítomes e breviários (HARTO-TRUJILLO, 2002, p. 32).

Acreditamos que, ao analisar os documentos textuais, qualquer que seja o período estudado, o historiador tem a necessidade de refletir sobre o contexto de produção destas obras. A reelaboração do passado requer um processo de reordenação da memória, o que sugere que o conteúdo ou a estrutura escolhida para a organização do documento tem relação com os anseios do período. Ou seja, entender que a realidade impõe limitações à narrativa que trabalha com memórias coletivas, selecionando-as de forma pertinente (ALENCAR, 2012, p. 154), significa perceber que a linguagem se relaciona às disputas dos diversos grupos pelo poder.

Assim, ao analisar os contextos dos séculos III e IV d.C., temos a possibilidade de compreender a abundância de textos laudatórios, como os panegíricos, e resumos, como os breviários e epítomes, conforme veremos nos próximos itens deste capítulo.

Estas considerações evidenciam que o conjunto de características da produção literária desta época não deve ser entendido como um demérito dos autores e retóricos. É preciso que o pesquisador reconheça que estes compositores reproduziam em sua obra os valores e as demandas que caracterizam a própria época em que vivem, mas nem por isso as normas literárias deixaram de ser objeto de atenção dos autores latinos tardios. Suas produções seguiam o aprendizado que

tiveram com seus professores e nas escolas de formação retórica, sempre de acordo com o gênero escolhido.

Todavia, como o processo de comunicação não se fundamentava apenas na produção literária, a propagação destes textos significava também a atenção com sua proclamação, sendo a oratória seu complemento. Em um estudo sobre o conjunto da obra de Cícero referente ao final do período republicano, C. E. W. Steel debate sobre a indispensabilidade de investigarmos nela elementos que possibilitem entendermos a utilização da oratória enquanto ferramenta política efetiva, o que nos levaria a uma contextualização da oratória, e, inevitavelmente, da utilização da retórica enquanto elemento indispensável dos discursos públicos (STEEL, 2001, p. 9).

Erik Gunderson define que a declamação era uma peça retórica sobre determinado tema, e assim, para além de sua prática em ocasiões solenes oficiais, as técnicas da oratória poderiam ser utilizadas para o treinamento escolar daqueles que almejavam ser oradores públicos ou políticos influentes, ou mesmo daqueles que buscavam entreter um círculo de amigos ou ainda um público mais amplo, como uma exibição de destreza verbal (GUNDERSON, 2003, p. 1).

Sendo assim, percebemos que a produção literária estava vinculada diretamente à preocupação do homem romano em encontrar as melhores formas para se expressar em público, com o objetivo de conquistar seu ouvinte e persuadi-lo, desenvolvendo, portanto, técnicas de oratória que acabaram por fazer da eloquência uma arte (CARDOSO, 2003, p. 150). Isso demonstra que, mais do que pelos conhecimentos técnicos ou científicos, os homens cultos da Antiguidade eram identificados pelo domínio que tinham da cultura filosófica, da arte oratória e consequentemente da sua técnica, ou seja, da retórica. Thomas Habinek (2005, p. 16) observa que a capacidade de alguns oradores de influenciar um público mais do que outros, de prender a atenção do público por considerável tempo, de retirar vitórias inesperadas em ensaios ou de moldar a política de forma consequente, transformou-os em exemplos heróicos.

O exercício da retórica no Império Romano estava relacionado à educação retórica grega do terceiro século a.C., e a prática da declamação sempre esteve presente na cena retórica, para além do período do Principado (GUNDERSON, 2003, p. 2). Henri-Irénée Marrou (1975, p. 306-307) expõe, em seu estudo sobre a

educação na Antiguidade, que o prestígio da oratória sobreviveu às condições sociais que a originaram, sendo que o desenvolvimento da eloquência e de sua técnica aperfeiçoou-se e transformou-se com o fim do regime político da cidade democrática de estilo ateniense.

Se a teoria retórica e a prática da oratória se relacionavam entre si (STEEL, 2001, p. 11), a utilização da linguagem poderia conferir ao orador não apenas uma importância artística, mas também eficácia política ao ser entendida enquanto um elemento da vida pública. Evidenciando este papel, Geoffrey S. Sumi (2005, p. 221-228) explica que a oratória pública poderia ser considerada como um dos fatores que definiam a política romana em quase todos os momentos de sua história, permanecendo como o principal meio de comunicação entre a elite política e o povo romano. Diante do vasto território sob o domínio do Império Romano, a manutenção do poder do *Princeps* e da unidade em si, requeria que o governante mantivesse uma rede regular de informações, promovendo, assim, uma das veias do processo de integração entre Roma e as províncias, o que poderia fazer com que a comunicação fosse concebida como uma representação do poder imperial (MILES, 2005, p. 37-44).

A percepção de que as letras poderiam ser colocadas a serviço da política (CARDOSO, 2003, p. 59-60) fez com que os diversos tipos de discursos pronunciados nos cerimoniais públicos fossem considerados como meios de comunicação e propaganda basilares, que poderiam servir para uma variedade de propósitos.

Tal finalidade pode ser percebida através de uma passagem do panegírico produzido por Eumênio¹, a qual apresenta a argumentação do orador sobre a utilização da retórica e oratória em ocasiões distintas:

Os espíritos se armam para a luta, enquanto que aqui combatem. Na escola é a preliminar, aqui é preciso compromisso com a luta. Aqui eles brigam, a maior parte do tempo, por assim dizer, com paus e pedras, lá com armas brilhantes. Aqui se aplaude o orador que está pingando de suor e sujo de poeira, quanto na escola o orador era elogiado pelo seu traje e excelente

¹ Vide item 1.2, onde realizamos a apresentação deste autor e seu panegírico.

retórica.²

Ibi armantur ingenia, hic proeliantur. Ibi prolusio hc pugna committitur. Hic plerumque uelet sudibus et saxis, illic semper telis splendidibus dimicatur. Hic sudore et quasi puluere sordidus, illic insignis ornatu laudatur orator, (...). (Pan. Lat. V (9), II, 4)³

A comparação que ele estabelece permite observar dois momentos distintos e dois espaços diferentes para o emprego e a utilização da retórica e da oratória: um referente à produção e outro à proclamação dos discursos, e, como espaços físicos, a escola e o fórum. Na escola, a repetição cotidiana dos exercícios retóricos conduzia o bom estudante ao aprendizado, e o seu reconhecimento como um bom orador estaria relacionado à excelência da retórica empregada nos discursos que passaria a confeccionar após concluída sua formação. No fórum, o bom desempenho da oratória era primordial para alcançar a persuasão, tanto que Eumênio compara a utilização da retórica e oratória com uma luta, uma vez que identifica em ambos o momento de preparação para posteriormente haver o enfrentamento direto. Luta esta que está relacionada à própria expressão *rhetor* (autor de uma arenga), que simbolizava a vida cidadina, a disputa em praça pública, por meio do embate de um com outro (FUNARI, 2011, p. 1).

Esta comparação entre estes dois momentos e dois espaços de utilização da retórica e oratória provavelmente foi feita com a intenção de valorar tanto o discurso público quanto os exercícios da escola. Acreditamos que este trecho é um exemplo da habilidade de Eumênio em justificar e se desculpar antecipadamente de uma possível deficiência em sua performance enquanto orador público ao mesmo tempo que demonstra sua formação e seu prestígio profissional, destacando aos seus interlocutores a importância das escolas retóricas para a vida pública.

² A tradução para o português dos panegíricos latinos citados foi feita de forma livre pela autora, amparada pela edição bilingue latim/francês de Édouard Galletier (1949) e pelas traduções para o espanhol de Victor-José Herrero Llorente e Francisco P. Samaranch (1969) e para o inglês feita por Nixon e Rodgers (1994).

³ Texto em latim disponível em: PANEGYRICI LATINI: *Panégyriques latin*. Trad. GALLETIER, Édouard. Paris: Belles Lettres, 1949. T I, II e III.

1.1.1 As escolas de retórica

A eficácia política da oratória, arte de falar com eloquência, fazia com que seu aprendizado fosse parte constitutiva da formação educacional de extratos superiores da sociedade romana, e, para dispor do conjunto de procedimentos para o bem falar e sua técnica, a retórica, era necessário frequentar as escolas de retórica ou ser aprendiz de um professor renomado. Estas escolas compunham a forma habitual de educação superior no mundo romano, e a possibilidade de frequentá-las já poderia ser considerada um fator de distinção dentro da sociedade.

Aurélio Victor⁴, autor do século IV d.C. que compôs um importante compêndio sobre a história romana, mostra-nos que a educação era um dos meios que poderiam promover ascensão social aos indivíduos, como foi o seu caso:

Eu em especial, nascido no campo de um pai humilde e inculto, alcancei uma vida bastante honrosa até este momento graças a tão grande estudos.⁵

Quo bonis omnibus ac mihi fidendum magis, qui rure ortus tenui atque indocto patre in haec tempora vitam praestiti studiis tantis honestiorem. (Aur. Vict., Cæs., 20, 5)⁶

Mas como ocorria a formação educacional até se chegar às escolas retóricas? Marrou (1975, p. 360-361) afirma que é impossível dissociar o início da formação educacional dos costumes ancestrais, o *mos maiorum*. A posição da tradição era então muito forte, e foi dentro do âmbito familiar que tal formação teve seu princípio, a partir da transmissão do sistema de valores morais. Com a expansão

⁴ Em relação a Aurélio Victor e sua obra *Liber de Cæsaribus*, ver o item 1.3 desde capítulo, no qual analisamos sua vida e contextualizamos a referida obra. É importante antecipar no entanto que Aurélio Victor ocupou cargos de grande importância na administração imperial.

⁵ A tradução para o português do *Liber de Cæsaribus* foi feita de forma livre pela autora, amparada pela tradução em língua inglesa de H. W. BIRD (1994) e espanhola de Emma FALQUE (2008).

⁶ Texto em latim disponível em <<http://www.thelatinlibrary.com/victor.caes.html>>. Acesso em: 14/11/2014.

territorial e a influência de outras culturas, principalmente a grega, percebemos que a educação romana sofreu uma influência peculiar, inicialmente com a adoção de professores em domicílio. Estes, normalmente escravos acompanhantes, eram denominados pelo nome grego *paedagogus*, como por exemplo o caso de Lívio Andrônico, que se tornou escravo em Roma após a tomada de sua cidade, Tarento (MARROU, 1975, p. 414).

A influência grega na educação romana fora latente, e, ao lado desta preceptoria particular, desenvolveu-se também o ensino público do grego, que conduziu a um movimento duplo: a aristocracia romana, paralelamente à educação grega que dava aos seus filhos, desenvolveu um ciclo de estudos transposto para a língua latina, e, assim, prosperaram uma série de escolas latinas, primárias, secundárias e superiores (MARROU, 1975, p. 381-387)⁷.

Rafael da Costa Campos (2008, p. 3), analisando a documentação do período e se apoiando na historiografia específica da área, expõe que, enquanto o ensino primário consistia basicamente na contagem e na formação silábica das palavras, o ensino secundário era encarregado aos *grammatici latini*, e tomou sua forma definitiva já em tempos de Augusto, com o estudo dos poetas latinos. Por sua vez, o ensino da retórica só apareceu em Roma sob a forma latina no século I a.C. Assim, a arte de escrever bem (gramática) se tornou também a arte de falar corretamente (oratória). Autores como Maria Helena da Rocha Pereira expõe que, se à gramática caberia determinar quais os usos que seriam corretos e legítimos na escrita, à retórica caberia a atualização num discurso, de determinados usos com vistas a torná-lo eficiente e persuasivo (PEREIRA, 1999, p. 35, *apud*: CAMPOS, 2008, p. 4).

A compreensão do poder da palavra enquanto agente ideológico ficou evidente quando o conhecimento e o domínio desta prática chegaram até mesmo a suplantam a filosofia na Antiguidade Tardia (SILVA, 2003, p. 143), e a influência e o prestígio adquiridos pelos oradores fizeram com que sua formação também fosse motivo de atenção na política imperial romana. Afinal, educar a classe dirigente no exercício do poder, mediante a atividade da oratória, foi por certo o objetivo

⁷ Importante reforçar que a formação de escolas não foi decorrente apenas da expansão territorial. Marrou (1975, p. 387) discorre que existem notícias de escolas primárias em Plutarco e Tito Lívio, podendo ser datadas desde o século IV a.C. No entanto, nosso intuito aqui foi demonstrar que, após o intercâmbio cultural favorecido pelas conquistas territoriais ocorreu um reforço e a ampliação das estruturas educacionais romanas.

pragmático que a retórica teve em Roma (PETERLINI, 2001, p. 131).

A atenção às escolas de retórica pelo poder imperial foi retratada de forma veemente no panegírico *Eumenii pro instaurandis scholis oratio* (298 d.C.) quando o orador disserta sobre a importância dos estudos sob orientação dos professores:

É, pois, perfeitamente conveniente e legítimo exercitar os espíritos da juventude nas imediações das divindades amigáveis de conhecimento, onde com pressão o espírito divino inspira a sabedoria; o deus da poesia inspira a eloquência, a virgem eterna a modéstia, e o deus que conhece o futuro a previsão. Que o mais seletos dos nossos jovens aprenda, ouvindo-nos pronunciar em primeiro lugar o que poderíamos chamar de fórmula solene, a celebrar as façanhas dos nossos ilustres Príncipes (que uso melhor pode ter a eloquência?) em um lugar no qual Júpiter, senhor dos deuses, Juno sua companheira e Minerva agradável possam escutar diante de algum tipo de altar, cantar os feitos de Juvios e Hercúleos.

Igitur ibi máxime et oportet et faz est exercere iuuentutis ingenia ubi tam propínqua sunt numina amica doctrinae, ubi ex próximo iuuat mens diuina sapientiam et carminum deus uocem et uerecundiam uirgo perpetua et providentiam praescius futurorum. Ibi adolescentes optimi discant, nobis quae sollemne carmen praefantibus, maximorum principum facta celebrae (quis enim melior usus est eloquentiae?), ubi, ante aras quodammodo suas, Iouios Hercúliosque audiant praedicari Iuppiter pater et Minerua socia et Iuno placata. (Pan. Lat. V (9), X, 1-2)

Percebemos pelo trecho destacado acima que Eumênio procura relembrar aos Imperadores a importância da manutenção das escolas para a política imperial, uma vez que tinham como uma de suas funções formar bons oradores que fossem capacitados para elaborar encômios e orações laudatórias aos Imperadores. Ao questionar qual seria o melhor uso da oratória, senão o elogio ao soberano, o orador acaba também por desvelar que a difusão e propagação dos discursos laudatórios poderiam ser um recurso proeminente no processo de legitimação do poder.

Se a análise dos panegiristas do século III d.C. nos permite inferir a importância da comunicação na política imperial conforme será abordado no próximo item, não podemos nos esquecer de que em tempos anteriores a utilização política das letras aparecia em outros tipos discursivos, como exemplo o amplo uso dos *contiones*, discursos que, durante o governo de Augusto (27 a.C.-14 d.C.), eram proclamados em funerais, cerimônias de *profectio* redictus, triunfos, entretenimentos

públicos e assembleias diversas (SUMI, 2005, p. 228-261). A preocupação por parte dos Imperadores com os aspectos educacionais fica evidente ainda durante a dinastia Flávia (69-96 d.C.), quando foi criado o primeiro cargo de professor pago com recursos imperiais (PETERLINI, 2001, p. 142).

Isto demonstra que o governo imperial acabou muitas vezes sendo levado a praticar uma política de intervenção na educação, concedendo favores de ordem fiscal e até mesmo encarregando-se da responsabilidade de remuneração dos docentes. Ainda, com Vespasiano (69-79 d.C.), boa parte dos professores de ensino secundário e superior beneficiaram-se das isenções dos encargos municipais (*munera*) (MARROU, 1975, p. 461). Encontramos outro exemplo no discurso de 298 d.C. sobre o favorecimento das letras pelo poder imperial, agora com referência à ênfase na atuação dos tetrarcas:

Quem, em efeito, dentre os Príncipes de outras épocas, se preocupou tanto em ver florescer o conhecimento e os estudos de eloquência como estes senhores da humanidade, tão bons e generosos?

Cui enim umquam ueterum principum tantae fuit curae ut doctrina atque eloquentiar studia florerent quantae his optimis et indulgentissimis dominis generis humani? (Pan. Lat. V (9), V, 2)

A presença de professores de retórica em diversas cidades do Império era comum, de forma que alguns desses centros de ensino nas províncias por vezes recebiam privilégios, ou então podiam ser mantidos com os recursos da municipalidade ou do poder central⁸. Em relação aos professores, estes muitas vezes ocupavam cargos administrativos importantes, como o caso de Eutrópio⁹, que, na função de *magister memoriae*, sob o governo de Valente (363-378 d.C.), elaborou

⁸ Marrou assevera que a instituição de escolas públicas era uma tendência geral, na qual o interesse voltado pela sociedade ao ensino era tão forte que cada vez mais parecia ser necessário que cada cidade tivesse escolas públicas providas, mantidas e supervisionadas pela municipalidade, sendo que diversos autores como Libânio, Santo Agostinho, Ausônio, fazem referências em seus escritos às escolas da Gália, Lyon, Constantinopla, Nicéia, Nicomédia, Antioquia (MARROU, 1975, p. 466-467).

⁹ Sobre a obra de Eutrópio e as funções administrativas que empenhou, vide o item 1.3, no qual tratamos sobre a relação das narrativas históricas e a política imperial.

um compêndio sobre a história do Império Romano, ou então desempenhavam a função de oradores públicos oficiais, como o caso de alguns panegiristas. Conseguimos identificar estes elementos no conteúdo destas obras, como demonstram as passagens abaixo:

Entretanto, posto que, graças a tua estima, cheguei ao cume de meus desejos e pude consagrar a teus ouvidos esta voz, por mais medíocre que seja, que foi exercitada em diversas tarefas da vida privada e do palácio, rendendo a sua divindade minhas mais vivas ação de graças.

Interim quoniam ad summam utorum meorum tua dignatione perueni, ut hanc meam qualemcumque uocem diuersis otii et palatii officiis exercitam tuis auribus consecrarem, máximas numini tuo gratias ago tibi. (Pan. Lat. VII (6), XXIII, 1)

Mas, posto que é impossível fazer o que ela deseja com toda sua alma, pois a natureza das coisas o impede, já que a distância que a separa de ti não te permite escutar suas aclamações que cada dia elevam ao céu seus louvores, eu me encarreguei espontaneamente de tratar, como as conveniências exigem, a alegre mensagem de minha pátria e de tomar a palavra não a título privado, como professor de eloquência, mas na qualidade de intérprete do reconhecimento público.

Sed quoniam id non potest quod gestit animo, natura non partitura clamoresque suos, quibus cotidie laudes tuas tollit in caelum, exaudiri a te non sinit interiecta longinquitas sua, id quo fieri decebat, gaudiorum patriae meae nuntium sponte suscepi, ut essem iam nos priuati studii litterarum, sed publicae gratulationis orator. (Pan. Lat. VIII (5), I, 2)

No momento de pronunciar o elogio solene de Constantino que sobressai a todos os Príncipes de todos os séculos na mesma medida em que os outros Príncipes têm deixado muito para trás os simples particulares, no momento de tomar a palavra em uma assembleia transbordante de alegria e transportada de uma felicidade que deve sua grandeza às primeiras festas Quinquenais dos bem-aventurados Césares, sinto que é impossível desejar e conceber uma eloquência capaz de trazer, como deveria ser, o brilho à cerimônia, da magnitude ao assunto meio de expressão para vosso entusiasmo.

Dicturus Constantini augustissimas laudes, qui tantum ultra omnium saeculorum principes eminent quantum a priuates ceteri principes recesserunt, et dicturus in coetu gaudiorum exultantium et laetitiae gestientis

quam cumulatorem solito beatissimorum Caesarum quinquennia prima fecerunt, sentio nullam eloquentiam nec optari nec concipi posse quae dignam afferat aut tempori gratiam aut materiae copiam aut uestris studiis facultatem. (Pan. Lat. X (4), 1, 1)

Verificamos nestes trechos o reforço do papel dos oradores na proclamação de discursos solenes em festividades ou ocasiões oficiais, bem como a proximidade da relação destes com o Imperador. Com o destaque da prática da oratória pública nestas celebrações conjecturamos que o interesse dos Imperadores pela educação prosseguiu por diversos momentos na história do Império, e que, no recorte cronológico do século III d.C., alcançou ampla notoriedade.

Marrou procurou demonstrar que a conduta da política imperial de intervenção na educação durante a Antiguidade tardia não poderia ser entendida enquanto apenas efeito do alargamento do poder imperial sob as diversas instâncias administrativas e executivas. Para o autor, este movimento deve ser visto como “[...] uma vigilância especial, uma deliberada solicitude” (MARROU, 1975, p. 471). Presumimos que o cuidado imperial referente à política educacional esteja relacionado com o potencial dos discursos públicos para o processo de legitimação do poder. Ainda, refletindo sobre os diversos mecanismos utilizados para garantir a unidade imperial, como a instituição de estruturas administrativas, postos e acampamentos militares, o estabelecimento de colônias, entre outros, as escolas podem ser entendidas como um elemento a mais neste processo.

O zelo com a educação estaria encadeado com a vantagem em estabelecer, a partir das escolas de retórica, uma rede de comunicação entre o poder imperial e as distintas regiões sob o domínio romano. A política educativa adotada pelos Imperadores privilegiava o fomento às escolas e a ascensão social de indivíduos com certo grau de instrução ao entender que a integração entre as diversas regiões do Império só seria possível a partir da constituição de uma vigorosa rede de comunicação. Além da propagação de discursos de louvor ao Imperador e obras resgatando a memória do Império, o processo de integração requeria a formação de agentes da administração imperial, e as escolas cumpriam este papel.

O panegírico de Eumênio nos mostra que, durante o ano de 298 d.C., ele fora indicado pelos Imperadores não só para dirigir a escola de *Augustodunum*, mas também para reconstruí-la, fazer com que ela recuperasse seu antigo esplendor:

«Nossos amigos galos merecem que nós nos interessemos por seus filhos que vivem em *Augustodonum* para instruí-los nas artes liberais, estes mesmos jovens que com uma alegre unanimidade fizeram um cortejo a mim, Constâncio César, no meu regresso a Itália, merecem que nós desejemos nos interessar por seus progressos. Que outra recompensa devemos conceder se não esta que a fortuna não pode nem conceder nem arrebatá-la? Assim nós cremos dever confiar a direção desta escola, que a morte de um mestre parece ter deixado órfão, a ti, de preferência, cuja eloquência e valor moral reconhecemos na gestão de nosso secretário.»

«Merentur et Galli nostri ut eorum liberis, quorum uita in Augustodnensium oppido ingenuis artibus eruditur, et ipsi adulescentes qui hilario consensu meum Constantii Caesaris ex Italia reuertentis susceperere comitatum, ut eorum indoli consulere cupiamus. Proinde quod aliud praemium his quam illud conferre debemus quod nec dare potest nec eripere fortuna? Vnde auditorio huic, quod uidetur interitu praeceptoris orbatum, te potissimum praeficere debuimus, cuius eloquentiam et grauitatem morum ex actus nostri habemus administratione compertam.» (Pan. Lat. V (9), XIV, 1-3)

Esta passagem no panegírico de 298 d.C. é uma reprodução da carta de indicação feita pelos Imperadores para que Eumênio se apresentasse enquanto o responsável pela escola de *Augustodonum*. Em relação à referência direta a Constâncio Cloro que aparece neste excerto existe um questionamento. Galletier e Samaranch acreditam que esta menção seja possivelmente uma glosa inserida por algum copista, e não um indício de que este discurso tenha Constâncio Cloro como Imperador homenageado (GALLETIER, 1949, p. 133; e SAMARANCH, 1969, p. 1194). Para ambos os tradutores, em relação ao estabelecimento dos homenageados, a passagem acima deve ser confrontada com o capítulo XV, no qual encontramos referência aos Imperadores e Césares (*quanta in his imperatorum et Caesarum*).

Este discurso é uma referência clara à promoção das escolas de *Augustodonum*, e este capítulo em específico nos mostra tanto a disposição dos professores nas funções administrativas, como a preocupação dos Imperadores com a organização das escolas. Por último, os dizeres da carta dos governantes demonstram a atenção da administração imperial com aquela cidade, e sua reprodução no panegírico corrobora a utilização destes discursos enquanto um instrumento de diálogo direto com os habitantes do Império, e não apenas um

dispositivo de louvor ao Imperador.

Logo, vemos que, não raro, regiões fora da Península Itálica conseguiram consolidar redes de instituições escolares de grande prestígio que auxiliaram a própria administração do Império, ao fornecer pessoal competente para as atividades burocráticas e também estabelecer um elo com o poder imperial.

1.2 Discursos panegirísticos e o louvor aos Imperadores

Os documentos textuais produzidos durante o Império Romano que resistiram ao longo dos séculos têm características variadas, de acordo com o gênero da obra e os traços estilísticos particulares de seus autores, e, em relação aos discursos panegirísticos produzidos ao longo dos séculos III e IV d.C., o que se manifesta à primeira vista é o aspecto apologético deste tipo de documento. Ao mensurar a definição do termo panegírico, verificamos que ele é pertencente à linguagem retórica grega (*panegyrikós*, que significaria reunião) (JOSÉ, 2011, p. 33), e teria sido utilizado originalmente para designar os discursos proclamados em complemento às assembleias solenes ou em reuniões festivas, como as que tinham lugar durante as *Panatenaicas* e os Jogos Olímpicos (SILVA; MARVILLA, 2006, p. 385).

Alguns estudos sobre os panegíricos, como os elaborados pelos tradutores e organizadores de duas das coletâneas que contêm os panegíricos latinos, Édouard Galletier (1949, p. VII-IX) e Víctor José Herrero-Llorente (1969, p. 25-28), apontam que a primeira obra do gênero panegirístico foi um discurso de Isócrates. Um dos grandes oradores gregos, Isócrates defendeu em seu panegírico, no ano de 380 a.C., a ideia de unificação da Grécia como único meio de evitar a invasão dos persas através de um louvor à cidade de Atenas (CORREDOR TAPIAS, 2012, p. 136). Considera-se que esta seja a primeira obra deste orador com intenções de propaganda política, e sua elaboração durou cerca de 10 a 15 anos (GUZMÁN HERMIDA, 1979, p. 199). Com o decorrer do tempo, esta terminologia passou a ser associada aos discursos laudatórios e encomiásticos realizados tanto em solo grego quanto em território dominado pelos romanos (GALETTIER, 1949, p. VIII). Um

panegírico poderia ser pronunciado em honra a uma pessoa¹⁰, a uma cidade¹¹ ou, de forma mais ampla, para glorificar a pátria, a religião, a divindade, entre outros motes escolhidos para encadear os argumentos persuasivos. As características estilísticas empregadas neste tipo de discurso relacionavam-se ao ensino das escolas fundadas por oradores e retores - os quais focavam na oratória enquanto arte suprema e na eloquência com finalidade cívica - em última instância, reconhecidas como escolas de formação política (PEREIRA, 2003, p. 480-483).

No Império Romano, com o engrandecimento da República e a conformação do território imperial dominado pelos romanos, os discursos panegirísticos obtiveram projeção, pois, além da necessidade de destacar personagens de prestígio, era costume que, na primeira vez em que o Cônsul falasse diante da Assembleia Centuriata, este aproveitasse a ocasião e fizesse elogio aos seus pares. Mas foi somente a partir do período imperial que tal tipo de discurso alcançou uma significação política relevante, ao ter o elogio ao Príncipe como eixo principal. Com esta característica, tornou-se comum que os panegíricos fossem proclamados em algumas das inúmeras ocasiões em que o orador fazia uso da palavra diante do soberano, como festas de nascimento, aniversários de fundação de Roma ou alguma outra cidade importante, aniversários de ascensão ao poder dos Imperadores, felicitações por uma campanha vitoriosa, entre outras possibilidades festivas de se promoverem orações públicas (GALETTIER, 1949, p. VIII).

Como argumenta Margarida Maria de Carvalho, transpassado pela cultura romana, o gênero panegirístico também passou a denominar um modelo discursivo elaborado para louvar ou criticar as ações dos Imperadores, por meio de um julgamento das ações passadas, presentes e futuras (CARVALHO, 2002, p. 27). A

¹⁰ Como exemplo, elencamos os panegíricos em homenagem aos Imperadores Trajano (autoria de Plínio o Jovem), Maximiano (autoria de Mamertino), Constâncio Cloro (autoria anônima) Constantino (autoria anônima e também de Nazário), Juliano (autoria de Claudio Mamertino) e Teodósio (autoria de Latinio Pacato Drepanio). Todos estes discursos encontram-se compilados em BAREÑO, Luis Escolar et al., *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969.

¹¹ O próprio panegírico de Isócrates traduzido por Guzmán Hermida (1979) poder ser uma referência, bem como o Discurso de Eumenio em prol da restauração das escolas de *Augustodonum*, compilado em diversas coletâneas, entre elas PANEGYRICI LATINI: *In praise of later roman emperors: the Panegyric Latini*. NIXON, C. E. V.; RODGERS, Barbara Saylor, trad. Berkeley/ Los Angeles: University of California, 1994; BAREÑO, Luis Escolar et al., *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969.; PANEGYRICI LATINI: *Panegyriques latin*. GALLETTIER, Édouard, trad. Paris: Belles Lettres, 1949. T I, II e III.

imagem do soberano idealizado era produzida por contraste com figuras consideradas inadequadas na arte da política, introduzindo um tom moralizante. Assim, o panegírico se converteu num rol de virtudes a serem proclamadas, como atributos dos Príncipes glorificados e, ao mesmo tempo, um elenco de vícios inerentes aos usurpadores ou figuras que haviam governado anteriormente ao soberano idealizado.

O panegírico, ao se constituir enquanto um discurso laudatório, possibilitava ao orador construir uma imagem idealizada do soberano homenageado, e, como bem salientou Burke (1994, p. 31-35), sua função não era fazer uma descrição real de suas ações, mas sim celebrá-lo, glorificá-lo, persuadindo os espectadores, ouvintes e leitores de sua grandeza a partir da utilização da retórica. Este tipo de característica permite perceber que o orador, em meio ao elogio do soberano, acaba necessariamente abordando acontecimentos de seu cotidiano, nomeadamente as incursões bárbaras ou as usurpações imperiais, por exemplo, e assim revela aspectos importantes da política imperial.

Ademais, a frequência de elaboração e proclamação dos panegíricos pode ser entendida como uma forma de utilização destes discursos laudatórios enquanto parte integrante das práticas de legitimação de personagens ou sistemas políticos ao construir a imagem de um soberano idealizado, e de um Império imponente e grandioso como forma de justificativa das ações imperiais.

Com base nas ocasiões em que este tipo de discurso era proclamado, Galettier (1949, p. VIII) estima que cerca de seis panegíricos eram pronunciados no decorrer de um ano, sendo muitas vezes a única fonte sobrevivente sobre determinados assuntos, ou pelo menos a mais detalhada, como é caso da descrição das diversas campanhas militares.

Perceber os panegíricos enquanto discursos que construíam a imagem do soberano com vistas à sua legitimação implica em entender que os oradores trabalhavam com a construção da própria memória coletiva daquela sociedade. Selecionavam um conjunto de fatos ou acontecimentos de forma estratégica para alcançar os objetivos de sua produção. Assim, a memória, enquanto propriedade de conservar certas informações e de ser vinculada à vida social, proporciona que o grupo no poder se utilize deste dispositivo para formular sua própria história através da produção de documentos e da apreensão de objetos, o que faz com que a

percepção da memória dependa intrinsecamente do ambiente social e político (LE GOFF, 2003, p. 419).

Uma boa mostra deste tipo de discurso foram os 12 panegíricos produzidos no final do século III d.C. e início do IV d.C., preservados com seu conteúdo integral até os dias atuais. A compilação destes documentos em uma coleção foi verificada pela primeira vez no ano de 1433 por Giovanni Aurispa. Não estavam organizados segundo a ordem cronológica e foi a partir desta edição que se tornaram conhecidos como panegíricos latinos (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 11). Com exceção do panegírico atribuído a Plínio, o Jovem, que homenageia o Imperador Marco Úlpio Trajano e foi proclamado no ano 100 d.C., os demais discursos abarcam um período de um século, do ano de 289 d.C. até 389 d.C., e homenageiam os Imperadores Maximiano, Constâncio Cloro, Constantino, Juliano e Teodósio. A organização e numeração dos discursos segundo a ordem cronológica passou a ser adotada após a compilação feita por Édouard Galletier, em 1949 e segue sendo utilizada por alguns pesquisadores¹². Destas orações laudatórias, conforme destacamos na introdução, utilizamos como base para nossa análise as quatro primeiras¹³.

A utilização da memória na elaboração dos panegíricos, quer seja quando os oradores recorrem a uma espécie de retrospectiva da vida do Imperador homenageado, ou quando resgatam as principais campanhas em que este foi vitorioso, proporciona uma instrumentalização da memória, que nas palavras de Paul Ricoeur alude à constituição de identidade, à legitimação do sistema de poder e à integração do mundo comum por sistemas simbólicos (RICOUER, 2007, p. 93-95). Por esta questão, entendemos que os panegiristas do século III d.C. utilizavam-se

¹² Optamos por seguir a organização cronológica dos panegíricos, mas a numeração tradicional encontra-se indicada entre parênteses, conforme indicado na Lista de abreviaturas.

¹³ Os demais discursos desta coletânea são: *Incerti panegyricus Maximiano et Constantino dictus* (307 d.C.) – Panegírico em Honra a Maximiano e Constantino; *Incerti panegyricus Constantino Augusto dictus* (310 d.C.) – Panegírico de Constantino; *Incerti graiarum actio Constantino Augusto* (312 d.C.) – Discurso de Ação de Graças Dirigido a Constantino Augusto; *Incerti panegyricus Constantino Augusto dictus* (313 d.C.) – Panegírico em Honra de Constantino; *Nazarii panegyricus Constantino Augusto dictus* (321 d.C.) – Panegírico de Constantino; *Claudii Mamertini gratiarum actio de consulatu suo Juliano Imp.* (362 d.C.) – Discurso de Ação de Graças a Juliano; *Latini Pacati Drepanii panegyricus Theodosio Augusto dictus* (389 d.C.) – Panegírico de Teodósio Augusto.

da rememoração¹⁴ ao lidar com as categorias de interpretação existentes que envolviam a repetição, a resistência e a compulsão, e este processo provocaria, no limite, uma substituição da lembrança verdadeira (RICOEUR, 2007, p. 92-93).

No tocante à estrutura dos discursos panegirísticos, as obras analisadas apresentam-se de forma análoga, na qual percebemos a existência de três momentos distintos. Primeiramente, o orador inicia seu discurso com uma espécie de introdução aos ouvintes, apresentando seus objetivos e justificando a importância de louvar determinado soberano, seja pelo empreendimento de uma campanha militar vitoriosa, seja pela celebração de aniversário de sua ascensão ao governo, ou mesmo a comemoração de seu casamento. O segundo momento é o desenvolvimento dos argumentos do orador, no qual ele narra a política empregada pelo Imperador, as campanhas militares das quais participou, a relação deste soberano com os habitantes do Império e, eventualmente, o enfrentamento com os seus opositores, a vinculação entre os detentores do poder imperial, dentre outros. Por fim, o orador procura fazer uma síntese dos feitos narrados reforçando os efeitos positivos de tais empreendimentos e aproveita para avivar algum pedido ou recomendação que tenha feito no decorrer do discurso. Para Manuel J. Rodríguez Gervás (1991, p. 11), a primeira e a última parte seriam as mais estereotipadas do discurso panegirístico.

Entendemos que os panegiristas dos séculos III e IV d.C. elaboravam suas argumentações considerando esta estrutura geral, e as divergências ou diferenças de conteúdo ou elenco de argumentos justificavam-se principalmente pelas mudanças relativas ao contexto em que eram produzidos, mesmo que isto se desse em um curto intervalo de tempo. Como exemplo, resgatamos dois discursos que trabalhamos ainda na dissertação de mestrado¹⁵, ambos em homenagem ao Imperador Constantino, pronunciados nos anos de 307 e 310 d.C.:

¹⁴ Para Paul Ricoeur (2007, p. 73), a rememoração dá-se através de um retorno à consciência despertada de um acontecimento reconhecido, e o diferencia-se assim da memorização, que consistiria em formas de aprendizado de saberes, com a intenção de fixá-los, tornando-os disponíveis quando solicitados.

¹⁵ FRANCHI, Ana Paula. *Poder Imperial e Legitimação no século IV d.C.: o caso do "Panegírico de Constantino"*. 2009. 100 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

O que poderia você dar ou receber de mais valioso uma vez que graças à sua aliança, o seu filho Maximiano, fez de você jovem, e você Constantino, que deve a seu sogro o novo título Imperador? Assim, príncipes eternos, nós exprimimos publicamente nossas mais vivas ações de graças porque, na educação dos filhos, no desejo da posteridade, estendendo-se a linhagem de sua casa em todos os séculos vindouros, vocês dão ao poder romano, uma vez que fustigado entre os seus governantes como a diversidade de seus personagens e seus destinos, os meios para fortalecer as raízes finalmente indestrutíveis de sua casa e fazer o seu império imortal da mesma maneira que serão eternos os descendentes dos Imperadores.

Quid enim aut tu carius dare aut tu carius accipere potuisti, vum hac adfinitate uestra et tibi, Maximiane, per generum iuuenta renouata sit er tibi, Constantine, per socerum nomen imperatoris accreuerit? Maximas itaque uobis, aeterni principes, publico nomini gratias agimus, quod suspiendis liberis optandisque nepotibus seriem uestri generis prorogando omnibus in futurum saeculis prouidetis ut Romana res olim diuersis regentium moribus fatisque iactata tandem perpetuis domus uestrae radicibus conualescat tamque sit immortale illius imperium quam sempiterna suboles imperatorum. (Pan. Lat. VI (7), II, 1-2)

Tais assuntos, para dignidade e utilidade pública retinham sua atenção, quando novas agitações o desviaram para ele, daquele homem, que mais nada deveria favorecer teus êxitos.

Talibus te pro utilitate ac dignitate publica rebus intentum auerterunt in se noui motus eius hominis quem successibus tuis máxime fauere decuisset. (Pan. Lat. VII (6), XIV, 1)

Dá graças Constantino ao seu caráter natural, porque, filho de Constâncio o Piedoso, e moldado pela vontade dos astros, é de tal natureza que não podia ser cruel. Enquanto ele, creio que no momento em que nasceu e que teria que escolher a existência que seria sua, caiu em uma sorte que não podia iludir, uma sorte que haveria de provocar injustamente numerosas mortes e haveria de conduzir a ele próprio uma morte voluntária. Deixando de lado o resto, não é acaso a lei inevitável do destino que empurrou este homem a apagar assim sua bondade, sendo assim que, expulso de Roma, banido da Itália, afastado da Ilíria, havia encontrado refúgio em suas províncias, entre tuas tropas, em teu palácio?

Gratulare, Constantine, naturae ac moribus tuis quod te talem Constantius Pius genuerit, talem siderum decreta formarint ut crudelis esse non possis. Illum autem no credo, cum uenturus in lucem optionem uitae qua uteretur acciperet, sortem incurrisse fugiendam quae multis hominibus iniustum et postremo ipsi uoluntarium ferret exitium. Vt enim alia mittam, hoc ipsum nonne fati necessitas tulit ut ille pietat tuae hanc referret uicem, quem tu ab

Vrbe pulsum, ab Italia fugatum, ab Illyrico repudiatum tuis prouinciis, tuis copiis, tuo palatio recepisti? (Pan. Lat. VII (6), XIV, 4-6)

No primeiro trecho destacado, o orador do panegírico procura valorizar a aliança entre Constantino e Maximiano, afirmando que os benefícios que esta associação produziria seriam equivalentes para ambos os homenageados. Assim, ele desvela sua predileção na continuidade dos descendentes dos Imperadores como governantes, pois credita solidez do Império sob esta linhagem. Notamos que a legitimação de Constantino no poder imperial construída pelo orador de 307 d.C. estava então intimamente associada a esta aliança com Maximiano, o que não é o caso das outras duas passagens extraídas do panegírico proclamado no ano de 310 d.C. Nestas passagens, o orador procurou abordar a ruptura desta aliança, e trabalhou então com a ideia de legitimidade de Constantino enquanto governante como uma característica natural, inata de sua família – agora só enfatizando o fato de Constantino ser filho de Constâncio Cloro –, que fora moldada pela vontade divina. A comparação destes excertos enseja que, ao mudarem as alianças políticas, mudavam-se os eixos da argumentação do panegirista, e quem antes era aliado e deixou de ser, ou deixava de aparecer no novo discurso, ou passaria a ser referenciado apenas para criar uma oposição em relação ao Imperador legítimo.

As cerimônias em que estas obras eram proclamadas – contando com a presença de um público considerável – e a sua ampla divulgação – com objetivo de propagação e legitimação do soberano – demandavam aos oradores um comprometimento mínimo com a veracidade e autenticidade dos acontecimentos que narravam (SAMARANCH, 1969, p. 1062), e é por esta motivação que a relevância histórica destes discursos laudatórios mais uma vez se manifesta: ao invés da manipulação da verdade, o panegirista trabalha com uma seleção de memórias que lhe sirva de subsídio para a construção da imagem positiva do governante.

Assim, assuntos que poderiam comprometer o bom andamento da política imperial eram tratados sob três vertentes. A primeira, era a opção pelo silêncio sobre estes acontecimentos. Como nem sempre esta era uma opção viável ao panegirista, devido ao curto intervalo de tempo ente os fatos e a confecção dos discursos, outras duas práticas eram mais comuns: o relato de forma sucinta ou então a sua

referência como um contraponto útil em relação ao que procura valorizar.

1.2.1 Os panegiristas do século III d.C. e a relação com o poder imperial

Uma preocupação do historiador que se dispõe a trabalhar com os panegíricos latinos é a questão da autoria destes discursos. Podem ser identificados apenas seis dos panegiristas, sendo que a maioria das informações sobre a vida e obra do autor são encontradas no próprio texto ou, em alguns casos, em algumas obras posteriores. Acerca dos quatro panegíricos que selecionamos como fonte de trabalho, apenas o discurso de 297 d.C., *Incerti Panegyrics Constantio Caesari Dictus*, não tem a autoria identificada¹⁶. Diante de tais circunstâncias, um método eficiente de análise é refletir sobre as relações entre a produção literária e a comunicação imperial conforme analisamos no item 1.1 deste capítulo, sob as quais o “[...] o discurso não reflete a ideologia como algo que lhe é exterior, mas a mostra, enquanto efeito de sentido, porque ela é constitutiva da prática discursiva” (INDURSKY, 1997, p. 20). Assim, para a compreensão a respeito do autor, assente observar o próprio papel do autor na sociedade, que passou a ser visto por alguns pesquisadores¹⁷ enquanto atuante do processo de comunicação, e, assim sendo, constituiu-se como parte ativa neste processo, no qual a comunicação é percebida

¹⁶ Existe uma discussão ainda em aberto relacionada à autoria do panegírico de 289 d.C. O tradutor para o francês, Édouard Galletier (1949, p. XVII-XIX), e os tradutores para o espanhol, Victor-José Herrero Llorente e Francisco P. Samaranch (1969, p. 26 e 1137), concebem a autoria a Mamertino. Esta atribuição estaria relacionada ao título do panegírico seguinte, de 291 d.C., que vem precedido da expressão “*Item eiusdem magistri memet Genethliacus Maxiniani Augusti*”, indicando que ambos discursos foram feitos pelos mesmos oradores. Já a tradução da coletânea dos panegíricos latinos para o Inglês, feita por Nixon e Rodgers (1994, p. 9-10), problematiza esta questão por entender que a expressão *memet* pode ser uma abreviatura de *magistrimem(oriae) et rhetoris latini*. Os últimos tradutores reconhecem que os elementos que balizariam a autoria ou não do panegírico de 289 d.C. merecem ser mais investigados, por isso, a questão da autoria comum destas duas obras permanece em aberto. Por este motivo, utilizamos neste trabalho a perspectiva de Galletier, Herrero-Llorente e Samaranch.

¹⁷ Como fundamentos para estas considerações foram utilizadas as obras de Mikhail Bakhtin (2002), José Luís Fiorin (2003) e Pierre Bourdieu (1996), que procuram analisar a compreensão dos discursos e seu papel político-social. Embora cada um destes autores apresente certas distinções entre suas perspectivas de análise, compreendemos a partir das obras selecionadas que os três trabalham com a concepção de que os discursos não estão desvinculados de uma prática social, de modo a possibilitarem a incorporação da estrutura social ao mesmo tempo em que a produzem, legitimam e reproduzem.

enquanto atividade social.

Logo, seria inadequado conceber os discursos enquanto mera expressão de estruturas psicológicas e subjetivas. Entendemos que os discursos podem ser vistos enquanto formas pelas quais o contexto social é interpretado pelos agentes em sua disputa pela primazia sobre o todo social, ou seja, todo discurso se ligaria a uma realidade econômica social vivida e a linguagem seria, portanto, a expressão ideológica dos diversos grupos de poder de uma dada sociedade (BAKHTIN, 2002, p. 144-146).

As informações de que dispomos sobre os demais oradores nos auxiliam a complementar este quadro. Os panegíricos pronunciados em 289 e 291 d.C. têm autoria de Mamertino. Galletier argumenta que existem semelhanças de expressões linguísticas entre os dois discursos, e, ainda mais, que a seleção dos fatos narrados e a forma como estas narrativas são estruturadas permitem inferir que Mamertino seja o orador destes dois discursos em homenagem a Maximiano (GALLETIER, 1949, p. 5). Ainda sobre esta questão, nos capítulos iniciais do *Mamertini panegyricus genethliacus Maximiano Augusto dictus*, o próprio orador afirma duas vezes já ter tido a oportunidade de falar na frente do Imperador. Para melhor percepção, reproduzimos as referidas passagens:

Agora, eu havia desejado, Imperador sagrado, muito distante de receber a honra que me concedeu (de onde, em efeito, consegui tal confiança em mim mesmo e um desejo tão fátuo para me atrever a pretender tudo o que eu havia recebido de vossa livre escolha?), havia desejado por cima de tudo, ser escutado por ti mais uma vez com o mesmo favor com que anteriormente me escutaste.

Voueram autem, sacratissime imperator, longe infra spem honoris eius quem in me contulistis (unde enim uel tantam fiduciam mei gererem uel tam improbe concupiscerem ut optare mihi quantum iudicio uestro sum consecutus auderem?), uoueram, inquam, potissimum ut me dignatione qua pridem audieras rursus audires. (Pan. Lat. III (11), I, 2)

Mas a vossas expedições militares e vossas vitórias, Imperador sacratíssimo, muitos oradores dotados da mais alta eloquência têm falado com frequência, eu mesmo, há algum tempo, quando vossa divina estima me concedeu o favor de sua audiência, os defendi da melhor forma que pude.

Sed de rebus bellicis uictoriisque uestris, sacratissime imperator, et multi summa eloquentia praediti saepe dixerunt et ego pridem, cum mihi auditionis tuae diuina dignatio eam copiam tribuit, quantum potui, praedicaui. (Pan. Lat. III (11), V, 1)

Mais do que referências sobre sua posição enquanto orador, as passagens acima viabilizam a investigação sobre o status social de Mamertino, pois o fato de ter sido escolhido para elaborar e proclamar um discurso em homenagem ao Imperador Maximiano por pelo menos duas vezes em um curto espaço de tempo aponta que, ao menos, ele gozava de um certo prestígio profissional (RODRÍGUEZ GERVAS, 1991, p. 21; GALLETIER, 1949, p. 7).

Ainda sobre sua vida, alguns trabalhos indicam que, se Mamertino não era originário da Gália Oriental, ao menos vivia e ensinava por lá na época da produção dos dois panegíricos (GALLETIER, 1949, p. 6), isso porque ele narra com naturalidade as invasões dos alamanos, burgúndios, caibones e hérulos, bem como as atividades de Maximiano ao longo do rio Reno (GALLETIER, 1949, p. 6; RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 21). Além disso, nestas passagens, ele utiliza expressões como *noster* (Pan. Lat. II (10), XII, 6), que, de acordo com Francisco de P. Samaranch, não aparentam ser a afirmação de um sentimento coletivo referente ao povo habitante do Império Romano, mas sim um sentimento de intranquilidade e medo de quem se encontrava na região onde ocorriam os conflitos narrados (SAMARANCH, 1969, p. 1137).

Sobre o *Incerti Panegyricus Constantio Caesari Dictus*, o fato de sua autoria ser desconhecida não impede que consigamos encontrar elementos referentes à vida do orador no próprio discurso. O trecho abaixo, extraído do primeiro capítulo do panegírico, nos dá uma amostra disso.

Tudo o que um discurso deste gênero exige de cuidado, de trabalho, de solícita veneração, eu tenho experiência, inclusive naquele tempo em que cotidianamente me dedicava à educação da juventude.

Quod in genere orationis quanta esset cura, quantus labor, quam sollicita

ueneratio, sensi etiam cum in cotidiana illa instituendae iuuentutis ecercitatione uersarer. (Pan. Lat. IV (8), I, 2)

Mas, uma vez arrancado desta antiga profissão para exercer, dentro de vosso palácio, as novas funções de secretário, de que estou distante, graças ao descanso concedido por vossa benevolência para dedicar-me aos passatempos rústicos [...].

Sed cum et me illo uetere curriculo aut inter adyta Palatii uestri alia quaedam sermonis arcani ratio demouerit aut post indultam a pietate uestra quietem studium ruris abduxerit [...]. (Pan. Lat. IV (8), I, 4)

O que compreendemos com estas passagens é que, antes de ter se tornado um orador público, o autor deste panegírico foi professor de retórica, e que em algum momento se afastou desta função de professor para exercer alguma atividade na corte imperial, o que alguns autores acreditam ser a de *magister memoriae*¹⁸ e, ainda, depois disso, abdicou desta atividade que exercia ao lado de Constâncio para se retirar em alguma propriedade rural da qual era proprietário.

Outra citação deste primeiro capítulo também expõe um interessante elemento da vida deste orador cujo nome desconhecemos:

(...) especialmente pelo apoio de tua divindade o que, faz tempo, permitiu ser ouvido pelo seu Augusto pai o primeiro discurso que me deu certo brilho.

(...) praesertim cum fauente numine tuo ipse ille iam pridem mihi, qui me in lucem primus eduxit, diuinarum patris tui aurium aditus euenerit. (Pan. Lat. IV (8), I, 5)

¹⁸ Rodríguez Gervás (1991, p. 21) apresenta que este orador foi professor de retórica, e também exerceu algum cargo na chancelaria imperial de que não temos conhecimento, mas foi este posto o que possivelmente propiciou que ele declarasse publicamente que se afastou destas atividades para dedicar-se a passatempos rústicos. Samaranch (1969, 1167) pondera que ele poderia ter sido *magister memoriae*, *secretario ab epistulis* ou *secretario a libellis*, mas é provável que tenha desempenhado a função de *magister memoriae*, que era o cargo mais importante.

Aqui o panegirista aborda uma ocasião distinta em que também pôde ser ouvido pelo soberano, no caso, o pai adotivo de Constâncio Cloro, o Imperador Maximiano. Tanto Samaranch (1969, p. 1167, p. 1171) quanto Galletier (1949, p. XXI, p. 71) afirmam que esta informação fornecida pelo orador não enseja que ele possa ser o mesmo autor dos panegíricos dos anos de 289 e 291 d.C., apenas proporciona o conhecimento de que o discurso que ele pronunciou era de importância comparável aos de Mamertino, fato que nos traz mais uma evidência sobre a quantidade elevada de discursos panegirísticos produzidos no período.

Eumênio é o panegirista do qual mais temos informações. Autor do discurso pronunciado no ano de 298 d.C., *Eumenii pro instaurandis scholis oratio*, disserta sobre diversos dados de sua vida enquanto solicita, de forma elogiosa, a atenção dos Imperadores para sua cidade natal, *Augustodonum*. Em sua narrativa, dispõe sobre seus antecedentes gregos, e a mudança para a cidade em que nasceu foi atribuída ao seu avô, professor de retórica, que, após ter atuado enquanto professor em Roma, mudou-se para *Augustodonum* atraído pela fama das escolas, conforme observamos na passagem abaixo:

Pois, mesmo antes de ingressar na infância, elas estavam fechadas aos estudantes e ao ensino¹⁹, ali foi, sem dúvida, segundo me assegura, onde lecionou meu avô, nascido em Atenas e por muito tempo célebre em Roma, se deixou mais tarde manter nesta cidade onde havia constatado e apreciado o gosto dos habitantes pelo estudo e a veneração com que rodeavam este santuário das letras.

Quamvis enim ante ingressum pueritiae mear intermissa fuerit eorum exercendis studiis frequentatio, tamen illic auum quodam meum docuisse audio, hominem Athenis ortum, Romae diu celebrem, mox in ista urbe perspecto et probato hominum amore doctrinae atque huius ipsius operis ueneratione detentum. (Pan. Lat. V (9), XVII, 3)

A respeito do pai de Eumênio não temos muita informação. Uma das hipóteses para o silêncio do autor sobre ele é a possibilidade de ele não ter seguido a carreira de professor de retórica como seu avô, sendo então irrelevante mencioná-

¹⁹ Aqui o orador faz referência ao saque à cidade *Augustodonum* em 269 d.C., que levou ao fechamento das escolas (GALLETIER, 1949, 135)

lo no panegírico; a outra, relaciona-se ao saque à cidade no ano de 269 d.C., evento que possivelmente levou seu pai a migrar para outro lugar (SAMARANCH, 1969, p. 1183). A referência a sua infância na citação acima confrontada com a data deste saque permite ainda que concebamos a época do nascimento de Eumênio, entre os anos de 263 e 265 d.C. (GALLETIER, 1949, p. 103).

Sabemos que Eumênio seguiu os passos do avô e se tornou professor de retórica, atividade que o afastou da vida pública até a ascensão de Constâncio Cloro, que, ao organizar as funções administrativas de *Augusta Treverorum*, já residência imperial desde a ascensão de Maximiano, lhe atribui a função de *magister memoriae* (GALLETIER, 1949, 104-105). Constâncio Cloro também foi o responsável por conferir a Eumênio a direção da escola de *Augustodonum* (SARAMANCH, 1969, p. 1184), cargo que ocupou pelo menos até a proclamação deste panegírico.

A autoria dos panegíricos pode nos revelar a existência de um vínculo interessante entre os oradores e o soberano. Ao analisar as mudanças das estruturas sociais ao longo do Império, Géza Alföldy (1989, p. 191-197) debate sobre a transformação no sistema social tradicional durante os séculos III e IV d.C., considerando que este recorte teve um novo grupo no círculo dominante constituído pelos oficiais e funcionários administrativos, a partir do reforço do aparelho de poder.

Sob este viés, considerando que Mamertino e o orador anônimo de 297 d.C. foram oradores de pelo menos dois discursos cada – como eles próprios indicaram – , Eumênio, por pelo menos uma vez – mas que também acumulava o cargo de diretor de um importante centro de estudo –, e que todos eles indicam em suas obras terem ocupado distintos cargos administrativos, inferimos que, controlar este processo de comunicação era interessante ao poder imperial para auxiliar no processo de legitimação do governante e da política imperial adotada. Já a aproximação com poder imperial conferia aos oradores ascensão social e concessão de benesses para si próprios ou para a região em que viviam. Este cenário é bem exemplificado pelo discurso de Eumênio, ao solicitar durante todo o texto a atenção do poder imperial para *Augustodonum*:

Assim, pois, para não deixar nenhuma dúvida à opinião pública nem dar

lugar a equívocos, a fim de que esta solicitação em favorecimento das escolas Menianas de minha pátria, demanda que considero mais oportuno apresentar pessoalmente do que delegar alguém para tal, não pareça esperar de mim alguma coisa que, em meu sentimento, sobreporia minhas forças, eu quero que, desde o início, fique estabelecido na mente dos meus ouvintes que este discurso tem um caráter ocasional, ele responde especialmente às minhas preocupações, e eu pretendo ganhar com isso, pela ambição de glória que está reservada para outro, o acesso a um corpo que é estranho para mim, o de advogado do Fórum.

Ne quid igitur aut opinioni hominum dubium relinquam aut interpretationi et hac postulatione, quam de restituendis patriae meae Maenianis mihi sumendam potius quam cuiquam delegandam putavi, maius de me aliquid quam posse me sentio uidear promittere, contestatum esse initio dicendi apud audientes uolo temporarium me dicendi munus atque id ipsum meis studiis peculiariter commodare, non ad incognitam mihi sectam forensium patronorum alienae laudis cupiditate transire. (Pan. Lat. V (9), II, 1-2)

A obtenção de benesses pessoais fica explícita quando Eumênio afirma, para evitar interpretações equivocadas por parte do soberano, sua intenção em continuar ocupando o cargo de diretor da escola, que lhe foi atribuído após ter exercido a função de *magister memoriae* de Constâncio Cloro. Em relação às benesses para a região, estariam simbolizadas na restauração das escolas e, conseqüentemente, da cidade de *Augustodonum*, objetivo declarado pelo orador na escolha do título deste panegírico.

Destarte, é próprio dos discursos panegirísticos serem encomendados ou solicitados aos melhores oradores, sendo que muitas vezes estes foram indicados pelo próprio Imperador²⁰. Esta particularidade poderia ocasionar, em uma orientação do conteúdo abordado referente à política imperial, situação desconfortável para o orador, que trabalharia em seu discurso com temas delicados, como a situação manifestada pelo orador anônimo do panegírico de 310 d.C., ao abordar o rompimento da aliança entre Maximiano e Constantino, sogro e genro.

Não sei bem como falar dele e espero um conselho de um gesto de sua divindade.

²⁰ Afirmação corroborada a partir dos excertos já destacados acima, quando Mamertino afirmou a honra que lhe fora concedida pelo Imperador ao proclamar seu discurso (Pan. Lat. III (11), I,2) e o orador anônimo de 297 d.C. ao falar da proteção que recebia de Constâncio (Pan. Lat. IV (8), I, 5).

De quo ego quemadmodum dicam adhuc ferme dubito et de nutu numinis tui exspecto consilium. (Pan. Lat. VII (6), XIV, 1)

O cuidado requerido para a exposição de tal fato levou o panegirista a solicitar, retoricamente, um conselho ao Imperador. Tal situação revela que, ser um professor de destaque ou um orador escolhido para proclamar seu discurso em uma cerimônia oficial, certamente estava vinculado à sua eficiência profissional, mas, sobretudo, revela que sua carreira política também era influenciada por outras circunstâncias, como ser nomeado tutor de um Príncipe²¹, conspirar em favor de um pretendente ao Império ou por nascimento (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 18).

Nesta perspectiva, além dos panegíricos exporem os principais acontecimentos concernentes à política imperial do período narrado, ao empregar a *laudatio*, sob a forma de elogios aos Imperadores, eles se tornam eficientes instrumentos para a fundamentação e justificativa das ações imperiais, e, logo, estabelecem-se enquanto efetivo meio de comunicação entre centro do poder e províncias

Ponderando estas questões, compreendemos que a produção panegirística durante o final do século III d.C. consistiria em uma definição do quadro imperial romano ao mesmo tempo em que procurava construir as bases de sistema emergente, no caso, a reorganização tetrárquica do poder proposta por Diocleciano após o ano de 293 d.C. Esta colaboração direta com o poder imperial pode ser encontrada em diversas passagens dos discursos panegirísticos (citações supra), mas também pode ser vista quando o orador opta por valorizar a primazia do Imperador que homenageia no colégio tetrárquico (mesmo que a prática se apresentasse de modo distinto). Como exemplo, Mamertino em 289 d.C. louva o Augusto Maximiano, e o orador anônimo de 297 d.C. consagra seu elogio ao César Constâncio Cloro:

²¹ Caso de Lactâncio, preceptor de Crispo, primogênito de Constantino.

Ainda que em todas as festividades, sacratíssimo Imperador, seja um dever prestar honras iguais àquelas que se tributam aos deuses, é sobretudo neste dia solene, e sobre vosso principado repleto de exaltação, que a veneração dos deuses com a solenidade religiosa da cidade sagrada foi unificada.

Cum omnibus festis diebus, sacratissime imperrator, debeat honos uester diuinis rebus aequari, tum praecipue celeberrimo isto et imperantibus uobis laetissimo die ueneratio numinis tui cum sollemni sacrae urbis religione iungenda est. (Pan. Lat. II (10), I, 1)

Então hoje meu elogio começa, César invicto, no momento onde se levanta a estrela divina de sua majestade, mais luminosa que os auspícios da primavera, a quem o dia está claro, e como temos notado na celebração um sol de verão anormal para a época, seus raios brilharam de uma mais clara majestade que no tempo onde ele animou a origem do mundo nascente (...).

Det igitur mihi, Caesar inuicte, hodiernae gratulationis exordium diuinus ille uestrae maiestatis ortus ipso quo illuxit auspicio ueris illustrior, cui dies serenus atque, ut celebrantes sensimus, ultra rationem temporis sol aestiuus incaluit, augustiore fulgens luminis claritate quam cum originem mundi nascentes animauit, (...). (Pan. Lat. IV (8), II, 2)

Mamertino reconhece a necessidade de prestar honras aos soberanos nas mais diversas festividades, mas seu louvor recai sobre Maximiano, que havia sido associado ao poder poucos anos antes. Para além, a veneração dos deuses e a solenidade religiosa de comemoração ao aniversário de Roma se unificam sob o principado de Maximiano. Já o orador anônimo escolhe um dos Césares, também pouco tempo após a reorganização do colégio Imperial. A comparação da ascensão de Constâncio Cloro com os raios do Sol mostra a predileção do orador por um dos tetrarcas.

Ao louvar a imagem dos Imperadores, boa parte dos panegíricos confeccionados neste período tinha a preocupação de abordar as ameaças internas para a manutenção do Império – questão da usurpação do poder imperial e da legitimidade dos soberanos –, mas também as ameaças externas, quando faziam referências, mesmo que veladas, às ações que desestruturariam o sistema de dominação romana – caso das investidas ao *limes* pelos povos bárbaros.

Estas abordagens estão inseridas em um contexto histórico que Silva agrupa da seguinte forma: Ciclo da Formação da Tetrarquia e Ciclo da Crise da Tetrarquia (SILVA, 1995, p. 73). Os discursos panegirísticos pronunciados nos anos de 289, 291, 297 e 298 d.C. apresentam referências marcantes acerca deste processo de partição do poder, das disputas entre os aspirantes que se sentiram excluídos do processo e descrições detalhadas de campanhas militares. Nestas obras, os oradores têm como uma de suas preocupações justificar a reestruturação do poder imperial associada à manutenção do sistema tetrárquico e às alianças por ele consolidadas procurando, assim, estabelecer, a partir de um sistema de comunicação e propagação eficiente, a reintegração do Império e afastar as ameaças externas. Retoma-se, assim, a questão da necessidade de o Imperador velar pela ordem, pois segundo os anseios dos panegiristas, só esta garantiria a prosperidade no mundo romano.

1.2.2 Os panegiristas e a Gália

Boa parte dos discursos panegirísticos produzidos entre 289 e 389 d.C., de acordo com Galletier (1949, p. VII-X), foram pronunciados em cidades fora da Península Itálica, na maioria das vezes, em cidades da Gália (somente três deles foram pronunciados em Roma), o que permite estabelecer um elo com a crescente influência das regiões provinciais na participação política. Some-se a este argumento a identificação nos panegíricos analisados de algumas solicitações feitas pelos oradores aos Imperadores, seja para receberem atenção em questões particulares ou pessoais, ou então para obterem benefícios para a localidade em que viviam ou para o grupo social que representavam. Estas ocorrências podem ser entendidas como uma explicação relativa à quantidade de panegíricos elaborados nas províncias, cujas cidades dependiam, muitas vezes, da atenção imperial para a conquista de benesses tributárias, para a obtenção de permissão para a construção de obras locais, ou mesmo para o envio de embaixadores à corte.

Deste modo, estes elementos permitem caracterizar os panegíricos como um dos fundamentos que norteavam a relação do soberano com as elites provinciais,

utilizando tal recurso como uma ferramenta política e ideológica, no sentido de procurar defender uma unidade de pensamento. Como exemplo, vejamos um trecho do *Incerti panegyricus Constantino Augusto dictus*, proclamado no ano de 310 d.C.:

Também oferecerá ali seus presentes, estabelecerá privilégios, em uma palavra, devolverá o prestígio a minha pátria multiplicando amostras de veneração para restaurá-la. A cidade ostentava o nome da antiga nobreza romana e uma ajuda fraterna e espera a ajuda de sua majestade e que os seus prédios públicos e também os templos mais magníficos sejam reconstruídos graças à sua generosidade, igual ao que vejo aqui, uma cidade afortunada, esta cidade que tua piedade celebra hoje o aniversário, é revelada tão alegremente elevando ao redor de seu invólucro que quase se felicita de ter sido reduzido a ruínas anteriormente, uma vez que é engrandecida por seus benefícios.

Dabis et illie munera, constitues privilegia, ipsam denique patriam meam ipsius loci ueneratione restitues. Cuius ciuitatis antiqua nobilitas et quodam fraterno Populi Romani nomine gloriata opem tuar maiestatis exspectat, ut illic quoque loca public et templa pulcherrima tua liberalitate reparentur, sicuti uideo hanc fortunatissimam ciuitatem. Ciuis natalis dies tua peitate celebratur, ita cunctis moenibus resurgentem ut se quodammodo gaudeat olim conruisse, auctior tuis fata beneficiis. (Pan. Lat. VII (6), XXII, 3-4)

Reverenciando a magnitude de Constantino e reconhecendo-o como Imperador legítimo, o orador procura solicitar uma visita à sua cidade natal. Qual seria sua pátria? A partir de outra passagem ao final do discurso, na qual menciona o templo de Apolo da sua cidade, identificamos o autor como oriundo de *Augustodonum*. Esta hipótese é plausível por este templo ser considerado símbolo de orgulho dos habitantes desta cidade (SAMARANCH, 1969, p. 1212). Esta solicitação de visita não foi um pedido solitário do orador de 310 d.C. Devido ao já mencionado saque de *Augustodonum* em 269 d.C., vários prédios públicos e escolas ficaram destruídos, o que norteou o apelo de Eumênio no panegírico de 298 d.C. e o relato detalhado do orador de 312 d.C., no *Incerti graiarum actio Constantino Augusto*.

Interessa-nos aqui observar que, para reforçar a importância da restauração da cidade através de recursos imperiais, bem como justificar a requisição da presença do Imperador na cidade, o orador anônimo de 310 d.C. procurou resgatar os vínculos deste centro com a aristocracia romana que ali havia se estabelecido.

Mesmo que boa parte deste grupo tenha abandonado a cidade e se deslocado da região após o saque, o orador não deixa de reforçar esta antiga vinculação.

Este apelo ao Imperador desvela o que há por trás de uma visita imperial: os recursos movimentados, as reformas empreendidas e a movimentação social dos grupos que almejam estreitar os vínculos com o soberano. Acreditava nosso orador que a visita do soberano, e sua atenção para com a cidade, traria de volta seu antigo esplendor, tal como gozava a atual *Augusta Treverorum*, sede imperial desde Maximiano e cidade onde foi proclamado este panegírico. De fato, a solicitação foi eficiente, uma vez que Constantino visitou *Augustodonum* em 311 d.C. (SARAMANCH, 1969, p. 1213).

Os discursos panegirísticos compostos por oradores da Gália são testemunhos da movimentação política e dos desdobramentos das ações imperiais neste local, e a ampla produção deste tipo de discurso pelos oradores oriundos das escolas gaulesas permite-nos fazer a associação entre a propagação de uma política educacional que privilegiava os aparatos de comunicação e o fortalecimento das instituições romanas como forma de integração e unificação de uma região instável, porém, de importância estratégica. Sem dúvida, as escolas de retórica contribuíram para este processo.

A inconstância desta província não é uma singularidade do século III d.C. Pelo contrário, é fato que desde o processo de incorporação da Gália pelo Império Romano, este território foi alvo de inúmeras disputas. Esta área tinha uma importância estratégica para os romanos. Era ocupada por inúmeras tribos, o que podia representar uma ameaça à fronteira norte da Itália, ademais, mostrava-se como um importante ponto comercial, com uma significativa rede de rios navegáveis (Ródano, Garona, Loire, entre outros), e um território que possibilitaria a intersecção do Mediterrâneo e do Atlântico²², convertendo-se então em uma espécie de posto avançado, uma encruzilhada mercantil (GRIMAL, 1956, p. 129-130).

A Gália foi uma das primeiras províncias consolidadas fora da Península Itálica. Primeiramente com a conquista da região que se estendia até os Alpes, conhecida como Gália Cisalpina ou Citerior, e num segundo momento para a região aquém dos Alpes, que ficou conhecida como Gália Transalpina ou Gália

²² Vide mapa 1.

Narbonense²³. Peter J. Heather destaca que a criação da província da Gália Narbonense em 120 a.C. foi necessária para garantir a defesa no norte da Itália (HEATHER, 2008, p. 26).

A maior expansão dos romanos na região se deve a Júlio César, que em 58 a.C. tornou-se Procônsul das províncias da Gália. De suas atividades na região resultou a composição do *Commentariorum de bello Gallico*, uma detalhada descrição sobre as tribos (seus costumes e organização), sobre os limites geográficos e sobre as campanhas que empreendeu. O primeiro livro desta obra exemplifica a riqueza de detalhes na sua composição:

A Gália está toda dividida em três partes, das quais uma é habitada pelos belgas, a outra pelos aquitanos, a terceira pelos que na sua língua deles se chamam celtas, na nossa gauleses. Diferem todos esses povos, uns dos outros, na língua, nos costumes, e nas leis. Extrema os gauleses dos aquitanos o rio Garona; dos belgas, o Mátrona e o Séquana. De todos eles são os belgas os mais fortes, por isso mesmo que estão mais longe da cultura e polícia da província romana, e não vão lá a miúde mercadores, nem lhes levam coisa que lhes enerve o vigor; e vizinham com os germanos, que habitam além do Reno, e com quem andam continuamente em guerra. Por esta mesma causa excedem também os helvecios em valor aos mais gauleses; pois contendem com os germanos em refregas quase quotidianas, quando ou os repelem de suas fronteiras, ou nas próprias fronteiras desses fazem a guerra. A parte ocupada pelos gauleses tem princípio no rio Ródano; limite, no Garona, no Oceano, e nas fronteiras dos belgas; toca também no Reno pelo lado dos sequanos e dos helvecios; e inclina ao setentrião. Os belgas começam nas extremas fronteiras da Gália; estendem-se até a parte inferior do Reno, e olham para o setentrião e o sol nascente. A Aquitânia estende-se do rio Garona aos montes Pirineus e à parte do Oceano que beija a Espanha e olha por entre o ocaso do sol e o setentrião²⁴.

Gallia est omnis divisa in partes tres, quarum unam incolunt Belgae, aliam Aquitani, tertiam qui ipsorum lingua Celtae, nostra Galli appellantur. Hi omnes lingua, institutis, legibus inter se differunt. Gallos ab Aquitanis Garumna flumen, a Belgis Matrona et Sequana dividit. Horum omnium fortissimi sunt Belgae, propterea quod a cultu atque humanitate provinciae longissime absunt, minimeque ad eos mercatores saepe comitant atque ea quae ad effeminandos animos pertinent important, proximique sunt Germanis, qui trans Rhenum incolunt, quibuscum continenter bellum gerunt. Qua de causa Helvetii quoque reliquos Gallos virtute praecedunt, quod fere

²³ Vide mapa 2.

²⁴ A tradução para o português do *De bello Gallico* foi feita de forma livre pela autora, amparada pela tradução para língua portuguesa de SOTERO DOS REIS, Francisco. *Comentários (De Bello Gallico) C. Julius Cesar (100-44 a.C.)*. São Paulo: Cultura, 1940. E-book. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/cesarPL.html>>. Acesso em 23/09/2014.

cotidianis proeliis cum Germanis contendunt, cum aut suis finibus eos prohibent aut ipsi in eorum finibus bellum gerunt. Eorum una, pars, quam Gallos obtinere dictum est, initium capit a flumine Rhodano, continetur Garumna flumine, Oceano, finibus Belgarum, attingit etiam ab Sequanis et Helvetiis flumen Rhenum, vergit ad septentriones. Belgae ab extremis Galliae finibus oriuntur, pertinent ad inferiorem partem fluminis Rheni, spectant in septentrionem et orientem solem. Aquitania a Garumna flumine ad Pyrenaeos montes et eam partem Oceani quae est ad Hispaniam pertinet; spectat inter occasum solis et septentriones. (Cæs. BG., I, 1)²⁵

De acordo com a narrativa de César, a Gália era uma região ocupada por três povos distintos, belgas, aquitanos e celtas (gauleses), tanto em relação aos seus costumes, quanto na forma de organização. Seguramente uma das características para o progressivo controle da Gália foi a exploração estratégica destas diferenças, que facilitou o processo de incorporação de alguns setores desta sociedade nos aparelhos administrativos romanos e nas estruturas sociais. Embora tal prática tenha alcançado considerável resultado, o sucesso na manutenção da ordem nesta região não pôde ser certificado, pelo menos de forma contínua ou integral. Momentos de relativa paz eram intercalados com instabilidades, seja por disputas entre as tribos e povos que viviam no entorno do *limes*²⁶, seja por revoltas²⁷, levantes como o caso do *baugada*²⁸ durante final do século III d.C., ou usurpações do poder, como a constituição do Império Gálico²⁹ ou a usurpação de Caráusio³⁰.

²⁵ Texto em latim disponível em <<http://www.thelatinlibrary.com/caesar/gall1.shtml#2>>. Acesso em 23/09/2014.

²⁶ No livro IX, 7-8 do *Breviarium Historiæ Romanæ*, Eutrópio procurou apresentar os conflitos que aconteceram na Gália logo após a ascensão de Galieno.

²⁷ Jean-Pierre Martin (1999, p. 35-38) descreve que uma sublevação no noroeste da Gália teve forças suficientes para ameaçar o equilíbrio geral do Império, uma vez que encontrou partidários na maioria das cidades da metade norte da Gália. No início do século III d.C., a Gália sofreu com novas revoltas provocadas por dificuldades financeiras e pela repressão que tinha seguido a morte de Geta (209-211 d.C.)(MARTIN, 1999, p. 89).

²⁸ Em um estudo comparativo entre os *baugadas* gauleses e os circunceliões africanos, Uiran Gerbera da Silva (2013, p. 13) dispõe que as primeiras menções às revoltas de camponeses armados na Gália são encontradas nos panegíricos latinos em finais do século III e início do século IV d.C., e que nos resumos históricos de Aurélio Víctor e Eutrópio, da segunda metade do século IV, os autores associam essas revoltas ao termo *bagaudæ* (*baudaæ*).

²⁹ Ainda no livro IX, 9-11, Eutrópio afirma que quem salvou a Gália da destruição pela invasão que Galieno (260-268 d.C.) não conseguira conter foi Póstumo (260-269 d.C.), que foi aclamado Imperador das Gálias no ano de 260 d.C. Relata ainda os sucessivos Imperadores que ascenderam após a morte de Póstumo. O Império Gálico durou até 274 d.C., quando Aureliano venceu o último Imperador gálico, Tétrico (271-274 d.C.) (Eutrop., IX, 13), conforme discorremos no item 2.1.3.

Tais problemas avançam cronologicamente em nosso recorte temporal de formação da Tetrarquia. Bryan Ward-Perkins analisa que as regiões próximas as fronteiras suportaram uma situação de violência mais duradoura, como as regiões do norte, leste e centro da Gália, que ao longo do século V d.C. eram disputadas por uma enorme quantidade de grupos armados: romanos, bagaudas, bretões, saxões, francos, burgúndios, turíngios, alamanos, alanos e godos (WARD-PERKINS, 2007, p. 17).

Dada esta peculiaridade, é inevitável compreender que o território da Gália tenha passado por reordenações administrativas em ocasiões diversas. Por conseguinte, se os romanos entendiam que a simples tomada de posse e exploração não lhes garantia a manutenção deste território, na Gália, a perspectiva de que a conquista devia permitir uma interação dos habitantes locais ao tipo de vida romana e aos valores culturais em paralelo com a manutenção de estruturas e organização tradicionais destes locais se fez bastante presente.

Tal quadro explica o fato de a Gália passar a compartilhar algumas das estruturas tradicionais de Roma, o que se reflete no âmbito educacional no desenvolvimento das escolas de estudos retóricos, que adquiriram importância significativa na arte da oratória, principalmente nas escolas de Marselha, Narbona, Toulouse, Bordeos, *Augustodunum*, Reims, *Augusta Treverorum* e outras cidades (HERRERO LLORENTE, 1969, p. 25). Com tanta instabilidade, era importante ressaltar a lealdade aos Imperadores por meio dos panegíricos, e a utilização do latim clássico na produção literária das referidas escolas pode ilustrar como os panegiristas e também demais autores, como Eutrópio, não só favoreciam a consolidação da estrutura imperial, mas também participavam dela (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 20).

³⁰ Sobre a usurpação de Caráusio, encontramos relatos com uma certa riqueza de detalhes tanto no *Breviarium Historiæ Romanæ* (Eutrop., IX, 19) quanto do *Liber de Cæsaribus* (Aur. Vict., Cæs., 39, 20-21), assunto que tratamos de forma mais detalhada no primeiro item 3.1.2.

A problemática das incursões bárbaras³¹ durante o século III d.C., tendo em vista que a Gália tinha extensa fronteira com a Germânia (agitada com intensas guerras civis internas), também serviu para impulsionar o desenvolvimento de estruturas administrativas em suas cidades. Alguns Imperadores fizeram desta região sede de seu governo (Maximiano, Constâncio e mesmo Constantino), utilizando a estratégia de se estabelecer o mais próximo possível da zona de conflito. Evidentemente, mesmo uma região fragilizada por constantes agitações, ao sediar a residência dos governantes, era gratificada por inúmeras benesses.

Augustodunum não era sede imperial, mas era uma importante cidade na Gália, que havia sido escolhida como sede de um centro intelectual. Jean-Pierre Martin (1999, p. 37) informa que, já no século I d.C., nas suas escolas encontravam-se jovens rapazes ou adolescentes das grandes famílias dos diversos povos gauleses. Ainda que a instabilidade da região tenha afetado diretamente as suas escolas, esta situação não foi suficiente para impedir que seus alunos e professores continuassem a desenvolver suas atividades ou mesmo para ofuscar o prestígio de tais centros de estudos. Pelo contrário, era mais uma motivação para que os panegiristas inserissem os anseios do grupo social e político de que participavam em seus discursos em homenagem ao soberano.

O discurso que apresenta isso de forma mais transparente é o já citado *Eumenii pro instaurandis scholis oratio*, do qual, dada a importância que se estabelece entre a produção destes discursos e a comunicação com o poder imperial, acreditamos ser oportuno reproduzir aqui mais uma passagem na qual o orador reforça a importância da restauração das escolas:

³¹ Peter J. Heather (2010, p. 27-28) analisa que, de forma geral, a Europa bárbara pode ser dividida em três grandes zonas. A primeira, situada mais ao oeste e mais próxima do Mediterrâneo, era a mais desenvolvida, com altos níveis de produtividade agrícola e cultura material rica e sofisticada. Era controlada desde muito tempo por povos de língua celta, e boa parte acabou sendo subjugada pelos romanos. A segunda mais a leste era dominada pelos germanos, com a agricultura menos intensiva, e conseqüentemente, com a cultura material menos rica que a primeira. A última zona congregaria os habitantes dos bosques e selvas do leste da Europa que tinha um desenvolvimento agrícola inferior aos germanos dos quais sobreviveram pouquíssimos vestígios materiais.

Ainda que, por ocasião deste discurso, excelentíssimo senhor, traga estranheza de lugar, não ocasiona a novidade do assunto que me causa emoção. Pois o que peço ninguém se atreveria a combater e nem dificultar, mas o contrário, todos aqueles em quem a divina generosidade de nossos Príncipes, a reconstrução desta cidade e o cultivo dos estudos liberais inspiram gratidão e alegria, devem apoiá-lo com extremo prazer e atenção, que é que estas escolas Menianas, famosas em outra época pela beleza da sua construção e célebre pela afluência de estudantes, sejam restauradas ao mesmo tempo em que se restauram as demais edificações e templos. Assim, tão grande como é o desconforto que me causa este lugar, tanto me reconforta a causa que tenho que defender.

Quamquam in hac oratione, Vir Perfectissime, loco tantummodo insolentia, non dicendi nouitate perturber, siquidem id postulo quod non modo contradicendo nemo audeat impedire, sed omnes potius quibus diuina principum liberalitas, quibus urbis istius restitutio, quibus optimarum artium celebratio grata atque iucunda est, summo gaudio et fauore suscipiant, ut Maenianae illae scholae quondam pulcherrimo opere studiorum frequentia celebres it illustres iuxta cetera quae instaurantur opera ac templa reparentur. (Pan. Lat. V (9), III, 2-3)

Nesta passagem, o orador resgata a influência exercida por este centro de estudos entre os estudantes e a importância das escolas para a sociedade romana, que, devido a tal fato, não haveria de se colocar contra o pedido feito pelo orador. Em continuidade, ele procura equiparar o valor das escolas com os demais prédios públicos e templos para a manutenção da estrutura sócio-política local, já que solicita que a restauração destas edificações ocorram de forma concomitante.

O reconhecimento da importância da região da Gália para a política imperial e o consequente desenvolvimento das escolas de retórica na região viabiliza-nos relacionar a influência das regiões provinciais ao desenvolvimento dos mecanismos de comunicação, consequentemente, a produção literária oriunda destes espaços. Assim, os panegiristas, além de produzirem discursos que se tornaram primordiais para a política de legitimação do poder, envolviam-se através das políticas educacionais na própria administração imperial, principalmente ao fornecer pessoal para inúmeros cargos que exigia a nova burocracia decorrente da reestruturação das instituições imperiais e estabelecer os elos de comunicação entre o poder imperial e os grupos sociais das diversas localidades que o Império abrangia.

1.3 Aurélio Victor e Eutrópio: a produção dos breviários

O estudo e a narração de fatos passados é um dos gêneros literários mais antigos. Arnaldo Momigliano argumenta que a conservação da memória do passado, o quadro cronológico e uma interpretação dos acontecimentos são elementos que compõem a historiografia, e que são encontrados em muitas civilizações (MOMIGLIANO, 2004, p. 54-53). Mas como caracterizar determinada produção na Antiguidade como uma história? Eugene Cizek problematiza que, durante a Antiguidade, nem o pensamento histórico, nem a prática do historiador tinham um centro único, sendo que, referente à historiografia latina, seria possível dizer que ela é mais um conjunto de gêneros do que um gênero único (CIZEK, 1985, p.15-16). Ainda sobre a historiografia latina, David Rohrbacher (2002, p. 150) analisa que escrever a história seria uma forma de retórica ou discurso persuasivo, no qual o historiador antigo teria por objetivo convencer o leitor de que valeria a pena ler a sua história, e que, ao mesmo tempo, ele tinha tanto a capacidade quanto a integridade de escrever uma narrativa dos fatos passados de forma confiável.

Assim, compartilhamos a perspectiva de Rohrbacher de que os historiadores da Antiguidade Tardia continuavam a comungar as necessidades de seus antecessores em mostrar aos leitores o valor e a confiabilidade de suas obras, por mais que, em resposta às mudanças de ideias sobre a estrutura de poder e autoridade política, eles tivessem que empregar novos métodos de autenticação, sendo que o que daria a importância de sua história seria a afirmação da grandeza dos feitos que iria abordar (ROHRBACHER, 2002, p. 150).

Consideramos como História os breviários e epítomes produzidos durante o período tardo imperial, isso porque entendemos que ambos são obras que tinham por objetivo a preservação da memória. Ainda assim, é preciso entender que, mesmo pretendendo registrar os grandes feitos da história de Roma, estas obras tinham uma característica peculiar, uma vez que sua narrativa se dava de forma resumida. Segundo Emma Falque (2008, p.19), os termos *epitoma*, de origem grega, e *breviarium*, de origem latina, são usados indistintamente na historiografia para denominar estas compilações, mas é possível estabelecer uma distinção entre os termos, sendo que os breviários seriam a referência a uma síntese pessoal de várias obras, um trabalho de mais fôlego que poderia conter alguma interferência do seu

autor (FALQUE, 2008, p. 19), e que os epítomes seriam um trabalho mais técnico, um resumo de uma única obra mais elaborada (CIZEK, 1985, p. 25). Adotaremos esta concepção para distinguir os epítomes dos breviários no decorrer de nosso trabalho.

Este tipo de produção alcançou considerável receptividade no período tardo imperial devido ao contexto de disputas e reestruturação do poder. Márcia S. Lemos e Jacqueline de S. Silva afirmam que este tipo de produção era destinado principalmente à instrução dos membros da nova elite dirigente do Império que emergiu após o século III d.C. (LEMOS; SILVA, 2013, p. 2). Falque (2008, p. 20) complementa considerando que seria um gênero demandado pelo público, já que entende que os leitores preferiam obras breves, especialmente quando se tratava da grande história da sua civilização, da qual queriam conhecer o essencial. Acredita também que a difusão da cultura tinha como consequência o aumento de cópias manuscritas, sendo mais rápido publicar obras menores, e, por último, que tinha ocorrido neste período uma extensão do ensino, o que requeria a utilização de manuais, e o breviário pode ser entendido como tal.

Diferentemente dos panegíricos que tinham o louvor ao Imperador e a adesão à prática política vigente patente em sua obra, os breviaristas tinham em tese uma maior liberdade de escrita devido ao gênero literário (história), e, apesar de em algumas circunstâncias poderem reconhecer o envolvimento em relações de *amicitia* e patronato, evitavam admitir que um superior havia lhes ordenado a escrita (ROHRBACHER, 2002, p. 152). Contudo, o ambiente político de produção destas obras impunha limitações, como nos mostra o *Breviário desde a fundação de Roma* (*Breviarium Historiae Romanae*) de Flávio Eutrópio, produzido durante o governo do Imperador Valente, entre os anos de 369 e 370 d.C. (FALQUE, 2008, p. 14):

FLAVIO EUTROPIO
AO SENHOR VALENTE
Gótico
Máximo - Perpétuo - Augusto

Conforme o desejo de Vossa Bondade, numa breve narração, reuni sucintamente as coisas romanas que se salientavam nas questões ou

militares ou civis, segundo a ordem dos tempos, desde a fundação da Cidade até nossos dias, acrescentados também os feitos, que se salientam na gloriosa vida dos Magistrados, afim de que a mente divina de Tua Serenidade possa alegrar-se de na administração do Império, ter seguido os feitos exemplos dos homens ilustres, antes que os conhecesse pela leitura³².

FLAVIUS EUTROPIOS
DOMINO VALENTI
Gothico
MAXIMO PERPETUO AUGUSTO

Res Romanas ex voluntate mansuetudinis tuae ab urbe conducta ad nostram memoriam, quae in negotiis vel bellicis eminebant, per ordinem temporum brevi narrationi college strictim additis etiam his, quae in principum vita egregia extiterunt, ut tranquillitatis tuae possit mens divina laetari prius se inlustrium virorum facta in administrando imperium secutam, quam cognosceret lectione. (Eutrop.)³³

O excerto acima reproduz a dedicatória da obra de Eutrópio ao Imperador Valente, na qual ele afirma manifestadamente que a obra foi produzida por orientação do Imperador. Assim sendo, o autor provavelmente foi cauteloso ao abordar questões que se colocariam em conflito com a atual configuração do poder imperial, e por estas razões acreditamos que a dedicatória explicita que a narrativa valorizará alguns acontecimentos e ações dos Imperadores passados que considera positivos para promover o Imperador atual.

No que tange à relação entre as produções literárias e a política imperial, estas colocações de Eutrópio permitem inferir a importância de obras deste tipo ao mostrar a preocupação do breviarista com a construção de uma história que sirva como justificativa da política imperial vigente, feita a partir de uma seleção de memórias que contribuam para a exaltação de personagens e de um passado

³² A tradução para o português da obra de Eutrópio foi feita de forma livre pela autora, amparada pela edição bilíngue latim-português: LOBO, Manuel Vaz. *Compendio de História Romana por Flavio Eutropio: desde a fundação da cidade até os imperadores Valente e Valentiniano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930. Segundo os dizeres do tradutor no prefácio da obra, esta é uma tradução direta do texto latino, com o objetivo de auxiliar os alunos a estudarem com mais facilidade o Latim.

³³ Texto em latim disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/eutropius.html>>. Acesso em 18/11/2014.

glorioso que, ao menos em tese, estava sendo reproduzido por Valente. Assim, o breviarista utilizava a reconstrução de um passado tradicional como tentativa de legitimação do presente.

Manifesta-se então que a produção literária, aliada da oratória pública, poderia representar o reforço de uma propaganda da política imperial que propiciava, ao ser difundida no amplo território que controlava, a constituição de vínculos entre o poder imperial e os grupos sociais das diversas regiões do Império, e devido a tal importância, os retóricos e oradores acabavam sendo rigorosamente escolhidos para desempenhar esta função com eficiência.

A análise do breviário de Eutrópio pouco revela sobre sua vida, e, embora possamos encontrar referências em outras obras do período (ROHRBACHER, 2002, p. 49), algumas passagens de seu texto nos auxiliam no mapeamento de sua posição social. Em relação a sua origem, mesmo que tenha escrito em latim, os pesquisadores acreditam que Eutrópio tenha origem grega, e que a escolha do idioma que utilizou em seu breviário provavelmente ocorreu pelo fato de a obra ter sido dedicada ao Imperador Valente, que desconhecia o grego, ou mesmo pelo fato de o latim ser o idioma oficial do Império Romano, devendo pois, na qualidade de um funcionário imperial, ser utilizado por Eutrópio (FALQUE, 2008, p. 10). Um dos elementos que permitem especular sobre a origem grega desde autor é a utilização de expressões comuns entre os gregos para narrar determinadas situações, conforme verificamos a seguir:

[...] e como estivesse sentado com o irmão na carruagem, subitamente foi acometido de um ataque de sangue, caso de doença que os gregos chamam de apoplexia [...].

[...] et sederet cum fratre in vehiculo, subito ictus sanguine, casu morbi quem Graeci vocant apoplexin vir ingenii parum civilis [...]. (Eutrop., VIII, 10)

A morte dele foi denunciada também por uma estrela de cauda, de extraordinária grandeza, que brilhou por algum tempo; os gregos chamam-na cometas: e mereceu ser numerado entre os Deuses.

Mors ejus, etiam denunciata per stellam crinitam, inusitatae magnitudines, quae fulsit aliquandiu; Graeci vocant eam cometas: atque meruit referri inter Divos. (Eutrop., X, 8)

Desde então, Juliano apoderou-se do governo, e com aparato extraordinário, levou a guerra aos Partos, na qual expedição, também eu tomei parte.

Hinc, Julianus potitus este rerum, et ingenti apparatu, intulit bellum Parthis, cui expeditioni quoque ego interfui. (Eutrop., X, 16)

Nas passagens acima, fazer a correspondência com a forma com que os gregos chamavam tanto a doença que acometeu Lúcio Vero (161-169 d.C.) na ocasião de sua morte, quanto o cometa que surgiu no céu na ocasião da morte de Constantino, pode indicar uma afinidade com a língua grega e justificar a sua possível vinculação com a Grécia. Referente às atividades que exerceu na administração do Império, a terceira passagem é o único dado biográfico direto que aparece em sua obra, e faz menção ao período em que acompanhou o Imperador Juliano (361-363 d.C.) na campanha contra os partos em 363 d.C.

A respeito das funções administrativas, os pesquisadores defendem que a dedicatória a Valente indica o agradecimento de Eutrópio em ser nomeado *magister memoriae* entre os anos 367 e 369 d.C. e a redação do *Breviarium* pode ser entendida como um de seus deveres na nova função (ROHRBACHER, 2002, p. 50). Importa recordarmos que, concernente ao aparato administrativo imperial, o cargo de *magister memoriae* era um dos mais altos, e receber esta nomeação significava que possivelmente ele já havia ocupado outros postos na administração, seguindo a promoção na sua carreira (JONES, 1964, v. II, p. 574-575). Ainda relacionado a sua carreira, Amiano Marcelino afirma que Eutrópio foi nomeado Procônsul da Ásia:

Quando estes foram removidos após estas informações, Eutrópio, então governante da Ásia, com autoridade proconsular, foi convocado sob a acusação de cumplicidade na trama. Mas ele escapou sem danos, salvo pelo filósofo Pasiphilo, que, embora cruelmente torturado para induzi-lo a trazer a ruína de Eutrópio através de uma falsa acusação, não poderia ser

transformado a partir da firmeza de um espírito inabalável.³⁴

Quibus post haec cognita sequestratis, Eutropius Asiam proconsulari tunc obtinens potestate, ut factionis conscius arcessitus in crimen, abscessit innocuus, Pasiphilo eximente philosopho, qui ut eum mendacio iniusto perverteret, crudeliter tortus, de statu robustae mentis non potuit deturbari. (Amm. Marc. Res Gestæ, XXIX, 1-36)³⁵

Se uma das características dos breviários é empreender uma síntese pessoal sobre diversas obras, percebemos que Eutrópio se utiliza, ao narrar os fatos relativos ao período do Principado, de um método próximo ao das biografias, pois ele procura seguir um modelo análogo a Suetônio (FALQUE, 2008, p. 21), no qual explana sobre a origem, vida a privada do Imperador em questão, sua formação militar, sua política interior, seu perfil – por menção a costumes, cultura, gostos literários –, sua morte, e conseqüentemente a duração do governo, e, por fim, o elogio ou a condenação do Imperador. Sua obra é dividida em dez livros e aborda a fundação por Rômulo até a morte de Juliano, fazendo referências, ao final do último capítulo, à disputa na escolha do novo Imperador com Joviano.

Independente de a obra de Eutrópio não ter sido produzida durante a Tetrarquia imperial, como foi o caso dos panegíricos latinos, sua importância para nosso trabalho justifica-se na narrativa que empreende sobre o período. Ao retratar a biografia dos Imperadores que promoveram esta reestruturação em torno do poder imperial, Eutrópio nos permite verificar o processo de formação deste colégio imperial e as relações que foram estabelecidas para a sua conformação, período pouco retratado nas fontes³⁶, a partir das condições sociais e políticas de uma época

³⁴ Tradução livre para o português feita pela autora, amparada pela tradução para o espanhol: AMIANO MARCELINO, *Res Gestæ*. Trad. HARTO TRUJILLO, Maria Luisa. Madrid: Ediciones Akal/Clásica, 2002; e pela tradução para o inglês: AMMIANUS MARCELLINUS. *Res Gestæ*. Trad. ROLFE, John C., London/Cambridge: William Heinemann/Harvard University, 1939.

³⁵ Texto em latim disponível em <<http://www.thelatinlibrary.com/ammianus.html>>. Acesso em 23/09/2014; e em: AMMIANUS MARCELLINUS. *Res Geæstæ*. Trad. ROLFE, John C., London/Cambridge: William Heinemann/Harvard University, 1939.

³⁶ Quando nos referimos ao número reduzido de registros históricos sobre o período, não afirmamos que o mesmo é decorrente de uma falta de interesse em abordá-lo ou por um silenciamento das fontes, mas sim devido à preservação destes documentos. Obras de grande relevo como a Nova História de Zózimo ou as *Res Gestæ* de Amiano Marcelino, que também se propunham a narrar a história do Império Romano a partir de relatos sobre o governo dos sucessivos Imperadores (de Augusto até Constantino e de Nerva até Valente respectivamente), não foram preservadas integralmente, com lacunas justamente sobre este período de formação da Tetrarquia Imperial.

que possivelmente teve seu cerne na própria reestruturação empreendida a partir do governo de Diocleciano.

Assim como Eutrópio, outro autor que conquistou considerável influência foi Aurélio Victor. Falque (2008, p. 161) evidencia que encontramos diversas informações sobre a vida deste autor tanto na sua obra, quanto na produção outros autores, como Amiano Marcelino. Acredita-se que ele seja oriundo da África, pois, além de fazer um relato favorável a Septímio Severo em *Liber de Cæsaribus*, trata com desenvoltura de acontecimentos de menor escala nesta região e utiliza a expressão *terrarum decus* para se referir a Cartago (ROHRBACHER, 2002, p. 42).

A Aurélio Victor foi atribuído um verdadeiro *corpus* documental, que incluía diversas obras, como *Origo Gentis Romanæ* (trata da origem mítica e lendária de Roma), *Liber de uires illustribus Vrbis Romanæ* (aborda os personagens ilustres da Monarquia e da República) e *Liber de Cæsaribus* (cobre o período de governo de Augusto a Constâncio II – também conhecida como *Historiæ Abbreuiatæ*). Existe ainda uma pequena obra que seria um resumo do *Liber de Cæsaribus*, que ficou conhecida como *Epitome de Cæsaribus*. Falque (2008, p. 163-168) problematiza que, de todas estas obras, apenas o *Liber de Cæsaribus* pode ter a autoria comprovada de Aurélio Victor, tendo sido escrito provavelmente entre 358 e 360 d.C.

Seu pai tinha uma origem humilde, mas provavelmente era rico o suficiente para educar seu filho, primeiramente na própria África e depois em Roma, do contrário Aurélio Victor não teria alcançado rapidamente um alto posto na administração imperial de Sirmium (província da Panônia) a partir do qual subiu para o cargo de Governador e, posteriormente, quando se mudou para Roma, o cargo de Prefeito da Cidade, nomeado por Teodósio (BIRD, 1994, p. VII). Falque (2008, p. 162) afirma que mesmo tendo ascendido na carreira e ocupando importante cargo em Roma, o autor do *Liber de Cæsaribus* não se esqueceu de sua origem provincial, isso porque no decorrer de sua narrativa faz alusão ao crescimento da cidade de Roma, que estava vinculado aos estrangeiros, algo que não poderia ser dito por outra pessoa que não alguém oriundo de fora da Península Itálica.

Até aqui governaram o império os nascidos em Roma ou na Itália, a partir de então, também os estrangeiros, não sei se, como o caso de Tarquínio o Antigo, foram melhores. Ao menos para mim, que li e escutei muitas coisas,

é totalmente claro que a cidade de Roma cresceu especialmente graças ao valor dos estrangeiros e talentos importados.

Hactenus Romae seu per Italiam orti imperium rexere, hinc advenae quoque; nescio an ut in Prisco Tarquinio longe meliores. Ac mihi quidem audienti multa legentique plane compertum urbem Romam externorum virtute atque insitivis artibus praecipue crevisse. (Aur. Vict., Cæs., 11, 12-13)

Esta passagem de Aurélio Victor não simboliza uma solicitação objetiva de benesses para o grupo social ou para a localidade aos quais está vinculado, como aparece de forma concreta em alguns panegíricos, mas permite a identificação da importância que era atribuída à relação de integração destes membros para a configuração da unidade imperial, enfatizando a influência destes grupos sociais ao dizer que sem a participação destes setores Roma não conseguiria ter alcançado a prosperidade e se tornado um grande Império.

O *Liber de Cæsaribus* é organizado em 42 livros, e sua narrativa divide a história do Império em seis períodos que são demarcados por uma digressão que constitui a conclusão do período precedente ou a introdução do seguinte (FALQUE, 2008, p. 169-170). Assim como a narrativa de Eutrópio, Aurélio Victor também se vale do retrato biográfico dos Imperadores ao descrever os acontecimentos passados que considera significativos para a compreensão da História do mundo romano. O enfoque que trabalha está mais relacionado à abordagem da política interior e às instituições do que aos conflitos internos nos quais Roma se envolveu (FALQUE, 2008, p. 169), colocações consideráveis para o pesquisador que procura em seus escritos elementos que possibilitem a compreensão das relações de poder que se estabeleceram durante a formação da Tetrarquia Imperial.

Considerando a propagação das práticas políticas por meio dos panegíricos latinos e dos brevíários uma necessidade para a legitimação do poder imperial devido a sua eficiência enquanto meios de comunicação, veremos como estas obras apresentam os problemas referentes à manutenção do poder imperial e também de que maneira muitos destes discursos puderam sinalizar um elo entre a autoridade imperial e as diversas regiões que integravam o mundo romano.

CAPÍTULO 02

O SÉCULO III D.C. E A REORGANIZAÇÃO TETRÁRQUICA DO PODER IMPERIAL

O século III d.C. tem sido repensado pelos historiadores. Tradicionalmente, a historiografia sobre este período assinala um status de crise geral, caracterizado pela constante e rápida sucessão de Imperadores, por um estado de guerra quase ininterrupto (identificando os conflitos de caráter interno e externo), pela desvalorização da moeda de prata e pela relativa queda nos recursos imperiais (CAMERON, 2001, p.18). Estas características motivaram uma visão pejorativa, a qual interpretava que as estruturas tradicionais se encontravam em decadência, sendo o poderio militar a alternativa mais viável encontrada pelos soberanos para garantir a continuidade do Império. Entende-se neste quadro que o fortalecimento do poder pessoal e da relação entre o legionário e seu general assegurou a possibilidade de inúmeras disputas pelo poder imperial, o que teria conduzido o mundo romano ao colapso.

Interessante observar que a associação da queda do mundo romano ao elemento militar foi abordada ainda no século XVIII na obra clássica de Edward Gibbon, *Declínio e Queda do Império Romano* (publicada originalmente em seis volumes, o primeiro em 1776). Nela, o autor procurou discorrer sobre a história do Império Romano e estabelecer alguns dos fatores que levaram ao seu colapso, abordando que a relação entre a queda e a questão militar poderia ser observada desde a fundação do Principado de Augusto. Sendo assim, ele reforçou a constituição de uma monarquia após o governo de Augusto sob o aumento crescente da força dos generais e de suas legiões (GIBBON, 2005, p. 87-100). Contudo, é relevante problematizarmos a abordagem do autor. Esta obra adquiriu grande importância na historiografia da Antiguidade ao desenvolver uma história globalizante, que abordava tanto os Imperadores do Ocidente quanto do Oriente, mas Gibbon não pôde deixar de imprimir em seu texto concepções correspondentes a discussões predominantes nos debates na época em que escreve, baseadas em

um viés imperialista, como quando se utiliza de argumentos de força e dominação ao justificar a expansão romana, mesmo que de certa forma acabe indicando as mesmas como os principais motores do fim do mundo antigo. Assim, a obra de Gibbon é marcada pelo contexto da vida do próprio historiador. Renata Senna Garrafoli (2008, p. 140-145) chama atenção para os diferentes sentidos que Roma e Império Romano adquiriram ao longo do tempo, sendo que em cada momento histórico eram revisados e interpretados de acordo com os interesses políticos vigentes. Assim, no final do século XVIII e em meados do XIX, o Império Romano foi utilizado como o modelo político vigente para justificativa das conquistas territoriais e da expansão militar europeia.

De todo modo, o que pretendemos reforçar é que a ideia de uma superioridade do elemento militar em relação aos demais segmentos sociopolíticos para a manutenção do soberano no mundo romano foi ampla e mais diretamente associada na historiografia (em momentos diversos) ao século III d.C., considerado herdeiro da “monarquia militar” inaugurada com Septímio Severo em 193 d.C. Seu apogeu estaria situado entre os anos de 235 e 284 d.C., quando mais de 20 Imperadores ascenderam ao poder e inúmeros aspirantes tentaram alcançar este mesmo posto. Gonçalves comenta que muitos autores conceberam que o aumento da força dos exércitos dispunha este setor em um patamar acima das outras forças sociais, tornando-o o principal apoio dos soberanos, que, de acordo com tais perspectivas, abandonaram outras formas de legitimação (GONÇALVES, 2013, p. 20).

No entanto, é oportuno salientar, tal como a autora supracitada, que a primazia da ascensão ao poder por meio da aclamação militar não significava que os Imperadores desprezassem outros elementos que pudessem garantir a posição alcançada. Era necessário, portanto, o desenvolvimento de mecanismos diversos que garantissem a legitimação do poder do soberano, e, para isso, os governantes precisavam formar ao seu redor um grupo social de apoio, valendo-se de diversos artifícios (GONÇALVES, 2002, p. 12-21).

Com base nesta perspectiva, de que múltiplos fatores constituem o processo de consolidação e manutenção do poder imperial, este capítulo analisa o contexto da ascensão de Diocleciano à púrpura imperial ao final do século III d.C. e as reestruturações do poder imperial consolidadas com a instauração da Tetrarquia.

2.1 Da Anarquia Militar à ascensão de Diocleciano

Alguns pesquisadores, como Averil Cameron, por exemplo, consideram que o século III d.C. assinala uma linha divisória entre dois sistemas em contraposição: o Alto Império, ou Principado, no qual o Imperador era considerado o *Princeps* – 1º cidadão –, e o Baixo Império, ou *Dominato*, com o Imperador convertido em *Dominus* – senhor – (CAMERON, 2001, p. 16-18). Mas a delimitação dos limites do poder do soberano não é tão simples como aparenta a afirmação acima. No tocante a estas nomenclaturas, *princeps* e *dominus*, não podemos ignorar que seu significado pode sofrer transformações no desenvolvimento da própria história romana. Vamos focar neste momento no título de *Princeps*.

Assim como outros títulos atribuídos em circunstâncias de instabilidade na época republicana¹, cabia ao Senado a concessão do título de *Princeps* para aquele que julgava ser o primeiro cidadão, ou seja, o mais importante entre os romanos. A força deste título no cenário político apareceu ainda com Pompeu, que foi considerado *Princeps Senatus*, mas que teoricamente continuava a ser portador do mesmo nível de importância que os demais representantes senatoriais (FRIGHETTO, 2012, p. 36).

É significativo percebermos que a mudança na nomenclatura utilizada para referenciar o soberano tem relação com as modificações empreendidas paulatinamente pelos Imperadores do Principado, as quais possibilitaram a ampliação de seus poderes e a constituição de vínculos pessoais como base da estrutura administrativa e política. Estes elementos podem ser identificados no governo de Augusto, mas são características marcantes do *Dominato*. Para Cameron, as reformas empreendidas por Diocleciano e continuadas por Constantino deram as bases da recuperação do Império Romano estabelecidas no século IV d.C., uma vez que a autora acredita que o que se produziu em meados do século III d.C. não foi uma crise espetacular, mas a continuação regular de processos que começaram anteriormente (CAMERON, 2001, p. 18-19, 39), e que possibilitaram paulatinamente a concentração de poder nas mãos do soberano.

¹ Lucius Sulla foi *dictator legibus faciendis et rei publicae constituendae causa*, César foi *dictator perpetuus*, por exemplo.

Das nomenclaturas “crise do século III”, “época de transição”, “era dos Imperadores soldados”, “anarquia”, “monarquia militar”, o que é acordo entre os historiadores é que o período crítico do século III d.C. começou com o assassinato de Alexandre Severo em 235 d.C. e durou até a ascensão de Diocleciano em 284 d.C. (CAMERON, 2001, p. 20-21). Em termos políticos, é comum a utilização na historiografia da expressão “Anarquia Militar” (GONÇALVES, 2006, p. 185), já que o período é marcado por uma rápida sucessão de Imperadores eleitos quase que em sua totalidade pelas tropas. Assim, a ideia geral de uma crise total no Império Romano do século III d.C. tem sido questionada², mas esta nomenclatura continua a ser adotada na carência de um novo termo (GONÇALVES, 2006, p. 189).

Para fins de abordar o desenvolvimento e a consolidação da Tetrarquia Imperial, julgamos ser necessária a investigação do período que a antecede. Contudo, esclarecemos não ser nosso objetivo um estudo detalhado sobre a Anarquia Militar, mas como concebemos sua importância para a análise que empreendemos, nossa interpelação incidirá sobre alguns pontos que julgamos ter correlação com a ascensão de Diocleciano em 284 d.C. Isto decorre de identificarmos na documentação selecionada uma narrativa demarcada por estes conflitos. Nos panegíricos, a partir das conquistas militares dos imperadores louvados, os oradores fazem alusão a um restabelecimento da paz e prosperidade do Império, já nos breviários, a narrativa de forma cronológica possibilita visualizar os conflitos de forma mais detalhada e as disputas pelo poder imperial em meio à pressão nas fronteiras.

Acreditamos que o trecho abaixo extraído da obra de Eutrópio, *Breviarium Historiae Romanae*, é um exemplo apropriado da dinâmica do período:

² Gonçalves (2006, p. 188-189) afirma que as inscrições epigráficas provam que o sistema político do Alto Império permaneceu estável até pelo menos o ano de 260 e que as organizações das cidades não passaram por modificações fundamentais. Assim, a documentação epigráfica e a numismática auxiliam na percepção de que os problemas econômicos, políticos, sociais e culturais não afetaram todo o Império ao mesmo tempo e com a mesma intensidade. John Drinkwater (2008, p. 58-61) comenta que no intervalo cronológico de 235-285 d.C. o Império Romano sofreu com distúrbios de natureza militar, fiscal e política, mas que uma análise geral mostra que estes elementos não podem ser associados à totalidade do período. Como exemplo, aborda a questão militar, que teve seu ponto crítico a partir da combinação da pressão persa na parte oriental e germânica ao norte (especialmente a invasão Gótica). Para ele, a contínua guerra civil, precipitada e encorajada pela guerra em duas frentes, não aconteceu antes de 240 d.C., com a emergência dos Godos como grande ameaça (DRINKWATER, 2008, p. 60).

Depois deste, Maximino, por primeiro dentre o corpo militar, subiu ao Império, apenas pela vontade dos soldados, sem que interferisse nenhuma autoridade do Senado, nem ele fosse Senador. Este, feita felizmente a guerra contra os Germanos, como tivesse sido proclamado Imperador pelos soldados, abandonando depois seus soldados, foi morto por Pupieno, em Aquileia, com seu filho ainda criança, com o qual governara um triênio e poucos dias.

Em seguida, houve ao mesmo tempo três Augustos (Imperadores), Pupieno, Balbino e Gordiano [...]

Post hunc, Maximinus, primus ex corpore militari, accessit ad imperium, voluntate militum sola, quum intercessisset nulla auctoritas Senatus, neque ipse esset Senator. Is, gesto feliciter bello adversus Germanos, quum esset appellatus Imperator a militibus, deserentibus eum suis militibus, est ocisus a Pupieno, Aquilae, cum filio adhuc puero, cum quo imperaverat trienio et paucis diebus.

Postea, fuerunt simul tres Augusti, Pupienus, Balbinus et Gordianus [...] (Eutrop., IX, 1-2)

O início deste período foi demarcado por Eutrópio com a aclamação de Maximino (235-238 d.C.), associando-se sua ascensão ao poder apenas pela vontade das tropas. Interessante observar que esta passagem alude à reestruturação social que permitiu a promoção deste grupo a uma posição de destaque na sociedade romana. Alföldy (1989, p. 117-118) remete este reordenamento ao governo de Augusto, que possibilitou a paulatina ampliação das funções da ordem equestre, a qual no século III d.C. já seria reconhecidamente a fornecedora da maior parte dos oficiais e funcionários imperiais e que sem dúvida havia se tornado a camada superior politicamente mais ativa (ALFÖDY, 1989, p.181). Ademais, Eutrópio trata que, da mesma forma que os soldados nomeavam os Imperadores, à revelia do Senado, também tinham o poder de depor os mesmos, e as seguidas aclamações, em algumas ocasiões, poderiam ocorrer concomitante a outras aclamações em regiões distintas do Império, por outras legiões.

Era prática tradicional que o Senado representasse o papel de regulamentador da política imperial, e, mesmo com a inauguração de uma administração de caráter pessoal com a ampliação das funções e poderes do governante após o fim do período republicano, para a aristocracia senatorial, a indicação do sucessor do Imperador através da designação do melhor homem, o mais virtuoso e apto a governar, ainda simbolizava que, mesmo existindo a figura de

um soberano, o controle político poderia estar sob seus domínios. Ao contrário, o estabelecimento da sucessão pela aclamação militar tenderia cada vez mais para que o poder adquirisse uma característica de hereditariedade, já que os vínculos pessoais estabelecidos entre os legionários e seus generais permitiam que a confiança no pai fosse transposta ao filho ou parente próximo por ele escolhido. Perry Anderson³ acredita, a partir de seu estudo sobre a passagem da Antiguidade para o medievo feudal, que a aclamação militar pelas legiões justificava-se a partir de um “desvio da lealdade militar para fora do Estado, que era canalizada para os generais vitoriosos, que podiam garantir as pilhagens de seus soldados ou os donativos por seu poder pessoal” (ANDERSON, 2007, p. 65).

Entretanto, se os Imperadores em sua maioria não eram diretamente indicados pelo Senado, principalmente neste período de grande instabilidade do século III d.C., não poderiam deixar de ser legitimados por ele (DRINKWATER, 2008, p. 59). Mesmo com a diminuição de seu prestígio, os membros do Senado romano continuavam individualmente poderosos, sendo que o afastamento do Imperador de Roma (devido às sucessivas campanhas militares das quais participava) ainda permitia que esta instituição mantivesse um grau de independência em algumas matérias (GRANT, 2009, p. 74). Assim, a aprovação pelo Senado do soberano colocava-o em um campo de disputa, sendo fundamental aos Imperadores conquistar o apoio desta instituição (ARAUJO, 2012, p. 118). Percebemos pelas fontes e pelos trabalhos sobre o período uma constante disputa e negociação entre o Senado e as tropas, sendo que o Imperador aclamado pelas legiões procurava logo após a subida ao poder o reconhecimento desta instituição, e, em contrapartida, o Imperador escolhido pelo Senado buscava conseguir o apoio das legiões que lhe serviam.

Aurélio Victor demonstra no *Liber Cæsaribus* uma posição crítica à ascensão por meio da aclamação militar e dispõe sobre a legitimidade da tomada do poder por estes generais, ressaltando, por exemplo, a forma indiscriminada com que eram

³ Silva (2013, p. 9) discorre que a obra de Anderson, mesmo que tenha recebido pouca admiração por parte dos especialistas de História Antiga, foi uma obra de grande impacto e longevidade. Para ele, isto pode ser imputado pela natureza da obra, que é uma síntese de outros autores, e não uma pesquisa feita diretamente pela documentação, mas que, no entanto, é muito representativa dos acertos e erros de sua época devido à boa leitura da historiografia efetuada pelo autor. Sobre o estreitamento do vínculo entre os generais e soldados, temos também os exemplos de Arther Ferril em “A queda do Império Romano: a explicação militar” (1989) e Yann Le Bohec em “El ejército romano” (2004).

eleitos e justificando a falta de aptidão dos mesmos para governar, sobretudo pelos vícios e pela falta de educação. Entendemos que o autor procura construir um modelo de governante que considera ideal, e assim se vale de diversos meios para construir uma imagem negativa do que pretende criticar, pois, neste caso específico, seria contraditório exaltar as virtudes de um governante que quebrou as regras instituídas para a nomeação do soberano. Por isso, é possível que esta passagem de seu breviário tenha contribuído para que os historiadores julgassem a Anarquia Militar como o início da decadência do Império, já que assim o faz Aurélio Victor, como contemplamos no seguinte trecho:

Desde então, uma vez que os Imperadores, mais desejados em dominar os seus do que submeter aos estrangeiros e pegando em armas uns sobre os outros, o estado romano tão abruptamente mergulhou num precipício, foram elevados ao Império indiscriminadamente os bons e maus, os nobres e não nobres, inclusive muitos bárbaros. Onde tudo está confuso nada segue o seu curso natural, todos consideram que é lícito, como no caos, se apoderar de cargos alheios que não são capazes de desempenhar e escandalosamente o conhecimento das boas artes foi abominavelmente corrompido. Assim, o poder da Fortuna, uma vez que alcançou a liberdade absoluta, conduz aos mortais um pernicioso capricho; esta, contida por muito tempo pela virtude, depois de quase todos cederem aos vícios, entregou o governo inclusive aos mais vis, por nascimento ou educação.

Como Gaius Julius Maximino, presidente de Trébica, foi o primeiro entre os soldados que, apesar de ser praticamente analfabeto, tomou o poder com o apoio das legiões. No entanto, os senadores também aprovaram isto, uma vez que consideraram um perigo que homens desarmados se opusessem a um armado; seu filho, que tinha o mesmo nome de seu pai, Caio Júlio Maximino, foi nomeado César.

Abhinc dum dominandi suis quam subigendi externos cupientiores sunt atque inter se armantur magis, Romanum statum quasi abrupto praecipitavere, immissique in imperium promiscue boni malique, nobiles atque ignobiles, ac barbariae multi. Quippe ubi passim confusaque omnia neque suo feruntur modo, quique fas putant, uti per turbam, rapere aliena officia, quae regere nequeunt, et scientiam bonarum artium foede corrumpunt. Ita fortunae vis licentiam nacta perniciose libidine mortales agit; quae diu quidem virtute uti muro prohibita, postquam paene omnes flagitiis subacti sunt, etiam infimis genere institutoque publica permisit.

Namque Gaius Iulius Maximinus, praesidens Trebellicae, primus e militaribus, litterarum fere rudis potentiam cepit suffragiis legionum. Quod tamen etiam patres, dum periculosum existimant inermes armato resistere, approbaverunt; filiusque eius pari nomine Gaius Iulius Maximinus Caesar factus est. (Aur. Vict., Cæs., 24, 9-11; 25, 1-2)

Aurélio Victor havia ascendido em sua carreira através de seus estudos, e,

como vimos no capítulo anterior, conseguiu ocupar importantes cargos durante sua vida. Assim, quando desempenhou a função de Prefeito de Roma, obteve a condição de *uir clarissimus*, ou seja, a entrada no Senado e a possibilidade de obter o Consulado (FALQUE, 2008, p. 164). Ma Daría Saavedra-Guerrero (1999, p. 192-193) revela que foi a partir do governo de Adriano que teve origem o costume de atribuir títulos específicos a determinados magistrados, o que acabou por se converter em uma espécie de título de aristocracia, demarcando claramente seu lugar na sociedade.

A posição social ocupada por este autor provavelmente explicaria a crítica enfática que faz em relação ao aumento da força política das legiões. Assim sendo, alguns capítulos adiante em sua obra, procurou valorizar o momento em que o Senado – em meio a sucessiva aclamação de Imperadores pelos soldados – conseguiu uma vitória ao eleger Tácito (275-276 d.C.) como Imperador no ano de 275 d.C. (Aur. Vict., Cæs., 36, 1). Alegria breve segundo ele, pois durou apenas duzentos dias, já que, após a morte de Tácito, Floriano (276 d.C.) tomou o poder, sem nenhuma consulta ao Senado ou aos soldados (Aur. Vict., Cæs., 36, 2).

Esta crítica de Aurélio Victor em relação à nomeação dos Imperadores pelas tropas relaciona-se também com o fato de que os comandos militares, que outrora estavam reservados aos senadores, agora haviam sido transferidos para outro círculo de pessoas, os cavaleiros (ALFÖDY, 1989, p. 179), situação oficializada por Galieno, como bem demonstra o registro no *Liber Cæsaribus*:

[...] porque aquele foi o primeiro que, por medo de sua própria indolência, já que o poder imperial passou pelas mãos de nobres mais distintos, havia proibido o serviço militar e até mesmo a aproximação ao exército. Governou durante nove anos.

[...] quia primus ipse metu socordiae suae, ne imperium ad optimos nobilium transferretur, senatum militia vetuit et adire exercitum. Huic novem annorum potentia fuit. (Aur. Vict., Cæs., 33, 33-35)

Identificamos uma postura próxima a esta pelos panegiristas. Mesmo os panegíricos sendo discursos que enaltecem demasiadamente as campanhas

militares bem sucedidas, reconhecemos no seu conteúdo elementos que valorizam as virtudes dos soberanos, sua linhagem familiar e devoção divina para justificar sua ascensão. Assim, consideramos que esta atitude incide sobre uma tentativa de legitimar os governantes da Tetrarquia por outros parâmetros que iriam além da aclamação militar, num momento de extrema fragilidade política após as inúmeras guerras civis e tentativas de usurpações que ocorreram entre os anos 235 e 284 d.C.

A maioria das campanhas militares registradas nos panegíricos analisados faz referências a conflitos com os povos além do *limes*, e os conflitos internos, como a usurpação de Caráusio⁴, já têm uma data posterior a este recorte cronológico da Anarquia Militar. No entanto, algumas passagens podem indicar uma situação conflituosa interna anterior à ascensão de Diocleciano e Maximiano, quando, por exemplo, Mamertino identifica ambos os Imperadores como restauradores do Império (MAMERTINO, 289, I, 5). A referência exata sobre a situação à qual o panegirista faz menção não é clara em seu texto. Apesar disto, tendo em vista que a palavra restauração tem como significado “reparação ou conserto de algo que está em mau estado de conservação”, e considerando o registro cronológico empreendido pelos breviaristas, poderíamos identificar que parte dos conflitos narrados pelos panegiristas permeava as guerras civis pela ascensão ao poder imperial que caracterizaram os anos de 235 e 284 d.C.

Foram inúmeros os Imperadores que ascenderam ao poder até Diocleciano se tornar o único titular da autoridade pública. Procuramos desenvolver um quadro que possibilite ao leitor visualizar a movimentação em torno da disputa pelo poder imperial entre 235 e 284 d.C.

Quadro 1- Quadro com período de governo dos Imperadores da Anarquia Militar (235-284 d.C.)

(Continua)

⁴ Caráusio se destacou como general sob os serviços de Maximiano e devido às suas campanhas vitoriosas figurou enquanto potencial usurpador ao se estabelecer na Britânia, assunto que está explorado no próximo capítulo.

Imperadores	Período de governo (d.C.)	Nomeação/aclamação
Maximino	235-238	Aclamação pelas tropas
Gordiano I Gordiano II	238	Nomeação após sublevação na África. Reconhecidos pelo Senado
Balbino Pupieno	238	Nomeação pelo Senado
Gordiano III	238-244	Aclamação pela guarda pretoriana
Filipe I (Árabe) Filipe II	244-249 247-249 (César - 244-247)	Nomeado pelo Senado
Décio	249-251	Aclamação pelas tropas. Reconhecido pelo Senado posterior a morte de Filipe
Herenio Etrusco	251 (César - 249-250)	Nomeado por seu pai, Décio
Hostiliano	251 (César - 249-250)	Nomeado pelo Senado após morte de Décio e Etrusco
Treboniano Galo Volusiano	251-253 (César - 251) Augusto 251-253 César - 251	Aclamado pelas tropas - dividiu o poder com Hostiliano em 251 Dividiu o poder com seu pai T. Galo
Emiliano	253-254	Aclamado pelas tropas. Reconhecido pelo Senado posterior a morte de T. Galo e Volusiano
Valeriano	253-260	Aclamado pelas tropas e nomeado pelo Senado
Galieno	253-260 260-268	Nomeado como co-regente de Valeriano até 260. Sucedeu seu pai, também apoiado pelo Senado
Cláudio II	268-270	Aclamado pelas tropas e reconhecido pelo Senado
Quintilo	270	Aclamado pelas tropas e reconhecido pelo Senado

(Conclusão)

Aureliano	270-275	Aclamado pelas tropas. Reconhecido pelo Senado posterior a morte de Quintilo
Tácito	276-276	Decisão unânime do Senado e tropas
Floriano	276	Nomeado pelo Senado e reconhecido pelas tropas de todo o Império, menos legiões da Síria
Probo	276-282	Aclamado pelas tropas da Síria. Reconhecido pelo Senado após vencer Floriano
Caro	282-283	Aclamado pelas tropas. Reconhecido pelo Senado posteriormente.
Numeriano	283-284 (César - 282-283)	Aclamado pelas tropas - dividiu o poder com seu irmão Carino
Carino	284 (César - 282-283) 283-285	Aclamado pelas tropas - dividiu o poder com seu irmão Numeriano. Reconhecido pelo Senado.
Diocleciano	284	Aclamado pelas tropas.

Fonte: elaborado pela autora

Avistamos a partir da sistematização acima que, num curto intervalo de tempo (cerca de 50 anos), aproximadamente 23 pessoas conseguiram se tornar soberanos. Alguns destes personagens já haviam se destacado em campanhas militares e foram associados ao governo inicialmente com o título de César, como os casos de Filipe II, Treboniano Galo, Numeriano e Carino. Outros, dividiram o poder imperial, como Treboniano Galo e Hostiliano, e Galieno e Valeriano, Carino e Numeriano. Gonçalves identifica que a maioria dos governantes era escolhida de forma rápida pelas tropas nas fronteiras, para substituir os governantes mortos em campo de batalha e em guerras travadas contra invasores (GONÇALVES, 2006, p. 185-186). Somamos a isso o fato de parte destes governantes também ter sido assassinada

pelas mesmas tropas que outrora os haviam aclamado.

Por mais que a tabela possibilite a visualização quantitativa destes conflitos, não consegue abarcar a dinâmica geral em relação aos demais usurpadores que enfrentaram os Imperadores supracitados, mas que não conseguiram vitórias significativas. Apesar disso, ao verificar a intensidade das disputas em torno do poder imperial, compreendemos que este processo pode simbolizar uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo que era preciso que o soberano fosse um bom general capaz de defender as fronteiras imperiais, as disputas internas e sucessivas nomeações e deposições (tendo em vista que a supressão capital do governante possa ser considerada como tal) possibilitaram que os povos que viviam no entorno se aproveitassem desta conjuntura para se fixar em território romano.

Ward-Perkins recorda que entre os anos de 235 e 284 d.C. os romanos sofreram sucessivas derrotas frente aos germanos e persas, de modo que algumas províncias foram perdidas, a crise monetária foi agravada, e o governo dos Imperadores tinha uma média de três anos devido à intensificação das guerras civis (WARD-PERKINS, 2007, p. 30). Lutando nestas duas frentes, os sucessivos Imperadores nem sempre tiveram tempo suficiente de imputar aos seus governos uma política consistente para a superação das fraquezas que viviam, na questão militar (guerras em diversas frentes), econômica (despesas excessivas pelas guerras e desvalorização da moeda de prata), política (nomeação e delimitação dos poderes dos Imperadores e sucessão) e religiosa (avanço do cristianismo).

Uma combinação de fatores contribuiu para estabilizar a situação, e a consolidação do *Dominato* com Diocleciano e Constantino permite identificar que a “crise” de meados do século III d.C. era mais uma fase temporal em um sistema imperial em desenvolvimento e evolução (CAMERON, 2011, p. 56-57). Assim, foi neste contexto que Diocleciano se tornou soberano, e as necessidades práticas de contenção das fronteiras somadas às disputas internas provavelmente foi o que orientou a política imperial para a consolidação do sistema tetrárquico, que analisamos mais detalhadamente no item 2.2.

2.1.1 Relação entre o poder imperial e as províncias

Refletindo sobre o processo de expansão territorial promovido pelos romanos, o que primeiro se destaca é a questão prática motivadora deste processo, ou seja, a necessidade de defesa do território ocupado originalmente, a obtenção de novas terras, a manutenção de pontos comerciais e estratégicos importantes, os interesses da aristocracia pelos recursos provinciais, entre outros. Esta era de conquistas trouxe, para além da glória militar, a obrigação da constituição de elementos que possibilitassem uma unidade de gestão destas regiões incorporadas, até mesmo porque, com o passar do tempo Roma começava cada vez mais a depender economicamente delas.

Cameron afirma que o Império Romano sempre manteve um equilíbrio precário entre centro e periferia, garantido tanto pela paz exterior quanto por um alto grau de boa vontade entre seus membros, fatores que começaram a apresentar deficiências a partir do século III d.C. (CAMERON, 2011, p. 725-726). Ademais, Heather recorda que algumas das regiões conquistadas, como as regiões do Alto e Médio Danúbio, foram por muito tempo pertencentes a reis clientes de Roma, e que por volta de 15 a.C. se converteram em províncias sujeitas a um controle direto (HEATHER, 2008, p. 27). Em continuidade, o autor considera que o grandioso sistema militar romano não era suficiente para levantar um Império: ao longo de toda sua história o Império combinou uma bem orientada diplomacia com ataques implacáveis (HEATHER, 2008, p. 27). Diplomacia esta que não poderia deixar de existir nas áreas anexadas.

Desta forma, acreditamos que para analisar as relações de poder entre as distintas regiões do mundo romano e a autoridade imperial é necessário a investigação dos mecanismos utilizados pela administração imperial para garantir a unidade do mundo romano. Assim, acreditamos ser importante interrogar quais seriam os fatores que poderiam ser elencados para caracterizar a pluralidade de povos que foram incorporados durante a expansão territorial como integrantes de um

mesmo Império⁵.

Ao estudar as relações diplomáticas na Antiguidade Tardia, Bruno Miranda Zétola (2010, p. 18) assevera que até o século V d.C. havia intenso contato entre as diversas províncias do Império, e que, ao menos em tese, todas faziam parte de uma mesma autoridade político-administrativa. Tais ponderações geram a necessidade de tecermos algumas observações sobre o conceito de Império.

John Richardson problematiza que uma boa síntese do conceito seria entendê-lo, em termos gerais, enquanto relações de controle político sobre a soberania efetiva de outra sociedade política, no entanto, uma vez que existe uma imensa variedade sobre as formas como o controle político é alcançado e exercido, ao observar as constituições e características dos Impérios, é preciso examinar cada qual sob seus próprios termos (RICHARDSON, 2008, p. 2).

Em uma perspectiva próxima no que diz respeito à diversidade dos Impérios, Maurice Duverger afirma que muitas vezes a única coisa em comum é a própria denominação, Império, uma vez que considera que esta designação (o “batismo”) é um produto exterior, que nunca é neutro (DUVERGER, 2008, p. 19-20). Ainda segundo o autor, a unidade do vocábulo dissimula a diversidade de sistemas que ele abrange, e corre-se o risco de engessar as diversas sociedades em uma classificação estrita (DUVERGER, 2008, p. 20).

De todo modo, não podemos deixar de identificar que, mesmo diante das afirmações acima, uma direção geral sobre a definição do conceito possa ser admitida. Os Impérios podem ter em comum uma vastidão territorial que comporte a

⁵ A própria ideia de classificá-los enquanto “romanos” pressupunha uma noção de unidade e homogeneidade, entretanto as pesquisas recentes demonstram a existência de uma diversidade cultural, econômica e até, em alguns casos, política. O que permeia o atual debate é a discussão sobre o processo de romanização, que, distanciando-se da conotação dominador *versus* dominado oriunda do século XIX, passou a se vincular à ideia de interação cultural, como nos mostram os estudos de: Alejandro Bancalari Molina, que, ao trabalhar com a problemática imperial e a romanização, procura debater sobre a unidade do Império Romano em meio à pluralidade de povos que faziam parte de seu Império (BANCALARI MOLINA, 2007, p. 27-30); Richard Hingley, que critica a suposta unidade da civilização romana forjada a partir do conceito de romanização, uma vez que acredita que esta perspectiva esteja vinculada a ideologias imperiais e nacionais contemporâneas (HINGLEY, 2010, p. 71-73); Tamar Hodos, que procurou problematizar o conceito de identidade articulando sua abordagem em torno do conceito de culturas híbridas (HODOS, 2010, p. 3-5); Andrew Wallace-Hadrill, que entende a identidade cultural romana como complexa e cheia de camadas (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 3); e por fim, Janet Huskinson, ao analisar um mosaico de Thysdrus (atual El Djem na Tunísia) defendendo a ideia de um compartilhamento de diversas experiências culturais no mundo romano (HUSKINSON, 2005, p. 5).

anexação de diversos povos, um poder supremo que normalmente é assumido por um único titular; podem ainda ter uma proposta de religião universalista, assim como a organização do espaço e o estabelecimento de redes de comunicação. Ou seja, é preciso observar no interior do conjunto imperial que sua organização se estruturava segundo duas condições contrárias, não obstante complementares: uma unidade dentro da diversidade (DUVERGER, 2008, p. 21-25).

Ao estudar o Império Romano, procuramos relacionar as características particulares de sua constituição a estes elementos gerais, e, assim, identificar que, seja no período republicano caracterizado pela vigorosa expansão militar, seja no Principado ou *Dominato* marcado pelo esforço de consolidação das fronteiras, o significado da expressão *imperium* sofreu transformações que são interessantes pontuar.

Frighetto (2008, p. 148-151), ao conceituar *Imperium*, procura afastá-lo da noção de territorialidade, relacionando-o com a expressão *imperia potestas*, entendida como os poderes delegados pelo *populus* e pelo *senatus* romanos aos magistrados republicanos. Ainda, o autor procura trabalhar com a perspectiva de que no universo romano a magistratura republicana de maior destaque foi o Consulado, que era portadora do mando militar, o *Imperium*: assim, o *Imperator* seria o detentor desse poder, de mando militar, e aquele melhor preparado para exercer as tarefas de governo em prol de toda a comunidade. *Imperium* que acaba aplicando-se a um determinado espaço onde a *auctoritas* se desenvolveria.

Relacionada à posição social e ao prestígio, a *auctoritas* pode ser entendida como uma legitimação socialmente reconhecida, ou seja, quem (ou a instituição que) a possuía tinha a capacidade moral de emitir uma opinião qualificada. Convém destacar que “(...) *auctoritas* era um conceito basicamente romano, pois não tinha equivalente exato em grego” (PEREIRA, 2002, p. 351). Florence Dupont discorre sobre a *auctoritas* ao trabalhar com a noção de autoria na poesia latina. Para ela, a *auctoritas* relaciona-se à capacidade de ser um *actor*⁶, aquele que toma a iniciativa de uma ação, mais frequentemente política. A *auctoritas* consentiria ao poema um

⁶ Pereira (2002, p. 351-352) pondera que este substantivo abstrato é da família *auctor*, aquele que aumenta, que está na origem de, é responsável por. Assim, segundo a autora, está implícita a noção de acréscimo, configurando-se em algo que vem se adicionar a uma situação já existente, conferindo a esta situação um maior peso.

reconhecimento público (DUPONT, 2004, p. 171-173). A *auctoritas* seria um valor que se exerceria pelo peso da pessoa ou corporação que toma ou sanciona uma decisão, o que lhe confere uma característica política e moral ao mesmo tempo (PEREIRA, 2002, p. 352).

Com o desenvolvimento da política imperial após Augusto, com caráter mais personalista, a compreensão sobre o *Imperium* também sofreu mudanças significativas, o que possibilitou uma dimensão mais ampla associada com a *auctoritas* do *Princeps*. O poder seria confiado ao governante para realização da defesa em seu sentido amplo, ou seja, tanto em relação aos assuntos internos quanto aos externos, o que acabava por relacioná-lo com a temática da ascensão do poder dos grandes generais, aclamados pelas suas legiões:

Ao fim e ao cabo, o poder imperial estava associado ao efetivo controle de mando militar através dos mais importantes e significativos símbolos da *auctoritas* do *princeps*, a *aclamatio imperii*, aclamação das forças legionárias sem a qual nenhum pretendente ao poder supremo, que traduzimos por *império*, poderia manter-se. Neste caso o *imperium* aparecia, claramente, como forma de exercício do poder militar pragmático e efetivo que terminou por gerar um poder de caráter pessoal materializado na figura do *princeps* a partir de Augusto. (FRIGHETTO, 2008, p. 159-160)

Na tentativa de mapear como os romanos compreendiam seu Império, Richardson (2008, p. 1-9) focou sua análise nos usos dos vocábulos *Imperium* e *prouincia* em fontes literárias da Antiguidade. O autor considera a questão da linguagem como chave para a compreensão da mudança mental do Império Romano, uma vez que estas expressões adquiriram significados distintos durante o processo de expansão e consolidação da hegemonia romana. Nesta ótica, seria o contexto que suscitaria a necessidade de criação de novos conceitos ou novos significados para esta expressão. É essencial para o autor procurar compreender se os romanos percebiam seu Império enquanto uma unidade territorial, e se (ou quando) eles viram a extensão de seu poder em termo de aquisição de controle das massas (RICHARDSON, 2008, p. 8).

Diferentemente de Frighetto, Richardson compreendeu que a palavra *Imperium* era utilizada no período augustano com uma conotação territorial. No entanto, aproxima-se da perspectiva do referido autor ao reconhecer que era

possível identificar outros sentidos da palavra *Imperium*, como sua utilização fazendo referência ao poder de um magistrado, do povo como um todo, do próprio aparato administrativo e também como poder de mando militar. Neste sentido, Richardson argumenta que a ideia do Império Romano enquanto conceito territorial é produto do próprio período augustano, fruto da reorganização provincial, quando o *Princeps*, ao mesmo tempo em que procurava empregar as noções republicanas de magistratura com o *Imperium* como detentor de poder militar em nome do Estado, transferia efetivamente para si próprio estas funções militares (RICHARDSON, 2008, p. 145).

No panegírico latino de autoria de Mamertino, produzido no ano de 289 d.C., observamos um número amplo de expressões que se relacionam ao Império. O autor utilizou em algumas ocasiões o vocábulo *Imperator* para fazer referência ao soberano homenageado e também expressões como *Romani Imperii*, *Imperio*, *Imperium* para expressar tanto um espaço, uma territorialidade, quanto um poder de cunho militar ou mesmo a autoridade daquele soberano em administrar e dirigir determinado espaço. Como exemplos, evidenciamos as seguintes passagens:

Tudo ficção quando se trata de Júpiter, mas verdade no que a ti se refere, Imperador. Tentarei enumerar suas proezas, para dizer o que foi a primeira expedição, realizada sob os seus auspícios e autoridade suprema, quais acampamentos deram boas-vindas àquele que deveria comandá-los, quais guerras te levaram de lá para cá, quais vitórias engrandeceram teu nome.

Finguntur haec de loue, sed de te uera sunt, imperator. An tuas res gestae enumerare conabor, quae te prima signa imperatoris auspiciis inaugurarint, quae castra dominum habitura susceperint, quae bella diduxerint, quae uictoriae auxerint? (Pan. Lat. II (10), II, 5)

(...) mas muito maiores são os serviços que em reconhecimento você prestou, quando eles tinham feito você parte do Império.

(...) sed longe illa maiora sunt quae tu impartito tibi imperio uice gratiae rettulisti. (Pan. Lat. II (10), III, 3)

Poderia existir outro maior que tua famosa passagem pela Germânia, onde,

o primeiro de todos, tu Imperador, provou que o Império Romano não conhecia mais limites que os de tuas armas?

Quod autem maius euenire potuit illa tua in Germaniam transgressione qua tu primus omnium, imperator, probasti Romani imperii nullum esse terminum nisi qui tuorum esset armorum? (Pan. Lat. II (10), VII, 2).

Assim, exercem em comum esta autoridade sem sombra de rivalidade e não deixou que se elevasse qualquer disputa entre vocês: semelhante a estes gêmeos, a estes Herácles, que reinavam em Lacedemônia, tens uma parte igual do governo da República.

Sic fit ut uobis tantum imperium sine ulla aemulatione commune sit neque ullum inter uos discrimen esse patiamini, sed plane ut gemini illi reges Lacedaemones Heraclidae rem publicam pari sorte teneatis. (Pan. Lat. II (10), IX, 4)

Este também é o caso de Lactâncio, que utiliza a expressão Império Romano para expressar a extensão do Império relacionada à extensão do próprio cristianismo durante a perseguição de Domiciano e a subsequente paz da igreja no século II d.C. (Lact., de mort., III, 4)⁷ e quando se refere pela primeira vez ao Imperador Diocleciano e à divisão do poder com outros três Imperadores (Lact., de mort., VII, 2). Interessante observar que as referências ao Império Romano e ao poder dos soberanos não são exclusividade das fontes com características apologéticas, como os *Panegíricos Latinos* e *Sobre a morte dos perseguidores*. A *Nova História* de Zóximo inicia com a abordagem do crescimento do mundo sob controle dos romanos durante o governo de Otaviano⁸ (Zós. HN, I, 1)⁹ e o *Breviarium* de Eutrópio aborda

⁷ A datação de *Sobre a morte dos perseguidores* é tema de diversos estudos e, segundo Ramón Teja (2000, p. 16), existe uma dificuldade em estabelecer uma data específica, sendo necessário deduzi-la a partir de argumentos internos da própria obra. Assim, o autor discorre que a data de início de composição da obra não poderia ser antes do ano de 314 d.C., considerando a data da batalha de Cibalae entre Licínio e Constantino, e devido à ruptura das relações de Constantino e Licínio a partir de 321 d.C. que não aparece na obra de Lactâncio, fixou-se em 321 d.C. a data limite de término da composição da obra (TEJA, 2000, p. 21).

⁸ Após o ano de 27 a.C. o Senado concedeu a Otaviano o título de Augusto, que passou a ser identificado como seu próprio nome a partir de então.

⁹ Assim como a obra de Lactâncio, a *Nova História* de Zóximo também não possui uma datação precisa. José Maria Candau Morón (1992, p. 1-3) procurou estipular alguns parâmetros que permitiram estabelecer a data de composição da obra ente os anos de 498 d.C. e 518-27 d.C.

logo em suas primeiras linhas a gênese do grandioso Império:

O Império Romano em comparação do qual não pôde a memória humana recordar outro que tenha sido, nem menor em seu princípio nem maior por seu progresso, tem sua origem de Rômulo, que, filho de uma virgem Vestal, e, ao que se julgou, de Marte, foi gerado num só parto com seu irmão Remo. Ele, como larapiasse entre os pastores, com dezoito anos de idade fundou no monte Palatino uma pequena cidade, no undécimo dia antes das Calendas de Maio, no terceiro ano depois da sexta Olimpíada, e no trecentésimo nonagésimo quarto depois da destruição de Troia, segundo aqueles que referem o mais e o menos.

Romanum imperium, quo neque ab exordio ullum fere minus neque incrementis toto orbe amplius humana potest memoria recordari, a Romulo exordium habet, qui Reae Silviae, Vestalis virginis, filius et, quantum putatus est, Martis cum Remo fratre uno partu editus est. Is cum inter pastores latrocinaretur, decem et octo annos natus urbem exiguam in Palatino monte constituit XI Kal. Maias, Olympiadis sextae anno tertio, post Troiae excidium, ut qui plurimum minimumque tradunt, anno trecentesimo nonagesimo quarto. (Eutrop., I, 1)

Um ponto importante que observamos nos discursos panegíricos do século III d.C. foi que o *Imperium* também era considerado como algo que transpunha os limites terrenos e, assim sendo, que atingia dimensões celestes, como afirmou Mamertino ao longo de seu panegírico proclamado no ano de 289 d.C.

Mas vocês, cujo Império não se limita às fronteiras terrestres e se estende às regiões celestes, ao compartilhar tal poder e tal autoridade como esta, dão provas de uma confiança verdadeiramente divina e imortal que nenhum desejo é capaz de perturbar.

Vos uero, qui imperium non terrae, sed caeli regionibus terminatis, tantam uim, tantam potestatem mutuo orbis impartire diuinae profesto immortalisque fiduciae est, quam cupiditas nulla perturbet. (Pan. Lat. II (10), X, 1)

Esta parte do discurso permite compreendermos que o *imperium* dos soberanos Maximiano e Diocleciano foi associado pelo orador a um compartilhamento do poder de origem divina. Manifesta-se então que a associação da autoridade imperial com o sagrado era um dos expedientes utilizados na

legitimação do poder, concebido pelos deuses ao soberano. Dentre as alterações ideológicas sofridas pelo conceito *imperium*, Frighetto assevera que a mais significativa, em se tratando da Antiguidade Tardia, foi a perspectiva que envolvia a construção da imagem do *Imperator* numa dimensão sagrada (FRIGHETTO, 2008, p. 153), fatores que já são observáveis nos discursos panegirísticos analisados, conforme a amostra supracitada. É necessário especificar que a concepção de divinização do soberano não pode ser considerada exclusividade deste recorte temporal, uma vez que poderia ser atribuída ao Imperador, pelo Senado, após sua morte. Desta forma, a abordagem de Frighetto procurou evidenciar que no referido período ocorreu uma associação de valores sagrados ao soberano ainda em vida, em busca de revesti-lo de uma aura intocável.

Compreendemos, portanto, que no mundo romano o conceito de Império era utilizado em geral para conceber tanto a expansão e anexação de territórios quanto a criação de estruturas de poder que possibilitassem o controle dos mesmos. É notório que desde o início de sua história os romanos procuraram desenvolver mecanismos que possibilitassem estabelecer uma unidade de gestão e regulamentação da esfera pública. Esses mecanismos foram mantidos ao longo de toda sua história, mesmo que com as mudanças decorrentes do passar dos anos, apresentassem distinções consideráveis. O vínculo com a tradição possibilitava que as antigas instituições não fossem abandonadas por completo, mas sim reformuladas. Para Richard Hingley, a mudança nas relações de poder ao longo dos anos ajuda a explicar como a heterogeneidade tornou uma ferramenta que auxiliou na estabilidade imperial (HINGLEY, 2010, p. 80).

Para além da conquista militar, a manutenção do poder imperial estava atrelada à criação de vínculos entre a autoridade imperial e as regiões anexadas. Nas palavras de Duverger (2008, p. 30): “Para durar, é preciso que a dominação de um grande espaço traga vantagens aos dominados, que dessa forma preferem a unidade imperial à fragmentação em pequenas unidades de poder”. O vínculo entre Roma e as províncias dava-se então em variadas dimensões, que se consolidaram a partir da realidade e do contexto específico de cada localidade, quer seja pelo estabelecimento da política fiscal, pela concessão de cidadania, pela participação em magistraturas, ou mesmo pelos vínculos de clientela ou relações de patronato.

Até a primeira metade do século XX o que protagonizava nos estudos na área

era a ideia de que a integração interna do Império estava vinculada à teoria da romanização, que, por sua vez, se articulava com o conceito de Império definido a partir de “(...) ideologias imperiais mais recentes, embora se relacione às narrativas de Império e civilização formuladas nos períodos romanos do fim da República e início do Império” (HINGLEY, 2010, p. 72). Estas narrativas colocavam os conquistadores romanos em uma posição superior aos povos conquistados. Não obstante, os panegiristas do final do século III d.C., parecem utilizar argumento semelhante quando se esforçam em construir um suposto consenso em torno da imagem do Imperador a partir de uma superioridade dos romanos frente aos demais povos:

Mas o que se verificou? Mal apaziguou este lamentável acesso de fúria, quando todas as nações bárbaras ameaçavam a Gália inteira com destruição, quando, não apenas os burgúndios e alamanos, mas também os chaibones e hérulos, os mais temíveis entre os bárbaros e os mais distantes de nós, se lançaram impetuosamente sobre estas províncias, que deus teria feito uma salvação tão inesperada se você não estivesse lá?

Quid uero? Statim, uixdum misero illo furore sopito, cum omnes barbarae nationes excidium uniuersae Galiiae minarentur neque solum Burgundiones et Alamanni, sed etiam Chaibones Erulique, uiribus primi barbarorum, locis ultimi, praecipiti impetu in has prouincias irruissent, quis deus tam insperatam salutem nobis attulisset, nisi tu adfuisses? (Pan. Lat. II (10), V, 1)

Mamertino procurou no trecho supracitado demarcar uma distância entre os romanos e os demais povos que ameaçavam invadir a Gália. Para ele, esta incursão bárbara era sinônimo de destruição. Em relação à violência ocasionada pelo avanço dos povos que habitavam as fronteiras, Ward-Perkins (2007, p. 11-17) trabalha com a compreensão de que, mesmo que às incursões bárbaras tenham se apresentado de forma variada no decorrer do Império, apresentaram em comum uma violência inerente¹⁰. Já Heather procurou trabalhar que, para consolidar sua dominação,

¹⁰ Em seu livro “La caída de Roma y el fin de la Civilización” (WARD-PERKINS, 2007), Bryan Ward-Perkins procura explicar a decadência de Roma a partir das invasões bárbaras, que considera terem tido um efeito devastador para a população das regiões em disputa. Contrariando a óptica de que as invasões germânicas foram na realidade uma integração pacífica, o autor defende que nos anos finais no Império Romano do Ocidente, a conquista ou a rendição de determinadas regiões diante da ameaça de usar a força era a norma, e não o assentamento pacífico (WARD-PERKINS, 2007, p. 14-16).

Roma utilizou-se também de uma interação não violenta, na qual poderia ser estabelecida uma cooperação entre bárbaros e romanos (HEATHER, 2008, p. 120). Esta duas perspectivas podem ser relacionadas com os dizeres de Mamertino. A distância que ele demarca, caracterizada pela violência e destruição empreendida pelos bárbaros, é fundamental para a legitimação da política imperial que ele procura retratar como restauradora, sendo a argumentação utilizada para valorizar as ações de Maximiano, vinculadas a campanhas militares vitoriosas. No entanto, não podemos desconsiderar a história da expansão romana, a partir da qual a Gália já foi considerada hostil. Logo, ao mesmo tempo em que Mamertino estabelece esta diferença entre os romanos e bárbaros, preocupa-se em afirmar a Gália como parte efetivamente do Império Romano, incorporada há muito tempo. Tal preocupação evidencia a função propagandística que caracterizava os panegíricos, fazendo um elo entre os habitantes desta região e o poder imperial, reforçando o reconhecimento dos habitantes desta região como romanos.

A manutenção da unidade imperial requeria a integração das regiões conquistadas, e percebemos a preocupação dos pesquisadores a partir da segunda metade do século XX e do início do XXI em compreender o Império Romano como uma sociedade mais heterogênea, na qual diversos grupos e indivíduos atuavam de diferentes formas para se sentirem integrados aos “romanos”, ao passo que mantinham alguns hábitos e costumes que contribuíam para uma iniciativa imperial centralizadora (HINGLEY, 2010, p. 68-78). Este campo de estudo inaugurado pela história cultural ofereceu uma oposição à ideia do imperialismo romano baseado na superioridade da civilização romana *versus* a barbárie dos povos ao seu entorno, transformando o conceito de romanização (WOOLF, 2000, p. 5).

Para Greg Woolf, tornar-se romano era um processo lento, e a romanização seria mais que uma simples rejeição de um sistema cultural em detrimento de outro, pois ele entende que para ter algum significado a cultura tem que ser compartilhada, e este compartilhamento faz dela um poderoso meio de comunicação. Assim, o que é compartilhado é um conjunto de convenções ou associações, sendo os indivíduos livres para se conformar, ignorar e até mudar estas convenções (WOOLF, 2000, p. 7-10). Dialogando neste campo, Andrew Wallace-Hadrill (2008, p. 3-7) acredita que não é possível definir a identidade romana como imutável, e assim os elementos que caracterizariam o ser romano sofreriam transformações com o decorrer do tempo.

Para o autor, não conseguimos averiguar a existência de uma cultura pura a ser transmitida, e com isso justifica-se a proposta de uma nova abordagem a partir do que chama de dialética de apropriação cultural. Nesta perspectiva, a identidade no Império Romano seria formada a partir da cultura compartilhada entre os diversos povos, que, mais que coexistir, dialogavam uns com os outros. Em tempo, Janet Huskinson (2005, p. 20-25) assevera que o contato cultural e as trocas por ele estabelecidas contribuíam para a construção de um diferente padrão cultural no Império Romano, com a característica marcante da flexibilidade.

Estes estudos contribuem para o estudo da unidade imperial uma vez que permitem estabelecer uma relação entre o poder imperial e a integração de elementos culturais, como, por exemplo, o papel exercido pela cultura romana na unificação das elites locais do Império. O processo de admissão dos líderes dos grupos conquistados no círculo interno da elite romana começou com a conquista da Itália e está ligado ao processo de extensão da cidadania (WOOLF, 2000, p. 18).

Outro exemplo pode ser visto em Wallace-Hadrill (2009, p. 13), que trabalha com o conceito de multilinguismo na busca por extrapolar a ideia amplamente difundida de bilinguismo que figurava nos estudos sobre o Império Romano, considerado um mundo onde se falava apenas o latim e o grego após o período da expansão territorial. Este autor apresenta um caso particular para discutir a manutenção de línguas locais após a dominação romana. Quintus Ennius nasceu em Rudiae, na região da Península Salentina, que, embora tenha sofrido forte influência da colonização grega no século VII a.C. tinha sua origem em um assentamento de uma tribo local, os Messapi, que falavam sua própria variação da língua itálica (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 3). Ele descreveu a si próprio, ao conquistar a cidadania romana em 184 a.C., como portador de três corações (*tria corda*) – um grego, um osco e um latino - (WALLACE-HADRILL, 2009, p. 03). Sua habilidade com estes três tipos de línguas e a educação recebida sob estes três parâmetros culturais eram representados pelos três corações que ele proclamava possuir.

Outra perspectiva que relaciona a cultura romana com a integração do Império pode ser vista na observação da exploração militar de uma sociedade

provincial, os batavos do Vale do Baixo Reno¹¹. Hingley aborda que a existência de uma cultura escrita do latim na região, não apenas pela elite local, que provavelmente tenha sido decorrente da prática de recrutamento militar, o que possivelmente acarretou em grande impacto no desenvolvimento desta sociedade: “(...) a população do Baixo Reno se estava valendo de aspectos da cultura romana – a língua latina e a tecnologia escrita –, por meio de um compromisso ativo com o sistema imperial” (HINGLEY, 2010, p. 88). Em continuidade, o autor acentua que esta evidência da utilização do latim concomitante a língua local expressa o valor prático tanto da língua latina quando da tecnologia da escrita para uma gama ampla da população, e assim, o latim e a prática da escrita podem de fato ter sido utilizados por diferentes membros da sociedade como resultado potencial de várias formas de comunicação (HINGLEY, 2010, p. 88).

Este valor prático da integração cultural foi percebido em outros tipos de vestígios que nos mostram que a cultura poderia ser vista como um facilitador no processo de promoção da integração local, considerando que o relacionamento de Roma com as províncias era movido por uma ideia de promoção de benefícios, riqueza e poder, e que deveria oferecer vantagens para ambos os lados. Richard Miles (2005 p. 34 e 60) procurou, a partir da análise de um monumento funerário (de Philoppapos, cidadão romano da cidade de Atenas), demonstrar estas influências culturais, identitárias e de poder como elementos que estabelecem a relação entre o poder central e as diversas localidades do Império. Neste monumento funerário, o pesquisador verificou a existência de rudimentos de uma cultura local, como representação de deuses e ancestrais de Philoppapos, associados a elementos “típicos” romanos, como a toga, a fachada (arquitetura) e inscrições em latim.

No mesmo sentido, vemos a análise de Huskinson sobre o mosaico encontrado na cidade provinciana de Thysdrus (atual El Djem, na Tunísia). A utilização deste mosaico em uma casa provincial pode evidenciar a valorização de formas de comunicação não escritas, e mostra a ideia de uma experiência cultural compartilhada: decorado com a personificação de Roma ao centro, rodeada por

¹¹ Hingley faz uma descrição desta comunidade baseado nos estudos de Ton Derks, Nico Roymans e Carol van Driel-Murray. Derks e Roymans discorrem que as populações nativas se integravam à cultura imperial romana de forma variável, e trabalham com a propagação do latim mediante as ações dos exércitos romanos; van Driel-Murray interpreta a formação e a transformação ativa da comunidade dos batavos e do território que ocupavam (HINGLEY, 2010, p. 84-90).

personificações de diversas províncias com a utilização de adereços que indicam características particulares das regiões representadas (HUSKINSON, 2005, p. 3-6), ele também exemplifica a integração das distintas regiões imperiais, mas garante que o eixo de unidade no Império se dê em relação a Roma, ao representá-la em seu centro.

Adrian Nicholas Sherwin-White discorre que a formação de colônias nos territórios anexados era outro agente importante que garantia esta relação de integração. O autor sublinha que os soldados veteranos recebiam terras nas províncias ao abandonarem suas fileiras, e nelas se organizavam segundo os padrões da municipalidade italiana. Logo, seguiam a lei civil romana, falavam latim, aprendiam a literatura grega, construía teatros, banhos públicos, anfiteatro para jogos, etc (SHERWIN-WHITE, 1968, p. 82). O autor verificou ainda que a partir do século I a.C. essas colônias passariam a ser organizadas em lugares estratégicos pelo poder central atendendo a este objetivo. Ademais, as municipalidades provinciais eram as unidades básicas do Império Romano, que dependia grandemente do apoio destas elites locais, e estas, por sua vez proviam membros para as magistraturas municipais. Participando do poder local, estes grupos tinham uma dupla função: auxiliavam os romanos a manter a população conquistada sob seu controle ao mesmo tempo em que garantiriam a continuidade de uma estrutura social pré-existente (SHERWIN-WHITE, 1968, p. 84-95).

Com isto, verificamos que as colônias exerceram um importante papel no compartilhamento de valores e práticas de Roma. Mas, se as colônias exerceram este papel, não podemos ignorar que esta relação pode significar uma via de mão dupla, uma vez que “(...) o incremento das fundações de colônias, de cidades e a ampliação da rede viária proporcionam o aumento dos efetivos e cargos da máquina administrativa imperial romana” (FRIGHETTO, 2012, p. 39).

Estes estudos e debates possibilitaram compreender que a relação de integração entre Roma e as províncias era caracterizada por uma necessidade prática, e assim entendemos que o compartilhamento de culturas adquiria um duplo propósito: de um lado, os povos incorporados ao Império, que ao invés de buscarem apenas um jeito próprio de se tornarem romanos, procuravam adotar algumas práticas que os auxiliariam a viverem de forma diferente a partir das mudanças políticas na região em que viviam (HINGLEY, 2010, p. 89), e de outro, o poder

imperial que intencionava garantir a integração das regiões mais distantes do Império em prol de garantir sua manutenção e unidade, mesmo que para isso fosse preciso manter elementos sociais característicos dos povos e das regiões que conquistavam. Assim, mesmo com uma diversidade em alguns casos fortemente marcada, as relações que foram estabelecidas entre o poder imperial e os grupos sociais destes distintos lugares foram importantes para manter o equilíbrio e possibilitar a expansão e a manutenção do Império.

2.1.2 Vulnerabilidade do Império

A tênue relação que consolidava a integração entre os romanos e os habitantes das províncias necessariamente se reconfigurava no século III d.C., e um dos elementos que contribuía para tal situação era a questão da cidadania romana. O estatuto jurídico de cidadão significava que o indivíduo estaria enquadrado no pacto social constitutivo da sociedade, em especial, da vida política (ZÉTOLA, 2010, p. 25). Aurélio Victor faz um registro de expansão da concessão da cidadania ainda com Marco Aurélio (161-180 d. C):

Foi concedida a cidadania romana a todos indistintamente, e muitas cidades foram fundadas, ampliadas, restauradas e adornadas, em especial a cidade púnica de Cartago, que havia sido devastada vergonhosamente pelo fogo, Éfeso na Ásia e Nicomédia na Bitínia, destruídas por um terremoto, igualmente como em nosso tempo.

Data cunctis promiscue civitas Romana, multaeque urbes conditae deductae repositae ornataeque, atque inprimis Poenorum Carthago, quam ignis foede consumpserat, Asiaeque Ephesus ac Bithyniae Nicomedia constratae terrae motu, aequae ac nostra aetate Nicomedia Cereali consule. (Aur. Vict., Cæs., 16,12)

Evidentemente, a concessão da cidadania romana a todos os habitantes do Império foi consolidada com a Constituição Antoniana – *Constitutio Antoniniana de Civitate* – comumente conhecida por Édito de Caracala, em 212 d.C., mas esta

passagem de Aurélio Victor nos mostra a preocupação que diversos soberanos tiveram em incorporar os habitantes nas estruturas imperiais. O ponto que consideramos importante nestas questões é que, com o passar dos anos, o Império sofreu transformações, que tiveram reflexos no âmbito político e social, e a integração entre os distintos grupos sociais e o poder imperial necessariamente deveria acompanhar estas mudanças, caso contrário, corria-se o risco de prejudicar a delicada relação de unidade. A falência das relações entre o poder imperial e as diversas províncias teve relação com o desenvolvimento de novas relações caracterizadas pelo enfraquecimento das instituições municipais, que deixaram de impulsionar as carreiras públicas das elites locais (FRIGHETTO, 2006, p. 226).

Desta forma, se o século III d.C. apresenta um quadro de fragilidade interna motivado pelas dificuldades na manutenção das relações de integração entre o poder imperial e as províncias, não seria estranho a potencialização dos conflitos nas regiões fronteiriças. Cameron recorda que em um ou outro momento as províncias setentrionais e ocidentais sofreram com a pressão dos bárbaros, e, ainda que houvesse um Imperador em Roma, era difícil que nestas agitadas circunstâncias ele tivesse muitas oportunidades de controlar o que acontecia nas províncias periféricas (CAMERON, 2011, p. 25-26). Esta questão retoma a problemática das sucessivas nomeações de soberanos durante a Anarquia Militar. É indubitável que um dos elementos importantes que auxiliaram na promoção da unidade do mundo romano até essa ocasião havia sido a integração dos diversos grupos bárbaros nos ambientes políticos, sociais e culturais do Império, interação que, nas palavras de Frighetto (2012, p. 133), forjara a própria sociedade romana tardia.

Todavia, inferimos que a problemática da manutenção das fronteiras estabeleceu uma relação complexa. Ward-Perkins (2007, p. 38) procurou trabalhar com o relacionamento das incursões bárbaras e a desestruturação do Império Romano, e, embora a ênfase de sua análise se encontra nos séculos IV e V d.C., ele acresce que as movimentações no entorno dos limites do Império remetem a um período anterior, reforçando o vínculo estreito entre as usurpações, as revoltas internas e o fracasso exterior (em referência às campanhas militares frustradas). Entendemos então um movimento cíclico, no qual as incursões bárbaras potencializaram os conflitos internos e estes, por sua vez, viabilizaram a elevação das incursões bárbaras: “Como em outros períodos históricos, o fracasso contra o

inimigo externo e a guerra civil estavam intimamente ligados; de fato, se alimentavam entre si” (WARD-PERKINS, 2007, p. 38). Era, pois, uma via de mão dupla, o que requeria um esforço efetivo da política imperial para estagnar estes conflitos.

Não podemos nos esquecer de que a organização da estrutura militar romana se mostrava frágil em relação aos ataques simultâneos em grande escala, e os governantes não poupavam esforços para evitar esta situação, fazendo largo uso da diplomacia. No mundo romano, a política imperial baseava-se em alianças permanentes ou momentâneas com os povos vizinhos, principalmente os germanos¹², e intentava garantir desta forma a integridade territorial (GRANT, 2009, p. 29-32). Todavia, a fragmentação das redes de relacionamento e a emergência dos conflitos internos, fizeram, ademais, com que as tropas estacionadas nas fronteiras fossem deslocadas para o interior, deixando as regiões fronteiriças menos guarnecidas, o que abriu espaço para as incursões bárbaras (FERRILL, 1989, p. 32). A pressão no *limes* romano em pontos distintos já era evidente desde o final do século II d.C., quando os germanos que viviam junto à fronteira começaram a coordenar suas atividades em confederações e coligações mais amplas (GRANT, 2009, p. 16), e as campanhas militares tiveram, então, que ocorrer simultaneamente em diversas frentes, tornando-se tão significativas para a política imperial que foi possível perceber pela análise das fontes o predomínio desta temática em boa parte das produções literárias do período.

Lactâncio, por exemplo, refere-se à malograda expedição de Décio (249-251 d.C.) contra os carpos que haviam ocupado a Dácia e a Mésia (Lact., de mort., IV, 2-3)¹³ e também ao avanço dos persas durante a Tetrarquia (Lact., de mort., IX, 5-8), e já no final do século IV d.C. temos o relato nas *Res gestae*, que demonstra a persistência destes conflitos ao também referenciar o problema com os persas (Amm. Marc. Res Gestæ, XV). Aurélio Victor faz crítica às ações políticas e militares de Galieno, que, segundo ele, quase fez o Império Romano naufragar ao não

¹² Heather analisa que quando falamos em Europa germânica, na realidade estamos nos referindo à Europa dominada pelos germanos, uma vez que não é possível supor que toda a população que habitava a região fosse culturalmente homogênea em relação aos sistemas de crenças e práticas sociais, nem que necessariamente falavam a mesma língua (HEATHER, 2010, p. 25).

¹³ Teja discorre que na realidade Lactâncio está tratando dos godos conduzidos pelo rei Kniva, e que a identificação dos diversos povos bárbaros nos escritores da Antiguidade Tardia são problemáticas, pois eles se utilizam de nomes genéricos (TEJA, 2000, p. 73).

conseguir êxitos consideráveis em relação ao avanço dos godos na Trácia e Macedônia e partos na Mesopotâmia, por exemplo (Aur. Vict., Cæs., 33, 3).

Em seu mais recente livro, Frighetto fez um interessante compêndio sobre estas incursões bárbaras ao discorrer sobre as principais características dos governos dos Imperadores romanos, desde Trajano até Teodósio. Em relação aos conflitos ocorridos entre os romanos e os povos ao redor do *limes* no final do século II d.C., de um modo geral, é possível salientar a pressão dos partos nos territórios próximos ao reino autônomo da Armênia e Mesopotâmia; distúrbios diversos em áreas limites da Britânia, Germânia Superior e ao longo da linha do Danúbio; pressão dos Quados e Marcomanos nas Províncias da Panônia e Dácia; avanço dos Berberes Mauri sobre a Mauritânia Tingitânia e Hispânia (FRIGHETTO, 2012, p.37-54). Já em relação aos conflitos ocorridos no século III d.C., igualmente de forma ampla, as hostilidades do século anterior se acirraram, e somamos à elas a incursão dos Alamanos sobre a Gália; a ofensiva persa sassânida; o avanço dos Godos, Carpos e Vândalos sobre a Península Balcânica; Francos e Saxões nos limites do rio Reno (FRIGHETTO, 2012, p. 54-91).

O *Incerti Panegyrics Constantio Caesari Dictus* dedicou boa parte do discurso para estes acontecimentos. Na verdade, o panegirista ao ser impelido a discorrer sobre o assunto, faz um esforço em abordá-lo sem comprometer a eficácia da política imperial vigente:

Menos indigna tinha sido, por mais triste que fora, sob o principado de Galieno, a ruptura destas províncias com a luz de Roma. Naquela ocasião, seja por descuido da administração, ou seja, por um declínio de nosso destino, a República estava mutilada em quase todos os seus membros: então o Parto endireitou a cabeça orgulhosa e o rei de Palmira acreditou-se igual a nós; o Egito inteiro e as províncias da Síria haviam desertado, a Rétia estava perdida e a Nórica e as Panônias devastadas. A própria Itália, senhora de todos os povos, chorava as ruínas sem nome sobre suas cidades, e não sentia menos dor na perda de uma província quando estava privada de quase todas. Mas agora que o seu valor recuperou, no mundo inteiro, as regiões que haviam sido romanas mas também submeteu aquelas que nos eram hostis, enquanto que os alamanos havia sido por tantas vezes pisoteados, os sármatas sempre acorrentados, os jutungos, quados e carpos destruídos tantas vezes, quando os godos se humilhavam pedindo a paz, e o rei da Pérsia, para consegui-la, reunia os presentes para articula-los, nossa alma estava marcada – neste momento por fim confessamos – por este afronta infligida apenas a um Império, o que nos parecia mais intolerável quando era a única coisa que fazia obstáculo a nossa glória.

Minus indignum fuerat sub príncipe Gallieno quamuis triste harum provuinciarum a Romana luce discidium. Tunc enim siue incuria rerum siue quadam inclinatione fatorum omnibus fere membris erat truncata res publica: tunc se nimium et Parthus extulerat et Palmyrenus aequauerat, tota Aegyptus, Syriae defecerant, amissa Raetia, Noricum Pannoniaque uastatae, Italia ipsa gentium domina plurimarum urbium suarum excidia maerebat; non erat tantum doloris in singulis, cum paene omnibus careretur. Nunc uero toto orbe terrarum non modo qua Romanus fuerat uirtute uestra recepto, sed etiam qua hostilis edomito, cum totiens proculcata esset Alamannia, totiens profligati, summittente se Gotho pace poscenda, supplicante per munera rege Persarum, urebat ânimos (quod nunc denique confitemur) una illa tanti imperii contumelia eoque nobis intolerabilior uidebatur quod gloriae sola restabat. (Pan. Lat. IV (8), X)

Também mencionando o período de governo de Galieno, o orador faz um relato sobre a ruptura de diversas províncias com o poder imperial e atribui este fato a um descuido da administração, embora afirme que isso não era suficiente para obscurecer a glória do Império. Para ele, os atuais Imperadores que procurou homenagear no seu panegírico estavam promovendo uma obra restauradora que recuperaria todo o mundo. A respeito dos soberanos, uma consideração importante em relação a estas descrições nos panegíricos analisados é o fato de que os tetrarcas que aparecem nos discursos pronunciados nos anos de 289, 291 e 297 d.C. são os Augustos Diocleciano e Maximiano e o César Constâncio Cloro. Não encontramos nestes discursos referências diretas sobre o cesarato de Galério, responsável pela região dos Bálcãs, embora no panegírico de 297 d.C. o orador anônimo reforce a partição do Império Romano em quatro a partir da simbologia deste número, conforme abordado adiante. A referência direta a Galério durante seu cesarato foi feita apenas por Eumênio, através da expressão *Maximiane Caesar* (Pan. Lat. V (9), XXI, 2).

A ascensão de Diocleciano neste contexto e a instauração da Tetrarquia foi uma tentativa de estabilizar os conflitos entre o Império Romano e os diversos povos ao redor do *limes*, mas seria errôneo afirmar que eles cessaram por completo. Na realidade, as campanhas militares continuaram a existir em número elevado após 284 d.C., sendo inclusive objeto de atenção dos panegiristas latinos do século III d.C., que procuraram utilizá-las para celebrar e conceder honra e glórias militares aos Imperadores homenageados em seus discursos. Os sucessos dos Imperadores nestas campanhas, bem como nas campanhas contra os usurpadores do poder,

eram uma das prerrogativas utilizadas pelo poder imperial para caracterizar o soberano legítimo, e, por isso, ocupavam obrigatoriamente uma parte considerável do discurso panegírico, feito no ambiente provincial, que por vezes poderia ter oferecido alguma resistência a Roma em ocasião passada.

Nos discursos de autoria de Mamertino, pronunciados nos anos de 289 e 291 d.C., a justificativa da divisão do poder imperial entre Diocleciano e Maximiano possibilitou que fossem abordados pelo orador os diversos problemas que o mundo romano atravessava no período, referentes principalmente à manutenção das fronteiras. Neste sentido, Mamertino procurou descrever nos seus dois panegíricos as principais campanhas que o Imperador Maximiano empreendeu: o apaziguamento do levante baugada, a defesa da Gália contra a invasão germânica e a dissidência de Caráusio. Como o orador não poderia homenagear Maximiano sem referenciar o Augusto sênior Diocleciano (que havia lhe concedido parte do poder imperial e estabelecido com isso uma relação de fidelidade entre ambos), Mamertino também faz uma pequena menção às campanhas contra os sármatas (289 d.C.) e sarracenos (290 d.C.) promovidas pelo último e afirma, na segunda passagem, que as vitórias e os louvores de Diocleciano também fazem triunfar o governante homenageado:

Silêncio sobre a fronteira da Récia levada à frente com a consequência de uma repentina derrota do inimigo, omito a devastação dos sármatas e os sarracenos carregados com as correntes da escravidão.

(...) transeo litem Raetiae repentina hostium clade promotum, omitto Sarmatiae uastationem oppressumque captiuitatis uinculis Sarracenum. (Pan. Lat. III (11), V, 4)

Aqueles louros que Diocleciano colheu em suas vitórias sobre os povos vizinhos das nações sírias, aqueles louros da Récia e sármatas, fizeram triunfar a ti, Maximiano, com uma piedosa alegria. Da mesma maneira, a destruição dos caibones e dos hérulos, sua vitória do outro lado do Reno, assim como a repressão da guerra dos piratas com a submissão dos francos colocaram Diocleciano na posição de todos os seus desejos realizados.

Laurea illa de uictis accolentibus Syriam nationibus et illa Raetica et illa

Sarmatica te, Maximiane, fecerunt pio gaudio triumphare. Itidemque hic gens Chaibonum Erulorumque deleta et transrhenana uictoria et domitis oppressa Francis bela piratica Diocletianum uotorum compotem reddiderunt. (Pan. Lat. III (11), VII, 1-2)

É interessante destacar que Mamertino, na continuidade da descrição desta campanha militar de Maximiano, procurou enfatizar o uso da diplomacia e da clemência do Imperador, já que este não optou pelo enfrentamento direto com todos estes povos, principalmente por se valer do argumento de que a violência da guerra traria para estes inimigos danos por si só, como a fome e, posteriormente, as epidemias que normalmente acometiam a população nestas circunstâncias (MAMERTINO, 289, V, 2).

No mais, esta era igualmente uma característica dos oradores dos demais panegíricos produzidos nos séculos III d.C. A utilização da força militar sempre era apresentada como um recurso ao qual o Imperador inevitavelmente teve que recorrer, como um último expediente, já que sua prudência, sabedoria e outras virtudes que possuía sempre o conduziram para a mediação dos conflitos. Isso fica evidente de igual modo no discurso pronunciado no ano de 297 d.C. em homenagem ao Imperador Constâncio e nos panegíricos que louvam seu filho Constantino (307,310, 312, 313, 321 d.C.).

A persistência nas usurpações ou tentativas de usurpação eram uma preocupação para a manutenção da unidade imperial, e, por mais que os panegíricos louvassem as campanhas militares, entendemos que os oradores eram cuidadosos em seu louvor com o intuito de não incentivar novos personagens a incorrerem neste tipo de ação. Para além da glória militar, o soberano deveria mostrar habilidade política, e provavelmente este foi o argumento utilizado tanto por Mamertino quanto pelo orador do panegírico de 297 d.C., que procuraram abordar que as vitórias militares destes soberanos, para além de conduzirem à glória pessoal, também traziam a salvação, a libertação e a proteção dos povos envolvidos nestas campanhas. Isso permitia que, ao mesmo tempo em que celebravam a vitória militar, celebrassem a capacidade política e administrativa do governante em levar a prosperidade para as regiões que se associassem ao Império.

Assim, louvando a imagem do soberano homenageado, louvavam também a grandiosidade do próprio Império, promovendo uma ideia de unidade:

O que hei de fazer, César? Perdoe-me se eu demorar; perdoa-me se eu for rápido demais; quantas proezas deixei à sombra, proezas realizadas por seu valor, no tempo que preparava a expedição da Britânia, apenas por ter pressa em chegar o mais rápido possível a esta brilhante vitória que finalmente libertou toda República em sua extensão.

Quid faciam, Caesar? Ignosce, si moror; ignosce, si propero: multa enim illius temporis, quo transitus in Britanniam parabatur, admirabilia uirtutum tuarum facta praetereo, dum festino cupidus ad singularem illam uictoriam, qua uniersa res publica tandem est uindicata. (Pan. Lat. IV (8), IX, 5)

Portanto, esta vitória não apenas liberta a Britânia da servidão, mas restaura a segurança de todas as províncias banhadas pelo mar, que em tempos de guerra traz tantos riscos quanto os benefícios dos tempos de paz.

Itaque hac uictoria uestra non Britannia solum seruitute est liberata, sed omnibus nationibus securitas restituta quae marítimo usu tatum in bello adire periculi poterant quantum in pace commodi consequuntur. (Pan. Lat. IV (8), XVIII, 4)

A contrapartida era que todas estas campanhas e ofensivas militares, incontestavelmente, eram acompanhadas de custos ímpares para os cofres imperiais, o que recaía inevitavelmente em um alto custo para a população civil (GRANT, 2009, p. 16). Para Michael Grant (2009, p. 59), o século III d.C. assistiu ao colapso de quase toda sua estrutura política ao ser assolado por inúmeras guerras civis e guerras contra inimigos externos, e afirma que se esta situação foi superada pelo esforço militar. No entanto, o preço desta manutenção e recuperação ocasionou um aumento permanente nos impostos e uma intensificação das numerosas espécies de pressão necessárias para entesourar, fatores estes que contribuíam para um afastamento com relação a Roma e a administração imperial.

Ao analisarmos o contexto geral, percebemos que a forte pressão nas fronteiras, a instituição de poderes paralelos e a perda de algumas províncias também ocasionaram uma dificuldade econômica decorrente tanto do aumento de imposto, quanto da diminuição da oferta no número de escravos e no fornecimento de alguns produtos. Neste último aspecto, ponderamos que os constantes conflitos

propiciaram um importante deslocamento da mão de obra, já que muitos trabalhadores passavam a compor as legiões. Esta situação ainda conduzia ao agravamento da inflação no Império Romano, justificada por pesquisadores da área a partir da questão da desvalorização das moedas. Como elas não tinham a cunhagem fiável, com o passar do tempo o desenvolvimento da inflação foi agravado pelo aumento do valor facial das moedas e também pela emissão cada vez mais numerosa por parte do governo (GRANT, 2009, p.59-61).

Lactânio, em *De mortibus persecutorum*, faz pelo menos duas referências a isso: primeiramente, quando afirma que a situação do governo de Diocleciano encontrava-se no limite devido ao fato de o número daqueles que viviam às custas dos impostos ser maior que o número dos contribuintes (Lact., de mort., VII, 3); e também quando discorre sobre a tentativa de Diocleciano de congelar os preços dos produtos dos mercados, que fez com que eles desaparecessem do comércio e com que aumentasse ainda mais a carestia (Lact., de mort., VII, 6-7). John Drinkwater, por sua vez, questiona a ideia de existência de colapso geral no século III d.C. que teria contribuído para a desvalorização da moeda, uma vez que entende que a alteração na cunhagem, a subida de preço e a inflação tiveram importância marginal neste processo devido ao fato de que os agricultores tinham acesso direto aos produtos, e esta ainda era a base da economia (DRINKWATER, 2008, p. 85).

De todo modo, as vicissitudes da questão militar não obscurecem a importância dos legionários e de seus generais para o desenvolvimento da política imperial durante o século III d.C. Conforme já abordado, este grupo passou a ser um dos principais elementos na nomeação dos Imperadores, por ocasião de a ampliação das atividades militares atuar como força de aproximação e de contribuição direta do legionário com o seu comandante, sem olvidar sua atuação enquanto promotores dos padrões da institucionalidade romana nas diversas regiões do Império.

2.1.3 O Império Gálico e o Império de Palmira

O Império Gálico¹⁴ e o Império de Palmira¹⁵ são singulares no desenvolvimento da política imperial na segunda metade do século III d.C. Após a captura de Valeriano (seguida de sua morte) pelos persas, o Império Romano passou por um dos momentos mais delicados da Anarquia Militar, quando a multiplicação das aclamações imperiais e usurpações atingiu um nível considerável e a pressão dos povos além do *limes* foi potencializada durante o governo de seu sucessor, Galieno, como percebemos pelos relatos supracitados das fontes. A respeito da configuração de dois Impérios paralelos, embora integrados aos Império Romano, uma pequena passagem no *Breviarium Historiae Romanae* parece-nos emblemática:

Assim, tendo abandonado Galieno a República, foi o Imperio Romano, salvo, no Ocidente, por Póstumo, (e) no Oriente, por Odenato.

Ita Gallieno rem publicam deserente Romanum imperium in Occidente per Postumum, per Odenathum in Oriente servatum est. (Eutrop., IX, 11)

Esta passagem nos chamou a atenção, pois Eutrópio não parece considerar os governantes destas regiões como usurpadores do poder imperial romano ou como promotores da separação da Gália e da Britânia. Pelo contrário, ele demonstra que o Império passava por um momento crítico e estes personagens foram os responsáveis por sua manutenção. Este trecho é o desenlace da narrativa sobre a sucessão de Valeriano, na qual Eutrópio apresenta Galieno, que assim como seu pai (Valeriano) contava com o apoio do Senado, e afirma que embora tivesse se tornado Imperador muito jovem, havia conquistado grande êxito nos períodos iniciais de seu governo, mas, nos anos finais, apresentara uma inatividade vergonhosa (Eutrop., IX, 8).

Importante ressaltar que, na tentativa de estabilizar as inúmeras incursões ao

¹⁴ Vide mapa 3.

¹⁵ Idem.

território romano, Galieno incumbiu o general Póstumo de proteger a fronteira do rio Reno. A atuação deste general foi de tal forma reconhecida pelos soldados sob seu comando, que em meio às pressões dos alamanos e francos, as tropas aclamaram Póstumo como Imperador, que foi reconhecido pelas províncias da Gália, parte da Germânia, Hispânia e Britânia. Devido aos defeitos atribuídos a Galieno, não é de se estranhar que Eutrópio em meio à explanação das regiões imperiais perdidas para godos, quados, germanos (entre outros), a ascensão de Póstumo seja extremamente valorizada pelo autor, aquele que, segundo suas palavras, restaurou durante seu governo as províncias quase extintas.

A aclamação de Póstumo à revelia do Imperador legítimo Galieno caracterizava-se como uma usurpação, no entanto, como as ações de Póstumo auxiliavam na defesa do Império, Galieno não deu continuidade nas campanhas contra este usurpador, até mesmo porque não havia conseguido êxito em nenhuma campanha até 263 d.C. De todo modo, o desempenho deste novo governante não foi suficiente para proteger o próprio Império Gálico das tentativas de usurpação do poder. Um dos confrontos mais emblemáticos foi com Leliano¹⁶ por volta de 268 d.C. Mesmo sendo vitorioso, Póstumo foi assassinado por suas tropas, que aclamaram Mário como Imperador (269 d.C.). Assim, até ser reincorporado ao Império Romano por Aureliano (270-275 d.C.), que derrotou Tétrico (271-274 d.C.), o Império Gálico se configurou como uma força independente de Roma. Mas é interessante observarmos que Eutrópio não estabelece esta distinção em sua narrativa, pelo menos de forma clara. Disserta sobre os acontecimentos no ocidente durante o governo de Póstumo e seus sucessores da mesma forma com que disserta sobre Galieno, Cláudio II (268-270 d.C.), seguido de Quintilo e Aureliano. A narrativa parece se apresentar de forma linear, mesmo que no capítulo XIII fale sobre a campanha vitoriosa de Aureliano contra Tétrico na Gália.

Por sua vez, Aurélio Victor faz um retrato diferente a respeito do Império Gálico. Inicia sua explanação com uma crítica contundente às atitudes de Galieno (como supracitado), as quais acredita terem possibilitado que diversas pessoas tomassem o poder de forma ilegítima, e, ao descrever os sucessivos Imperadores da Gália desmembrada do mundo romano, afirma que a situação estava degradada a

¹⁶ Leliano era Governador da Baixa Germânia, e havia sido aclamado Imperador por suas tropas.

tal ponto que para estas pessoas o poder imperial fora ridicularizado:

Desta forma tudo chegava ao extremo de que para tais pessoas o poder imperial e a honra de todas as virtudes eram motivo de zombaria.

Proinde cuncta ad extremum reciderant, uti talibus imperia ac virtutum omnium decus ludibrio essent. (Aur. Vict., Cæs., 33, 10)

Ao fazer a referida crítica, entendemos que Aurélio Victor tem uma preocupação com a manutenção da autoridade imperial, e para isso estabelece a desaprovação daqueles personagens que ele acreditou não serem dignos de ocuparem tal posto. Ele pouco valoriza as primeiras campanhas militares de Galieno, e ainda narra que, enquanto os usurpadores disputavam a soberania na Gália, em Roma, Galieno organizava jogos, celebrações de triunfo, em uma ineficaz tentativa de convencer aqueles alheios aos males públicos de que tudo estava pacificado (Aur. Vict., Cæs., 33, 15). Assim, ele segue descrevendo o governo dos Imperadores da Gália, Britânia e Hispânia, mesmo que a coesão entre estas regiões e a dissensão de Roma tenham sido efetivas apenas até a morte de Póstumo, já que, após este fato, algumas regiões, como a Hispânia, por exemplo, preferiram retomar os antigos laços diante das campanhas de Cláudio II contra Vitorino (269-270 d.C.).

Tétrico (271-274 d.C.), senador, foi o último Imperador Gálico, aclamado pelas tropas quando governava a Aquitânia (Eutrop., X), e Aurélio Victor relata a existência de uma provável disputa com o Imperador Cláudio II, mas acaba por concluir que a sublevação da Gália chegaria ao fim através dos litígios internos que fizeram Tétrico se entregar a Aureliano. Esta situação de renúncia de Tétrico e a reincorporação da região pode ter servido de explicação ao fato de ele ter, mesmo após usurpado o poder, continuado a figurar entre importantes postos da aristocracia romana: obteve o governo da Lucânia¹⁷, e para seu filho o perdão e o posto senatorial.

Assim, como acontece quando não há um chefe, confundidos, foram derrotados; ele, conduzido no triunfo de Aureliano depois de dois anos de derrubado o Império, obteve o governo da Lucânia e para seu filho o perdão

¹⁷ Vide mapa 4.

e as honras de senador.

Ita, uti rectore nullo solet, turbati ordines oppressi sunt, ipse post celsum biennii imperium in triumphum ductus Lucaniae correcturam filioque veniam atque honorem senatorum cooptavit. (Aur. Vict., Cæs., 35, 5)

Por sua vez, a configuração do Império de Palmira se dá de uma forma distinta. Palmira era uma importante zona comercial e sempre teve uma autonomia tolerada pelos romanos, principalmente em questões de política interna. Odenato, rei de Palmira, havia sido nomeado *dux* por Galieno e chegou entre 262 e 267 d.C. a dirigir tropas romanas no Oriente (FALQUE, 2008, p. 127). Foi o responsável por auxiliar o Império Romano nas campanhas contra os persas, e acabou por restabelecer a ordem nas fronteiras romanas orientais (Eutrop., IX, 11-1). No entanto, Odenato foi assassinado em 267 d.C. e foi substituído no governo de Palmira por sua mulher, a rainha Zenóbia, e seu filho Vabalato, que procuraram expandir as fronteiras do Império, chegando a invadir a Síria e o Egito, o que conflitava com os interesses do Império Romano no que se refere à manutenção das fronteiras e da unidade.

Em uma tentativa de conter o avanço do Império de Palmira, Aureliano propôs um acordo diplomático, no qual prometia reconhecer Zenóbia e seu filho como soberanos do Oriente, desde que se retirassem do Egito. A proposta foi recusada por Zenóbia, que nomeou a si própria e a seu filho como Imperadores do Oriente em 271 d.C. Tal medida provocou uma forte campanha de repressão contra o Império de Palmira, que durou até o ano seguinte. A região foi reconquistada após a morte de Vabalato, e Zenóbia foi presa e conduzida a Roma. Tanto Aurélio Victor quanto Eutrópio fazem referência a este episódio, mas Zenóbia aparece nominalmente apenas no *Breviarium Historiae Romanae*.

Não longe de Antioquia, aprisionou também, não sem grave combate, Zenóbia, que, morto o marido Odenato, governava o Oriente: entrando em Roma, celebrou um nobre triunfo, como se fosse o reconquistador do Oriente e Ocidente, precedendo o carro, Tétrico e Zenóbia; o qual Tétrico foi, em verdade, ao depois, também governador da Lucânia, e viveu como privado muito tempo. Zenóbia, porém, deixou em Roma pósteros que ainda existem.

Zenobiam quoque, quae occiso Odenatho marito Orientem tenebat, haud longe ab Antiochia sine gravi proelio cepit, ingressusque Romam nobilem triumphum quasi receptor Orientis Occidentisque egit praecedentibus curram Tetrico et Zenobia. Qui quidem Tetricus corrector Lucaniae postea fuit ac privatus diutissime vixit; Zenobia autem posteros, qui adhuc manent, Romae reliquit. (Eutrop. IX, 13-2)

Eutrópio procura reforçar com o trecho acima as restauração do Império Romano durante o governo de Aureliano, e nos mostra que durante a tradicional cerimônia do triunfo, na qual celebrava as campanhas militares vitoriosas do Imperador, os principais inimigos derrotados e capturados, Tétrico do Império Gálico e Zenóbia do Império de Palmira, foram exibidos como troféus. Entretanto, mesmo tendo desafiado a autoridade romana, Eutrópio, assim como o relato de Aurélio Victor, mostra que Tétrico continuou participando de funções importantes na política imperial (governador) e que, em relação a Zenóbia, apesar de ter sido obrigada a deixar Roma, seus descendentes permaneceram na cidade.

Foi a partir deste panorama geral que conseguimos entender que possivelmente a reformulação do poder imperial proposta por Diocleciano estava vinculada à necessidade prática de contenção desses conflitos, e a divisão do poder poderia ser uma resposta contundente, conforme veremos a seguir.

2.2 A Tetrarquia e a divisão do poder

Compreendemos que os discursos panegíricos, por mais que tivessem como finalidade a homenagem ao Imperador ou a uma cidade importante no Império Romano, não tinham esta questão como seu único propósito. Ao compor a rede de instrumentos utilizados para a integração entre as diversas regiões do mundo romano, os panegíricos adquiriram a função político-ideológica de promover os fundamentos do sistema político vigente e legitimar quem estava à frente deste sistema. Sem esquecer, claro, de que eram discursos elaborados por profissionais treinados nesta função, e que também funcionavam como garantidor de trocas simbólicas e materiais, muitas vezes garantindo vantagens para a localidade do

autor deste tipo de narrativa, conforme temos demonstrado até aqui, no caso dos séculos III e IV d.C. era evidente a formação de um novo contexto político, alicerçado sobre os princípios do *Dominato*. Logo, era inviável aos panegiristas ignorar as disputas que aconteciam em torno do poder imperial e, se os discursos panegirísticos são importantes fontes históricas por possibilitar compreender o desenvolvimento de uma nova estrutura de poder, são igualmente importantes por evidenciar as disputas e os personagens envolvidos neste processo.

O conjunto dos panegíricos latinos que foram preservados ao longo do tempo permitem que o pesquisador investigue sobre os desdobramentos dos séculos III e IV d.C., e assim, no contexto da intensificação das disputas imperiais, além de possibilitar o entendimento da formação da Tetrarquia, a análise dos Panegíricos Latinos, associada às obras de Aurélio Victor e Eutrópio, possibilitaram verificar os mecanismos utilizados pelos governantes para a efetivação desta nova estrutura de poder, o que nos leva a considerar, portanto, este *corpus* documental como esclarecedor sobre este processo.

2.2.1 Constituição da Tetrarquia e os panegíricos

Diocleciano ascendeu ao poder no ano de 284 d.C., sendo reconhecido como grande restaurador da unidade imperial após eliminar Carino (285 d.C.) – último Imperador do período conhecido como Anarquia Militar (235-284 d.C.) – e se tornar o único titular da autoridade pública. Com sua ascensão, constatamos uma relativa queda no número das usurpações, mas as reformas empreendidas por ele, embora muito importantes para a manutenção do Império por um período de mais dois séculos aproximadamente, não foram suficientes para extinguir as disputas relacionadas ao poder imperial. No entanto, o contexto da ascensão de Diocleciano era bastante propício para o empreendimento das reformas necessárias à manutenção do Império e também para a tentativa de término das usurpações do poder, uma vez que a pressão externa nas fronteiras já havia sido amenizada pelas campanhas empreendidas pelos seus antecessores.

Foi então na instituição imperial que Diocleciano conseguiu empreender uma

significativa alteração político-administrativa: a divisão do poder. Cabe aqui ressaltarmos que a divisão do poder imperial não pode ser considerada como uma novidade, já que alguns Imperadores pretéritos havia se utilizado desse artifício em distintos momentos da história do mundo romano. Não obstante, é importante salientar que, em boa parte das ocasiões em que isto ocorreu, foi devido à tentativa de alguns soberanos de associarem ao poder algum parente ou filho adotivo, mas nem mesmo nestas situações específicas os governantes conseguiram estabelecer uma política eficiente de partição e transmissão do poder, como foi o caso da Tetrarquia.

A intenção de Diocleciano foi atuar em diversas frentes de forma simultânea, procurando então minimizar o impacto das guerras fronteiriças e as ameaças de invasões ao otimizar a defesa do amplo território, e da mesma forma estabelecer uma política de sucessão do poder imperial sólida e eficiente. Assim sendo, primeiramente, em 286 d.C., procurou associar ao poder um importante general que havia se destacado em algumas campanhas militares recentes. Maximiano tornou-se então seu co-Imperador. Mas alguns anos depois, em 293 d.C., a necessidade de conter novas usurpações, como a de Caráusio, e reforçar a defesa do *limes*, fez com que reorganizasse as estruturas de poder consolidando a Tetrarquia, fundamentada na divisão dos encargos imperiais entre dois Augustos e dois Césares.

Ao iniciar sua narrativa sobre Diocleciano, o qual considera “inventor de todos os crimes” e “arquiteto de todas as maldades” contra os cristãos, Lactâncio faz referência a esta divisão do mundo romano em quatro partes, afirmando que este governante fez a outros três Imperadores participantes de seu poder (Lact., de mort., VII, 2). Assim, a nova disposição política e administrativa comportava que a cada um desses membros fosse confiada uma parcela do território romano¹⁸ para defesa e administração, sendo que cada um destes territórios contava com uma capital própria (SILVA; MENDES, 2006, p. 199). Passados vinte anos de governo, ou em caso de morte de um Augusto, os Césares ascenderiam a esta posição e nomeariam outras pessoas em seu lugar.

Diocleciano e Maximiano foram os alicerces da primeira organização tetrárquica, reconhecidos pela titulação de Augustos, e, sendo assim, nomearam

¹⁸ Vide mapa 5.

como seus auxiliares imediatos Galério e Constâncio Cloro, respectivamente, que passariam a responder como Césares. Em tese, cada um dos quatro Imperadores possuiria equivalente competência militar, política, legislativa e administrativa, entretanto esta aparente concórdia e unidade era condicionada na prática por uma forte hierarquização, na qual os vínculos estabelecidos entre os membros da Tetrarquia seriam dependentes da fidelidade de cada César ao seu Augusto e, também, da primazia do colégio imperial exercida pelo Augusto sênior, no caso Diocleciano, que primeiro havia ascendido ao comando do Império.

Esse era o contexto geral da confecção dos discursos panegirísticos. Contudo, a análise das obras deixou evidente que a reestruturação proposta por Diocleciano não representou o encerramento das usurpações e, conseqüentemente, a Tetrarquia por si só não configuraria a tão almejada unidade se não estivesse associada aos distintos mecanismos utilizados pelo poder imperial para a promoção das relações de integração e dos fundamentos do *Dominato*.

Para prosseguir o debate, julgamos necessário iniciar uma explanação geral sobre o conteúdo dos quatro discursos que têm como eixo direto o louvor aos Imperadores que participaram da primeira organização tetrárquica, para em seguida aprofundar na perspectiva dos panegiristas sobre a instabilidade do Imperador e a divisão do poder em mais de um titular da autoridade pública. Seguindo a ordem cronológica, a motivação declarada pelo orador para a elaboração do *Mamertini panegiricus Maximiano Augusto dictus* (289 d.C.) foi a comemoração do aniversário de Roma.

Ainda quando em todas as festividades, sagrado Imperador, seja um dever que vossa honra seja igualada às que se tributam aos deuses, de maneira muito especial neste dia solene, e, graças a vosso mandato imperial, repleto de alegria, é necessário que a homenagem a sua divindade se una aos ritos tributados cada ano à cidade sagrada.

Cum omnibus festis diebus, sacratissime imperator, debeat honos uester diuinis rebus aequari, tum praecipue celeberrimo isto et imperantibus uobis laetissimo die ueneratio numinis tui cum sollemni sacrae urbis religione iungenda est. (Pan. Lat. II (10), I, 1)

Inicialmente, o que atraiu a nossa atenção foi a data de sua proclamação, anterior à associação de Galério e Constâncio Cloro ao poder imperial, ou seja, é um discurso que aborda a gênese da formação tetrárquica, quando completou aproximadamente três anos que Diocleciano se aliou a Maximiano, chamando-o para ser seu co-Imperador.

Cabe também ressaltar que, embora este discurso tenha sido feito por ocasião das comemorações desse aniversário (Roma), foi proclamado na cidade de *Augusta Treverorum*, sede do governo de Maximiano. Todo o primeiro capítulo desse discurso pode ser considerado como uma justificativa do orador em homenagear Maximiano justamente nas celebrações do aniversário de Roma, uma vez que ele enfatiza as origens da cidade associando-a às divindades, principalmente Hércules (Pan. Lat. II (10), I). Em relação à celebração deste aniversário em *Augusta Treverorum*, Mamertino procurou reforçar a importância de Roma como a primeira sede do governo imperial, ao mesmo tempo em que realçava a importância adquirida por esta cidade provincial, *Augusta Treverorum*, ao se tornar a sede do governo de Maximiano, conforme reafirma no último capítulo deste panegírico:

Enquanto isso, soberano de todos os povos, posto que as razões da República retêm nestas queridas Gálias este Príncipe tão amado, te pedimos que, se possível, não tenha inveja de nossa cidade, a qual ele confere agora uma majestade semelhante a sua, celebrando nela o dia de seu nascimento com as habituais solenidades que se devem a ti.

Interim tamen te, gentium domina, quoniam hunc optatissimum principem in Gallis suis retinet ratio reipublicae, quaesumus, si fieri potest, ne huic inuideas ciuitati, cui nunc ille similitudinem maiestatis tuae confert natalem tuum diem celebrando in ea consuetudine magnificentiae tibi debitae. (Pan. Lat. II (10), XIV, 3)

A função principal deste encômio é louvar Maximiano através da aliança feita com Diocleciano, e por este motivo, sua temática transita na justificativa da divisão do poder imperial entre dois personagens e os benefícios que ambos já haviam proporcionado ao Império. A importância histórica deste panegírico deve-se, sobretudo, à escassez de documentos referentes a este período inicial da associação dos dois Imperadores (SAMARANCH, 1969, p. 1139). O orador procurou

ao longo de seu discurso justificar a necessidade desta aliança e da divisão do poder imperial, afirmando que frente às dificuldades de manutenção da unidade do Império, Diocleciano, de maneira amistosa, convidou Maximiano para dividir com ele os encargos de Augusto. Logo, procurou evidenciar a concórdia existente entre ambos, mas, ao mesmo tempo, reforçou a existência de certa hierarquia, em que Diocleciano apareceria como a “cabeça diretora” e Maximiano como “braço executor” (SAMARANCH, 1969, p. 1139).

Dentre os inúmeros feitos de Maximiano que não foram descritos pelo orador neste panegírico, sob o risco de sua proclamação demorar em demasia (Pan. Lat. II (10), II, 5-7), são destacadas três campanhas que ele considerava como as mais relevantes para aquela ocasião, mesmo que não tenha tido a preocupação de descrevê-las com a mesma intensidade cada uma. Sobre o apaziguamento do levante Baugada, afirma que nenhum discurso conseguiria expor tais feitos:

Deixo de lado tuas inúmeras batalhas e vitórias através de toda Gália. Na verdade, que discurso poderia bastar para façanhas tão numerosas e tão grandiosas?

Transeo innumerabiles tuas tota Gallia pugnas atque uictorias. Quae enim tot tantisque rebus sufuciat oratio? (Pan. Lat. II (10), VI, I)

Ao referenciar a defesa da Gália contra a invasão dos germanos, Mamertino procurou reforçar o poder militar de Maximiano, enfatizando que ele conseguiu restabelecer territórios na Germânia e reforçando que era este poder militar do mais novo Imperador que demarcava as próprias fronteiras do mundo romano, como bem exemplifica a passagem abaixo:

Poderia ocorrer algo maior que sua célebre passagem sobre a Germânia, onde o primeiro de todos, você Imperador, demonstrou que o Império Romano não conhecia mais fronteiras que as de suas armas?

Quod autem maius euenire potuit illa tua in Germaniam transgressione qua tu primus omnium, imperator, probasti Romani imperii nullum esse terminum

nisi qui tuorum esset armorum? (Pan. Lat. II (10), VII, 2)

Por fim, reserva parte do discurso para a descrição dos preparativos para a campanha contra a dissidência de Caráusio, na qual procura detalhar as frotas marítimas que ele mandou construir e a felicidade dos trabalhadores em executar tal tarefa (Pan. Lat. II (10), XII, 3).

Já no seu segundo discurso, *Mamertini panegyricus genethliacus Maximiano Augusto dictus*, proclamado em 291 d.C., Mamertino aborda um aniversário, que temos uma certa dificuldade em precisar, uma vez que no corpo do texto esta referência não é explicitada. Contudo, os tradutores deste documento tem acordo em compreender que o aniversário em questão seria o nascimento da imortalidade divina, ou seja, a ascensão de Maximiano ao poder e sua aliança com Diocleciano, uma vez que o discurso faz coincidir o nascimento de ambos os soberanos (SAMARANCH, 1969, p. 1152). E exemplo disso é quando Mamertino faz uso da expressão *gemini natalis*:

Todos os homens, Imperador sagrado, que cantam os louvores de vossa comum majestade e lhe rendem graças, se esforçam em pagar o que se deve (quem, em efeito, poderia fazer tal coisa de maneira completa?), no entanto me dou conta de que é de mim que se exige isto, como se tratara de um interesse sagrado, o cuidado de fazer ouvir esta voz de reconhecimento, de maneira que a expectativa para o discurso que havia preparado para suas festas quinquenais tem sua compensação neste panegírico de um duplo aniversário, e de forma que o papel de orador que havia então me comprometido a desempenhar por uma promessa solene possa cumprir agora em fidelidade a meus compromissos.

Omnes quidem homines, sacratissime imperator, qui maiestati uestrae laudes canunt et gratias agunt, debitum uobis conantur exsoluere (quis enim est qui possit implere?), sentio tamen a me praecipue hoc piae uocis officium iure quodam sacrosancti feneratoris postulari, ut expectationem sermonis eius quem tuis quinquennialibus praeparaueram hac gemini natalis praedicatione compensem et dicendi múnus quod tunc uoti promissione susceperam nunc religione debiti repraesentem. (Pan. Lat. III (11), I, 1)

Igualmente ao encômio anterior, este discurso foi proclamado em *Augusta Treverorum*, e o fato de o autor se repetir em um curto intervalo de tempo pode evidenciar a relação estabelecida entre o Imperador Maximiano e Mamertino, como

bem elencamos no primeiro capítulo. Este mesmo espaço de separação dos discursos não possibilitou que Mamertino introduzisse muitos fatos novos em sua obra, e, por essa razão, efetuou um resumo das batalhas descritas no panegírico anterior, enfatizando, entretanto, a justificativa ideológica da legitimação do poder de Maximiano sob as premissas da divinização do soberano presentes no *Dominato*. E essa é considerada a característica principal deste discurso, sendo o capítulo II um exemplo disso:

Em verdade, se a celebração tão próxima dos dias que vos são consagrados não cega meus sentimentos com sua mesma grandeza, o dia que me parece ter mais brilho e exigir uma celebração maior é o primeiro dia que você veio à luz. Pois os mesmos dias em que inauguraste a dignidade imperial são sem dúvida veneráveis e sagrados porque nos apresentou Imperadores tão nobres, mas as virtudes com que adornam esta mesma dignidade foram criadas nos seus dois dias de nascimento¹⁹. Estes dias, Imperadores sagrados, todas as vezes que o passar dos anos os traz de volta, os celebramos com todo o respeito que é devido a vossa pessoas e vossas divindades, já que vocês demonstraram vossas inquestionável ascendência divina por meio de vossos nomes, mas mais ainda por meio de vossas virtudes, cuja incansável atividade e ardor vêm regulados pelo poder divino que os conduz por toda a extensão do mundo submetido a vossa leis, em expedições de tal calibre que nosso afeto, sempre inquieto por vós, tomou há pouco a liberdade de fazer-se escutar as piedosas queixas: foi no momento em que nossa nostalgia e nosso amor seguiam vossa marcha em pleno solstício de inverno, através dos picos alpinos tão próximos do céu, que a natureza deu a Itália como muralha, e através destes rochedos e espessas camadas de gelo mais duras que rocha, e onde tínhamos medo de que recebeste algum ferimento, mas tua coragem era insensível a isso.

Et profecto, si non sensus meos dicatorum uobis dierum próxima quaeque ueneratio sui maistate praestringit, hic mihi dies uidetur illustrior magisque celebrandus qui te primus protulit in lucem. Etenim ipsi illi dies quibus imperii auspicia sumpsistis ob hoc sancti sunt ac religiosi quod tales declarauerint imperatores, at certe uirtutes eas quibus ipsum ornatis imperium gemini uestri procreauere natales. Quos quidem, caratissime imperator, quotiens annis uoluentibus reuerentia colimus, siquidem uos dis esse genitos et nominibus quidem uestris, sed multo magis uirtutibus approbatis, quarum infatigabiles motus et impetus ipsa uis diuinitatis exercet, quae uos tantis discursibus totó quem regitis orbe deducit ut nos semper anxios uestri caritate nuper ad libertatem piaae conquestionis impulerit, cum itinera uestra ipsis hiberni solstitii diebus per uicina illa caelo Alpium iuga, quibus Italiam natura uallauit, perque illa saxa et duriolem saxis niuium densitatem Desiderio uestri et amore sequeremur et, quam uirtus uestra nos sensit, pati uos putaremus iniuriam. (Pan. Lat. III (11), II)

¹⁹ Neste momento o orador faz referência ao nascimento do homenageado como homem e como Imperador.

Além de introduzir os principais argumentos que serão trabalhados no decorrer do panegírico, Mamertino ressalta nesse item a necessidade da celebração anual da subida ao poder do soberano, reforçando a origem divina da família de Maximiano, e exaltando as virtudes que considera, para além de uma herança familiar e devoção divina, frutos também de sua experiência, idade e educação.

Ao trabalhar com as festas romanas, Gonçalves reforça a importância destas comemorações relacionadas ao nascimento do Imperador e citadas pelo panegirista. Para a autora, o momento festivo ou ritualístico é capaz de definir as formas de interação e relacionamento social, e as comemorações em todas as províncias do *dies natalis*, aniversário do soberano, e *dies imperii*, dia em que ascendeu ao comando imperial, demonstram o vínculo existente entre o poder imperial e as províncias:

Comemorar estas datas era demonstrar lealdade ao centro do poder, pedir que o governante continuasse clemente na condução dos assuntos de Estado e solicitar aos deuses que, ao mantê-lo no comando, se pudesse manter também a ordem imperial, vista como importante para a manutenção do poder romano sobre outros povos. (GONÇALVES, 2008, p. 30-31)

Sobre a vida de Mamertino são poucas as informações disponíveis, mas sabe-se que ele é oriundo da Gália, provavelmente nascido na cidade de *Augusta Treverorum* (SAMARANCH, 1969, p.1137-1138). No *Mamertini panegiricus Maximiano Augusto dictus* (289 d.C.), ele próprio indicava este seu relacionamento com a Gália em diversas ocasiões, e elencamos aqui duas delas. A primeira quando utilizou a expressão *nostro/a* para fazer referência ao temor que os habitantes desta região tinham de ser invadidos durante o período da seca do rio Reno e a segurança que Maximiano perpetrou ao dominar estes povos ameaçadores²⁰.

E antes de você Princeps, quem nunca deixou de oferecer agradecimentos a Gália que era protegida por aquele rio? Acaso nós não sentimos um extremo temor quando um período extenso de bom tempo reduzia o leito do

²⁰ Esta passagem exemplifica a região natal de Mamertino uma vez que ele não utiliza expressão análoga (*nostro/a*) ao fazer referências a outras regiões geográficas do Império.

nosso Reno?

Ecquis umquam ante uos principes non gratulatus est Gallias illo amne miniri? Quando non cum summo metu nostro Rheni alueum minuit dui serena tempesta? Quando non cum securitate mostra illius diluua creuerunt? (Pan. Lat. II (10), VII, 4)

E a segunda quando justificou, ao final do discurso, que o contexto das disputas retinha o Príncipe na Gália, por isso Roma não deveria sentir inveja de “nossa cidade” (*Augusta Treverorum*), já que esta cidade a homenageia com uma comemoração de seu aniversário, como exemplifica a citação abaixo:

No entanto, soberana das nações, como as razões da República retêm em nossa bem amada Gália este Príncipe tão desejado, te rogamos que, se possível, não tenha inveja de nossa cidade, a qual ele confere agora uma majestade semelhante a tua, celebrando nela o dia de teu nascimento com as magníficas solenidades que lhe são devidas.

Interim tamen te, gentium domina, quoniam hunc optatissimum principem in Gallis suis retinet ratio reipublicae, quaesumus, si fieri potest, ne huic inuideas ciuitati, cui nunc ille similitudinem maiestatis tuae confert natalem tuum diem celebrando in ea consuetudine magnificentiae tibi debitae. (Pan. Lat. II (10), XIV, 3)

Outros fatores permitem compreender Mamertino enquanto um participante ativo da política imperial, pois, além destes dois panegíricos de sua autoria que foram preservados até os dias atuais, no início do *Mamertini panegyricus genethiacus Maximiano Augusto dictus* (291 d.C.) ele fez referências a outras composições semelhantes que havia escrito para ocasiões anteriores (Pan. Lat. III (11), I-3). Nesta passagem, o orador aproveitou também para agradecer a honra que havia recebido do Imperador para elaborar este panegírico, reforçando que ela foi muito maior do que ele próprio esperava, já que foi escolhido mais de uma vez para prestar homenagens ao soberano, e, ainda, para acentuar nesta mesma passagem o desejo de elaborar outro discurso para as festas em comemoração aos dez anos de governo – festa da decenália – sendo novamente agraciado pela presença de Maximiano na futura ocasião de proclamação.

Semelhante desejo foi apresentado pelo orador anônimo do *Panegírico de Constâncio César* ao encerrar o seu elogio ao Imperador afirmando a necessidade de retomá-lo com frequência:

César invicto, meu discurso foi demasiado longo para as minhas forças, mas menor do que teria que fazer, de forma que, com a permissão de tua divindade, tenho uma forte razão para por fim hoje ao meu elogio e para voltar a ele com frequência.

Dixi, Caesar inuicte, prope plura quam potui, sed pauciora quam debui, ut iustissima mihi causa sit propitio numine tuo et nunc desinendi et saep dicendi. (Pan. Lat. IV (8), XXI, 3)

Assim como ocorre com Mamertino, poucas informações estão disponíveis sobre o orador deste panegírico em homenagem a Constâncio Cloro do ano de 297 d.C. Contudo, acredita-se que ele foi professor de retórica, provavelmente na cidade de *Augustodunum*, e desempenhou, mesmo que no fim de sua carreira, funções oficiais na corte de *Augusta Treverorum*. Estas referências à vida do autor puderam ser percebidas a partir do texto do próprio discurso panegirístico, principalmente na passagem na qual o orador buscou relatar sobre os anos em que se dedicou ao ensino e aos exercícios oratórios que diariamente realizava com seus alunos, e também sobre a ocasião em que teve que se afastar desta colocação para exercer as funções de secretário dentro do Palácio imperial.

Tudo o que um discurso deste gênero exige de cuidado, de trabalho, de solícita veneração, eu tenho experiência, inclusive naquele tempo em que cotidianamente me dedicava a educação da juventude (...). Mas, uma vez arrancado desta antiga profissão para exercer, dentro de vosso palácio, as novas funções de secretário (...)

Quo in genere orationis quanta esse cura, quantus labor, quam sollicita ueratio, sensi etiam cum in cotidiana illa instituendaer iuuentutis exercitatione uersarer (...). Sed cum et me illo uetere curriculo aut inter adyta Palatii uestri alia quaedam sermonis arcani ratio demouerit aut post indultam a pietate uestra quietem studium ruris abduxerit (...) (Pan. Lat. IV (8), I, 2 e 4)

Por a data da proclamação desse discurso panegirístico ser o ano de 297 d.C., compreendemos que ela aconteceu logo após o retorno de Constâncio Cloro da campanha empreendida no norte da Gália e na Britânia, na qual havia derrotado os usurpadores do poder, Caráusio e Alecto²¹. Igualmente aos discursos anteriores, o orador anônimo utilizou expressões no plural ao referenciar o soberano, no entanto esta estrutura retórica continuava relacionada à necessidade de evidenciar a existência de uma plena concórdia entre os integrantes da Tetrarquia, não significando ademais que todos os quatro representantes da púrpura imperial estariam presentes na ocasião da proclamação.

Ainda sobre o panegírico de 297 d.C., o homenageado Constâncio Cloro foi reconhecido por organizar uma expedição contra os avanços de Caráusio no norte da Gália e na Britânia e exercê-la com excelência. Por estas razões, o orador descreve em detalhes essa campanha por pelo menos oito capítulos de seu discurso (Pan. Lat. IV (8), VI-XIV).

Este recurso foi o eixo de seu elogio durante as comemorações de aniversário da designação de Constâncio Cloro ao Cesarato, o que acabou por converter este panegírico, de certo modo, em um relato completo dos dez anos em que a Britânia esteve fora do controle do poder central (GALLETIER, 1949, p. 73). A descrição desta campanha é rica em detalhes e permeada de digressões e comparações a outras batalhas grandiosas. Assim, selecionamos alguns excertos como exemplo:

Assim César, não mais que com sua chegada ganhaste a causa das Gálias. Porque a presteza e a rapidez com que você estava à frente de todas as notícias relativas à sua elevação e chegada ao Império, te permitiu esmagar nos muros de *Gesoriacum*²² esta facção de piratas rebeldes que persistiam em uma cegueira miserável, e arrebataram esses homens que há muito tinham posto sua confiança no mar que banhava as portas da cidade. Ali se manifestou sua previsão divina e o êxito respondeu completamente aos

²¹ Alecto era um oficial menápio a serviço de Caráusio, assunto que está explorado no próximo capítulo.

²² Vide mapa 6. Stillwell, Richard et al. explica que a história da cidade que cresceu em torno de dois lugares é caracterizada pela alternância dos nomes Bononia e *Gesoriacum*, com o seu centro gravitando entre um e outro. A cidade adquiriu uma importante função com o porto que ligava o norte da Gália a Britânia romana (GESORIACUM BONONIA. In: STILLWELL, Richard et al. The Princeton encyclopedia of classical sites. Princeton, 1976. Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.04.0006%3Aalphabetic+letter%3DG%3Aentry+group%3D2%3Aentry%3Dgesoriacum-bononia>>). Acesso em: 15/03/2015

seus planos: toda a enseada deste porte, onde a intervalos regulares alternavam o fluxo e refluxo, fizeste inacessível aos navios, cravando estacas imergindo nela grandes penhascos, e assim venceu a própria natureza dos lugares com tua engenhosidade. Pois o mar, tentando em vão seu refluxo, parecia zombar de alguma maneira daqueles a quem a subida estava impedida e não oferecia aos assediados mais ajuda que se cessou todo o movimento de volta.

Statim itaque Gallias tuas, Caesar, ueniendo fecist. Siquidem illa celeritas, qua omnis ortus atque aduentus tuis nuntios praeuertisti, cepit oppressam Gesoriacensibus muris pertinacem tunc errore misero manum piraticae factionis atque illis olim mari fretis alluentem portas ademit oceanum. In quo diuina prouidentia tua et par consilio effectus apparuit, qui omnem illum sinum portus, quem statis uicibus aestus alternat, defixis in aditu trabibus ingestisque saxis inuium nauibus reddidisti atque ipsam loci naturam admirabili ratione superasti cum mare frustra reciprocum prohibitis fuga quase illudere uideretur tamque nullo usu iuuaret inclusos quase redire desisset. (Pan. Lat. IV (8), VI,1-2)

No trecho acima, é pertinente observar que o orador trabalha a engenhosidade e a astúcia de Constâncio Cloro, que conseguiu bloquear o porto de *Gesoriacum*, o qual até então havia servido de abastecimento de proventos para o grupo dissidente da Britânia. Abaixo, nota-se como o recurso retórico é utilizado pelo orador ao explicar que os insurrectos não conseguiram romper a barreira colocada pelo César através dos fenômenos das marés, comparando o oceano com um animal monstruoso cuja respiração rítmica explica suas regulares subidas e descidas:

Por que maravilhaste de ver que os muros resistem à força da batida, ou que sua altura vê com desprezo as máquinas de guerra, quando o imenso oceano, balançando com tão grande força e levantando massas de água enormes – bem, porque, como se afirma, seja rechaçado por terras distantes, seja levantado pelo fôlego de sua respiração, ou movido por qualquer outra causa – não pode romper tuas barreiras, César, com seu fluxo e refluxo de tantos dias e tantas noites? Enquanto, na mesma hora onde quer que banha os continentes, deixava descoberto tantas costas e arrastava para baixo tantas ribeiras, tão somente neste ponto, como os fatos atestam, cedeu ao poder de vossa majestade ou se mostrou mais clemente para render a homenagem que se os deve.

Quid erit mirum si qua murorum aut ariet non cesserit firmitas aut machinas despexerit altitudo, cum oceanus ille tanto libratus impetu, tanta mole consurgens, siue anhelitu quem respirat euectus seu quacumque alia ratione motus, numquam tua, Caesar, claustra perfregerit neque omnino

conuellerit tot dierum ac noctium receptu recursuque? Cum tot interim, qua terras circumfluit, litora solueret ripasque defringeret, uno illo, ut res est, loco aut potentia uestrae maiestatis inferioe aut pro debito uobis honoro clementior. (Pan. Lat. IV (8), VI, 4)

O *Eumenii pro instaurandis sholis oratio* (298 d.C.) é o último panegírico da coleção que aborda abertamente este período da primeira organização tetrárquica. A temática central deste discurso é uma solicitação do orador ao Imperador para auxílio na restauração da escola de retórica de sua cidade, que estava em uma situação desfavorável ao seu funcionamento depois de repetidos conflitos na região, e, em meio a esta solicitação, o orador presta sua homenagem aos Imperadores da Tetrarquia. Por isso, ele afirma que dividiu seu discurso em duas partes: na primeira, ele expõe até que ponto era interesse e também dever dos governantes e da sociedade devolver a magnitude do edifício que sediava a escola, na segunda, fala sobre a possibilidade de esta solicitação ser concretizada sem gerar grandes déficits ao tesouro público:

Discurso esse que, excelentíssimo senhor, devo dividir em duas partes: irei expor em primeiro lugar até que ponto nos interessa e é dever nosso devolver a este edifício sua magnitude de outras épocas, e, em segundo lugar, de que maneira é possível encontrarmos um bom desfecho para esta empreitada, sem gastos para o tesouro público, graças à generosidade de nossos gloriosos Príncipes, mas também com um pouco do meu zelo e do amor que professo por minha pátria.

Quam quidem ego, Vir Perfectissime, duas in partes arbitror diuidendam, ut prius disseram quam site x usu et officio opus illud ad pristinam magnificentiam reformari, deinde qua ratione id possit sine sumptu publico, ex largitione quidem principum maximorum, sed tamen com aliquo meo erga patriam studio et amore procedere. (Pan. Lat. V (9), III, 4)

Assim, ele procura, ao mesmo tempo em que retrata a desventura da situação atual da cidade de *Augustodonum*, reforçar o poder dos Imperadores em promover a restauração das regiões que haviam sofrido com a série de conflitos que emergiram no decorrer do século III d.C.

CAPÍTULO 03

AUTORIDADE IMPERIAL E LEGITIMAÇÃO DO PODER NO SÉCULO III D.C.

Conforme abordado nos capítulos anteriores, a problemática da legitimação do poder imperial era de suma importância para a configuração e a manutenção do Império Romano neste período. Percebemos que, neste processo, a participação dos soldados na escolha do soberano era um elemento importante para auxiliar na legitimação do Imperador, e por esta razão, estava associada à abundância de guerras civis que objetivavam a ascensão ao poder de inúmeros personagens. Mesmo que a consolidação do Imperador não pudesse ser atribuída apenas a este elemento, este cenário manifestava a potencialidade das legiões ao externar que seu apoio direto ou indireto ao Príncipe garantia-lhe poder, e externar a relação das vitórias militares com a estabilidade do soberano e a preservação no poder (FRIGHETTO, 2012, p. 39).

Foi em meio a este movimento que a concentração do poder nas mãos do soberano operou transformações na estrutura imperial, que envolveram a redefinição da imagem e da autoridade do Imperador. Estas mudanças não caracterizavam, no entanto, a alteração da imagem do Imperador enquanto aquele que sustentava a autoridade política (REVELL, 2009, p. 80). Desde a ascensão de Augusto, o Imperador romano acabou sendo reconhecido enquanto mandatário da coletividade, encarregado por esta de dirigir a República, ou seja, o poder imperial seria uma delegação àquele que foi escolhido ou amplamente aceito (VEYNE, 2009, p. 01). Assim, neste capítulo procuramos desenvolver a análise sobre as usurpações imperiais e a legitimação do poder do Imperador sob estas perspectivas.

3.1 Usurpadores e Imperadores

Ao abordar a problemática das usurpações imperiais ao longo da existência do Império Romano, dada as especificidades do contexto em que estavam inseridas,

um elemento se sobressai como comum: as incertezas relacionadas à sucessão imperial. Muitos dos conflitos eclodidos durante o século III d.C. estavam pautados pela ausência de uma regra automática de ascensão ao poder. Decorria disto que a cada mudança de governo ressurgia o risco de uma guerra civil (VEYNE, 2009, p. 2), já que as crises sucessórias poderiam conduzir a situações que colocariam em risco a manutenção do equilíbrio social, político e econômico no Império Romano (GONÇALVES, 2006, p. 3) ocasionado pelos conflitos militares e incertezas referentes à possíveis mudanças nas estruturas e regras sociais e mudanças políticas.

3.1.1 O princípio da associação, *adoptio* e hereditariedade na sucessão imperial

Como tentativa de garantir a continuidade das práticas empreendidas e a manutenção do poder sob controle de sua família ou determinado grupo, diversos governantes procuravam, ainda em vida, indicar um sucessor. Esta designação, no entanto, não era prerrogativa de que os habitantes do Império reconhecessem o novo governante. Por tal situação, a legitimação dessa transmissão do poder também figurou entre as preocupações daqueles que participavam das esferas do poder.

Gonçalves discorre que a falta de regras fixas que orientassem a transmissão do poder ocasionaram no aparecimento de alguns mecanismos que foram colocados em prática no período imperial, sendo eles:

1) a associação, na qual o príncipe reinante conferia a seu escolhido títulos e cargos que lhe garantiam uma proeminência moral, militar e política perante outros candidatos ao cargo imperial; 2) a adoção, forma pela qual o governante estabelecia com o seu sucessor um vínculo de parentesco baseado nas antigas tradições romanas, por meio das quais o direito, no que concernia à filiação, tomava mais em consideração o laço religioso do que o de nascimento; 3) a hereditariedade, princípio que nem sempre era proclamado de forma oficial, visto que não agradava à aristocracia romana, pois vinculava o poder a uma só família, impedindo a ascensão de outros expoentes senatoriais ao comando imperial. (GONÇALVES, 2006, p. 4)

O conflito entre a escolha do sucessor pela eleição do melhor homem ou pelo vínculo familiar se fez presente em distintos momentos da história do Império Romano. As três formas de transmissão do poder descritas acima podem ser percebidas em documentos textuais, sem ser possível, no entanto, estabelecer a continuidade ou predominância de um deles. Aqueles que legitimavam sua escolha pela adoção ou associação enfatizavam seu vínculo com a tradição romana, mas de fato, muitas vezes a adoção do sucessor era praticada no âmbito da família do próprio Imperador. Este hábito conduziria a designação do soberano para o vínculo dinástico da transmissão do poder.

O princípio da adoção de um sucessor pelo Imperador era uma prática que poderia evitar, ou pelo menos pretendia, a eclosão dos conflitos decorrentes da transmissão do poder. Ainda em vida, o soberano escolhia aquele que considerava mais apto para substituí-lo. Nesse modelo, era possível educar e orientar aquele que já apresentava as melhores virtudes e a melhor competência para exercer o comando do Império. Essa prática era bem vista pelo Senado, que contemplava a oportunidade da manutenção de sua participação na política imperial, ao contrário da sucessão hereditária, que ao configurar a constituição de dinastias, representava a transição política para um modelo de administração de caráter cada vez mais pessoal, característica do sistema político-ideológico do *Dominato*.

Todas essas motivações fizeram com que as continuadas disputas imperiais fossem sempre associadas ao constante processo de legitimação no poder por parte dos Imperadores recém-aclamados pelos legionários ou recém-nomeados pelo Senado. Os documentos textuais a que tivemos acesso, em sua maioria, fazem referência àqueles que conseguiram vencer as disputas e se consolidar no poder, pelo menos por um considerável período. No caso da Tetrarquia, percebemos a preocupação em justificar a associação de Maximiano ao poder promovida por Diocleciano em 286 d.C. em um primeiro momento, e, posteriormente, a adoção dos Césares, Galério e Constâncio Cloro. Concernente a transmissão do poder propriamente dita, é nítido nos quatro discursos panegíricos produzidos entre os anos de 289 e 298 d.C. a utilização da *adoptio* como principal eixo argumentativo. À medida que a Tetrarquia imperial pressupunha como política sucessória o princípio

da adoção dos Césares pelos Augustos, os oradores valorizavam esta premissa. Contudo, o reconhecimento da hereditariedade e vínculos de parentesco entre os Imperadores ilustres também costumam ser utilizados nos discursos.

Ao procurar alicerçar sua argumentação principalmente sob os fundamentos do *Dominato*, os panegiristas estabeleceram a legitimidade do soberano por meio de um vínculo com a tradição, ao mesmo tempo em que constituíam uma espécie de política sucessória. Eles estavam preocupados em construir suas argumentações ora na valoração da adoção, ora no enaltecimento da hereditariedade, ou, em alguns casos, até mesmo na utilização concomitante de ambas as formas. O que variava na composição desses argumentos era o contexto imediato da produção dos discursos e as ações políticas do personagem homenageado em questão.

Nos dois panegíricos que compôs em homenagem ao Imperador Maximiano, Mamertino desvela a relação entre os Augustos:

Assim pois, para abreviar meu discurso, mesmo contra minha vontade, farei o que mais convém as circunstâncias: deixando de lado todo o resto, procurarei melhor demonstrar uma coisa que talvez parecerá extraordinária a muitas pessoas e que, entretanto, é mesmo verdade, e é o momento em que, pela divindade de Diocleciano, teu parente, foste chamado a restabelecer os assuntos da República, prestaste mais serviços do que estava obrigado a prestar. Pois não tem que julgar a condição do Império nem pela simples aparência, nem pelo nome.

Faciam igitur compendio orationes meae, sed damno uoluntatis, quod huic tempori máxime congruit; omitam cetera et potissimum illud arripiam quod multis fortasse mirum uidebitur et tamen re ipsa uerissimum est: te, cum ad restituendam rem publicam a cognato tibi Diocletiani numine fueris inuocatus, plus tribuisse beneficium quam acceperis. (Pan. Lat. II (10), III, 1)

Pois na verdade, Imperador sagrado, com toda razão poderia qualquer um declará-los, a você e a seu irmão, fundadores do Império.

Reuera enim, sacratissime imperator, mérito quiuis te tuumque fratrem Romani imperii dixerit conditores. (Pan. Lat. II (10), I, 5)

Que irmãos, que gêmeos respeitam a igualdade de seus direitos sobre um

patrimônio indivisível com tanta serenidade como vos fazeis com a administração do mundo romano?

Qui germani geminiue fratres indiuiso patrimônio tam aequabiliter utuntur quam uos orbe Romano? (Pan. Lat. III (11), VI, 3)

Ao referenciar no primeiro excerto que Diocleciano chamara Maximiano para ser seu sócio no poder, Mamertino desvela que a legitimidade do novo governante associa-se ao vínculo criado entre esses dois personagens a partir deste fato. Tal laço, segundo o orador, seria consolidado pela concórdia (conforme veremos no item 3.2.2.1 deste capítulo), mas também pela relação de parentesco que se institui a partir dessa associação ao poder. Nos outros dois excertos, a utilização da expressão *fratem/frates*, faz referência direta a essa situação, ao designar aos dois soberanos como irmãos e fazer uma analogia com os lendários fundadores do Império, Rômulo e Remo.

O discurso anônimo de 297 d.C. segue semelhante argumento. Logo nos primeiros capítulos do *Incerti panegyricus Constantio Caesari dictus*, o orador procurou afirmar a coerência em associar ao poder como filho adotivo aquele que se mostrasse importante para o Império. No caso específico, o orador procurava valorizar as campanhas empreendidas por Constâncio Cloro - que haviam assegurado o fim das dissidências nas regiões da Gália e da Britânia, restaurando as fronteiras e assegurando a prosperidade do Império - para justificar sua adoção por Maximiano e, conseqüentemente, legitimar a nova partição do poder estabelecida em 293 d.C. (Pan. Lat. IV (8), III, 3). A importância desse argumento pode ser verificada a partir da sua utilização na abertura deste panegírico:

(...) por mais que então, pra dizer a verdade, os primeiros serviços que teu pai e teu tio prestaram à Republica nascente foram tais que, se bem que minha palavra não poderia estar a sua altura, posso ao menos sinalizar seu valor enumerando-os.

(...) quamuis enim prima tunc in renascentem rem publicam patris ae patru tui merita, licet dicendo aequae non possem, possem tamen uel censere numerando. (Pan. Lat. IV (8), I, 3)

Valorizando os feitos empreendidos por Maximiano e Diocleciano, o orador anônimo que homenageia Constâncio Cloro define os dois soberanos supracitados como pai e tio do governante homenageado em seu discurso. Mas, mesmo que o recém-adquirido vínculo de parentesco seja usado como elemento explicativo para a transmissão e/ou partição do poder nestes discursos analisados, o estabelecimento da hereditariedade como principal argumento legitimador do soberano passou a ser mais claramente percebido nos panegíricos produzidos a partir do ano de 307 d.C.

Tal fato pode ser creditado aos desdobramentos associados ao Ciclo de crise da Tetrarquia, que tem como marco a morte de Constâncio Cloro e a aclamação de Constantino por suas tropas. Já no primeiro discurso elaborado neste recorte (307-321 d.C.), observamos o orador estabelecer uma linhagem familiar entre o novo soberano e Maximiano, mas ainda sem deixar de utilizar a premissa da *adoptio* para justificar a existência deste parentesco:

Que coisa mais preciosa, em efeito, poderia tu dar ou receber, quando por obra de vossa aliança, a ti Maximiano, foi renovada a juventude através de seu genro, e a ti Constantino, se foi reforçado com o título de Imperador através de seu sogro? Assim pois, Príncipes eternos, os entregamos publicamente nossas mais vivas ações de graça porque, educando os filhos, desejando uma posteridade e prolongando a linhagem de vossa casa para todos os séculos futuros, dais ao poder romano, acidentado em outro tempo entre seus governantes segundo a diversidade de seus caráter e destinos, os meios de fortalecer-se ao fim nas raízes indestrutíveis de vossa casa e de fazer seu Império imortal da mesma maneira que á de ser eterna a descendência dos imperadores. Esta é a verdadeira piedade, a verdadeira alegria de salvar o gênero humano, isto é convidar ao povo por meio do exemplo, a procurar o casamento com mais empenho e a educar os filhos para que, com a substituição de cada um de nós por um sucessor, coloquemos assim um remédio a nossa mortalidade individual, já que a descendência de todos os cidadãos assegura a imortalidade da República. Se as leis que tem castigado os solteiros com uma multa e tem honrado os pais com recompensas consideram com razão os fundamentos da República, porque tem colocado sempre a disposição dos exércitos romanos um viveiro de juventude e uma reserva de homens, que nome achar que pode qualificar dignamente o serviço que vocês prestam a República? Vocês, em efeito, perpetuam a República não com uma descendência plebeia, mas com uma descendência duplamente imperial, para que o estado das coisas que finalmente chegamos, mil anos depois da fundação de Roma, causando-nos a satisfação de não ver a direção dos assuntos que depende nossa saúde, passarem de uma nova família à outra nova família, que se prolongue os tempos futuros sob os Imperadores que sejam sempre descendentes de Hércules.

Quid enim aut tu carius dare aut tu carius accipere potuisti, cum hac adfinitate uestra et tibi, Maximiane, per generum iuuenta renouata sit et tibi, Constantine, per socerum nomem imperatoris accreuerit? Maximas itaque uobis, arterni príncipes, publico nomine gratias agimus, quod suscipiendis liberis optandisque nepotibus seriem uestri generis prorrogando omnibus in futurum saeculis prouidetis ur Romana res olim diuersis regentium moribus fatisque iactata tandem perpetuis domus uestrae radicibus conualescat tamque sit immortale illius imperium quam sempiterna suboles imperatorum. Haec est uera pietas, haec uoluptas conseruandi generis humani, exemplum dare gentibus ad matrimonia studiosius expetenda el líberos educandos, ut substituendis successionibus singulorum nihil obsit unumquemque esse mortalem, cum immortalis sit omnium posteritate res publica. Quare, si leges eae quae multa caelibes notauerunt, parentes praemiis honorarunt, uere dicuntur esse fundamenta rei publicae, quia seminarium iuuentutis et quase fontem humani corporis semper Romanis exercitibus ministrarunt, quod huic uestro in rem publicam mérito possumus dignum nomen ascribere? Qui non plebeia gemina sed imperatoria stirpe rem publicam propagatis, ut, quod millesimo anno post urbem conditam euenisse tandem gratulabamur, ne mutatória per nousas famílias communis salutis gubernacula traderentur, id ex omnibus duret aetatibus, imperatores semper Herculii. (Pan. Lat. VI (7), II)

Nota-se que o orador trabalha com a perspectiva de inauguração de um ciclo de superação dos problemas seguidos de uma promessa de prosperidade do Império, decorrentes da aliança estabelecida entre estes dois Imperadores. Se Maximiano já teria sua posição consolidada enquanto soberano para o panegirista, a sua associação com Constantino trazia para este uma descendência duplamente imperial: primeiramente em relação à adoção pretérita de seu pai, Constâncio Cloro, por Maximiano em 293 d.C., o que fazia de Constantino seu neto, e, em um segundo momento, fazendo alusão ao casamento de Constantino com Fausta (filha de Maximiano), que passaria a ser seu genro. Para além, o orador procurou no mesmo excerto estabelecer uma política sucessória por meio da constituição de dinastias regidas pelo princípio da hereditariedade, fazendo alusão à futura substituição destes soberanos pelos seus filhos, prolongando o governo dos Imperadores descendentes de Hércules.

Assim, vemos que o princípio hereditário poderia ser utilizado como argumento relevante no processo de legitimação do poder através dos discursos panegirísticos a partir do próprio princípio tetrárquico da adoção. Nos três discursos anteriormente citados (289, 291 e 297 d.C.), se os oradores estabeleceram Maximiano como irmão de Diocleciano, conseqüentemente, Constâncio Cloro passava a ser considerado filho e sobrinho, respectivamente.

Os demais discursos que se seguiram em homenagem a Constantino

(proclamados nos anos de 310, 312, 313, 321 d.C.) se consolidam enquanto legitimadores da constituição de dinastias, sendo o reforço e justificativa cada vez estabelecido pelos vínculos familiares e hereditários. Um exemplo representativo foi apresentado pelo orador do *Incerti panegyricus Constantino Augusto dictus* (310 d.C.), que procurou estabelecer um vínculo de parentesco entre Constantino e Cláudio, o Gótico. Na base desse vínculo estavam a compreensão e a defesa segundo a qual o Império constituía uma herança familiar (Pan. Lat. VII (6), II, 2).

As preocupações em torno do estabelecimento de regras sucessórias, o esforço de legitimação dessas regras, bem como dos novos governantes mostraram-nas como uma das premissas básicas para afastar as possibilidades de usurpação do poder. Na medida em que o soberano representava a concentração de todos os poderes – que antes do Principado ficavam ao cargo das demais magistraturas – a sua ausência poderia significar a desestruturação das regras de funcionamento da própria sociedade. Assim, até a ascensão de um novo governante, o Império encontrava-se numa espécie de estado de exceção ocasionado pela ausência de um *Princeps*, de um representante deste poder.

Por isso não só nos panegíricos latinos, mas também nos demais documentos analisados, encontramos referências sobre a problemática da indicação de um sucessor e dos grupos que se encontravam nessa disputa para a nomeação do soberano subsequente. Os panegiristas, por terem por mote a legitimação do poder do Imperador e a restauração da unidade do mundo romano, procuraram na sua argumentação reforçar todos os elementos que julgassem ter efeito positivo no processo. Assim, encontramos nos variados discursos formas particulares de argumentação sobre o reforço da adoção ou da hereditariedade como maneiras de sucessão, e até mesmo a utilização de ambos os modelos. Já os breviaristas como Eutrópio e Aurélio Víctor, também vinculados à esfera de poder, dão ênfase a este tema em suas obras pelo fato das crises sucessórias ameaçarem àqueles “cuja carreira dependia diretamente da indicação e simpatia dos que chegavam ao comando imperial” (GONÇALVES, 2006, p. 3).

3.1.2 Usurpação do poder na Tetrarquia: Caráusio e Alecto

Nesse processo, uma característica marcante é o estabelecimento da oposição do Imperador legítimo ao usurpador. Seriam considerados usurpadores aqueles aspirantes ao poder que gozavam da ilegitimidade, ou por uma característica negativa inerente ao seu caráter, pela forma de ascensão, ou até mesmo pela incapacidade de administrar todo Império. Consequentemente, a adoção e hereditariedade encontravam-se intrinsecamente ligadas aos processos de usurpações e legitimação do poder que ocorreram no decorrer do século III d.C., pois eram sob esses preceitos que os panegiristas procuravam elaborar os argumentos de seus discursos.

Acerca do conceito de usurpação, Maria Victoria Escribano (1990, p. 250) assevera que *usurpare* comporta uma significação genérica que se relaciona ao “fazer algo seu / próprio pelo uso”, bem como no sentido de “usar, praticar”. Com o passar do tempo, a autora verificou que um sentido pejorativo foi incorporado ao conceito, o que permitiu que seu significado fosse associado à “ação de servir-se, usar ou apoderar-se de algo sem direito”. Sob essa perspectiva, quem chegasse ao poder de forma considerada ilegítima poderia ser chamado de usurpador. Também identificamos uma visão depreciativa associada ao conceito usurpar na perspectiva de análise de Silva (1996, p. 91), uma vez que o autor entende o estabelecimento de uma simetria entre a maneira pela qual se obteve o poder e as consequências de seu uso em algumas fontes que analisa. Ou seja, nos brevíários de Aurélio Víctor e Eutrópio, e mesmo nos panegíricos latinos, um usurpador, por ter chegado ao poder de forma ilegítima no contexto em que está inserido, é caracterizado como aquele que teria chances maiores de realizar um mau governo se colocado em comparação com um soberano legítimo.

Ao buscar discorrer sobre os fatores explicativos das usurpações imperiais, Veyne (2009, p. 16) afirma que as tentativas de usurpação foram raríssimas vezes bem sucedidas. Parece-nos que, nessa afirmação, um importante fator é desconsiderado: a definição dos conceitos de legitimidade e ilegitimidade necessariamente se dá com relação às partes que estão em disputa, principalmente no *corpus* documental que analisamos. Quando o usurpador é vitorioso, existe todo um processo de dissociação de sua imagem do golpe. Isso explicaria o fato de tanto

os panegiristas anônimos dos anos de 307, 310, 312, 313 e 321 d.C., quanto Eutrópio e Aurélio Victor, não apresentarem Constantino, aclamado por seus legionários, como um usurpador.

Foi partindo dessa premissa que Silva (1996, p. 98-99) discorreu que as disputas pelo poder imperial no século III d.C. foram consideradas ilegítimas por dois fatores principais: os aspirantes ao poder ou não obtiveram êxito em seus propósitos, ou então não conseguiram se manter no poder conquistado. Sob tal perspectiva, os aspirantes ao poder desse período não parecem contestar a estrutura da política imperial, ou mesmo a concentração de poder nas mãos do soberano, mas entram em disputa por mostraram-se insatisfeitos com o padrão de distribuição da autoridade, sentiam-se desprestigiados ou privados de algo que por direito dever-lhes-ia pertencer (SILVA, 1996, p. 93). Isto justifica a prática da política imperial de estabelecer em seus documentos e celebrações oficiais uma dicotomia entre os soberanos legítimos e os ilegítimos, afastando assim a imagem do soberano vigente dos demais usurpadores.

O abalo da autoridade imperial potencializado pelas usurpações colaborou para um desenvolvimento mais enfático em relação à transformação na forma de se conceber teoricamente o poder, estabelecendo a necessidade constante de consolidar uma política imperial forte que pudesse assegurar a manutenção do próprio Império Romano. Para Arther Ferrill:

A defesa de “fronteiras remotas” parece muito menos importante aos Imperadores da Caserna do que a proteção do regime imperial. Na tragédia deste período, o ideal de um império unido permaneceu forte, mas a realidade de um círculo de civilização fraturado, por vezes indefeso ao redor do mediterrâneo passou muito nas mentes. (FERRILL, 1989. p. 33)

Tal argumentação encontra lastro no discurso de Mamertino. Ao desenvolver o elogio a Maximiano no panegírico pronunciado em 291 d.C. por ocasião da celebração do aniversário de sua associação ao poder, o orador deixa transparecer que a preocupação de seus contemporâneos, bem como as suas, tinha como objetivo primeiro garantir a unidade de poder no interior do Império, para, assim, fortalecido, enfrentar o perigo bárbaro do exterior (SAMARANCH, 1969, p. 1153).

É interessante sublinhar que mesmo que esta preocupação dos panegiristas fique evidente ao longo dos discursos, eles mantêm o cuidado em não expressar a existência de uma interferência negativa operada pelas intensas disputas imperiais no mundo romano entre os anos de 235 e 284 d.C., bem como no Ciclo de formação da Tetrarquia. A função propagandística dos panegíricos ficaria comprometida se assim o fizessem. Por tal razão, a menção aos aspirantes do poder imperial que não obtiveram êxito e que tentaram alcançar tal fim por meio de levantes e guerras civis eram utilizadas como recursos retóricos para reforçar as inúmeras ocasiões que o soberano homenageado, representante legítimo dos romanos, foi vitorioso.

Caráusio e Alecto são os usurpadores relacionados nos discursos de 289, 291, 297 e 298 d.C. em homenagem a Maximiano e Constâncio Cloro e em prol das escolas de *Augustodonum*. Por outro lado, nos discursos em homenagem a Constantino no século IV d.C., foram destacados como usurpadores Maxêncio e o próprio Maximiano (após o ano de 310 d.C.), demonstrando como poderia passar de legítimo a usurpador (como também o foi o Imperador Juliano) de acordo com a necessidade do comando imperial. Já os esforços em estabelecer o *consensus* e a legitimação do Imperador evidenciam o processo inverso, posto que Diocleciano e mesmo Constantino passaram de usurpadores a Imperadores legítimos na retórica dos panegiristas.

Caráusio nasceu em uma data desconhecida, na região da Menápia, província da Gália Bélgica. Conseguiu se destacar como importante general durante as campanhas de Maximiano contra os Baugadas, e este fato provocou sua nomeação como comandante das tropas navais para combater os piratas francos e saxões. Mas as campanhas vitoriosas de Caráusio começaram a aparecer como uma possível ameaça a manutenção do poder imperial quando alcançou ampla notoriedade e se estabeleceu na Britânia. Isso porque Caráusio revelava a partir desse momento aspirações de que lhe fosse concedido o mesmo título de Maximiano.

A respeito desses fatos, Eutrópio relata que os Imperadores, sob a alegação de que Caráusio retinha para si os espólios de guerra, ordenam sua prisão e execução, circunstância que, no final de 286 e início de 287 d.C., impeliu Caráusio a declarar-se Imperador da Britânia e do Norte da Gália, com apoio de suas tropas.

Por esses tempos, também Caráusio, que nascido de forma obscura, tinha conseguido uma ilustre fama por seu valor militar, como recebesse em Bonomia a incumbência de apaziguar o mar litoral da Bélgica e Armórica, que os Francos e Saxões infestavam, e como, aprisionados muitas vezes os Bárbaros, nem fossem os despojos ou restituídos íntegros aos provincianos, ou enviados aos Imperadores, como começasse a aparecer a suspeita de que os Bárbaros fossem admitidos propositalmente por ele, para que, passando eles, os aprisionasse com os despojos, e com esta oportunidade se enriquecesse, sendo mandado ser morto, por Maximiano, tomou a púrpura e ocupou as Bretanhas.

Per haec tempora etiam Carausius qui vilissime natus strenuae militiae ordine famam egregiam fuerat consecutus, cum apud Bononiam per tractum Belgicae et Armorici pacandum mare accepisset, quod Franci et Saxones infestabant. Multis barbaris saepe captis nec praeda integra aut provincialibus reddita aut imperatoribus missa cum suspicio esse coepisset consulto ab eo admitti barbaros, ut transeuntes cum praeda exciperet atque hac se occasione ditaret, a Maximiano iussus occidi purpuram sumpsit et Britannias occupavit. (Eutrop., IX, 21)

Neste trecho do *Breviarium Historiae Romanae*, verificamos a referência a uma possível aliança entre Caráusio e os bárbaros da região. O apoio recebido por esse usurpador de elementos citadinos, principalmente dos comerciantes gauleses, é a chave explicativa, para Rodriguez Gervás (1991, p. 31-32), do rápido controle da região por Caráusio. No entanto, esse acontecimento da história da Gália é problematizado por Samaranch (1969, p. 1065) pelo fato do autor entender que a pretensão de Caráusio em ser reconhecido como Augusto não implicava uma usurpação de fato, uma vez que ele não intencionava extrapolar os limites que já estavam sob a jurisdição que lhe tinha sido atribuída por Maximiano.

Segundo o autor, Caráusio não tinha a ambição de controlar todo o Império, pois somente queria ter o reconhecimento legal de seu *status*. A sua aclamação estaria associada à política empreendida pelos Imperadores de não reconhecê-lo enquanto Augusto e, ainda, por prepararem campanhas militares para sua deposição. Caráusio reuniu ao seu redor consideráveis forças navais e militares, e contava também com o apoio de tropas mercenárias francas, conseguindo por fim estabelecer na Britânia uma potência independente, chegando até a cunhar moedas próprias. (SAMARANCH, 1969, p. 1141).

A cunhagem de moedas estava intimamente relacionada à questão da

propaganda imperial devido às mensagens simbólicas que carregava: nela poderia ser contemplada a efígie do soberano, enquanto os reversos mostram suas virtudes e a prosperidade da época (CARLAN, 2005, p. 74). Para Harold Mattingly (1937, p. 11), as virtudes imperiais expressadas através da cunhagem de moedas serviam para indicar a política e os ideais de cada Imperador.

Em seguida a aclamação de Caráusio, os Imperadores Diocleciano e Maximiano se esforçaram em combater seu concorrente, e foram organizadas campanhas entre os anos de 289 e 290 d.C., sob a responsabilidade de Maximiano, com o intuito de combatê-lo. Estas campanhas foram em vão. Caráusio mostrava-se consolidado na posição que alcançara e os problemas fronteiriços e outras usurpações ocuparam os esforços dos soberanos¹. Levando em consideração que a instauração da Tetrarquia estava relacionada à intensificação da pressão no *limes* e na multiplicação das usurpações, foi precisamente nessa conjuntura que Diocleciano e Maximiano nomearam os Césares Constâncio Cloro e Galério e repartiram a responsabilidade pela manutenção do Império entre quatro soberanos:

E uma vez que o peso das guerras, as quais falamos anteriormente, pressionavam com mais força, o Império foi dividido em quatro partes, e todas as regiões que estão por trás dos Alpes de Gália foram confiadas a Constâncio, África e Itália a Herculeo, a costa do Ilírico até o estreito do Ponto a Galério, e o resto focou sob o poder de Valério².

Et quoniam bellorum moles, de qua supra memoravimus, acrius urgebat, quadripartito imperio cuncta, quae trans Alpes Galliae sunt, Constantio commissa, Africa Italiaque Herculio, Illyrici ora adusque Ponti fretum Galerio; cetera Valerius retentavit. (Aur. Vict., Cæs., 39, 30)

Aurélio Victor, assim como Eutrópio, faz a relação da instauração da Tetrarquia com o contexto da usurpação de Caráusio, e ambos breviaristas afirmam que o enfrentamento contra este caso só foi retomado com a nomeação de

¹ Aurélio Victor enfatiza que concomitante à usurpação de Caráusio, os persas promoviam agitações no Oriente e na África; e em Alexandria, no Egito, Aquileu promovia sublevações com a intenção de usurpar o poder (Aur. Vict., Cæs., 39, 22-23).

² *Herculeo* é o termo utilizado para nomear Maximiano, conforme discorreremos no capítulo anterior e *Valerius* é um dos nomes de Diocleciano (*Gaius Aurelius Valerius Diocletianus*).

Constâncio Cloro como César em 293 d.C. Sobre este assunto, Samaranch (1969, p. 1065) observa que Diocleciano não tinha um plano traçado para a instauração da Tetrarquia, e a ascensão de Maximiano a Augusto se deu justamente pelo importância que Caráusio adquirira na região da Gália e da Britânia, o que não poderia ser tolerado pelo Imperador legítimo. Assim, o autor segue expondo que a nomeação de Maximiano não havia sido suficiente para conter a influência de Caráusio, sendo que até a reformulação de 293 d.C., o moroso processo de preparação das campanhas contra este usurpador podem simbolizar um acordo oculto de paz.

Tal perspectiva parece ter fundamento na abordagem dos breviaristas, que em continuidade a fundamentação sobre a divisão do poder imperial expõem sobre as medidas tomadas imediatamente pelos novos governantes:

(...) e em relação a Caráusio, apenas permitiu-lhe poder sobre a ilha, depois de ter sido considerado apto para comandar e defender seus cidadãos contra os povos belicosos.

(,,,) solique Carausio remissum insulae imperium, postquam iussis ac munimento incolarum contra gentes bellicosas opportunior habitus. (Aur. Vict., Cæs., 39, 39).

Todavia, fez-se por fim a paz com Carausio, tendo sido (antes) tentadas guerras vãs contra ele, homem peritissimo na arte militar.

Cum Carausio tamen, cum bella frustra temptata essent contra virum rei militaris peritissimum, ad postremum pax convenit. (Eutrop., IX, 22-2)

Em ambas passagens é percebemos que o governo de Caráusio na Gália pode ter sido reconhecido, ao menos temporariamente, pelos Imperadores legítimos. Como também já havia acontecido durante a Anarquia Militar com o Império Gálico, com Póstumo, ou durante os anos iniciais do Império de Palmira, com Odenato. Este reconhecimento era justificado pelo interesse do Império Romano em se beneficiar dos esforços destes grupos na contenção do avanço bárbaro, e, assim, garantir, ao

menos que momentaneamente, a defesa das fronteiras.

A respeito da abordagem dos panegiristas sobre este episódio, Rodríguez Gervás ressalta que apesar de Caráusio ser o primeiro usurpador a aparecer nos panegíricos, as referências ao apoio local recebido e o possível entendimento com os Imperadores legítimos não aparecem de forma clara (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 31-32). Todavia, ao analisarmos tais documentos, verificamos que se o acordo com os governantes não se mostra abertamente, as alianças locais e o potencial perigoso desta movimentação foi diretamente relatado no *Incerti panegyricus Constantio Caesari dictus* (297 d.C.), após a reorganização da política imperial na estrutura tetrárquica:

Mas, nesta bandidagem nefasta, o pirata alçou voo, e em sua subida, a frota que anteriormente servia de proteção as Gálias, construiu logo um grande número de navios no nosso modelo, se apoderou de uma legião romana, cercou alguns destacamentos de soldados estrangeiros, reuniu e recorreu aos comerciantes gauleses, e com a esperança dos despojos destas mesmas províncias, assegurou a colaboração de temíveis hordas bárbaras, e quando estas forças foram treinadas nas manobras navais, sob a direção dos que haviam encorajado esta traição, enquanto vosso exército, apesar de invicto valor, eram novatos em questão de guerras navais, supomos que o mais miserável ato de pirataria havia tomado as proporções de uma guerra perigosa e de enorme dimensão, por mais que tivéssemos confiança em seu bom resultado.

Isto uero nefario latrocinio abducta primum a fugiente pirata classe quae olim Gallias tuebatur aedificatisque praeterea plurimis in nostrum modum nauibus, occupata legione Romana, interclusis aliquot peregrinorum militum cuneis, contractis ad dilectum mercatoribus Gallicanis, sollicitatis per spolia ipsarum prouinciarum non mediocribus copiis barbarorum atque his omnibus ad munia nautica flagiti olliis auctorum magisterio eruditiss, exercitibus autem uestris licet inuiuctis uirtute, tamen in re maritima nouis, malam coaluisse ex indignissimo latrocinio beli molem audiebamus, licet de exitu fideremus. (Pan. Lat. IV (8), XII, 1)

Verificamos com a exposição acima que o orador procurou caracterizar de forma pejorativa a aclamação de Caráusio. Primeiro, ele fala que esse personagem “se apoderou de uma legião romana”, procurando mitigar os laços que uniam o general e os soldados sob seu comando e demonstrar que a tomada de poder havia sido algo imposto, e não voluntário. Estabelecendo a ilegitimidade desse novo governante, utilizava termos claramente ofensivos, como *nefario latrocinio*, *fugiente*

pirata (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 33) para referenciá-lo. Em um segundo momento, descreve que a tática utilizada, que trouxe grandes proporções a esse fato, centrava-se no estabelecimento de alianças entre os comerciantes locais e hordas bárbaras. Fosse qual fosse a intenção do orador, o que percebemos é que estas alianças garantiram ao usurpador o seu reconhecimento enquanto soberano da Gália e Britânia até o seu assassinato.

A caracterização depreciativa dos usurpadores era componente da retórica da contraposição da imagem do Imperador legítimo, glorificado no discurso panegirístico, com a de seus opositores, que se dava por meio da maculação da imagem de determinados aspirantes ao poder, e diversos exemplos podem ser encontrados nos panegíricos. Logo no início do *Mamertini panegiricus Maximiano Augusto dictus* (289 d.C.), visualizamos a oposição criada entre Maximiano e Caráusio. O orador estabelece essa contraposição na ocasião em que defende as honras e louvores que deveriam ser prestadas a Maximiano. O louvor ao imperador era necessário em virtude de suas vitoriosas campanhas militares no território ocidental. Ao contrário, para o panegirista, tais homenagens jamais deveriam ser remetidas ao usurpador Caráusio (que ainda não havia sido derrotado). Não por acaso, foi retratado como disforme pastor de três cabeças³ – *pastorem trino capite deformem* – (Pan. Lat. II (10), II, 1).

Como vimos, durante todo o discurso, Mamertino procurou associar as campanhas vitoriosas de Maximiano com as empreendidas por Diocleciano, para exaltar que o estabelecimento da paz e da prosperidade do Império eram frutos desta associação, assim, era em meio aos louvores que a contraposição do homenageado com o usurpador mais aparecia. De todo modo, é apenas a partir do capítulo XII deste panegírico que o orador expressa referências mais diretas em relação ao levante de Caráusio. Cabe observar que, mesmo nos comentários diretamente relacionados ao usurpador, ele não aparece nominalmente, mas sempre mencionado por meio de expressões infames, como “esse pirata” (*ille pirata*).

A omissão do nome do opositor é uma das características do processo de

³ Tanto Galletier (1949, p. 25) quanto Samaranch (1969, p. 1144) afirmam que os antigos editores creditavam aos baugadas a definição de *pastorem trino capite deformem*, entretanto, ambos ponderaram que pelo fato deste levante ter sido subjugado há três anos e a dissidência de Caráusio estar em curso na data de produção e proclamação deste panegírico, é possível entender que a referência a este monstro está relacionada ao próprio Caráusio.

seleção da memória impetrado pelo orador. Entendemos como uma prática corrente neste tipo de discurso a conduta de não fazer referência direta ao opositor da política imperial estabelecida, pois assim não se corria o risco de perpetuar na memória algo que denegrísse a glória e a imagem do homenageado, já que este não poderia ter sua autoridade contestada com vistas ao logro da manutenção do poder e unidade.

No segundo discurso de sua autoria (*Mamertini panegyricus genethliacus Maximiano Augusto dictus*), Mamertino relata poucos acontecimentos novos, e ao fazer um resumo das campanhas anteriores, não faz muitas referências ao levante de Caráusio. Na realidade, percebemos que o panegírico é estruturado na ideia central de felicidade e boa sorte dos Imperadores, fazendo alusão à tranquilidade e segurança vivida naquele momento por todo mundo romano, sendo esse o argumento que justificaria a prosperidade do Império. Situação essa que não condiz com a realidade, como pudemos verificar no desenvolvimento do capítulo anterior.

Sendo assim, entendemos que foi devido a essa tentativa de construir uma ideia de tranquilidade no Império que levou o autor a moderar as referências ao levante. Mas uma comparação com o discurso anterior nos permite avançar um ponto nesta atitude do orador: uma grande parte do panegírico de 289 d.C. havia sido reservada para anunciar os prelúdios de uma vitória certa de Maximiano sobre Caráusio. Considerando que as campanhas desse Augusto não obtiveram êxito, e relacionando esse fato com a possível política de “tolerância” empreendidas pelos Augustos legítimos frente aos insucessos das operações militares, não restava a Mamertino outra opção. A única referência ao conflito neste panegírico foi uma solicitação aos Imperadores de que emprendessem uma nova campanha contra o dissidente Caráusio, campanha essa que, na sua avaliação, a opinião pública exigia e esperava.

Essa solicitação feita por Mamertino evidencia a utilização dos panegíricos como uma forma de comunicação entre o poder imperial e a região em que foi produzido, no caso, a cidade de *Augusta Treverorum*, residência imperial de Maximiano, mas que se encontrava geograficamente muito próxima à região do conflito⁴, e em decorrência disso, diretamente afetada pelos infortúnios de tal conjuntura.

⁴ Vide mapa 6.

Mesmo que a situação da usurpação da Gália e Britânia tenha chegado ao fim pela campanha militar comandada por Constâncio Cloro em 296 d.C., tanto Eutrópio quanto Aurélio Victor, em seus respectivos breviários, como o panegirista anônimo do ano de 297 d.C. retratam que o fim do governo de Caráusio não foi decorrente desse acontecimento. De fato, ele foi assassinado por um de seus aliados, Alecto, que havia sido elevado para um dos mais altos postos quando Caráusio se tornou o governante da Britânia. A infidelidade de Alecto foi justificada nessas obras pelo medo ou receio de que os crimes cometidos por Caráusio fossem creditados também a sua pessoa, e sendo assim, com medo da punição que poderia sofrer, assassinou Caráusio em 293 d.C. (SMITH, 1867, p. 132).

Após um septenário, Alecto, sócio dele, matou-o, e ocupou ele mesmo, por um triênio, as Bretanhas.

Eum post septennium Allectus, socius eius, occidit atque ipse post eum Britannias triennio tenuit. (Eutrop., IX, 22-2)

O que significa que seis anos depois, alguém chamado Alecto, o qual, depois de receber o comando com sua permissão, por medo da morte por causa de seus delitos, tomou o poder por meio de um crime.

Quem sane sexennio post Allectus nomine dolo circumvenit. Qui cum eius permissu summae rei praeesset, flagitiorum et ob ea mortis formidine per scelus imperium extorserat. (Aur. Vict., Cæs., 39, 40-41)

Todavia, as passagens acima também permitem questionarmos a explicação admitida pelos autores. Se de fato Alecto tinha receio de ser culpabilizado pelas ações de Caráusio, seria mais plausível que ele procurasse o perdão dos tetrarcas se abstendo do comando da região e restaurando o poder aos tetrarcas, o que não ocorreu. Ambos breviaristas observam o fato de que, tomando o poder no lugar de Caráusio, Alecto se tornou o governante, mesmo que por apenas três anos. De todo modo, o projeto de ascensão de Alecto não foi duradouro. O desfecho desse episódio ocorreu por ocasião da referida campanha empreendida por Constâncio

Cloro, quando uma das divisões comandadas por Asclepiodoto o derrota (PLRE, p. 45).

A temática da usurpação de Caráusio e Alecto parece particularmente cara ao panegirista de 297 d.C. Recordemos que esse discurso também foi produzido em *Augusta Treverorum* e, para além da abordagem da reorganização tetrárquica do poder, o panegirista faz uma descrição detalhada da organização e do desenvolvimento da campanha contra a dissidência de Caráusio e Alecto na Gália. Samaranch (1969, p. 1168) observa que essa é a única fonte que oferece um relato completo destas operações. Pelo menos sete capítulos do panegírico são dedicados a essa descrição.

Ao final do capítulo XVII, o panegirista faz uma observação interessante sobre o episódio da dissidência de Caráusio e Alecto:

Portanto, esta vitória não apenas liberta a Britânia da servidão, mas restaura a segurança para todas as províncias banhadas pelo mar, que em tempos de guerra traz tantos riscos quanto os benefícios dos tempos de paz.

Itaque hac uictoria uestra non Britannia solum seruitute est liberata, sed omnibus nationibus securitas restituta quae maritimo usu tantum in bello adire periculi poterant quantum in pace commodi consequuntur. (Pan. Lat. IV (8), VXII, 4)

Neste pequeno trecho, percebemos que ele reforça os benefícios de manter integrada essa região ao Império, destacando a importância geográfica estratégica da Britânia e norte da Gália. Ao mesmo tempo, ao sentenciar que sua reincorporação restaurou a liberdade do povo que lá habitava, condena as usurpações, pois retratar a reconquista da região dessa forma (libertadora e símbolo de prosperidade) permite a associação da usurpação com o mau governo, e conseqüentemente, com a piora nas condições sociais da região.

Em tempo, dado que em parte anterior de seu discurso, mais precisamente no capítulo XII, ele afirma a ilegitimidade da tomada de poder por Caráusio, ao falar em libertação da servidão, ele reforça a ideia de que nem todos que lá viviam apoiaram esse feito. Se retomarmos as observações sobre as alianças de Caráusio com

comerciantes locais por exemplo, esta afirmação desvela as disputas sociais que permeavam as relações de integração, e, conseqüentemente, os perigos que as usurpações em regiões estratégicas poderiam representar para os defensores de dada política imperial. O panegirista assume, portanto, seu papel de colaborador com o poder imperial no processo de manutenção da unidade ao procurar dissipar outras possíveis dissidências com essas argumentações.

Este episódio retrata um dos fundamentos da Tetrarquia: para a manutenção da unidade e derrota dos opositores, a composição de alianças é imposta àqueles que almejam a continuidade no poder. Para além, a formação dessas alianças políticas possibilitava ampliar o reconhecimento da autoridade do soberano no poder por variados setores da sociedade, no sentido de também assegurar sua manutenção nessa posição. Tal quadro poderia encontrar um de seus suportes na propaganda da política imperial por meio da produção de discursos como panegíricos, e o vínculo dos oradores escolhidos para tal feito com as regiões provinciais (nascimento, moradia, etc), era importante para criar um elo entre o centro de poder e esta localidades.

Em seu estudo sobre a relação dos Imperadores romanos e a opinião pública, Ando (2000, p. 132) destaca que alguns documentos escritos podem revelar as relações estabelecidas entre as entidades periféricas e o poder central. Para o autor, esses documentos são indícios de momentos distintos em uma narrativa histórica na qual as coletividades locais foram lentamente incorporadas em um todo maior, e por essa razão, apresentam uma forma peculiar e poderosa de propaganda. Este tipo de documento apresenta uma busca por um *consensus* da opinião pública em torno do Imperador, no sentido de construir ampla aprovação não só da figura imperial, mas também como da política empreendida.

Para Lobur, a principal definição do *consensus universorum* era a expressão manifesta de um acordo unânime por todas as ordens, no sentido individual ou de um ato (LOBUR, 2008, p. 18). Ainda, afirma que a busca pelo *consensus* estava vinculada ao sucesso do sistema imperial romano, uma vez que entende que foram os diversos artifícios utilizados por Augusto para conquistar o *consensus universorum* que lhe garantiram o controle do mundo romano, dentre eles, as negociações com o senado, a importância da opinião pública e o resgate de rituais tradicionais desde as origens de Roma (LOBUR, 2008, p.15-17).

Assim, apreendemos que as disputas pelo poder relacionadas aos problemas sucessórios e as usurpações caminhavam lado a lado com o processo de formação de alianças políticas e a busca incessante pelo reconhecimento (legitimidade) do poder conquistado. Era nessa tentativa de criar *consensus* sobre a autoridade do governante e o fim das usurpações que as alianças políticas efetuadas no decorrer do século III d.C., em especial na Tetrarquia, se moldavam. Elas não eram estanques, e se alteravam de acordo com a pretensão de seus associados em dado contexto.

Quando isso acontecia, novos argumentos, ou mesmo a redefinição de argumentos já utilizados, eram usados pelos panegiristas para não dar oportunidade de contestação da legitimidade do soberano em questão. Dessa forma, no próximo item procuramos relacionar o reconhecimento da autoridade dos Imperadores durante a Tetrarquia e a utilização das virtudes imperiais como suporte na constituição da imagem do bom soberano.

3.2 A Tetrarquia e as virtudes: constituição da autoridade do Imperador

Ao longo de todo o trabalho, intentamos evidenciar que as disputas pelo poder imperial não foram constituídas pela negação da forma sob a qual estavam sendo configuradas as novas estruturas estabelecidas pelos parâmetros do *Dominio*, mas sim pelo fato de que as relações de integração entre as distintas regiões do Império estavam abaladas e muitos dos aspirantes se sentiam desprestigiados ao não alcançar o posto desejado na organização que se configurava. Assim sendo, reforçamos que a divisão do poder imperial foi uma resposta prática a essas questões, uma vez que além de potencializar a defesa das fronteiras e conter o avanço das incursões bárbaras, muitos dos associados ao poder eram generais vitoriosos que, a partir do prestígio adquirido com suas campanhas militares, tornavam-se potenciais usurpadores.

Por esse motivo, o sistema tetrárquico implementado por Diocleciano procurou estabelecer regras sucessórias bem marcadas, o que ocasionou que os discursos panegirísticos de finais do século III d.C. se ocupassem da formação,

legitimação e propaganda da Tetrarquia, associando o estabelecimento dessa política sucessória à concentração de poder na figura do Imperador.

Vimos que os discursos *Mamertini panegiricus Maximiano Augusto dictus* (289 d.C.) e *Mamertini panegiryricus genethliacus Maximiano Augusto dictus* (291 d.C.), evidenciam a primeira aliança feita entre Diocleciano e Maximiano no ano de 286 d.C. Não é demasiado recordar que essa associação havia precedido a divisão do poder entre quatro soberanos, que ocorreu apenas no ano de 293 d.C. Como não existia um plano previamente elaborado para a instituição da Tetrarquia, embora o poder imperial possuísse dois representantes a partir desse momento, é necessário evidenciar que, ao menos inicialmente, a nomeação de Maximiano como César respondia unicamente à necessidade militar de defesa dos territórios do Ocidente, sendo que este não possuía qualquer jurisdição administrativa sobre os territórios que lhe foram concedidos (SAMARANCH, 1969, p.1065).

A mudança de estratégia de Diocleciano ao nomear Maximiano Augusto pouco tempo depois é evidente nesses panegíricos. Justificada, como vimos no item anterior, pelo despertar da dissidência de Caráusio, que poderia ameaçar de forma contundente a integridade do Império caso esta prática se disseminasse por outras regiões. Tal ameaça evidenciava que uma tentativa de usurpação do poder imperial, com apoio local, por um importante e renomado general, requeria uma resposta imediata do Imperador para garantir a manutenção e a integração dos territórios imperiais. Nessas circunstâncias, um soberano ilegítimo só poderia ser combatido com eficiência por um Imperador legítimo.

Por essas razões, o prestígio conquistado por Maximiano, principalmente pela boa repercussão causada pela vitória sobre os baugadas, apresentava uma característica dupla. Se em um primeiro momento esse general sobressaía como o mais apto aliado de Diocleciano para combater o usurpador no norte da Gália e na Britânia, também acentuava-se sua possibilidade de requerer para si as insignias imperiais. A estratégia criada para resolver esse embaraço foi sua elevação aos encargos de Augusto.

A bipartição do poder corrobora a ideia de que a transformação política do governo de Diocleciano era uma resposta às intensas guerras civis que o precederam, uma clara tentativa de conter as constantes ações usurpatórias que se espalhavam pelo mundo romano (FRIGHETTO, 2012, p 94). Já no plano da

reformulação ideológica do poder sob os parâmetros do *Dominato*, a associação do detentor do poder imperial com o sagrado permitiu aos panegiristas estabelecer um paralelo entre os Imperadores e os deuses (FRIGHETTO, 2012, p. 94), sendo então Diocleciano equiparado com Júpiter (que restaurou a ordem dos deuses ao lutar contra os Titãs) ao cessar as intensas guerras civis, e Maximiano com Hércules, que auxiliou Diocleciano nesta tarefa (tal qual Hércules fez em relação a Júpiter) (SAMARANCH, 1969, p. 1139):

Você não precisou, de fato, colocar a mão no leme no momento em que o navio da República tinha o vento favorável em suas velas, mas no momento onde, para regularizar a situação dos tempos passados, só foi suficiente o auxílio divino e ainda a assistência de um deus único não era mais suficiente, você, ao lado do Príncipe, apoiou o poder romano que se desintegrava, com tanta oportunidade como naquela em que seu antepassado Hércules auxiliou seu soberano Júpiter em meio às dificuldades da guerra dos Titãs, tomando grande parte na vitória, com o que demonstrou que devolvia aos deuses do céu mais do que havia recebido deles.

Neque enim cum reipublicae nauem secundus a puppi flatus impelleret, salutarem manum gubernaculis addidisti, sed cum ad restituendam eam post priorum temporum labem diuinum modo ac ne id quidem unicum sufficeret auxilium, praecipitanti Romano nomini iuxta principem subisti eadem scilicet auxilli opportunitate qua tuus Hercules louem uestrum quodam terrigenarum bello laborantem magna uictoriae parte iuuit probauitque se non magis a dis accepisse caelum quam eisdem reddidisse. (Pan. Lat. II (10), IV, 2)

Situação análoga encontramos por ocasião da nomeação dos Césares em 293 d.C., caso no qual os confrontos nas fronteiras continuavam veementes e as campanhas contra Caráusio, e posteriormente Aleto, não obtiveram sucesso. Possivelmente foram esses fatores que levaram Diocleciano e Maximiano a se encontrarem em Milão no início de 291 d.C. (conferência retratada no panegírico pronunciado neste mesmo ano) e discutirem a redistribuição da autoridade imperial entre Constâncio Cloro e Galério.

Se ao trabalhar com os usurpadores no item anterior abordamos a relação da legitimação no poder pela hereditariedade e pela adoção, bem como a contraposição

entre os Imperadores legítimos e ilegítimos, não podemos deixar de versar sobre a utilização das virtudes imperais para a justificação da autoridade do soberano e a construção de sua imagem.

3.2.1 A legitimação do poder e a *auctoritas*

Quando trabalhamos com o conceito de *Imperium* no segundo capítulo, procuramos desenvolver sua relação com a *auctoritas*, e assim buscamos evidenciar que o *Imperator* conseguiria garantir sua legitimidade ao conseguir também a *auctoritas*. Assim, entendemos que o conceito de autoridade e legitimidade estão conectados:

A relação da legitimidade com a autoridade é indissociável, já que só quando os governantes possuem autoridade, no sentido de deterem capacidade de elaboração de resoluções para os problemas surgidos, é que podem alçar a legitimidade, no sentido do governo ser visto e aceito como justo e legítimo pelos governados. (GOLÇALVES, 2013, p. 39)

No tocante à construção e aceitação da imagem do Imperador, o trabalho de Louise Revell (2009, p. 80-82) parece-nos bastante elucidativo, uma vez que tem como foco a discussão sobre o modo como o poder do *Princeps* era percebido diante da diversidade de contextos das províncias. Assim como a relação de integração entre o centro e as províncias, não se dava de forma homogênea, mas que tinha como objetivo tornar a figura do Imperador reconhecível enquanto aquele que detém a autoridade política.

John Wilkers versa que durante o século III d.C. algumas das principais regiões do Império quase nunca haviam visto o Imperador durante seu período de governo, embora relate a existência de uma rede de estradas imperiais consideráveis (WILKERS, 2008, p. 241). A questão que nos importa acentuar é que mesmo que a figura do Imperador fosse remota e distante para a maioria dos habitantes do Império, sua autoridade política, suas regras, se estenderiam por todo

o território do Império, do centro do sistema até os valores culturais (REVELL, 2009, p. 80), estabelecendo assim a rede de integração entre o poder imperial e as províncias.

Se a necessidade de se fazer presente era constante para a manutenção do poder do Imperador e também para dispô-lo como centro de uma série complexa de relações de poder, o estímulo de distintas formas de representá-lo era incessante. Cerimoniais e cultos ao Imperador, construções e esculturas, emissão de moedas e confecção de discursos, como os panegíricos, possibilitavam que, mesmo distante, o Imperador fosse muito presente.

Mesmo que a grande maioria das pessoas nunca tivera a oportunidade de estar na presença do Imperador, ou ao menos vê-lo, a iconografia imperial e os símbolos do governante permeavam seu dia a dia, fazendo com que o retrato do Imperador fosse reconhecido, expressando e reforçando a ideologia imperial de uma forma particular (REVELL, 2009, p. 82). De tal modo, desde a ascensão de Augusto, trabalhava-se para que não houvesse dúvida sobre quem detinha o poder (SUMI, 2005, p. 221).

A ideologia do Imperador era um fenômeno instável que se baseou em parte na superioridade política e militar do próprio Imperador, mas também nos seus súditos, reconhecendo sua sua posição de autoridade sobre eles⁵. (REVELL, 2009, p. 82)

Este cenário facilitava que a estrutura do relacionamento entre o Império e a sociedade romana servisse também como um modo de mitificar o poder do Imperador, visto então como natural e incontestável, propriedades que identificamos como características intrínsecas da política do *Dominato*. Para atender a nova dinâmica do poder, o cerimonial, valores e tradições republicanas foram, lentamente, ressignificados, bem como a reestruturação topográfica e arquitetônica de Roma e de outras cidades importantes.

Casos relevantes como os rituais públicos merecem ênfase. Para Geoffrey S.

⁵ “The ideology of the emperor was an unstable phenomenon which relied in part upon the superior political and military might of the emperor himself, but also on the his subjects recognising his position of authority over then”. Tradução livre.

Sumi (2005, p. 220; 261-262), a concentração de poder nas mãos do soberano estava ancorada na natureza do cerimonial do exercício do poder político, sendo que todas as ações do *Princeps* se constituíam em uma grande prática performática, levando-nos a compreender que o reconhecimento deste poder estaria fundamentado por sua *auctoritas*. Burke (1994, p. 53 e 77) também evidencia os rituais enquanto portadores de mensagens políticas, e reforça que tanto esta prática, quanto a arte e a arquitetura podem ser vistas como instrumentos de autoafirmação, ou seja, podem ser considerados até mesmo como uma continuação da política militar e da diplomacia.

Interessante é a abordagem de Mamertino, em seu *panegirycus genethliacus Maximiano Augusto dictus*, sobre a relação dos habitantes de Milão com a presença do Imperador e o ritual que foi preparado para recebê-lo. Esse encontro realizado em princípios do ano de 291 d.C. ficou conhecido como “Conferência de Milão”. Essa conferência seria uma espécie de segunda edição da reunião realizada pelos dois Imperadores no ano de 288 d.C. No entanto, ao invés de um encontro breve, em um acampamento para troca de impressões, essa reunião entre os Imperadores teve como sede não as cercanias, mas o centro de uma importante cidade do Império, com duração de vários dias, o que acarretou que ela fosse organizada com todos os rigores de uma celebração pública (GALLETIER, 1949, p. 42).

No capítulo X desse panegírico, o orador relata o espetáculo que foi a presença não só de Maximiano, mas também de Diocleciano em Milão. Destaca a piedade dos dois soberanos ao permitir que os habitantes desta cidade pudessem adorá-los, eles, Imperadores sagrados que haviam surpreendido com a inesperada presença da “dupla divindade”⁶ quando a cidade se preparava para receber uma só (no caso, acredita-se que era Maximiano):

Que momentos aqueles deuses bondosos! Que espetáculo ofereceu vossa piedade quando, do vosso palácio de Milão, apareceis os dois aos que haviam sido admitidos adorar vossos sagrados rostos e quando a presença inesperada de vossa dupla divindade desconcertou os homens que de ordinário se dirigiam a uma só.

⁶ Mattingly explica que era natural tanto para o grego quanto para o romano pensar em uma força divina por trás de cada atividade observável, assim, quando esta atividade do poder divino se manifestasse através de um ser humano, este poder se transformava em uma das virtudes desta pessoa (MATTINGLY, 1937, p. 109-110).

Quid illud, di boni! Quale pietas uestra spectaculum dedit, cum in Mediolanensi platio admissis qui sacros uultus adoraturi erant conspecti estis ambo et consuetudinem simplicis uerationis geminato numine repente turbastis! (Pan. Lat. III (11), XI, 1)

Em continuidade, Mamertino, ao discorrer sobre o protocolo de recepção dos Imperadores, também procurou assinalar a concórdia que existia entre os dois soberanos. Por isso, na emoção de receber os dois Imperadores, todos os protocolos foram realizados e causaram torpor naqueles que foram favorecidos por poder estar próximo ao soberano. Após estas considerações, o orador deu detalhes sobre a saída dos Imperadores do Palácio para iniciar a aparição pública perante toda a cidade, numa espécie de cortejo.

Mas quando passaram os limites do palácio, avançaram os dois sobre o mesmo carro por meio da cidade, até mesmo as casas, me disseram, estiveram a ponto de mover-se, enquanto que todo o mundo, homens e mulheres, crianças e idosos, se precipitaram na rua pelas portas ou se inclinaram sobre suas janelas dos andares superiores. Todos gritaram de alegria, doravante, sem medo de vós, e ostensivamente lhes acenavam com as mãos: “Vê Diocleciano? Vê Maximiano? Aí estão os dois, estão juntos. Como estão sentados próximos um do outro! Quão cordialmente conversam! Como passam rapidamente!”.

Vt uero limine egressi per mediam urbem simul uehebamini, tecta ipsa se, ut áudio, paene commouerunt, omnibus uiris feminis, paruulis senibus aut per fores in publicum proruentibus aut per superiora aedium lumina imminetibus. Clamare omnes prae gaudio, iam sine metu uestri et palam manu demonstrare: “ Vides Diocletianum? Maximianum uides? Ambo sunt, pariter sunt! Quam iunctim sedent! Quam concorditer colloquuntur! Quam cito transeunte!”. (Pan. Lat. III (11), XI, 3-5)

A aparição pública do soberano é narrada pelo panegirista de modo a salientar a relação aprazível entre os habitantes de Milão e os Imperadores. Tal situação demonstra que o reforço da *auctoritas* de Diocleciano e Maximiano foi trabalhado a partir do argumento da força divina e a concórdia dos Imperadores. Duas virtudes imperiais que eram capazes, aos olhos de Mamertinos, de caracterizar ambos soberanos enquanto bons governantes e auxiliar na manutenção da unidade.

Essa relação entre as virtudes e a legitimação do poder imperial é o mote do nosso próximo item.

3.2.2 Os Panegíricos Latinos e as virtudes

Gonçalves (2002, p. 63) destaca que a posição do Príncipe era reconhecida não somente pela posse de uma titulação legal, mas principalmente pela detenção de poderes e qualidades. Isso fazia com que o fosse apresentado como a encarnação de todas as virtudes, e no caso dos panegíricos latinos, a utilização de um conjunto de virtudes para caracterizar o bom soberano, auxiliava na promoção da legitimidade do homenageado.

As virtudes tinham a função de elaborar, formalizar e intensificar a imagem imperial com o objetivo básico de criar uma estrutura política unitária. Deste modo elas participam tanto do aspecto religioso, estabelecendo um culto próprio, como o estritamente político e laico. (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 77)⁷

Em relação a utilização das virtudes no mundo romano, Rodríguez Gervás (1991, p. 77) acentua que estaria vinculada com a deificação de ideias abstratas de influência grega, ou seja, relacionava-se a um conteúdo moral-filosófico. Em geral, a definição de virtude encontrava-se vinculada à qualidades positivas em conformidade com algo que seria “correto” e “desejável”. Mattingly reitera que o termo *virtues* é amplo e impreciso, mas que é possível identificá-lo a um sentido geral de boas qualidades vinculadas a seu culto: “boas qualidades e bons dons podem com razão serem adorados, pois essa adoração tem um efeito estimulante sobre o adorador” (MATTINGLY, 1937, p. 104).

Ainda segundo o autor, a *Virtus* era associada naturalmente as ações

⁷ “Las 'virtudes' tenían, pues, la función de elaborar, formalizar e intensificar la imagen imperial con el objetivo básico de crear una estructura política unitaria. De ahí que estas participen tanto del especto religioso, estableciéndose un culro propio, como del estrictamente político o laico”. Tradução livre.

governamentais (*Salus Populi Romani, Fortuna Populi Romani*), mas no período final da República, ela passou a ser associada à vida individual sob a perspectiva de que a vida política de grandes personagens trazia honras à Roma (MATTINGLY, 1937, p. 109). Dessa forma, a virtude pode ser entendida como uma qualificação moral particular caracterizada pela busca de um equilíbrio, sendo que sua prática conduziria a uma excelência ou perfeição. Sob esse aspecto, a exaltação das virtudes no mundo romano estaria relacionada à prática política (STADLER, 2008, p. 72-73).

Por isso, ponderando a existência de um ideal de virtude (qualificações positivas aplicadas à conduta humana), cada indivíduo possuiria virtudes próprias, condizentes com sua natureza e papel social. O que levaria muitos dos escritores da Antiguidade a utilizá-las na fundamentação de teorias que possibilitassem racionalizar, e até mesmo conduzir a vida do homem público, criando modelos de conduta que configurariam a representação do homem ideal.

Entendidas sob esse viés, as virtudes não seriam apenas uma qualidade específica de caráter, mas também um modo de atuação. De acordo com Henri-Irénée Marrou (1975, p. 357) “[...] o que se chama tão naturalmente a virtude ‘romana’ não é senão a moral da cidade antiga [...]”. Pereira (2002, p. 331-332) também concebe o enquadramento das virtudes no conjunto de ideias morais e política dos romanos, nas quais os padrões de comportamento poderiam ser estabelecidos a partir da adesão ou rejeição destes valores.

Com estas considerações, percebemos que a formação do homem público, bem como a configuração de suas práticas seria estabelecida nas produções dos intelectuais⁸ e teóricos do poder (como os panegiristas) sob a forma da associação de determinados personagens a qualificações positivas que comporiam o conjunto

⁸ Hidalgo de la Vega utiliza a expressão “intelectuais” para denominar o setor minoritário de homens de origem social elevada que frequentavam escolas de retórica e filosofia, e que possuíam qualidades indispensáveis para a comunicação, sendo considerados como mediadores entre a produção cultural e a sociedade, mas também como propagadores de projetos programáticos do Estado. Ao debater sobre a posição destes intelectuais na antiguidade, a autora procurou ressaltar a importância que estes personagens alcançaram na questão da comunicação entre o Estado e os demais setores da população. Defende que estes “detentores do saber” sempre foram os responsáveis por preocupações acerca da problemática da justificação do poder político, elaborando e modelando as categorias ideológicas do pensamento coletivo, principalmente pelo fato de que, sendo a educação privilégio de uma elite, acabavam por fundamentar e legitimar as preocupações deste grupo ao qual pertenciam (HIDALGO DE LA VEGA, 1995, p. 49-53).

das virtudes, sendo que a justificativa destas atribuições se pautaria pela fama e pela honra dos mesmos.

A partir do Principado, a concepção de *Virtus* relacionada à incorporação pessoal das virtudes se sobressai, e passa a ser constantemente relacionada com a pessoa do primeiro cidadão, o *princeps* (MATTINGLY, 1937, p. 111). Renata Lopes Biazotto Venturini e Alex Aparecido da Costa (2012, p. 973-983) trabalham com a construção da imagem do imperador ideal no panegírico de Plínio, o Jovem para Trajano, e reforçam a atribuição das virtudes ao *princeps* relacionadas à ideia de *imperium* e *imperator*, ou seja, as virtudes desejadas ao soberano exaltavam sua figura como grande ordenador do Império e autoridade divina.

O conjunto das virtudes atribuídas aos governantes englobava as mais variadas qualificações, e a influência maior de uma virtude sobre a outra é motivada pelas mudanças das conjunturas políticas e necessidades dos grupos que estavam imersos na disputa do poder: as necessidades políticas vão condicionar a qualidade ou o grupo das virtudes mais relevantes para cada momento (RODRIGUEZ GERVÁS, 1991, p. 77-78).

Como um exemplo, tem-se a própria *Virtus*. Maria Helena da Rocha Pereira (2002, p. 405-415) procura abordar a existência de registros sobre a *Virtus* dos mais diversos tipos, desde um significado de valentia, como sua associação com os nobres, e por fim, uma série de máximas de comportamentos que dariam *Virtus* ao homem (alcançar a fama e a honra pelos próprios feitos). O reforço da *Virtus* como ornamento do soberano a partir do Principado corresponde a uma qualidade outorgada pelos deuses aos Imperadores, que mescla coragem, independência e tenacidade (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 78).

Essa mescla apresentada por Gervás é adequada para entendermos o contexto aqui trabalhado: em um período de intensas disputas como no século III d. C., a construção da imagem e legitimação do Imperador operava por meio de artifícios que iam além da exaltação da proeza militar do soberano. O bom soberano também deveria ser virtuoso e essa imagem deveria ser propagada. Dessa forma, as virtudes imperiais eram difundidas através do Império por meio dos panegíricos, decretos, inscrições, biografias e moedas (MANDERS, 2012, p. 155).

Através da atribuição pessoal da virtude e da concessão de uma virtude

divina ao soberano, é construída a imagem do Imperador ideal, salvador e servo da humanidade, que por seus atos nobres merece a imortalidade, além de ser conduzido por essas virtudes divinas em seus caminhos e feitos (MATTINGLY, 1937, p. 112-113). A associação das virtudes imperiais à qualidades sobrenaturais, auxiliaria na consolidação da imagem do Imperador acima dos demais homens, estabelecendo-o como o limite entre o humano e divino, de forma que se tornava um fator a mais na construção de uma teologia política em torno da *basileia* (HIDALGO DE LA VEGA, 1995, p. 109-110).

Esta perspectiva foi bem trabalhada por Mamertino, quando admite Júpiter e Hércules como fundadores divinos do Império e precursores das casas de Diocleciano e Maximiano, que, conseqüentemente, receberam o Império como herança:

E em segundo lugar, sobretudo isto, estes deuses que são vossos pais, de quem vocês receberam os seus nomes e seus Impérios, estão interminavelmente ocupados na realização das maiores tarefas. O deus de quem procede Diocleciano, não contente de haver impedido em outros tempos os Titãs que se apoderaram do céu e ter logo travado batalha com os monstros biformes, governa seu Império com uma atenção ininterrupta, por mais em paz que este esteja faz girar com sua mão incansável esta enorme massa, e assegura com extrema vigilância a ordem e a sucessão de todos os fenômenos.

Deinde praecipue uestri illi parentes, qui uobis et nomina et imperia tribuerunt, perpetuis maximorum operum actionibus occupantur. Ille siquidem Diocletiani autor deus praeter depulsos quodam caeli possessione Titanas et mox biformium bella monstrorum perpeti cura quamuis compositum gubernat imperium atque hanc tantam molem infatigabili manu uoluit omniumque rerum ordines ac uices peruigil seruat. (Pan. Lat. III (11), III, 3-4)

O mesmo tenho que dizer, Maximiano, de teu antepassado Hércules. Não vou lembrar de sua estada entre os homens, todos os países e bosques pacificados por ele, as cidades libertadas de senhores cruéis; o céu mesmo chegou a purificar das passagens sinistras cujas plumas eram flechas, e acalmou o terror dos infernos quando foi levado a seu guardião. Depois disso, uma vez adotado pelos habitantes do céu e casado com Juventa, segue sendo o perpétuo protetor da virtude, assiste a todos os homens fortes em suas empreitadas, e em todas as querelas, segundo o esforço dos justos. Nestes dias em que festejamos a origem de vossa imortalidade, incita aos que foram chamados para os jogos sagrados a levar a cabo com grande esforço, um grande número de feitos semelhantes ao que ele

mesmo cumpriu, o Vitorioso. Os deuses, Imperador sagrado, que os protegem aos dois levam a cabo sempre uma ação ou preparam outra, de modo que é preciso eliminarmos estas inquietações que havíamos concebido por vocês, já que os vemos não derribados pela fadiga, mas em contínua imitação dos deuses, vossos pais, e supondo que o inato entusiasmo de vossa alma divina foi estimulado ainda mais pela atividade das regiões que foram vossa primeira educação.

Itidemque, Maximiane, Hercules tuus. Mitto quod, dum inter homines erat, terras omnes et nemora pacavit, urbes dominis crudelibus liberavit, etiam caelo dirarum alitum uolucra tela detraxit, etiam terrores inferum abducto custode compescuit; exinde certe nihilominus post adoptionem caelitum omnibusque fortium uirorum laboribus fauet, in omni certamine conatus adiuuat iustiores. His quidem certe diebus, quibus immortalitatis origo celebratur, instigat, ut uidemus, illos sacris certaminibus accitos ut pertinaci animositate certandi multa faciant ipsius similia Victoris. Adeo, sacratissime imperator, utraque uestra numina semper aliquid agunt agendumue curant, ut iam nobis illa quam pro uobis suscepimus cura ponenda sit, cum non labore uos, sed parentes deos uideamus imitaticomque praeterea ingenitum illum uobis diuinae mentis ardorem etiam earum quae primae uos suscepere regionum alacritas excitavit. (Pan. Lat. III (11), III, 6-8)

Júpiter é a divindade que representa o chefe do panteão, que coordena e administra os assuntos celestes e as relações entre os seres divinos. Sua associação com Diocleciano é eficiente ao reforçar posição deste soberano no topo da hierarquia tetrárquica bem como o ordenador do Império. Hércules, considerado inicialmente um semi-deus, posto que é filho de um humano com uma divindade, é reconhecido como um braço executor de trabalho, aquele que alcança êxitos nas tarefas que lhe são atribuídas, por maior que seja seu grau de dificuldade. Esta característica explica sua associação com Maximiano, pois demonstra e justifica a necessidade de associar ao poder importantes nomes que auxiliem na resolução dos conflitos fronteiriços e disputas internas pelo poder.

(...) provém, contudo, das divindades soberanas, de Júpiter, senhor do céu, e de Hércules, pacificador da terra, da mesma maneira, nas mais nobres realizações, mesmo aquelas que se realizam sob o mandato imediato dos demais, Diocleciano é que toma as iniciativas, e você é aquele que as leva a cabo.

(...) a summis tamen auctoribus manant, loue rectore caeli et Hercule pacatore terrarum, sic omnibus pulcherrimis, etiam quae aliorum ductu geruntur, Diocletianus inuim facit, tu tribuis effectum. (Pan. Lat. II (10), XI,

6)

Para além dessa articulação entre Diocleciano e Maximiano com Júpiter e Hércules, Mamertino procurou nestas passagens estabelecer um paralelo constante entre o Império dos deuses e o Império sob responsabilidade dos soberanos que homenageia durante todo o seu encômio. Estabelece, mesmo reconhecendo a hierarquia do colégio tetrárquico, uma amistosa entre os soberanos.

A aquiescência dos deuses outorga a *virtus* ao governante, e como a *victoria* é a consequência lógica de todo Imperador com *virtus*, este passa a ser reconhecido como *invictus* (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 78). Percebemos com base em tais considerações que as mais proeminentes virtudes dos Imperadores podem ser consideradas a *virtus* e a *victoria*, que assegurariam o bem estar do Império, isto porque ambas estavam fortemente associadas a Júpiter, e, portanto, estendidas ao seu vice-gerente na terra (MATTINGLY, 1937, p. 111).

A utilização retórica das virtudes nos panegíricos latinos analisados neste trabalho foram um dos fundamentos da construção da imagem dos soberanos homenageados enquanto bons (e reconhecidos) governantes e também serviam de contraponto a figura do usurpador, que carregaria deversos vícios em sua prática. A apresentação do bom imperador amparada pelo conjunto das virtudes imperiais passa a ser amplamente utilizada como um meio eficiente de propaganda da política imperial, objetivando a construção e consolidação da coesão imperial.

Diocleciano, Maximiano e Constâncio Cloro são louvados pelos panegiristas como governantes exemplares e virtuosos. Rodríguez Gervás (1991, p. 87-92) elenca inúmeras virtudes que aparecem no conjunto dos discursos panegirísticos do século III e IV d.C., e dentre elas, daremos maior enfoque na *concordia*, *victoria* e *pietas*. Tal opção justifica-se por compreendermos que essas três virtudes conseguem evidenciar a utilização dos discursos panegirísticos como um dos instrumentos utilizados pela política imperial para fundamentar e legitimar os Imperadores tetrarcas no poder no final do século III d.C.

3.2.2.1 *Concordia*

Uma virtude que aparece em grande quantidade nos discursos panegirísticos referentes ao período de instauração e consolidação da Tetrarquia é a concórdia. Carregada de princípios morais, ela foi utilizada pelos oradores com a preocupação em justificar a aliança entre os governantes e a partilha do poder. Inicialmente, utilizada por Mamertino em seus dois panegíricos, justifica a partilha do Império em dois representantes. Posteriormente, na obra anônima de 297 d.C. e no discurso de Eumênio, a *concordia* aparece para reafirmar a legitimidade dos quatro titulares da autoridade pública.

Para os panegiristas, esta virtude seria sinônimo da conformidade entre os governantes que dividiam o comando do Império, simbolizando assim a harmonia que selava o acordo entre eles. Ademais, a concórdia era uma virtude central na ideologia imperial, pois também representava o símbolo de unidade entre o governante e os cidadãos, qualidade inata para o bom desenvolvimento do Império e integração dos cidadãos na ordem social (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 79). Assim, ao discorrer sobre esta característica dos soberanos, os oradores procuram associá-la à boa sorte do próprio mundo romano, ou seja, a existência desta virtude traria a ordem, a paz e a abundância para o Império.

Observamos que a exaltação da concórdia nos discursos suscita alguns questionamentos sobre a justificativa política para a divisão do poder. Como parte do processo de construção e propagação da política imperial, os oradores insistem em apresentar esta virtude como algo inquestionável e inato aos governantes. Relacionando tais fatos com as disputas pelo poder no final do século III d.C. e as questões práticas das quais decorreram a ascensão dos quatro soberanos, entendemos que o acordo firmado entre eles era instável.

A sua utilização na construção argumentativa do discurso reforça que a utilização desta virtude como vínculo entre os governantes pode ser entendida como uma tentativa de mascarar possíveis conflitos e, por fim, uma forma de “tranquilizar” a opinião pública que estava “inquieta pela unidade do Império” (SAMARANCH, 1969, p. 1139). Cabe refletir que este possível anseio esteja relacionado ao contexto desfavorável decorrente das intensas guerras civis que haviam caracterizado o

século III d.C. e que, por sua vez, não estavam por completo findadas se considerarmos as recorrentes tentativas de usurpações bem ou mal sucedidas, como o caso de Caráusio e Alecto, retratado tanto nos breviários, quanto nos panegíricos.

O primeiro discurso de autoria de Mamertino é revelador no que se refere à utilização retórica da concórdia na construção da imagem dos governantes:

Príncipes invencíveis, é um efeito de vossa concórdia que a fortuna vos conceda grande igualdade de êxitos. Com uma mesma alma administram a República, se é grande a distância que os separa, ela não os impede de governar por assim dizer, com vossas mãos unidas. Assim, ainda que a majestade imperial se ampliasse com vossa dupla divindade, vossa concórdia mantém a vantagem de uma autoridade única.

Vuestra hoc concordia facit, inuictissimi principes, ut uobis tanta aequalitate successuum etiam fortuna respondeat. Rem publicam enim una mente regitis, neque tanta locorum diuersitas obest quominus etiam ueluti iunctis dexteris gubernetis. Ita, quamuis maiestatem regiam geminato numine augeatis, utilitatem imperii singularis consentiendo retinetis. (Pan. Lat. II (10), XI, 1-2)

Mamertino procurou reforçar que a confiança entre os soberanos, no caso apenas ainda entre Diocleciano e Maximiano, era a base da próspera política imperial que estava sendo implementada. A conformidade de pareceres entre os soberanos possibilitava que governassem o Império mesmo estando geograficamente distantes, e não diminuía a autoridade deles enquanto Imperadores, pelo contrário, defendia que a concórdia permitia uma potencialização do poder de ambos.

Esse posicionamento de Mamertino sobre a concórdia irá perpassar todo o discurso, sempre procurando demonstrar que as virtudes e práticas comuns que Maximiano e Diocleciano estabeleciam para si asseguravam dia após dia esta virtude, considerada por ele um valor tão sólido que estabelecia um vínculo mais forte que os próprios laços de sangue, como nos permite verificar a citação abaixo:

Mas nem tuas qualidades militares desviaram ele de sua generosidade, nem

tampouco sua opulência te desviou de suas virtudes guerreiras, vocês são agora os Príncipes mais generosos, vocês são agora os Príncipes mais valorosos. Precisamente, esta semelhança entre vocês é o que, dia a dia, mais assegura vossa concórdia, um vínculo mais forte que todos os laços de sangue, a virtude que faz de vocês dois irmãos.

Sed neque illum uirtutes tua belicae a liberalitate neque et illius opes a bellica uirtute reuocarunt: ambo nunc estis languissimi, ambo fortissime atque hac ipsa uestri similitudine magis magisque concordet et, quod omni consanguinitate certius est, uirtutibus frates. (Pan. Lat. II (10), IX, 3)

Talvez seja essa a razão de Mamertino estabelecer ao longo de seus discursos um paralelo contínuo entre os feitos de Maximiano e Diocleciano. Todavia, já abordamos no capítulo anterior que essa partição do poder não comportava uma igualdade plena entre os Imperadores e a hierarquia entre os soberanos na organização tetrárquica privilegiava Diocleciano, fundador do colégio imperial. Essa forma de organização do poder fez com que Mamertino tivesse a preocupação em reafirmar a relação amistosa ao mesmo tempo em que assinalava uma pequena diferença entre ambos:

(...) provém, contudo, das divindades soberanas, de Júpiter, senhor do céu, e de Hércules, pacificador da terra, da mesma maneira, nas mais nobres realizações, mesmo aquelas que se realizam sob o mandato imediato dos demais, Diocleciano é que toma as iniciativas, e você é aquele que as leva a cabo.

(...) a summis tamen auctoribus manant, loue rectore caeli et Hercule pacatore terrarum, sic omnibus pulcherrimis, etiam quae aliorum ductu geruntur, Diocletianus inuim facit, tu tribuis effectum. (Pan. Lat. II (10), XI, 6)

Constatamos a cautela de Mamertino em abordar a primazia de Diocleciano no colégio imperial, já que para a consolidação da própria legitimação da Diarquia ambos deveriam ser igualmente reconhecidos enquanto soberanos, por isso o reforço da concórdia. Quando novamente o poder é repartido em mais titulares, novos discursos panegirísticos foram encomendados, e essa mesma linha argumentativa foi seguida pelos oradores. Os dois discursos produzidos nesse novo

contexto que resistiram até os dias atuais homenageiam o ainda César⁹ Constâncio Cloro, e reforçam bem a ligação e associação estabelecida entre os quatro governantes.

Abaixo, um pequeno trecho do *Incerti panegyricus Constantio Caesari dictus*, que demonstra como o orador trabalha com a legitimação do soberano homenageado a partir do reforço do vínculo estabelecido entre os tetrarcas, considerando Diocleciano e Maximiano como tio e pai de Constâncio César pelos princípios da adoção:

(...) pois, embora eu não poderia fazer justiça, ao falar, todas as primeiras realizações de seu pai e seu tio em reviver a República, eu poderia, no entanto, ao menos destacar seus valores enumerando-os.

(...) quamuis enim prima tunc in renascentem rem publicam patris ae patru tui merita, licet dicendo aequare non possem, possem tamen eul cencere numerando. (Pan. Lat. IV (8), I, 3)

Como uma oração encomiástica a Constâncio Cloro, este discurso acaba também por legitimar a própria reestruturação tetrárquica. Ao mesmo tempo, celebra uma importante vitória para a manutenção da política imperial de unidade do mundo romano: a retomada de controle da Britânia. Isso faz com que o panegirista se declare solidário a todos os romanos e comemore a reorganização administrativa. Como exemplo do apoio do panegirista à partição do poder, verificamos o prenúncio de um Império duradouro:

⁹ Conforme abordamos, Constâncio Cloro foi nomeado César em 293 d.C., alcançou o posto de Augusto apenas no ano de 305 d.C., juntamente com Galério, por ocasião da renúncia de Diocleciano, seguida de Maximiano, após terem decorridos vinte anos de governo. A nomeação dos novos Césares Maximino Daia e Severo repercutiu negativamente, ao desconsiderar da organização tetrárquica Constantino, filho de Constâncio Cloro, e Maxêncio, filho de Maximiano. O Ciclo de Crise da Tetrarquia eclodiria quando Constâncio Cloro faleceu (306 d.C.) e novas disputas pelo poder envolvendo estes personagens foram desencadeadas. Uma análise mais acurada encontra-se na dissertação de mestrado, quando trabalhamos com a ascensão de Constantino ao poder: FRANCHI, Ana Paula. *Poder Imperial e Legitimação no século IV d.C.: o caso do "Panegírico de Constantino"*. 2009. 100 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Príncipes sempre invictos, quantos séculos de duração asseguram a vós mesmos e a República ao partilhar a tutela do mundo submetido à vossas leis?

Quanta enim, inuictissimi principes, et vobis et rei publicae saecula propagatis orbis uestri participando tutelam? (Pan. Lat. IV (8), III, 2)

Assim como Mamertino, este panegirista também se utiliza da equiparação de Diocleciano e Maximiano com Júpiter e Hércules, mas aprofunda na justificação da divisão do poder entre quatro titulares:

Em efeito este número quatro, símbolo de vosso poder é a força e a alegria de tudo que há de grandioso: são quatro os elementos, quatro as estações, quatro são as partes do mundo separadas por um duplo oceano, os lustres que retornam depois de uma revolução quádrupla dos céus, quatro são os cavalos do sol, e além de Vesper e Lucifer, que são duas tochas do céu.

Quippe isto numeris uestri numero summa omnia nituntur et gaudent: elementa quattuor et totidem anni uices et orbis quadrifariam duplici discretus oceano et emenso quater caelo lustra redeuntia et quadrigae solis et duobus caeli luminibus adiuncti Vesper et Lucifer. (Pan. Lat. IV (8), IV, 2)

Nesta parte de seu discurso, o orador procurou estabelecer uma simbologia ao número quatro, utilizando-se das crenças religiosas, da representação dos elementos da natureza (terra, vento, fogo, água) e também das estações do ano, para equiparar com a potencialidade da divisão do poder entre quatro Imperadores, e, conseqüentemente, da prosperidade que poderia se esperar como decorrente desta forma de estruturação política.

A análise destes trechos que aludem a divisão do poder demonstram que as virtudes imperiais tinham a função de elaborar, formalizar e intensificar a imagem imperial com o objetivo de criar uma estrutura de poder unitária (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 77). Assim, a sua utilização pelos panegiristas, além de auxiliar na compreensão da conjuntura política da emergência da Tetrarquia, permite identificar a utilização dos discursos panegirísticos como meios de promoção e

propaganda da política imperial.

Ao estudar a estruturação do governo imperial na Antiguidade Tardia, Christopher Kelly procurou demonstrar que com o advento da forma centralizada de poder após a ascensão de Augusto, a imposição de um grau mais profundo de controle sobre os habitantes do Império, a partir da constituição de uma administração com hierarquia bem definida, foi fundamental para a articulação entre o poder central e as províncias, permitindo assim que as diretrizes imperiais pudessem ser executadas (KELLY, 2006, p. 1-2). Tal quadro gerou reflexos na política educativa, por uma parte, porque era necessário maior administração pública para organizar os espaços conquistados, por outra, porque o papel político ocupado pelas antigas magistraturas dava lugar à incorporação nas instâncias administrativas de indivíduos com um certo grau de instrução (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 16), como o caso dos panegiristas, que pudemos observar no primeiro capítulo deste trabalho.

A oposição estabelecida pelos panegiristas entre o Imperador legítimo e o usurpador do poder, a utilização das virtudes imperiais na construção da imagem do bom governante e a legitimação da própria concentração de poder nas mãos do soberano, são elementos presentes constantemente nos discursos analisados. Entender que essas características são intrínsecas aos panegíricos, possibilita compreendê-los enquanto meios que difundem e ampliam a propaganda imperial, “formulando, definitivamente, as bases teóricas da política oficial”¹⁰ (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 27).

A respeito da relação da propaganda e legitimidade do poder, Gonçalves afirma:

Como entendemos propaganda como uma das formas de se tentar conseguir uma coesão social mínima, vinculamos a noção de propaganda ao estudo do poder na sociedade romana, pois perseguir uma coesão sociopolítica é uma forma de legitimar o poder (GONÇALVES, 2013, p. 40)

Seria através da propaganda da política imperial formulada em documentos

¹⁰ “(...) formulando, en definitiva, las bases teóricas de la política oficial”. Tradução livre.

diversos, como os discursos laudatórios, mas também por meio da circulação de moedas, construção de estátuas e monumentos, que os soberanos conseguiriam criar e difundir uma imagem positiva, e assim caminhar para a manutenção de sua posição enquanto governante e o seu reconhecimento pelos cidadãos.

3.2.2.2 *Victoria*

A *victoria* é uma virtude que está intimamente relacionada às conquistas militares. Erika Manders considera que a expansão e manutenção do poder romano foi acompanhada por uma ampliação da devoção a Vitória, deusa que personificava a *victoria*. Para a autora, a vitória era vista como um presente divino do poder suprasensível que poderia agraciar um homem específico (MANDERS, 2012, p. 78). Assim, a ênfase na vitória do Imperador legitimava seu poder e mostrava para os demais habitantes do Império que ele merecia essa posição. A personificação da *victoria* simboliza que é com sua ajuda que o Imperador ganha as campanhas militares, e, ao mesmo tempo, que é através das campanhas exitosas do governante que a própria *Victoria* se manifesta (FISHWICK, 1990, p. 470). No contexto particular da formação e consolidação da Tetrarquia, a exaltação das vitórias dos soberanos frente aos inimigos externo e internos é um elemento comum nos discursos oficiais.

Como um dos argumentos que reconheciam a autoridade do Imperador, à definição da virtude *victoria* foram atribuídos significados que sofreram modificações desde o período republicano. Rodríguez Gervás (1991, p. 80-81) assevera que nessa época o general vencedor mantinha uma espécie de divinização temporal, e era considerado vitorioso sempre e quando seu triunfo estivesse dentro de algumas condições, dentre elas, ter participado pessoalmente da vitória. Já após o Principado, percebe-se uma mudança significativa, na qual a virtude *victoria* seria atribuída ao Imperador que detinha a chefia, não apenas de uma campanha específica, mas da administração imperial, criando a partir desse momento uma nova mística da *victoria*, que iria se representar em uma vasta gama de fórmulas iconográficas (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 81).

Nos panegíricos latinos analisados verificamos que a caracterização de um Imperador como vitorioso assume dois vieses. Ora o orador faz referência a uma

campanha diretamente comandada pelo soberano homenageado, ora faz alusão a *victoria* em um sentido mais amplo. Vejamos a primeira menção a *victoria*, abordada por Mamertino logo após fazer a abertura de seu primeiro discurso em homenagem a Maximiano:

É por isso que hoje, em Roma, todos os magistrados, pontífices e sacerdotes honram os templos de Hercules da mesma forma que os deuses que são pais e guardiões da cidade, porque a partir das margens do rio Ebro, a partir do Oceano, testemunha do pôr do sol, levando adiante o saque adquirido em outro tempo, graças à vitória, chegou as pastagens da Etrúria, e porque deixou rastros de sua passagem no monte Palatino para seu estabelecimento futuro, com que fervor não concorda que nós, diante de vossa divindade, sem dúvida vitoriosa em todo o mundo, mas vitoriosa acima de tudo nestas mesmas regiões do ocidente, não do pastor disforme de três cabeças, e sim de um monstro mais terrível que nós, consagremos aqui em seu louvor tudo o que podemos ter de fôlego e voz se necessário?

Quare si nunc Romæ omnes magistratus et pontifices et sacerdotes iuxta parentes urbis et statores deos Herculis templa uenerantur, quia partam aliquando ex uictoria praedam a flumine Hiberno et conscio occidui solis oceano ad pabula Tyrrhena compulerit et in Palatino iugo uenturo tibi reliquerit uestigia, quanto tandem studuio nos hic conuenit, qui te praesentem inturmur deum toto quidem orbe uictorem, sed nunc cum maxime in eadem occidentis plaga non pastorem trino capite deformem, sed prodigium multo taetrius opprimentem, quidquid spiritus et uocis habeamus, omne id in laudibus tuis non occupare modo, sed, si res poscat, absumere? (Pan. Lat. II (10), II, 2)

Identificamos neste excerto que em um primeiro momento o panegirista atribui a *victoria* a Maximiano por ocasião de uma campanha específica, que bem-sucedida, teve como fruto espólios de guerra. Já no segundo momento, ao procurar contrapor a legitimidade de Maximiano com a usurpação de Caráusio, admite o homenageado como vitorioso perante todo mundo romano. Provavelmente, incluindo nesta categoria as regiões que não estavam sob a jurisdição direta de Maximiano.

De uma forma geral, esta virtude foi associada pelos oradores a todos os integrantes do colégio tetrárquico, mesmo que o discurso de louvor tenha apenas um destinatário principal. A *concordia* que regia os vínculos tetrárquicos estendia a atribuição da *victoria* aos demais governantes, já que esta era uma qualidade que não poderia faltar àqueles que tinham parte de sua carreira política forjadas no

exército e que defendiam como prática política a restauração do Império.

É sobretudo com Maximiano, principalmente no *Mamertini panegiricus Maximiano Augusto dictus* (289 d.C.), que notamos ampla utilização desta virtude. Como a busca por legitimar a sua associação ao governo, o autor deste panegírico procurou enfatizar as campanhas vitoriosas que precederam a ascensão de Maximiano a púrpura imperial. Para além, a dissidência de Caráusio no norte da Gália e na Britânia representando um entrave para a consolidação da coesão imperial, levaram o panegirista a conjecturar a *victoria* incontestada da campanha de represália organizada por Maximiano.

Além disso, o Imperador, qualquer um pode entender facilmente o próspero êxito nesta sua expedição marítima, uma vez que você desde já você conta com os favores do tempo.

Facile itaque quiuis intellegerit, imperator, quam prosperi te succes in re maritima secuturi sint, cui iam sic tempestatum oportunitas obsequatur. (Pan. Lat. II (10), XII, 8)

Neste trecho, a expressão *victoria* não aparece nominalmente, mas, em contrapartida, percebemos que esta virtude está referenciada implicitamente. Esta fala de Mamertino tem lugar após a descrição dos preparativos para a batalha que viria a acontecer no norte da Gália, e assim, procura valorizar que, se desde esta ocasião Maximiano não havia encontrado dificuldades em organizar sua campanha, certamente conseguiria obter êxito quando o combate acontecesse.

Como sabemos que esta previsão não se concretizou, no panegírico do mesmo autor, pronunciado dois anos depois, as menções a *victoria* de Maximiano repetem os louvores relativos as campanhas realizadas na Gália (anteriores a Caráusio) e na Germânia:

Aqueles louros que Diocleciano colheu em suas vitórias sobre os povos vizinhos da Síria, aqueles louros da Rétia e Sarmátia, te fizeram triunfar, Maximiano, com uma piedosa alegria. Da mesma maneira, aqui, com a destruição dos chaibones e hérulos, tua vitória do outro lado do Reno, assim como a repressão da guerra dos piratas com a submissão dos francos,

concretizou todas as promessas de Diocleciano.

Laurea illa de uictis accolentibus Syriam nationibus et illa Raetica et illa Sarmatica te, Maximiane, fecerunt pio gaudio triumphare. Itidemque hic gens Chaibonum Erulomque deleta et transrhenana uictoria et domitis oppressa Francis bella piratica Diocletianum uotorum compotem reddiderunt. (Pan. Lat. III (11), VII, 1-2)

A fala do panegirista revela que as vitórias de Diocleciano também são atribuídas à Maximiano, e os êxitos deste também são creditados ao Augusto sênior.

Rodríguez Gervás (1991, p. 86) afirma que as virtudes de Diocleciano e Maximiano, da forma como abordam os panegiristas – corroborada pela análise das moedas cunhadas por eles – pretendiam ressaltar a restauração imperial empreendida por ambos, de modo que as referências a *virtus* e *victoria* sejam bastante frequentes.

Nos dois panegíricos em homenagem a Constâncio Cloro, *Incerti panegyricus Constantio Caesari dictus* (297 d.C.); *Eumenii pro instaurandis scholis oratio* (298 d.C.), a *virtus* e a *victoria* também são virtudes bastante repetidas. Como o discurso de Eumênio tem como principal viés a solicitação de auxílio do Imperador para a recuperação das escolas de *Augustodonum*, é no panegírico anterior, de autoria anônima que a relação de Constâncio Cloro com a *victoria* aparece de forma mais clara. Isto porque boa parte do discurso foi reservada para explanar sobre a campanha contra Caráusio no norte da Gália e na Britânia.

Assim César, não mais que com sua chegada ganhaste a causa das Gálias. Porque a presteza e rapidez com que você estava à frente em todas as notícias relativas a sua elevação e chegada ao Império, te permitiu esmagar nos muros de *Gesoriacum* esta facção de piratas rebeldes que persistiam em uma cegueira miserável, e arrebataram esses homens que há muito tinham posto sua confiança no mar que banhava as portas da cidade.

Statim itaque Gallias tuas, Caesar, ueniendo fecisti. Siquidem illa celeritas, qua omnis ortus atque aduentus tui nuntions praeuertisti, cepit oppressam Gesoriacensibus muris pertinacem tunc errore misero manum piratae factionis atque illis olim mari fretis alluentem portas ademit oceanum. (Pan. Lat. IV (8), VI, 1)

Esta campanha vitoriosa, citada em diversos outros momentos do discurso, simbolizava a efetivação do sistema tetrárquico de Diocleciano, uma vez que sinalizava aos possíveis aspirantes ao poder que novas tentativas de usurpação não seriam toleradas pelos soberanos.

Para além, verificamos no caso desta campanha, que o orador associa a *victoria* atribuída ao Imperador Constâncio Cloro com a libertação e restauração da Britânia, conforme trabalhamos no item 3.1.2. Essa associação traz um elemento interessante para se pensar nas relações que asseguravam a unidade imperial. Eventualmente podemos fazer uma analogia do resultado desta *victoria* específica de Constâncio Cloro com a *libertas*. Pereira (2002, p. 368-373) associa a *libertas* tanto à vida privada (em oposição a *servitus*), quanto à vida pública, quando esta virtude adquire o direito de intervenção do cidadão na *res publica*. Se considerarmos que devido ao fato de essa região ter sido reincorporada na administração imperial, seus habitantes voltam a poder participar das relações sociais do mundo romano, admitimos que essas pessoas retomam seus direitos, seus deveres e seu papel social. Ou seja, retomam sua atuação política.

3.2.2.3 *Pietas*

Se a *victoria* se relaciona à proposta da Tetrarquia de manutenção do Império e encerramento dos conflitos, a *pietas* retratada nos panegíricos contribui para este fim. A prática política de divisão do poder imperial se realiza não apenas pela *concordia*, mas também pela *pietas*, significando que a hierarquia estabelecida era respeitada: Maximiano por sua condição de *herculeo* estaria abaixo dos ditames de Diocleciano, que era *jovios* (RODRÍGUES GERVÁS, 1991, p. 86).

A definição de *pietas* implicaria um sentimento de obrigação (dever), devoção para com aqueles a quem um homem estaria ligado por natureza - pais, filhos, família - estabelecendo um vínculo efetivo entre os membros da família. Mas também percebe-se que a *pietas* poderia ser compreendida em um sentido mais

amplo, ou seja, as relações das famílias (ou de membros destas famílias) com o Estado, conduzindo a uma lealdade com laços de parentesco na política (PEREIRA, 2002, p. 326-328).

Ao fazer referência ao emprego na *pietas* na *Eneida*, Pereira observa que esta qualidade não permite a afirmação da glória pessoal, salientando apenas o cumprimento do seu dever para com os deuses, a pátria e a família (PEREIRA, 2000, p. 330). Para Rodríguez Gervás (1991, p. 78), a *pietas* é o vínculo do sistema imperial romano: no governante configura um sentimento de dever e afeto para com os cidadãos romanos, enquanto que para estes, representa a submissão, a entrega leal do governado ao soberano.

Em continuidade, o autor verifica que a *pietas* era o símbolo subjetivo da graça divina e a origem do acordo entre os deuses e os Imperadores, definitivamente, o fundamento de todas as boas relações (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 79). Estas considerações são importantes para a compreensão da ampla utilização da *pietas* nos discursos panegirísticos dos anos de 289, 291, 297 e 298 d.C. Fazendo alusão a *pietas* como qualidade pessoal dos homenageados, esta virtude reflete com exatidão a ideia política da tetrarquia baseada em um princípio de autonomia política entre os príncipes, mas também em um sistema assentado em uma hierarquia rígida dos Augustos sobre os Césares (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 90).

Esta virtude adquire um significado político preciso no contexto da Tetrarquia. Os laços de parentescos criados para reforçar a aliança entre os tetrarcas, a partir tanto da *adoptio* quanto dos enlaces matrimoniais, eram simbolizados, pela *pietas*, enfatizando nessa circunstância um sentimento de piedade filial. Não é a toa que no *Mamertini panegyricus genethliacus Maximiano Augusto dictus* (291 d.C.) é a virtude mais repetida. Uma passagem interessante merece ser reproduzida:

Quais são estes¹¹? Vossa *pietas*, Imperador sagrado, e vossa felicidade. Em primeiro lugar, que grande é vossa *pietas* para com os deuses! Os cobriu de estátuas e altares, de templos e oferendas, de dedicatórias com seus nomes para as adicionar com sua santidade o exemplo de sua própria veneração.

¹¹ Aqui o orador se refere aos méritos de Constâncio Cloro que irá narrar doravante, os quais considera maiores que as campanhas realizadas nas Rétia e as vitórias sobre os germanos, de acordo com a abordagem do capítulo anterior (Pan. Lat. III (11), V, 3-4).

Quae igitur illa sunt? Pietas uestra, sacratissime imperator, atque felicitas. Nam primum ominium, quanta uestra este erga deos pietas! Quos aris simulacris, templis donariis, uestris denique nominibus adscriptis, adiunctis imaginibus ornastis sanctioresque fecistis exemplo uestra uenerationis. (Pan. Lat. III (11), VI, 1)

Neste exemplo, o orador louva a *pietas* de Constâncio Cloro em relação aos deuses. Tal referência pode ser visualizada a partir as ligações estabelecidas entre este Imperador e Maximiano. Constâncio Cloro, pelo princípio da *adoptio* é vinculado a Hércules, e assim como Maximiano, recebe a proteção e auxílio divino, expressado pela suas vitórias.

Adiante, o orador faz a relação dessa virtude com a *concordia*, uma vez que evidencia que tal situação de compartilhamento de poder nunca tinha sido tão efetiva e harmoniosa. Ao possibilitar a união interna do sistema imperial esta qualidade representa a manutenção do sistema tetrárquico (RODRÍGUEZ GERVÁS, 1991, p. 81).

Em outros momentos do discurso, o panegirista enfatiza os benefícios que esta união oferece ao Império, e valoriza tal vínculo tendo em conta as campanhas vitoriosas empreendidas pelos governantes tanto no interior, quanto em relação a manutenção das fronteiras e coesão interna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A manutenção da unidade no mundo romano durante a Antiguidade Tardia configurava-se em uma relação complexa entre o centro do poder e as distintas regiões imperiais. Devido as particularidades com que este vínculo foi estabelecido, optamos por nos focar na Gália, região fronteiriça de intensos conflitos e, ao mesmo tempo, de concentração de importantes centros educativos. Assim, os eixos que nortearam a divisão temática dos três capítulos intentaram englobar os fatores que consideramos fundamentais para a compreensão das relações estabelecidas entre o poder imperial e demais localidades do Império, sendo elas: a produção literária oficial, bem como sua função social, e, conseqüentemente, a de seus autores; a reorganização política e administrativa do poder imperial frente as instabilidades internas e externas; e, por fim, o processo de afirmação e legitimação da estrutura estabelecida. Neste momento, procuramos retomar alguns destes apontamentos que entendemos merecer destaque.

Acreditamos que uma particularidade relevante desse período final do século III d.C. foi estabelecida a partir do relacionamento entre o poder imperial e as províncias em busca da manutenção da unidade. Frente a falência das instituições tradicionais que estabeleciam a rede de relações, o poder imperial foi forçado a se reformular, e a formação da Tetrarquia e o processo de legitimação do poder imperial foram uma resposta prática ao contexto peculiar de final do século III d.C.

Diocleciano assumiu a púrpura imperial ao derrotar Caro e Carino em um contexto em que a autoridade do Imperador estava desgastada frente às intensas disputas pelo poder que caracterizaram os anos de 235 a 284 d.C. Somado à instabilidade da figura imperial, enfrentava-se ainda a pressão nas fronteiras. E foi provavelmente diante das necessidades práticas de contenção destes problemas que sua proposta se orientou pela reestruturação da administração imperial baseada na divisão do poder.

Como as usurpações do poder se caracterizavam como um dos principais entraves para a implementação e continuidade de políticas a médio e longo prazo,

tornavam-se também um dos principais problemas a serem enfrentados pelos novos soberanos, que precisavam desenvolver mecanismos diversos para se reafirmarem nesta posição. Defronte situações que ofereciam perigo a unidade imperial, como a dissidência de Caráusio e Alecto no norte da Gália e Britânia, bem como a fama e popularidade adquirida por vitoriosos generais e a pressão nas fronteiras, Diocleciano reestruturou os encargos imperiais e procurou estabelecer uma política sucessória consistente para afastar novas possibilidades de usurpação do poder.

Ao associar no ano de 286 d.C. Maximiano ao poder, o fundador da Tetrarquia aproveitou-se da boa imagem que este general tinha na região na Gália para tentar resolver os problemas dessa localidade. Constatada a derrota da campanha de Maximiano contra o usurpador, a nomeação de Constâncio Cloro e Galério como Césares (que ascenderiam à posição de Augustos na falta destes) parecia a opção mais acertada para efetivar a proteção do *limes* e o fim das disputas pelo poder. Os soberanos estariam agora mais próximos das regiões de conflito, as cidades dessas regiões adquiririam relevância por se tornarem sedes imperiais, e os habitantes de localidades diversas poderiam estar mais próximos e integrados ao centro de poder.

Compreendendo que o vínculo entre Roma e as províncias era estabelecido de formas diferenciadas, a partir da realidade e contexto específico de cada localidade, identificamos a necessidade desta relação apresentar vantagens para os governados, bem como a preeminência do reconhecimento da autoridade do soberano no poder por variados setores da sociedade, em prol da integração e manutenção imperial.

Nesse contexto, os panegíricos latinos se expressam como um instrumento de renovação ao propor como ideal a prática política centrada no soberano, e, para além da formulação de uma imagem idealizada deste, estabelecem um vínculo entre o poder imperial e a região na qual eram produzidos e proclamados, auxiliando na preservação da unidade imperial no século III d.C.

A produção elevada de discursos públicos como os panegíricos evidenciava o importante papel que a comunicação adquirira para a política imperial. Considerando a amplitude territorial sob o domínio do Império Romano, para a manutenção do poder do soberano, era imprescindível que fosse estabelecida uma rede regular de

informações. Para além, em diversos momentos no texto dos panegíricos, os oradores enfatizam que tais discursos eram elaborados para serem proclamados em ocasiões oficiais, como festas de comemoração de aniversário do Imperador, celebrações de campanhas vitoriosas, dentre outras. Assim, a retórica e a oratória assumiam a função de ferramenta política reconhecidas enquanto elemento constituinte da vida pública.

Tais cerimoniais e rituais, realizados em diversas cidades espalhadas pelo Império, reforçavam o vínculo entre o soberano e os governados, pois apresentavam, por exemplo, uma oportunidade concreta de agradecer ou solicitar uma benesse, de demonstrar a lealdade ao centro do poder (e no caso contrario, de valorizar e reconhecer a importância de uma região ou um grupo social). O domínio da retórica e oratória era eficiente para a manutenção destas relações.

Ainda em referência a importância dos discursos públicos, os reconhecemos como veículos significativos para a propagação da política imperial, e, conseqüentemente, de construção da boa imagem do soberano. Eumênio (Pan. Lat. V (9), X, 1-2) não deixou dúvida sobre isso ao afirmar que o melhor uso da oratória se dava através do elogio ao soberano. Portanto, a atenção imperial às escolas retóricas e aos oradores era um fato concreto no contexto do século III d.C.

Dos panegíricos proclamados durante o período de formação da Tetrarquia, os quatro que foram preservados ao longo do tempo (289, 291, 297 e 298 d.C.) simbolizam este momento de reordenação da política imperial ao descrever as campanhas vitoriosas dos Imperadores, ao procurar legitimá-los enquanto governantes e também ao estabelecer um meio de comunicação direta com o círculo de poder.

Dentre eles, três foram pronunciados em *Augusta Treverorum* e um em *Augustodunum*. Este fato foi importante para identificarmos a relevância da Gália no contexto trabalhado. Sendo uma região estratégica para o Império Romano, por estar localizada em um ponto de intersecção entre o Mediterrâneo e o Atlântico, a Gália sofreu sucessivas situações de instabilidade política, de usurpações do poder, de ocupações territoriais e saques.

Esta relevância geográfica somada aos momentos repetidos de instabilidade,

demandou atenção especial do poder imperial, o que fez a região se converter em um local economicamente importante – considerando a atividade comercial e a relevância do porto de *Gesoriacum*, que fazia a ligação do norte da Gália com a Britânia – e se tornar um centro de referência educacional – com a instauração de escolas de retórica renomadas. Ademais, o relato contido nos breviários e nos panegíricos mostram que, pelo menos em alguns casos, as usurpações que aconteceram na Gália encontraram considerável respaldo local. Por estas razões, vemos, por exemplo, o panegirista anônimo de 297 d.C. (Pan. Lat. IV (8), VXII, 4) fazer questão de reforçar os benefícios de manter integrada esta região ao Império, destacando sua importância geográfica estratégica, bem como sinalizando que sua reincorporação havia restaurado a liberdade do povo que lá habitava.

Os breviários eram outro exemplo de obras que serviam à política imperial e apresentam elementos que valorizavam o poder do soberano. Tinham por objetivo a preservação da memória do Império, narrando os grandes feitos dos Imperadores de forma resumida. Embora as obras de Aurélio Victor e Eutrópio não tenham sido compostas durante a formação da Tetrarquia, este tipo de produção teve destaque por ser destinado à instrução da nova elite dirigente que emergiu após o século III d.C., e, também, por auxiliar na propaganda da política imperial vigente.

Apesar de não manifestar uma característica laudatória *a priori*, ambos os breviaristas trabalhavam com a reconstrução do passado como tentativa de legitimação da política imperial dos governantes contemporâneos a eles. Assim, narram de forma detalhada os acontecimentos referentes as disputas imperiais e campanhas militares, mesmo que passadas.

A partir destas considerações, percebemos um papel contundente da produção literária e oratória pública na divulgação da política imperial e da legitimação do poder do soberano. Isto reforça a perspectiva de que o estabelecimento das escolas de retórica em variados lugares poderiam criar uma rede de comunicação capaz de estabelecer um elo entre o poder imperial e as distintas regiões sob o domínio romano. Pois, além da propagação de discursos de louvor ao Imperador, e obras resgatando a memória do Império, o processo de integração e concentração de poder no soberano demandava a formação de

agentes da administração imperial. Entendemos que esta também era uma função assumida por estas escolas.

Com base nos próprios panegíricos e brevíários que analisamos, pudemos verificar a presença de professores de retórica em importantes cidades do Império, e, igualmente, que muitos deles ocupavam cargos administrativos importantes, como o caso de alguns dos autores destes documentos. Logo, acreditamos ser importante considerar que, se para o poder imperial era interessante o controle do processo de comunicação para promover a legitimação da prática política e do governante, para os oradores, a aproximação com o soberano poderia simbolizar a ascensão social e, até mesmo, a concessão de benesses, para si próprio, ou para a região que vivia.

Tendo em vista que algumas das principais regiões do Império tinham pouco contato com o Imperador, ou mesmo que em escassas ocasiões tiveram a oportunidade de encontrá-lo pessoalmente durante seu período de governo, não desconsideramos que o reconhecimento de sua autoridade política, de suas regras (que se estenderiam por todo o território do Império), era o que auxiliava ou mesmo configurava o estabelecimento da rede de integração entre o poder imperial e as províncias.

Sob este viés, os discursos panegirísticos voltam ocupar uma posição de relevo. A necessidade de se fazer presente para a manutenção do poder, bem como dispor o Imperador como centro de uma série complexa de relações de poder, estimulava distintas formas de representá-lo. Para além da glória militar, o soberano deveria mostrar destreza política, e os panegiristas habilidosamente celebravam as vitórias militares dos soberanos e enfatizavam sua capacidade política e administrativa em estender a prosperidade para as regiões que se associassem ao Império. Por outro lado, trabalhavam com a contraposição da imagem do soberano legítimo e o usurpador, com o objetivo de inibir as novas disputas pelo poder que por ventura viessem a ameaçar a ordem estabelecida.

Ao fim a ao cabo, entendemos que a construção de uma memória positiva do soberano e de sua prática política era um dos objetivos apresentados nos panegíricos, e o processo de construção e propagação desta memória se constituía

enquanto um dos vínculos que sustentavam a relação entre o grupo social que produzia essas obras e o poder imperial.

Referências Bibliográficas

A) Documentos textuais

AMIANO MARCELINO. *Res Gestae*. HARTO TRUJILLO, Maria Luisa, trad. Madrid: Ediciones Akal/Clásica , 2002.

_____. *Res Gestae*. ROLFE, John C., trad. London/Cambridge: William Heinemann/Harvard University, 1939.

AURELIO VÍCTOR. *Libro de los Césares*. FALQUE, Emma, trad. Madrid: Gredos, 2008.

_____. *De Caesaribus*. BIRD, H. W., trad. Liverpool: Liverpool University, 1994.

C. IVLI CAESARIS. *Commentariorum de bello Gallico*. Disponível em <<http://www.thelatinlibrary.com/caesar/gall1.shtml#2>>. Acesso em: 23/09/2014.

_____. *Comentários De Bello Gallico (100-44 a.C.)*. SOTERO DOS REIS, Francisco, trad . São Paulo: Cultura, 1940. E-book. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/cesarPL.html> >. Acesso em: 23/09/2014.

EUTRÓPIO. *Breviario*. FALQUE, Emma, trad. Madrid: Gredos, 2008.

_____. *BREVIARIUM HISTORIAE ROMANAE*. LOBO, Manuel Vaz. trad. *Compendio de História Romana por Flavio Eutropio: desde a fundação da cidade até os imperadores Valente e Valentiniano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.

ISÓCRATES, *Discursos I*. GUZMÁN HERMIDA, Juan Manuel, trad. Madrid: Gredos,

1979.

LACTANTIUS, *De mortibus persecutorum*. TEJA, Ramón, trad. Madrid: Gredos, 2000.

PANEGYRICI LATINI: *Panegyriques latin*. GALLETIER, Édouard, trad. Paris: Belles Lettres, 1949. T I, II e III.

PANEGYRICI LATINI: *Panegiristas*. SAMARANCH, Francisco de P., trad. II Panegiristas (preámbulos, traducción del latín y notas). In: Bareño, Luis Escolar et al, *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. p. 1137-1357.

PANEGYRICI LATINI: *In praise of later roman emperros: the Panegyric Latini*. NIXON, C. E. V.; RODGERS, Barbara Saylor, trad. Berkeley/ Los Angeles: University of California, 1994.

ZOSIMO. *Nueva Historia*. MORÓN, José María Candau, trad. Madrid: Gredos, 1992.

_____. *New History*. RIDLEY, Ronald T., trad. Sydney: Australian Association for Byzantine Studies, 1982.

ZOSIME, *Histoire Nouvelle*. PASCHOUD, François. trad. Paris: Les Belles Lettres, 1989.

B) Obras de referència

JONES, A. H. M.; MARTINDALE, J. R.; MORRIS, J. *The prosopography of the later Roman Empire*. London: Cambridge, 1971. v. 1.

BUTLER, Samuel. *The Atlas of Ancient and Classical Geography*. London: Richard

Clay & Sons, 1907. Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/17124/17124-h/17124-h.htm>. Acesso em: 31/03/2015.

FINDLAY, Alexander G. *A Classical Atlas, to Illustrate Ancient Geography*. London: Bradury and Evans, 1857. Disponível em: <https://ia700802.us.archive.org/29/items/classicalatlasto00find/classicalatlasto00find.pdf>. Acesso em: 06/04/2015.

HISTÓRIA DAS CIVILIZAÇÕES. São Paulo: Abril Cultural, vol. 1, 1975.

SMITH, William (ed). *A Dictionary of Greek and Roman biography and mythology*. Boston: Little, Brown, and Company, 1867. Disponível em: <http://www.ancientlibrary.com/smith-bio/0141.html>. Acesso em: 04/01/2015.

STILLWELL, Richard et al. *The Princeton encyclopedia of classical sites*. Princenton, 1976. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.04.0006>. Acesso em: 15/03/2015.

C) Obras Gerais

ACERBI, Silvia. La figura del silentarius en la corte bizantina . In: *Ilu. Revista de Ciencias de las Religiones*, XIX, p. 209-221, 2007.

ALENCAR, Rosane Dias de. *A construção da imagem de um governante: uma análise das representações do imperador Constantino (306-337 d.C.)*. 2007. 171p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

_____. As imagens de Constantino I nos documentos textuais dos séculos IV e VI:

múltiplas faces do poder em Roma. 2012. 218p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

ALFÖLDY, Géza. *A história social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

ANDO, Clifford. Consensus in Theory and Practice. In: *Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2000. p. 131-174.

ARAÚJO, Brunno Oliveira. Uma introdução ao Baixo Império Romano: Pesquisa e Debate Científico no Brasil. In: *Plêthos - Revista discente de estudos sobre antiguidade e medievo*. 2,1, 2012. p. 114-130. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/revistaplethos/arquivos/vol2num1/9brunno.pdf>. Acesso em: 20/10/2014.

BANCALARI MOLINA, Alejandro. La Romanización como proceso histórico de larga duración: fundamentos teóricos. In: _____. *Orbe Romano e Império global: La Romanización desde Augusto a Caracala*. Santiago: Universitaria, 2007. p. 27-63.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar e o que dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.

BRAVO, Gonzalo. El ritual de la <<proskynesis>> y su significado político y religioso en la Roma imperial (con especial referencia a la Tetrarquía). In: *Gerión: Revista del Departamento de Historia Antigua/Facultad de Geografía e Historia*. Madrid, n. 15, p. 177-191, 1997.

BROWN, Peter. *O fim do Mundo Clássico: de Marco Aurélio à Maomé*. Lisboa: Verbo, 1972.

BIRD, H. W. *Translated, introduction and commentary*. In: _____. AURELIUS VICTOR. *De Caesaribus*. Liverpool: Liverpool University, 1994.

BURKE, Peter. *A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CAMPOS, Rafael da Costa. A formação educacional do orador romano e a retórica como instrumento de comunicação e ação ao final da República e primeiro século do Principado. *Fênix*. v. 5, ano 5, n. 1, 2008. p. 1-13. Disponível em: <
http://www.revistafenix.pro.br/PDF14/Artigo_9_Rafael_da_Costa_Campos.pdf>. Acesso em 12/09/2012.

CAMERON, Averil. *El Bajo Imperio romano (284-430 d. de C.)*. Madrid: Encuentro, 2001. Versão digital disponível em: <https://www.fiuxy.com/ebooks-gratis/3697398-el-bajo-imperio-romano-284-430-d-c-averil-ameron-multiformato.html>. Acesso em 02/11/2014.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *A Literatura Latina*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CARLAN, CLÁUDIO UMPIERRE. Arte monetária romana: reflexos de uma propaganda. In: I Encontro de História da Arte IFCH/UNICAMP, 2005, Campinas. Anais. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005. p. 74-78.

CARVALHO, Margarida Maria de. *Paidéia e Retórica no século IV d.C.: a construção da imagem do imperador Juliano segundo Gregório de Nazianzeno*. 2002. 204 p. Tese (Doutorado em História Econômica) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 1980.

CIZEK, Eugene. Les genres de l'historiographie latine. *Faventia*, v. 7, n. 2, p. 15-33, 1985. Disponível em:

<<http://www.raco.cat/index.php/Faventia/article/view/49942/55521>>. Acesso em: 03/09/2014.

CORREDOR TAPIAS, JOSELYN. Doce magnos oradores: Breves consideraciones biográficas e intento de acercamiento a uno de sus discursos. In: *Cuadernos de Lingüística Hispánica*, n. 19, p. 133-156, enero-junio, 2012. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=322227527007>>. Acesso em 19/09/2014.

DRINKWATER, John. Maximinus to Diocletian and the 'crisis'. In: BOWMAN, Alan; GARNSEY, Peter; CAMERON, Averil (org.). *The Cambridge Ancient History: The Crisis of Empire, a.d. 193–337*. v. VII. Cambridge: Cambridge University, 2005. p. 28-66.

DUPONT, Florence. Comment devenir à Rome un poète bucolique? Corydon, Tityre, Virgile et Polion. In: CALAME, Claude; CHARTIER, Roger. *Identités d'auteur dans l'Antiquité: la tradition européenne*. Paris: Jerome Millon, 2004. p. 171-189.

DUVERGER, Maurice. O conceito de Império. In: DORÉ, Andréa; LIMA, Luis Filipe S.; SILVA, Luiz Geraldo (org). *Facetas do Império na História*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 19-38.

DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 9-17.

ESCRIBANO, Maria Victoria. Usurpación y religión en el s.IV D. de C.: paganismo, cristianismo y legitimación política. In: BLANCO, A. G. *Antigüedad y cristianismo: monografías históricas sobre la antigüedad tardía*. Murcia: Universidade de Murcia, 1990. p. 247-272.

FALQUE, Emma. Introducciones, traducción y notas. In: _____. *EUTROPIO. Breviario / AURELIO VÍCTOR. Libro de los Césares*. Madrid: Gredos, 2008.

FERRILL, Arther. *A Queda do Império Romano: a explicação militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

FINLEY, Moses I. Mito, Memória e História. In: _____. *Uso e abuso da História*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 4-27.

FIORIN, José Luis. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2003.

FISHWICK, Duncan. *The Imperial Cult in the Latin West: Studies in the Ruler Cult of the Western Provinces of the Roman Empire*. Leiden, New York and Cologne: E. J. Brill, 1990. v. II, 1.

FRANCHI, Ana Paula. *Poder Imperial e Legitimação no século IV d.C.: o caso do "Panegírico de Constantino"*. 2009. 100 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

FRANCO JÚNIOR, H. Antigüidade Tardia ou Primeira Idade Média? In: ANDRADE FILHO, R. de O. (org.) *Relações de poder, educação e cultura na Antigüidade e Idade Média: estudos em homenagem ao professor Daniel Valle Ribeiro*. I CIEAM, VII CEAM. *Anais*. Santana da Parnaíba, São Paulo: Solis, 2005. p. 233-242.
(Entrevista)

FRIGHETTO, Renan. *Imperium et orbis: conceitos e definições com base nas fontes tardo-antigas ocidentais (séculos IV-VII)*. In: DORÉ, Andréa; LIMA, Luis Filipe S.; SILVA, Luiz Geraldo (org). *Facetas do Império na História*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 147-162.

_____. *Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras numa época de transformações – séculos II-VIII*. Curitiba: Juruá, 2012.

FUNARI, Pedro Paulo. Ensaio sobre a retórica, a argumentação e a historiografia antiga. *R.E.A.C. Revista Eletrônica de Antiguidade Clássica*. v. 7, 2011. p. 140-149. Disponível em: <<http://www.antiguidadeclassica.com/react/index.php/react/article/view/261/259>>. Acesso em: 07/05/2013.

GALLETIER, Édouard. Introduction, texte établi et traduit. In: _____. *Text Établi et Traduit, Panégyriques Latins*, Paris: Les Belles Lettres, 1949, 1952, 1955. T. I, II e III.

GARRAFFONI, Renata S. Império Romano: História Antiga e Política Moderna. In: DORÉ, Andréa; LIMA, Luis Filipe S.; SILVA, Luiz Geraldo (org). *Facetas do Império na História*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 137-146.

GIBBON, Edward. *Declínio e queda do Império Romano*. São Paulo: Schwarcz, 2005. Ed. Abreviada.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. Poder e Propaganda no período Severiano: a construção da imagem imperial. *Politéia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista. Vol. 1., n. 1, p. 53-68, 2001.

_____. *A construção da imagem imperial: formas de propaganda nos governos de Septímio Severo e Caracala*. 2002. 455 p. Tese (Doutorado em História Econômica) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Os Severos e a Anarquia Militar. In: SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômicas, política e cultural*. Rio de Janeiro e Vitória: Mauad e EDUFES, 2006. p. 175-191

_____. A legitimação do poder imperial e os problemas sucessórios nos breviários

de História Romana produzidos no IV século d.C. *História Revista – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*. Goiânia, v.11. n. 1, p. 01-15, jan./jun. 2006

_____. As festas romanas. In: VI Semana de História “Indivíduo, Memória e Festa”, UEG- Uruaçu. *Revista de Estudos do Norte Goiano*, 2008. vol. 1, n. 1. p. 26-68.

Disponível em:

<<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/estudos/article/viewFile/156/143>>. Acesso em: 01/04/2015.

_____. *A noção de propaganda nos estudos clássicos: o caso dos Imperadores Romanos Septímio Severo e Caracala*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

GRANT, Michael. *A Queda do Império Romano*. Lisboa: Presença, 2009.

GRIMAL, Pierre. *Las ciudades romanas*. Barcelona: Vergara, 1956.

GUNDERSON, Erick. *Declamation, paternity, and Roman identity. Authority and the Rhetorical Self*. New York: Cambridge University, 2003.

GUZMÁN HERMIDA, Juan Manuel, trad. Madrid: Gredos, 1979. Introducción, traducción y notas. In: _____. *Isócrates - Discursos I*. Madrid: Gredos, 1979.

HABINEK, Thomas. *Ancient Rhetoric and Oratory*. Malden/ Oxford/ Victoria: Blackwell, 2005.

HARTO-TRULILLO, Maria Luisa. Presentación, Cuadro cronológico, Introducción. In: _____. *Historia*. Madrid: Akal, 2002. p. 9-100.

HEATHER, Peter J. *La caída del Imperio Romano*. Barcelona: Crítica, 2008.

_____. *Emperadores y bárbaros: el primer milenio de la Historia da Europa*.

Barcelona: Crítica, 2010.

HERRERO LLORENTE, Victor-Jose. Introduccion General. In: Bareño, Luis Escolar et al, *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. p. 09-28

HIDALGO DE LA VEGA, Maria José. *El intelectual, la realeza y el poder político em el Império Romano*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1995.

HINGLEY, Richard. Diversidade e Unidade Culturais: Império e Roma. In: _____. *O Imperialismo Romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010. p. 67-103.

HODOS, Tamar. Local and global perspectives in the study of social and cultural identities. In: HALES, Shelley; HODOS, Tamar. *Material culture and social identities in the Ancient World*. New York: Cambridge, 2010. p. 3-31.

HUSKINSON, Janet. Looking for culture, identity and Power. In: _____ (ed.) *Experiencing Rome: Culture, identity and power in the Roman Empire*. London: Routledge, 2005. p. 03-27.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

JONES, A. H. M. *The later Roman Empire 284-602. A social economic and administrative survey*. Oxford: Blackwell, 1964, 3 v.

_____. *Rulling the Later Roman Empire*. Cambridge, Massachusetts/ London, England: The Belknap Press of Harvard University, 2004.

JOSÉ, Natália Frazão. *A construção da imagem do imperador Augusto nas obras de Veléio Patérculo, Plutarco e Suetônio*. 2011, 257 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho,

Franca.

KELLY, Christopher. Empire Building. In: BOWERSOCK, G. W.; BROWN, Peter; GRABAR, Oleg. *Interpreting late antiquity: essays on the Postclassical World*. Cambridge, Massachusetts/London, England: The Belknap Press of Harvard University, 2001. p. 170-195.

LE BOHEC, Yann. *El ejército romano*. Barcelona: Ariel, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LEMOS, Márcia S.; SANTOS, Jaqueline S. O livro dos césares e o breviário: um estudo sobre a cultura escrita e memória coletiva no Império Romano do século IV. *VI Encontro Estadual de História*. ANPUH/BA. Ilheus: 2013. p. 1-9

LOBUR, John Alexander. *Consensus, Concordia and the formation of the Roman Imperial ideology*. New York: Routledge, 2008.

MANDERS, Erika, *Coining Images of Power: Patterns in the Representation of Roman Emperors on Imperial Coinage, A.D. 193-284*. Leiden; Boston: Brill, 2012.

MARROU, Henri-Irénée. *História da Educação na Antigüidade*. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1975.

_____. *Decadência Romana ou Antigüidade Tardia*. Lisboa: Áster, 1979.

MARTIN, Jean-Pierre. *As províncias romanas da Europa Ocidental e Central: de 31 a.C. a 235 d.C.* Portugal: Europa-América, 1999.

MATTINGLY, Harold. The Roman 'Virtues'. *The Harvard Theological Review*. Cambridge, v. 30, n. 2, p. 103-117, 1937. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1508246?uid=2129&uid=2134&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21102850274997>>. Acesso em 19/10/2013.

MILES, Richard. Communicating culture, identity and power. In: HUSKINSON, Janet. (ed.) *Experiencing Rome: Culture, identity and power in the Roman Empire*. London: Routledge, 2005. p. 29-62.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.

MORÓN, José María Candau. Introducción, traducción y notas. In: _____. *Zosimo - Nueva Historia*. Madrid: Gredos, 1992.

NIXON, C. E. V.; RODGERS, Barbara Saylor. Introduction, translation and historical commentary. In: _____. *In praise of later roman emperors: the Panegyric Latini*. Berkeley/Los Angeles: University of California, 1994.

NORA, Pierre. Entre a memória e a História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n. 10, p. 7-28, dezembro 1993.

OLIVEIRA, Júlio César Magalhães de. O conceito de Antiguidade Tardia e as Transformações da Cidade Antiga: o caso da África do Norte. In: *Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade*. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, n. 24, p. 125-137, julho de 2007/julho de 2008 - ano XII/XIII. Disponível em < <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cpa/article/view/803/615>> Acesso em 09/08/2013.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Idéias morais e políticas dos romanos*. In: *Estudos de História da Cultura Clássica*. II volume – Cultura Romana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

_____. *Estudos de História da Cultura Clássica*. I volume – Cultura Grega. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

PETERLINI, Ariovaldo Augusto. A Retórica na Tradição Latina. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador. *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001. p. 118-144.

REVELL, Louise. The roman emperor. In: _____. *Roman imperialism and local identities*. New York: Cambridge University, 2009. p. 80-109.

RICHARDSON, John, Ideas of empire; The Augustan empire: imperium Romanum, After Augustus. In: _____. *Language of Empire*. Cambridge: Cambridge University, 2008. p. 1-9; p. 117-145; p. 146-181.

RICOEUR, Paul. A memória exercitada: uso e abuso. In: _____. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007. p. 71-104.

RODRIGUEZ GERVÁS, Manuel J. *Propaganda Política y Opinión Pública en los panegiricos latinos del bajo império*. Salamanca: Universidade de Salamanca, 1991.

ROHRBACHER, David. *The historians of Late Antiquity*. London/New York: Routledge, 2002.

SAAVEDRA-GUERRERO, Ma Daría. El elogio de las virtudes patronales en los municipios de la Italia altoimperial. In: *L'antiquité classique*, Tome 68, 1999, p. 191-209. Disponível em:
<http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/antiq_0770-2817_1999_num_68_1_1334>. Acesso em: 13/02/2015.

SAMARANCH, Francisco de P., Il Panegiristas (preâmbulos, tradução do latín y notas). In: Bareño, Luis Escolar et al, *Biografos y Panegiristas Latinos*. Madrid: Aguilar, 1969. p. 1137-1357.

SHERWIN-WHITE, Adrian Nicholas. O imperialismo romano. In: BALDSON, John

Percy Vyvian Dacre. (org.). *O mundo Romano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. p. 80-102.

SILVA, Gilvan Ventura da. A Domus Imperial e o fenômeno das usurpações no século IV. *Phoênix (UFRJ)*. Rio de Janeiro, Sette Letras, v. 1, p. 73-84, 1995.

_____. Interesses Subjacentes e Interesses manifestos no Contexto das Usurpações Romanas (284-395 d.C.). *Phoênix (UFRJ)*. Rio de Janeiro, Sette Letras, v. 2, p. 91-100, 1996.

_____. *Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basílica 337-361*. Vitória: Edufes, 2003.

SILVA, Gilvan Ventura da; MARVILLA, Miguel. De Laudibus Constantini: o discurso de Eusébio de Cesaréia sobre a realeza. *Dimensões – Revista de História da Ufes*, Vitória, n. 18, p. 384-392, 2006. Disponível em < <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2452/1948>>. Acesso em 23 jul. 2013.

SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco. Diocleciano e Constantino: a Construção do DOMINATO. In: _____ (org). *Repensando o Império Romano: perspectivas socioeconômicas, política e cultural*. Rio de Janeiro e Vitória: Mauad e EDUFES, 2006. p. 193-221.

SILVA, Uiran Gebara da. *Bagaudas e circunceliões: revoltas rurais e a escrita da história das classes subalternas na Antiguidade Tardia*. 2013. 365 p. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de História Social da Universidade de São Paulo, São Paulo.

STADLER, Thiago. Um ensaio sobre as virtudes: do bem supremo a personificação. *Vernáculo*, n. 21 e 22, p. 67-76, 2008. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/vernaculo/article/view/20790/13845>>. Acesso em: 24/02/2015.

STEEL, C. E. W. *Cicero, Rhetoric, and Empire*. New York: Oxford, 2001.

SUMI, Geoffrey S. Introduction: Ceremonial Politics; The *Princeps* as Performer – Creating Court Ceremony. _____. *Ceremony and Power p Performing Politics in Rome between Republic and Empire*. Michigan: University of Michigan Press, 2005. p. 1-15; 220-262.

TAVEIRA, C. *O modelo político da autocracia Bizantina: fundamentos ideológicos e significado histórico*. 2002, 405 f. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, São Paulo.

TEJA, Ramón. Introducción y notas. In: _____. *Sobre la muerte de los perseguidores*. Madrid: Gredos, 2000.

VALVERDE CASTRO, M^a R. *Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real em la Monarquía Visigoda: un processo de cambio*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2000.

VENTURINI, Renata Lopes Biazotto; COSTA, Alex Aparecido da. A imagem do príncipe ideal: as virtudes do imperador romano na concepção pliniana. *Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, Maringá, v. 16, n. 3, p. 971-995, set./dez. 2012. Disponível em: <[http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path\[\]=649&path\[\]=pdf_512](http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path[]=649&path[]=pdf_512)> Acesso em: 07/03/2015.

VEYNE, Paul. O que era um imperador romano? In: _____. *O império Greco-romano*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 1-34.

WALLACE-HADRILL, Andrew. Culture, identity and power. In: _____. *Rome's cultural revolution*. Nova York: Cambridge University, 2008. p. 03-37.

WARD-PERKINS, Bryan. *La Caída de Roma y el fin de la Civilizacion*. Madrid: Espasa, 2007.

WILKERS, Jhon. Provinces and frontiers . In: BOWMAN, Alan; GARNSEY, Peter; CAMERON, Averil (org.) *The Cambridge Ancient History: The Crisis of Empire, a.d. 193–337*. Cambridge: Cambridge University, 2008.

WOOLF, Greg. On Romanization; Roman Power and the Gauls. In: _____. *Becoming Roman: The Origins of Provincial Civilization in Gaul*. Cambridge: Cambridge University, 2000. p. 1-47.

ZÉTOLA, Bruno Miranda. Política externa e relações diplomáticas na Antiguidade Tardia. 2010, 253 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

ANEXOS

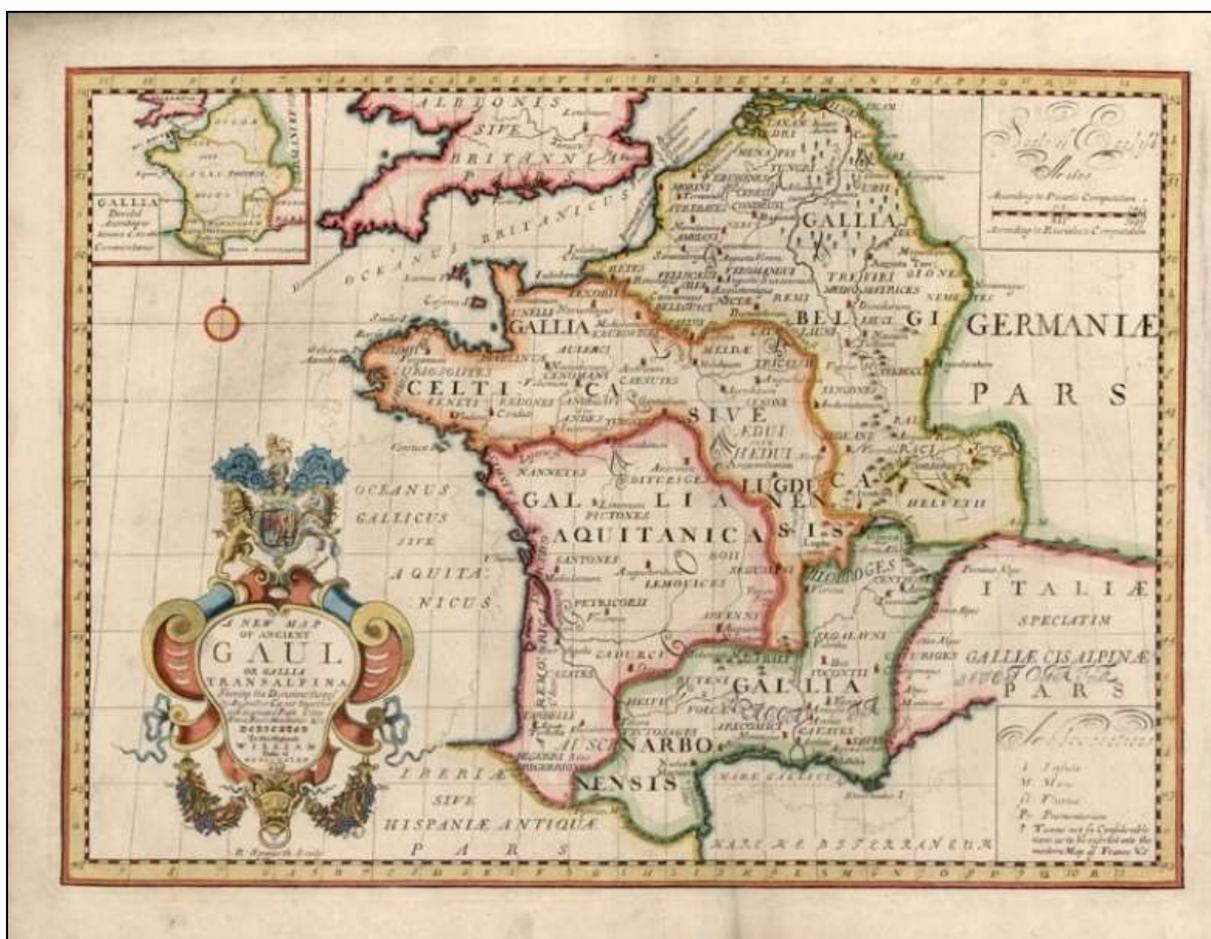
Mapa 1 - Gália e arredores no século 1 a.C.



Fonte: The Atlas of Ancient and Classical Geography - Samuel Butler¹

¹ Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/17124/17124-h/images/gallia.jpg>>. Acesso em 16 de abril de 2015.

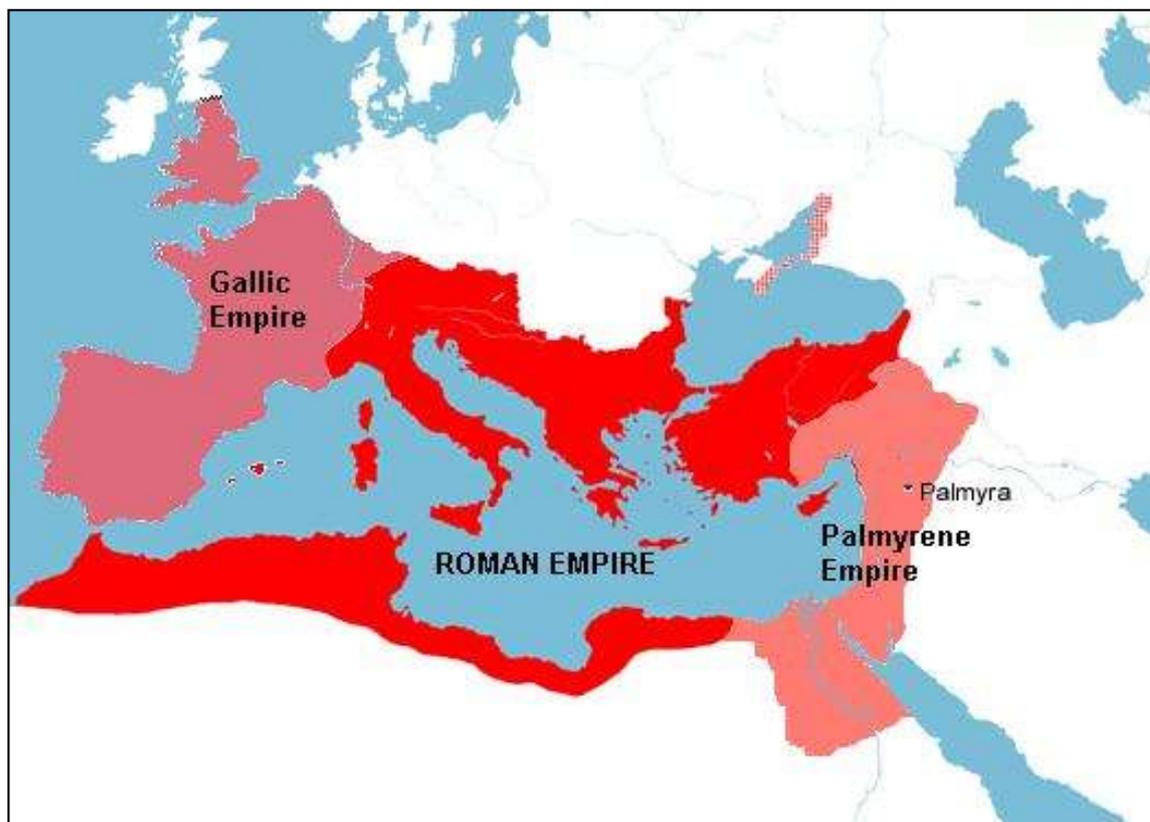
Mapa 2 - Gália Cisalpina, Transalpina, Céltica, Aquitânia e Bélgica



Fonte: Barry Lawrence Ruderman Antique Maps Inc.²

² Disponível em: <<https://www.raremaps.com/gallery/enlarge/12007>>. Acesso em 16 de abril de 2015.

Mapa 3 - Império Gálico e Império da Palmira



Fonte: Comunidad Numismática Virtual³

³ Disponível em: <http://s1051.photobucket.com/user/laurohetfield1/media/WIK_map_Roman-world_271-AD_zps11849155.jpg.html>. Acesso em 16 de abril de 2015.

Mapa 4 - Lucânia



Fonte: A Classical Atlas, to Illustrate Ancient Geography - Alexander G. Findlay⁴

⁴ Disponível em: <https://www.lib.utexas.edu/maps/historical/shepherd_1911/shepherd-c-030-031.jpg>. Acesso em 16 de abril de 2015.

Mapa 5 - Divisão administrativa e territorial da Tetrarquia



Fonte: História da Civilizações - Abril Cultural⁵

⁵ HISTÓRIA DAS CIVILIZAÇÕES. São Paulo: Abril Cultural, vol. 1, 1975, p. 254.

Mapa 6 - Augusta Treverorum e Gesoriacum



Fonte: <http://www.joseferreira.com.br/blogs/historia/preciso-saber/a-galia-ocupada-pelos-romanos/>

Imagem 1 - Exemplo de moeda cunhada por Caráusio durante ocupação do norte da Gália e Britânia.



Fonte: cngcoins.com e wildwinds.com⁶

⁶ Disponível em: <http://www.wildwinds.com/coins/ric/carausius/RIC_0475_S-C.jpg>. Acesso em 16 de abril de 2015.